

Rev. Ant.

TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA
E ETNOLOGIA



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1 9 8 7



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. n.º 89; 2.ª série, de 16/4/1987). Inscrita na Conservatória do Registo C. do Porto sob o n.º 49. Contribuinte n.º 501663614.

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge;
Secretários — Manuel Ferreira Coelho; Orlando de Castro Ferreira de Sousa.

Direcção: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge;
Vice-Presidente — Domingos de Jesus, da Cruz; *Secretária* — Crisanda Tavares Urbano Unsworth; *Tesoureiro* — António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves; *Vogais* — Maria Manuela dos Reis Martins; Augusto Ernesto dos Santos Silva; Raquel Maria de Rosa Vilaça.

Conselho Fiscal: *Presidente* — José João Mateus Rigaud de Sousa; *Secretários* — Mário Armando Nogueira Pereira de Brito; João Pedro Paiva Gomes da Cunha Ribeiro.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

- INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA -
Faculdade de Letras da Universidade de Porto
Rua do Campo Alegre, 1055
4100 P O R T O

Capa: Pendente, em variscite (Mamoá de «Monte Maninho», Serra da Aboboreira, Baião).



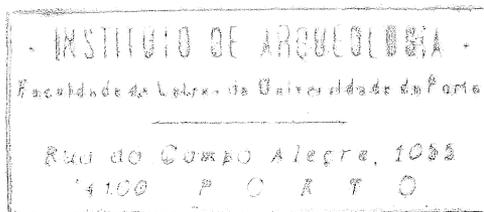
TRABALHOS

DE

Antropologia e Etnologia

VOL. XXVII

(Fasc. 1-4)



31. MAR. 1989

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1987

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

(Registada na D.-G. da Comunicação Social sob o n.º 112408)

Ano: 69.º vol.: XXVII fasc.: 1-4 1987

Director

Domingos de Jesus da Cruz

Secretariado da Redacção

Ana Maria C. Leite da Cunha

António A. Huet de B. Gonçalves

Crisanda Unsworth

Capa

José Luís Madeira

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4000 Porto (Portugal)

(Inscrita na D.-G. da Comunicação Social sob o n.º 212407)

Composição, Impressão e Acabamento

Imprensa Portuguesa

R. Formosa, 108-116

4000 Porto

Dezembro de 1988

Distribuição

AUDIL — Distribuição de Livros e Material Audiovisual, Lda.

Rua Cidade de Cadiz, 14-B — 1500 Lisboa

Rua Adolfo Casais Monteiro, 16 — 4000 Porto

Tiragem: 1500

Preço de capa: 1.600\$00

Depósito Legal n.º 1790/87

ISSN: 0304-243X

Edição subsidiada pelo Instituto Nacional de Investigação Científica,
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica,
Governo Civil do Porto e Câmara Municipal do Porto.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.

We wish to establish exchange with others publications.

Taucherkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

ESTUDOS E ENSAIOS

<i>Caries and pathologies at the mesolithic sites of Muge: Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião</i> , by David W. Frayer	9
<i>Escavações arqueológicas na Gruta dos Alqueves (S. Martinho do Bispo—Coimbra)</i> , por Raquel Vilaça & João Pedro Cunha Ribeiro	27
<i>Escavação da Mamoa de «Monte Maninho» (Serra da Aboboreira—Baião)</i> , por Domingos J. da Cruz	65
<i>A Mamoa do Barreiro—um tumulus do Leste de Trás-os-Montes</i> , por M. J. Sanches, A. G. Lebre & A. M. Santos	89
<i>El Castro de Torroso (Mos, Pontevedra)</i> , por Antonio de la Peña Santos ...	113
<i>O forno cerâmico de Calheiros (Ponte de Lima)</i> , por C. A. Brochado de Almeida, A. J. Cunha Leal & A. Baptista da Cunha	137
<i>As maneiras de combate na Lusitânia</i> , por José Angel Canosa	149
<i>Olaria de Carvalhal da Louça</i> , por Flávio Ribeiro & Ivo Domingues	159
<i>O casamento—um rito de passagem. Seus vestígios na região transmontana (Bragança)</i> , por Belarmino Afonso	167

DOCUMENTOS

<i>Clima e devoção na Terra de Miranda durante a Idade Moderna</i> , por António Rodrigues Mourinho (Jr.)	201
--	-----

VÁRIA

<i>Uma mamoa megalítica como fonte de informação arqueológica e paleoecológica: algumas reflexões</i> , por Vítor Oliveira Jorge	225
<i>A Mamoa de «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira—Baião)—estudos de paleobotânica e datações de Carbono 14</i> , por Domingos J. Cruz ...	230

<i>O povoado e necrópole do Outeiro (Santiago de Subarrifana, Penafiel)</i> , por Teresa Soeiro	235
<i>Achados pré e proto-históricos no concelho de Mangualde</i> , por Luís Filipe C. Gomes	240
<i>Ficheiro Epigráfico—uma experiência em curso em Portugal</i> , por José d'Encarnação	244
<i>Dois vasos de cerâmica comum de uma necrópole do concelho de Nisa</i> , por Rogério de Carvalho & Pedro Salvado	247
<i>Notas de Leitura</i>	251
<i>Notícias</i>	252
ACTIVIDADES DA SPAE	
<i>Relatório de Actividades e Contas (1987)</i>	257
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	263
<i>Plano de Actividades para 1988 e Orçamento</i>	264
<i>Sessão-convívio de apresentação dos «T.A. & E.»</i>	266
<i>Visita de estudo à villa do Rabaçal</i>	269
<i>Assembleias gerais</i>	271
<i>Movimento da Biblioteca</i>	273
<i>Lista de sócios</i>	278

A revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Antropologia, visando os fins estatutários da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Antropologia em Portugal, contribuindo, assim, para o seu avanço como ciência.

O conteúdo dos *T. A. & E.* abrange diferentes áreas e especialidades da Antropologia, numa perspectiva actualizada e interdisciplinar. Poderá, assim, inserir artigos e estudos de carácter teórico e metodológico, discussão de problemas actuais da Antropologia, sínteses temáticas, resultados de investigações recentes, além de uma rubrica denominada *Vária* onde terão lugar pequenos textos, notas de leitura, informações de carácter geral e notícias sobre reuniões científicas, nacionais e internacionais. Será, também, meio de comunicação entre a SPAE e os seus membros, publicando, em secção própria, relatos das suas principais actividades (relatórios, resumos das sessões científicas, movimento da Biblioteca, etc.).

A revista encontra-se aberta à colaboração dos membros da Sociedade e de outros investigadores, nacionais e estrangeiros.

ESTUDOS E ENSAIOS

CARIES AND ORAL PATHOLOGIES AT THE MESOLITHIC SITES OF MUGE: CABEÇO DA ARRUDA AND MOITA DO SEBASTIÃO

BY

David W. Frayer (*)

1. INTRODUCTION

Dental caries and oral pathologies have long had an impact on the health of humans (Alexandersen, 1967; Brothwell, 1963; Clement, 1958; Emery, 1963; Hardwick, 1960; Larsen, 1982). As Krogman (1938: 70) pointed out nearly 50 years ago, the frequency of caries (dental decay) and alveolar disease have «increased with the progress of civilization, but the disease is not a product of civilization». Rates of caries and incidence of alveolar disease and tooth loss have been reviewed for numerous prehistoric (and living) hunter-gatherer and agricultural groups (e.g. Angel, 1944; Turner, 1979; Wells, 1975) and show a considerable range of variation in the incidence of oral diseases through time and across geographic space.

The following study documents the prevalence of caries, alveolar abscesses, and teeth lost premortem at the two Muge sites of Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião. These sites were excavated by different investigators over the past 125 years and are attributed to the late Mesolithic. Recent accelerator ¹⁴Carbon dates on the human bones from Moita do Sebastião place this material between 7240 ± 70 and 6810 ± 70 BP (Meiklejohn, Jackes, & Lubell, 1986). Previously reported dates for Cabeço da Arruda are slightly younger than these new dates for Moita do Sebastião, but archaeological similarities indicate the two sites are roughly contemporaneous (Newell, Constandse-Westermann, & Meiklejohn, 1978).

(*) Department of Anthropology. University of Kansas. Lawrence, Kansas USA 66045.

2. METHODS

Dental and oral pathologies from Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião were scored on the original specimens which are housed in the Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa» in Porto and the Serviços Geológicos de Portugal in Lisbon. Material from Cabeço da Amoreira (Newell, Constandse-Westermann, and Meiklejohn, 1979) could not be located in either Porto or Lisbon and is therefore not included in the results.

Three types of pathologies were scored on the original specimens in either Porto or Lisbon. These consisted of caries, abscesses, and premortem tooth loss and were identified following procedures described by Armelagos (1969), Frayer (1984) and Molnar & Molnar (1985). For caries, occlusal and cervical surfaces were inspected by eye and lesions were identified on the basis of destruction of crown enamel or root erosion along the cemento-enamel junction. Since many of the Muge teeth are still located in the jaws, it was often not possible to closely evaluate the interproximal surfaces below the occlusal plane. Consequently, frequencies for these types of caries are probably under-reported. However, at Cabeço da Arruda, Moita do Sebastião or the other Mesolithic sites, interproximal caries along the cemento-enamel border seem to be quite rare.

Abscesses in the alveolar regions were recorded *only* when a distinct cloaca occurred. Because there was considerable alveolar resorption and other evidence of periodontal disease in many specimens, this rigid definition of what constitutes a periapical abscess probably underestimates the number of these types of oral pathologies. However, the procedure has the advantage of allowing a consistent recording technique for comparative purposes. Premortem tooth loss was also often difficult to judge due to the incompleteness of some individuals and questions about how much bone resorption was necessary to qualify a tooth for being scored as lost premortem. The main criterion concerned the integrity of the tooth sockets. When these were remodeled or completely filled in with bone so that the alveoli no longer existed (or just their bases were preserved), the tooth was considered to have been lost before death. This technique lacks the precision of clinical analysis, but without the ability to X-ray the jaws, was deemed the most reliable approach. A similar procedure was used by Molnar and Molnar (1985).

In the following tables, pathologies are presented separately for male, female, and unsexed individuals, with summary data given for the combined sexed samples. In each case sex was determined by a limited number of cranial or postcranial features (such as pelvic morphology, browridge or

mastoid size) according to techniques described by Bass (1971). In addition, only adults are included in the tabulations. Adult status was based on the presence of an erupted (and worn) third molar or evidence that the third molar had been in occlusion in cases where the M3 was missing.

Besides the data for Muge, summary data are presented for other Western and Central European Mesolithic specimens. The specific sites comprising this sample are discussed elsewhere (Frayer, 1988), but the sample includes virtually all known Mesolithic specimens available for study in 1985-87. In all, the Mesolithic sample includes observation on 2016 mandibular and 1878 maxillary teeth, deriving from 105 males, 71 females, and 15 unsexed individuals. Adding the 28 males, 29 females, and 10 unsexed individuals from Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião, the entire Mesolithic sample totals 2562 mandibular and 2335 maxillary teeth representing about 260 individuals. Nearly all of these teeth were personally examined by the author on the original specimens. Given inter-observer differences in scoring dental pathologies (Wells, 1975), it is important to note that the data reported here all derive from one perspective and should be internally consistent ⁽¹⁾.

3. CARIES

Data on a tooth by tooth basis for the mandible and maxilla are given for Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião in Table 1. Comparison of the caries rates for the two sites shows some differences on the individual tooth basis, but overall, Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião show a close resemblance in the frequency of carious teeth. In fact, none of the «Totals» for either sex in the mandible or maxilla are significantly different as measured by 2×2 Chi-square, although a few of the individual tooth comparisons do reach statistical significance ($p < .05$). Since the total rates in the individual jaws for males and females are not significantly different

⁽¹⁾ Since the submission of this paper, I have discovered my dental sample from Moita do Sebastião does not include all the teeth conserved in the Serviços Geológicos de Portugal. Apparently, some specimens were stored in a separate area away from the main collections to which I did not have access (David Lubell, personal communication). Thus, the figures for oral pathologies presented in this paper differ in sample size from results obtained by M. K. Jackes and D. Lubell. However, the pattern of dental pathologies between Moita do Sebastião and Cabeço da Arruda is similar between these two independent studies in that Cabeço da Arruda has lower incidences of oral pathologies than Moita do Sebastião. My results do not indicate these differences reach statistical significance, while Jackes and Lubell find significant differences between the two sites.

TABLE 1 — Caries rates for Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião Sample Based on the Total Number of Teeth

(n = number of teeth, % = percent carious)

	I1		I2		C		P3		P4		M1		M2		M3		Totals	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
MANDIBLE																		
Males																		
Cabeço da Arruda	5	0.0	7	0.0	7	0.0	9	0.0	8	0.0	9	0.0	8	12.5	9	33.3	62	6.5
Moita do Sebastião	17	0.0	21	0.0	18	5.6	20	0.0	19	10.5	19	21.1	20	20.0	19	10.5	153	9.2
Females																		
Cabeço da Arruda	19	0.0	23	0.0	26	0.0	27	0.0	25	12.0	27	7.4	21	0.0	15	33.3	183	5.5
Moita do Sebastião	13	0.0	18	0.0	19	0.0	15	0.0	15	6.7	15	13.3	17	5.9	12	33.3	124	6.5
Total Teeth (1)																		
Cabeço da Arruda	25	0.0	32	0.0	37	0.0	40	0.0	37	10.8	40	5.0	33	3.1	25	32.0	269	5.6
Moita do Sebastião	30	0.0	39	0.0	37	2.7	35	0.0	34	8.8	34	17.6	37	16.2	31	19.4	277	7.9
MAXILLA																		
Males																		
Cabeço da Arruda	6	0.0	7	0.0	8	0.0	11	9.1	11	0.0	10	0.0	7	0.0	7	0.0	67	1.5
Moita do Sebastião	14	0.0	14	0.0	25	0.0	19	0.0	17	5.9	22	9.1	19	10.5	14	21.4	144	5.6
Females																		
Cabeço da Arruda	12	0.0	10	0.0	13	7.7	13	7.7	11	0.0	15	6.7	17	11.8	10	50.0	101	9.9
Moita do Sebastião	7	0.0	11	0.0	13	0.0	13	0.0	14	28.6	15	26.7	14	0.0	7	28.6	94	10.6
Total Teeth (1)																		
Cabeço da Arruda	23	0.0	21	0.0	27	3.7	31	6.5	30	3.3	33	6.1	32	6.3	22	22.7	219	5.9
Moita do Sebastião	21	0.0	25	0.0	38	0.0	32	0.0	31	16.1	37	16.2	33	6.1	21	23.8	238	7.6
MANDIBLE AND MAXILLA																		
Total Teeth (1)																		
Cabeço da Arruda	48	0.0	63	0.0	64	1.6	71	2.8	67	7.5	73	5.5	65	4.6	47	27.7	488	5.7
Moita do Sebastião	51	0.0	64	0.0	65	1.5	67	0.0	65	12.3	71	15.5	70	14.4	52	21.2	515	7.8

(1) Includes males, females and unsexed individuals.

TABLE 2—*Caries rates for Muge and the Comparative Mesolithic Samples Based on the Total Number of Teeth*
(*n* = number of teeth, % = percent carious)

	I1		I2		C		P3		P4		M1		M2		M3		Totals	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
MANDIBLE																		
Males																		
Mesolithic	103	0.0	124	0.0	143	0.0	158	0.0	160	0.0	166	1.8	165	7.2	161	3.1	1180	.8
Muge	22	0.0	28	0.0	25	4.0	29	0.0	27	7.4	28	14.3	28	21.4	28	17.9	215	8.4 ⁽³⁾
Females																		
Mesolithic	76	2.6	88	0.0	104	0.0	107	1.9	105	2.9	107	5.7	110	9.2	94	4.3	791	3.3
Muge	32	0.0	41	0.0	45	0.0	42	0.0	40	10.0	42	9.5	38	2.6	27	33.3	307	5.9 ⁽²⁾
Total Teeth ⁽¹⁾																		
Mesolithic	182	1.1	217	0.0	251	.8	271	1.1	270	1.1	281	3.2	284	3.9	260	3.5	2016	1.9
Muge	55	0.0	71	0.0	74	1.4	75	0.0	71	9.9	74	10.8	70	10.0	56	25.0	546	6.8 ⁽³⁾
MAXILLA																		
Males																		
Mesolithic	90	0.0	103	0.0	131	1.5	141	.7	157	1.3	165	1.8	163	1.2	135	.7	1085	1.0
Muge	20	0.0	21	0.0	33	0.0	30	3.3	28	3.6	32	6.3	26	7.7	21	14.3	211	4.3 ⁽³⁾
Females																		
Mesolithic	76	0.0	75	0.0	92	0.0	95	0.0	98	0.0	105	1.9	100	0.0	78	3.8	719	1.0
Muge	19	0.0	21	0.0	26	3.8	26	3.8	25	16.0	30	23.3	31	6.5	17	41.2	195	10.3 ⁽³⁾
Total Teeth ⁽¹⁾																		
Mesolithic	173	0.0	181	0.0	228	0.0	244	.8	262	.7	286	2.1	279	.7	225	2.2	1878	1.1
Muge	44	0.0	46	0.0	65	4.6	63	3.6	61	9.8	70	14.3	65	6.2	43	23.3	457	6.8 ⁽³⁾
MANDIBLE AND MAXILLA																		
Total Teeth ⁽¹⁾																		
Mesolithic	355	.6	398	0.0	479	.4	515	.4	532	.9	567	2.6	563	2.3	485	2.4	3894	1.5
Muge	99	0.0	117	0.0	139	2.9	138	.7	132	9.8	144	12.5	135	8.2	99	24.2	1300	6.7 ⁽³⁾

(1) Includes males, females and unsexed individuals.

(2) No significant differences (Chi-square: $p > 0.5$) between Muge and the Mesolithic.

(3) Significant difference (Chi-square: $p < .05$) between Muge and the Mesolithic.

between the two sites, I have combined Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião in all subsequent tables.

With respect to these data for the two sites, I have found considerably fewer incidence of caries than the 13.1 % caries rate for Moita do Sebastião reported by Lubell, Jackes, Schwarcz, & Meiklejohn (1986). It is unclear to me how they have arrived at a caries rate nearly double the value I found, since we studied the same collections. Apparently, my determination of caries was more conservative. (I have noted that in some cases they scored a toothpick groove as a caries, but there are not a sufficient number of toothpick grooves at Moita do Sebastião to account for the discrepancy). It is also relevant to note that caries frequencies of about 2 % published by both Ferembach (1974) and Lefèvre (1973) for Moita do Sebastião are considerably lower than the results reported here. Differences in the incidence of caries among four separate studies of the Moita do Sebastião teeth underscore the difficulty in relying on the literature for compiling data on caries rates and point to the importance of personally examining original material.

Data for Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião are combined in Table 2 and compared to the Mesolithic sample from other areas of Europe. From these tabulations it is clearly evident that a high number of caries are found at Muge compared to the specimens from other Mesolithic sites. When caries occur, nearly every tooth the Muge sample has a substantially higher incidence of caries than the Mesolithic sample. Carious teeth primarily involve those in the posterior tooth row, although caries afflicting canines also occur (1.4 % in the mandible; 4.6 % in the maxilla). No incisors have caries, but these teeth are ordinarily not affected by caries in any of the Mesolithic specimens. In general, at Muge M3's exhibit the highest frequencies for caries, followed by M1 then M2 (or P4). P3's in both jaws show low caries involvement. It is interesting that M3's which are in the jaws for the shortest period of time with respect to the other teeth have the highest caries rates. This contrasts to the comparative Mesolithic sample which shows about equal frequencies of caries in all the molars.

With respect to total caries incidence for males, females and unsexed individuals, in each case statistically significant differences occur between Muge and the Mesolithic sample (except in the female mandibular teeth) at the .05 level (or better) using 2×2 Chi-square tests. In cases where statistically significant differences exist, the caries rate at Muge ranges from 3.6 to 10.5 times the rate in the other Mesolithic samples. When all mandibular and maxillary teeth are considered, caries occur at a 6.7 % rate in Muge, while a rate of 1.5 % exists for the other Mesolithic specimens. Thus, based on the total number of teeth preserved at Cabeço

TABLE 3—*Oral Pathologies Based on the Number of Individuals*
 (np = number of individuals with the specific pathology)

	MALES			FEMALES			UNSEXED			TOTALS		
	(n)	np	%	(n)	np	%	(n)	np	%	(n)	np	%
CARIES												
Mesolithic	105	9	8.6	71	12	16.9	15	0	0.0	191	21	11.0
Muge	28	11	39.3 ⁽¹⁾	29	14	48.3 ⁽¹⁾	10	2	20.0	67	27	40.3 ⁽¹⁾
ABSCESSSES												
Mesolithic	106	22	20.8	71	25	35.2	15	1	6.7	192	48	25.0
Muge	28	3	10.7	29	8	27.6	10	3	30.0	67	14	20.9
PREMORTEM TOOTH LOSS												
Mesolithic	106	21	19.8	71	17	23.9	15	1	6.7	192	39	20.3
Muge	28	6	21.4	29	8	27.6	10	1	10.0	67	15	22.4

⁽¹⁾ Significant difference (Chi-square: $p \leq 0.02$ or better) with Mesolithic sample.

da Arruda and Moita do Sebastião, these sites show a statistically significant higher incidence of teeth with caries.

Since these data were compiled according to the total number of caries present (and numerous individuals from Muge and other Mesolithic sites have more than one caries per tooth), another compilation was made based on the number of individuals with at least one caries. These data (Table 3) confirm the observations based on the total number of teeth and further demonstrate the high incidence of caries in the Muge sample. Thus, for Muge males 11 of the 28 specimens (39.3 %) have at least one carious tooth, while only 9 of 105 males (8.6 %) in the Mesolithic sample have one or more caries. In females a similar pattern occurs with nearly 50 % of the Muge specimens possessing at least one decayed tooth, while caries rates for the non-Muge Mesolithic females are considerably lower (16.9 %). Overall, approximately 40 % of the total Muge sample has at least one caries, while only 11 % of the comparative Mesolithic sample is pathological. Each of these differences is statistically significant at the .02 level (or better) using a 2×2 Chi-square test. Consequently, whether the total number of teeth or the number of pathological individuals is considered, the caries rate at Muge significantly exceeds the rate for non-Muge Mesolithic sample.

Besides the incidence of caries, the severity of carious lesions was determined. These data, calculated on individual cases, represent the average number of caries per specimen (Table 4) and the degree of the carious involvement (Table 5). The latter is based on the size and severity of the caries, as described by Hillson (1979). However, only two categories were defined: occlusal (non-penetrant) and pulpal (penetrant) as others have done (Borgognini Tarli & Repetto, 1985; Lefèvre, 1973). These categories depend on whether the dental lesion is confined to the occlusal surface (non-penetrant caries) or whether it extends into the dentin and pulp (penetrant caries). Occlusal caries tend to be small, shallow pits on the crown surface, while pulpal involvement ranged from a moderate amount of coronal destruction to the complete loss of the crown, so that only the root stub remained.

With respect to the number of caries per individual (Table 4), the males from Muge average 2.5 caries (range = 1 – 7) and females 2.6 caries (range = 1 – 6). These frequencies indicate when caries occur, they commonly involve more than one tooth in the two jaws, while some teeth show polycaries. It is interesting to note the incidences per individual at Muge do *not* differ significantly from those for the other Mesolithic specimens, where both sexes together average 2.4 caries per individual (2.1 for males; 2.7 for females). Thus, based on the above data it is clear that caries per individual is not the reason for the high dental decay rate at Muge.

TABLE 4—Specimens with Caries from Muge and the Comparative Mesolithic Sample
 ([n] = number of caries; L or P following Muge specimen number indicates location [Lisbon or Porto] for the specimen)

MALES			FEMALES		UNSEXED	
Ofnet 24 [4]			Schellnecker Wand [1]		Cabeço da Arruda 915.L [2]	
Téviec 11 [1]			Ofnet 4 [6]		Cabeço da Arruda 918.L [1]	
Hoëdic 9 [1]			Ofnet 8 [2]			
Gramat 2 [1]			Ofnet 18 [4]			
Arene Candide 1 [4]			Birsmatten-Basisgrotte [3]			
Le Rastel 1 [2]			Téviec 1 [1]			
Cabeço da Arruda 3.1937.P [2]			Téviec 9 [1]			
Cabeço da Arruda 911.L [1]			Téviec 14 [1]			
Cabeço da Arruda 921.L [2]			Téviec 15 [2]			
Moita do Sebastião 3.L [1]			Hoëdic 1 [3]			
Moita do Sebastião 20.L [1]			Hoëdic 7A [2]			
Moita do Sebastião 30.P [7]			Cabeço da Arruda 3.L [3]			
Moita do Sebastião 31.P [1]			Cabeço da Arruda 6.1937.P [4]			
Moita do Sebastião 32.P [6]			Cabeço da Arruda 50.P [2]			
Moita do Sebastião 901YA.L [2]			Cabeço da Arruda 903.L [2]			
Moita do Sebastião XXXII.L [3]			Cabeço da Arruda 908.L [3]			
Moita do Sebastião T.L [1]			Cabeço da Arruda 926.L [1]			
Uzzo IB [2]			Cabeço da Arruda O.V.L [3]			
Uzzo 5 [2]			Moita do Sebastião 1.L [1]			
Molara II/1 [2]			Moita do Sebastião 11.P [2]			
			Moita do Sebastião 12.L [4]			
			Moita do Sebastião 19.L [2]			
			Moita do Sebastião XVII.L [3]			
			Moita do Sebastião XVII.L [2]			
			Moita do Sebastião XXX.L [4]			
			Uzzo 1A [5]			
	Muge	Meso	Muge	Meso	Muge	Meso
Total caries =	27	19	Total caries =	36	3	0
Mean caries =	2.5	2.1	Mean caries =	2.6	1.5	—
Range =	1-7	1-4	Range =	1-4	1-2	—
			Muge	Mesolithic	All Mesolithic	
Total caries			= 66	51	117	
Mean caries per individual			= 2.4	2.4	2.4	
Range			= 1-7	1-6	1-7	

Rather the high incidence of caries is simply a reflection of the greater number of individuals from Muge with carious teeth compared to the Mesolithic sample.

Severity of the caries is summarized in Table 5. These data show that a high number of caries at Muge (44.6 %) penetrate through the enamel and involve the dentin and pulp. Males have a greater frequency of this type of caries compared to females, although incidences between the sexes are not significantly different. Compared to the other Mesolithic specimens, the rates for the Muge males and females are higher, indicating that the caries are more severe, although again there are no statistically significant differences between Muge and the other Mesolithic specimens.

TABLE 5 — *Types of Caries at Muge and in the Comparative Mesolithic Sample*

	MALES		FEMALES		UNSEXED		TOTALS		PERCENT	
	Occlusal	Pulpal								
Mesolithic	12	7	21	12	0	0	33	19	63.5	36.5
Muge	14	13	21	14	1	2	36	29	55.4	44.6

In summary, these different quantifications for caries involvement in the individuals from Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião consistently show a high incidence of caries in the two Portuguese sites compared to Mesolithic specimens from other parts of Europe. Where significant differences occur between Muge and the rest of the Mesolithic, caries rates at Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião are always higher.

4. ABSCESSSES AND PREMORTEM TOOTH LOSS

Rates for the occurrence of abscesses and teeth lost before death were calculated only with respect to the percentage of individuals afflicted by one or both of these pathological conditions. In general, unlike the incidence of caries, the males and females from Muge do not show significant differences in the occurrence of these two indicators of oral health.

For abscesses (Table 3), Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião males and females show lower frequencies compared to the other Mesolithic specimens, although neither of these comparisons represent statistically significant differences. Overall, about 21 % of the individuals from the

two sites possess at least one abscess, while 25 % of the Mesolithic samples have one (or more) periapical abscesses. Although not given in the table, there is no correlation between the location of periapical abscesses and the type of tooth most commonly afflicted by caries. For example, at Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião third molars have the highest caries rate, but the first molars are associated with the highest number of abscesses (40.9 %), followed by M3 (22.7 %), P4 (13.6 %), and M2 (9.1 %). From these data it is clear that abscess formation is not highly correlated with caries.

Teeth lost before death are also not significantly more frequent in the two sites compared to the other Mesolithic sites (Table 3). Males, females and unsexed categories from Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião have a slightly higher number of individuals with at least one tooth which was lost premortem compared to the Mesolithic sample, but overall the rates for this pathological condition are virtually identical for both samples. Thus, about 22 % of the specimens from Muge show the loss of one or more teeth before death, while 20 % of the comparative Mesolithic sample exhibits premortem tooth loss. As with the occurrence of abscesses, the posterior teeth show the highest frequency of missing teeth, with no differences occurring among M1, M2, and M3.

5. SUMMARY AND CONCLUSIONS

Based on these results, it is apparent caries occur in high frequencies at Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião compared to the European Mesolithic sample. This is true whether dental caries are measured by the total number of teeth preserved or when based on the number of individuals with at least one carious tooth. In another publication, caries rates for different Mesolithic sites are reviewed for 10 sites in which 4 or more individuals are present (Frayer, 1988). Of these, the caries prevalence at Muge is only exceeded by Tévéc in NW France and Uzzo in SW Italy, but the differences are not great. Although it is not completely clear if the data are truly comparable, it is interesting to note that caries at Muge exceeds rates typical of most other hunter-gatherer samples. Thus, the Muge caries frequencies are substantially greater than the 1.0 % rate published by Armelagos (1966) for the Sudanese «Mesolithic.» Turner (1979: Table 3) has published a mean caries rate of 1.3 % for 19 hunter-gatherer samples and 4.8 % for a group of 13 «mixed economy (agriculture + hunting, gathering, or fishing)» samples. Total rates at Muge exceed the mean and range of the hunter-gatherer samples and are above the mean for the mixed

economy samples. Thus, whether based on the European Mesolithic or on world-wide samples, the caries rate at Muge is high, particularly in reference to data published for other hunter-gatherer groups. In contrast to the high prevalence of caries, the two Muge samples show no consistent differences with the comparative Mesolithic sample for the frequency of abscessed jaws or teeth lost premortem. This is not inconsistent with other studies, since tooth loss and abscesses are closely associated with alveolar disease due to plaque, heavy attrition and other «non-carious» factors (Wells, 1975).

The cause of the high caries involvement at Muge is difficult to pinpoint. Reviews of the etiology and epidemiology of caries have demonstrated a bacterial component to their development (Jordan, 1965) and have shown a strong correlation between caries and sugar/carbohydrate consumption (Mandel, 1979; Newbrun, 1982). Other factors such as protein ingestion (Hillson, 1979); Rugg-Gunn, 1983), fluoride, phosphate, and other mineral intake (Lukacs, Retief & Jarrige, 1985; Molnar & Molnar, 1985; Rugg-Gunn, 1983), saliva composition (Johansson, Ericson, Bowen, & Cole, 1984), malnutrition (Kreitzman, 1976; Sweeney, 1966) and tooth morphology (Paynter & Grainger, 1961) influence the onset, incidence and severity of caries in humans and experimental animals (Navia, 1977). There is also evidence for a genetic component in dental caries (Murray, 1983) and a general anthropological consensus that heavy occlusal wear tends to reduce the probability of developing caries (Armelagos, 1969). These and other factors lead to differential caries susceptibility in living people and presumably account for differences occurring in and among prehistoric populations.

Given the multiple factors responsible for caries and the lack of specific dietary data for Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião, it is not possible to confidently identify the cause(s) for high caries frequency at Muge. From my survey of the skeletal material, there is no greater incidence of nutritional deficiencies (based on the occurrence of enamel hypoplasias) in comparison to the other European Mesolithic skeletal material. Dietary information is sparse and limited to faunal remains. Yet, besides abundant evidence for shellfish collection at Muge, the archaeological data indicates land mammals were hunted (Roche, 1957; 1967). Thus, it is reasonable to assume the Muge people were consuming some amount of marine and terrestrial protein (Meiklejohn, Jackes, & Lubell, 1986) and were not suffering from abnormal nutritional stress. However, more thorough testing of these observations would be an interesting and useful project for future research, as would analysis of ground water supplies for concentrations of mineral content.

As for other factors, crown morphology and degree of occlusal wear do not vary significantly between Muge and the other Mesolithic samples. Furthermore, there is no evidence for greater longevity in the Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião samples which, although not a cause of caries, will affect the caries rate per individual (Larsen, 1982). Of all the possible factors, it seems probable that dietary components may be an important contributor to the high caries rate. Since fermentable carbohydrates are the single-most important cause of caries in living populations, it is reasonable to suspect consumption of these may account for the caries incidence at Muge. One possible dietary sugar is honey. There are numerous examples from the Iberian Peninsula of cave art depicting honey gathering which are dated to the Mesolithic (Crane, 1983; Dams & Dams, 1977). Rugg-Gunn (1983: 62) reports «it is unlikely honey is any less cariogenic than refined sugar» and, although there is no evidence for the use of honey at Muge, it is possible this food source may have contributed to the high caries rate. Another factor could be the incorporation of sweet, sticky fruits (such as dates, figs, or similar types of subtropical fruits) into the diet of the Muge inhabitants. No botanical evidence for these food sources has been discovered at Muge, although figs and dates are present today in the region (Condit, 1947) and, according to Crane (1983), dates may have been depicted in Mesolithic art. Both dates and figs have a substantial amount of sucrose and are considered moderately to highly cariogenic (Stephan, 1966). If they (or similar wild foods) were part of the diet at Muge, they would have had an important effect on the incidence of caries ⁽²⁾.

In the absence of any confirmatory evidence for either honey or sweet fruits (or any botanical evidence of the diet), it is presumptuous to argue these food sources were the specific cause of high dental caries at Muge. However, it seems likely exposure to sugary foods is related to the incidence of caries at Muge, particularly since high caries frequencies are related to sugar/carbohydrate consumption in other prehistoric (and historic) populations (for example, see Angel, 1944; Owsley, Miles, & Gill, 1985; and Wells, 1975). Whatever the cause of caries at Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião, individuals from these two sites show distinct tendencies to develop dental caries, which distinguishes them from most of the other European Mesolithic specimens.

⁽²⁾ The occurrence of fig in Mesolithic/Neolithic contexts has recently been reported by Lubell and Jackes (personal communication) from charcoal found at the coastal sites of Samouqueira and Medo Tojeiro in Alentejo. Although there is no evidence the fruits were eaten, it seems likely these were available as food sources.

ACKNOWLEDGEMENTS

I appreciate the opportunity and invitation to contribute this paper to the Sociedade Portuguesa Antropologia e Etnologia. My research in Portugal was made possible by the cooperation of Prof. Dr. J. Machado Cruz (Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», Porto) and Prof. O. da Veiga Ferreira (Serviços Geológicos de Portugal, Lisbon). In Porto Dr. António Huet Bacelar Gonçalves provided crucial support for my research project. Without his help I would have never been able to complete my work on the Muge material in Porto. I thank K. Stoner (Kansas) for editorial assistance. The research on which this paper is based was supported by a grant from the United States National Science Foundation (BNS 8419057).

RESUMO

Este trabalho revela evidências de patologias dentárias e bucais em restos humanos provenientes de duas estações do Mesolítico Português: Cabeço da Arruda e Moita do Sebastião, em Muge. Os dados obtidos nestas estações são comparados com a incidência de doenças bucais noutros espécimes do Mesolítico europeu. Os dentes provenientes de Cabeço da Arruda e Moita do Sebastião mostram uma elevada percentagem de cáries, relativamente a amostras comparativas de outros espécimes do Mesolítico europeu. A maior parte destas diferenças são estatisticamente significativas, quer sejam baseadas no número total de dentes, quer no número total de indivíduos analisados. Pelo contrário, para a percentagem destas cáries, a frequência de abscessos alveolares e a perda de dentes antes da morte, não difere significativamente dos outros espécimes mesolíticos.

Dado que estudos experimentais e epidemiológicos mostram que as cáries estão relacionadas, em primeiro lugar, com uma alimentação à base de açúcares e hidratos de carbono, podemos deduzir que os alimentos ingeridos pelos habitantes pré-históricos de Muge, envolviam uma alta quantidade de produtos susceptíveis de provocar cáries.

SUMMARY

This paper presents evidence for dental and oral pathologies in the human remains deriving from the two Portuguese Mesolithic sites at Muge: Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião. Data for these sites are compared to incidence of oral disease in other European Mesolithic specimens. The teeth from Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião show high rates of caries with respect to a comparative sample of other European Mesolithic specimens. Most of these differences are statistically significant, whether based on the total number of teeth or the total number of individuals in the samples. In contrast to these rates of caries involvement, the frequency of alveolar abscesses and teeth lost before death do not differ significantly from other Mesolithic specimens. Since experimental and epidemiological studies show that caries is primarily related to dietary items involving sugars and carbohydrates, it is postulated the diet of the prehistoric inhabitants of Muge was high in these cariogenic foods.

BIBLIOGRAPHY

- ALEXANDERSEN, V., (1967), The pathology of the jaws and the temporomandibular joint. In: *Diseases in Antiquity*. Edited by: D. R. BROTHWELL; & A. T. SANDISON, C. C. Thomas: Springfield, IL, pp. 551-595.
- ANGEL, J. L., (1974), The cultural ecology of general versus dental health. In: *Bevölkerungsbiologie: Beiträge zur Struktur und Dynamik Menschlicher Populationen in Anthropologischer Sicht*. Edited by: W. Berhard & A. Kandler. Gustav Fischer. pp. 382-391.
- ARMELAGOS, G. J., (1966), Frequency of dental caries in four archeological populations from Sudanese Nubia. *Am. J. Phys. Anthropol.*, 25: 210.
- ARMELAGOS, G. J., (1969), *Paleopathology of three archeological populations from Sudanese Nubia*. PhD Dissertation, University of Colorado.
- BAILEY, G. N., (1978), Shell middens as indicators of postglacial economies: a territorial perspective. In: *The Early Postglacial Settlement of Northern Europe*. Edited by: P. A. MELLARS. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 36-63.
- BASS, W. M., (1971), *Human Osteology*. Missouri Archaeological Society, Columbia, Missouri.
- BRABANT, H., (1967), Paleostomatology. In: *Diseases in Antiquity*. Edited by D. R. BROTHWELL and A. T. SANDISON. Springfield, IL: C. C. Thomas, pp. 538-550.
- BROTHWELL, D. R., (1963), The macroscopic dental pathology of some earlier human populations. In: *Dental Anthropology*. Edited by: D. R. BROTHWELL. New York: Macmillan, pp. 271-288.
- CLEMENT, A. J., (1958), The antiquity of caries. *Brit. Dent. J.*, 104: 115-123.
- CONDIT, I. J., (1947), *The Fig*. Waltham, MA: Chronica Botanica.
- CRANE, E., (1983), *The Archaeology of Beekeeping*. Ithaca: Cornell University Press.
- DAMS, L. R., (1978), Bees and honey collecting scenes in the Mesolithic rock art of Eastern Spain. *Bee World*, 59: 45-53.
- DAMS, M.; & DAMS, L. R., (1977), Spanish rock art depicting honey gathering during the Mesolithic. *Nature*, 268: 228-230.
- DUNNING, J. M., (1965), Progress in the epidemiology of dental caries. *Annals NY Acad. Sci.*, 131: 913-921.
- EDGAR, W. M., (1980), Prediction of the cariogenicity of various foods. *Internat. Dent. J.*, 35: 190-194.
- EMERY, G. T., (1963), Dental pathology and archaeology. *Antiquity* 33: 274-281.
- FEREMBACH, D., (1974), *Le Gisement Mésolithique de Moita de Sebastião*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- FRAYER, D. W., (1984), Tooth size, oral pathology, and class distinctions: Evidence from the Hungarian Middle Ages. *Antropol. Köz.*, 28: 47-54.
- FRAYER, D. W., (1988), Caries and oral pathology in the European Upper Paleolithic and Mesolithic. *Proceedings of the Second Symposium on Upper Paleolithic, and Neolithic Populations of Europe and the Mediterranean Basin*. Tel Aviv. (in press).
- HARDWICK, J. L., (1960), The incidence and distribution of caries throughout the ages in relationship to the Englishman's diet. *Brit. Dent. J.*, 108: 9-17.
- HILLSON, S. W., (1979), Diet and dental disease. *World Arch.*, 11: 147-162.

- JENKINS, W. M. M., (1983), The prevention and control of chronic periodontal disease. In: *The Prevention of Dental Disease*. Edited by: J. J. Murray. Oxford: Oxford University Press. pp. 253-298.
- JOHANSSON, I.; ERICSON, T.; BOWEN, W.; & COLE, M., (1985), The effect of malnutrition on caries development and saliva composition in the rat. *J. Dent. Res.*, 64: 37-43.
- KEENE, H. J., (1986), Dental caries prevalence in early Polynesians from the Hawaiian Islands. *J. Dent. Res.*, 65: 935-938.
- KREITZMAN, S. N., (1976), Nutrition in the process of dental caries. *Dent. Clinics N. Am.*, 20: 491-505.
- KROGMAN, W. M., (1938), The role of urbanization in the dentitions of various population groups. *Zeit. f. Rassenk.*, 7: 41-72.
- LARSEN, C. S., (1982), The anthropology of St. Catherine's Island. *Anth. Pap. Am. Mus. Natl. Hist.*, 57: 157-276.
- LARSEN, C. S., (1983), Behavioural implications of temporal change in cariogenesis. *J. Arch. Science*, 10: 1-8.
- LEFÈVRE, J., (1973), Étude odontologique des hommes de Muge. *Bull. Mém. Soc. d'Anthropol.* Paris 10 (XII): 301-333.
- LUBELL, D.; JACKES, M. K.; SCHWARCZ, H.; & MEIKLEJOHN, C. M., (1986), Archaeology and human biology of the Mesolithic-Neolithic transition in southern Portugal: a preliminary report. The Mesolithic in Europe: *Proceedings of the Third Mesolithic Symposium*. Edinburgh. In press.
- LUKACS, J. R.; RETIEF, D. H.; & JARRIGE, J.-F., (1985), Dental disease in prehistoric Baluchistan. *Nat. Geog. Research*, 1: 184-197.
- MANDEL, I. D., (1979), Dental caries. *Am. Sci.*, 67: 680-668.
- MEIKLEJOHN, C.; JACKES, M. K.; & LUBELL, D., (1986), Radiocarbon dating of human skeletal material from two sites in Portugal. *Mesolithic Miscellany* (2): 4-6.
- MEIKLEJOHN, C.; SCHENTAG, C.; VENEMA, A.; & KEY, P., (1984), Socioeconomic change and patterns of pathology and variation in the Mesolithic and Neolithic of Western Europe: some suggestions. In: *Paleopathology at the Origins of Agriculture*. Edited by: M. N. COHEN & G. J. ARMELAGOS. Orlando: Academic Press. pp. 75-100.
- MOLNAR, S.; & MOLNAR, I., (1985), Observations of dental diseases among prehistoric populations of Hungary. *Am. J. Phys. Anthropol.*, 67: 51-64.
- MURRAY, J. J., (1983), Dental caries — a genetic disease? In: *The Prevention of Dental Disease*. Edited by: J. J. MURRAY. Oxford: Oxford University Press. pp. 237-252.
- NAVIA, J. M., (1977), *Animal Models in Dental Research*. University, AL: University of Alabama Press.
- NEWBRUN, E., (1982), Sugar and dental caries. *Science*, 217: 418-423.
- NEWELL, R. R.; CONSTANDSE-WESTERMANN, T. S.; & MEIKLEJOHN, C., (1978), The skeletal remains of Mesolithic Man in Western Europe: an evaluative catalogue. *J. Human Evol.*, 8: 1-228.
- OWSLEY, D. W.; MILES, A.-M.; & GILL, G., (1985), Carious lesions in permanent dentitions of protohistoric Easter Islanders. *J. Poly. Soc.*, 94: 415-422.
- PAYNTER, K. J.; & GRAINGER, R. M., (1961), Influence of nutrition and genetics on morphology and caries susceptibility. *J. Am. Med. Assoc.*, 177: 306-309.

- ROCHE, J., (1957), Les collections mésolithiques du Musée des Services Géologiques du Portugal. Moita do Sebastião. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal XXXVIII*: 305-324.
- ROCHE, J., (1967), Les collections mésolithiques du Musée des Services Géologiques du Portugal. Cabeço da Arruda. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal LI*: 221-242.
- RUGG-GUNN, A. J., (1983), Diet and dental caries. In: *The Prevention of Dental Disease*. Edited by: J. J. MURRAY. Oxford: Oxford University Press. pp. 3-82.
- STEPHAN, R. M., (1966), Effects of different types of human foods on dental health in experimental animals. *J. Dent. Res.*, 45: 1551-1561.
- TURNER, C. G., (1979), Dental anthropological indications of agriculture among the Jomon people of Central Japan. *Am. J. Phys. Anth.*, 51: 619-636.
- WELLS, C., (1975), Prehistoric and historical changes in nutritional diseases and associated conditions. *Progress Food Nutrit. Sci.*, 1: 729-779.
- WHITTAKER, D. K.; MOLLESON, T.; BENNETT, R. B.; AP EDWARDS, I.; JENKINS, P. R.; & LLEWELYN, J. H., (1981), The prevalence and distribution of dental caries in a Romano-British population. *Archs. Oral Biol.*, 26: 237-245.

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA GRUTA DOS ALQUEVES

(S. MARTINHO DO BISPO, COIMBRA)

POR

Raquel Vilaça (*)

e

João Pedro Cunha Ribeiro ()**

1. Antecedentes e objectivos

A Gruta dos Alqueves, situada numa das áreas urbanizadas da periferia de Coimbra, foi explorada pela primeira vez por Santos Rocha, em 1898, que dela tomou conhecimento através do seu amigo Aníbal de Brito Paes. Nesta sua primeira e única intervenção, de que nos deixou um pequeno trabalho (Rocha, 1909: 17-22), recolheu diversos elementos, alguns dos quais, entretanto desaparecidos, que lhe permitiram identificá-la como necrópole neolítica: fragmentos cerâmicos, lâminas em sílex, alfinetes de osso, etc..

No ano seguinte, a gruta foi alvo de novas explorações, agora por iniciativa de Bernardino Machado, então professor de Antropologia da Universidade de Coimbra, limitando-se a recolher ossos humanos muito fragmentados.

Nos inícios deste século, em 1900, 1901 e, depois, em 1906, as escavações de Mesquita de Figueiredo, logo noticiadas na «Gazeta da Figueira» (n.º 921, de 2-12-1900), vieram confirmar o carácter funerário da gruta, bem como a sua utilização no Neolítico. Além de ter encontrado novos materiais em pedra lascada e de ter exumado um recipiente cerâmico

(*) Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras da Univ. de Coimbra.

(**) Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras da Univ. do Porto.

completo, detectou ainda uma sepultura intacta de que, todavia, não deixou desenho, fotografia ou descrição pormenorizada no estudo que dedicou a esta estação arqueológica (Figueiredo, 1951).

Só recentemente, em 1985, os trabalhos de exploração da gruta foram de novo retomados e continuados nos dois anos seguintes. Durante este longo intervalo de tempo, a gruta nunca deixou de ser visitada por curiosos que, juntamente com a população vizinha, muito contribuíram para o seu entulhamento e desfiguração progressiva.

As escavações, da responsabilidade dos signatários, foram parcialmente desenvolvidas em consequência duma intervenção de emergência, proposta pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro. Com efeito, quando visitámos pela primeira vez a gruta, em 1984, juntamente com o Director daqueles Serviços, constatámos a existência de várias ameaças à sua preservação, dado que se encontra numa área de franca expansão urbanística; a sua presença era então ignorada no Plano de Urbanização da Câmara Municipal de Coimbra para aquela zona (1).

Um dos objectivos a atingir, e que se prendia directamente com aquele problema, era o de determinar o real interesse arqueológico da gruta, avaliando a importância, extensão e conservação dos vestígios arqueológicos existentes na cavidade.

O outro inseria-se no projecto de investigação de um dos signatários, que visava o estudo do povoamento da Pré-História Recente do Baixo Mondego.

Assim se realizaram, ao longo de 1985, 1986 e 1987, três campanhas de escavações, que contaram com a participação de alunos das Faculdades de Letras das Universidades do Porto e de Coimbra e com trabalhadores contratados para o efeito (2).

(1) Este problema foi posteriormente ultrapassado e resolvido pelo Director do S.R.A.Z.C., o proprietário dos terrenos destinados à construção e os responsáveis da Câmara Municipal de Coimbra designados para o efeito. Na sequência deste processo e dos resultados entretanto obtidos foi já homologada superiormente a proposta de classificação da gruta como «imóvel de interesse público».

(2) As três campanhas realizaram-se graças ao apoio financeiro do Instituto Português do Património Cultural e da Câmara Municipal de Coimbra.

Participaram os seguintes alunos das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e do Porto: Maria Helena Moura, João Redol, Paulo Félix, Anabela de Jesus, Angelina Pinho, Arminda Correia, Fernanda Pereira, Susana Costa, Ana Cristina Farinha, Madalena Cabral, Ana Paula Birra, Edite Fernandes, Maria Miguel Lucas, Maria Teresa Lourenço, Maria Teresa Maia, Isaura Maia, Maria Manuel Vizela, Paulo Costa Pinto e Pedro Sobral.

Os desenhos do material arqueológico são da autoria do Dr. José Luís Madeira.

Uma vez confirmado o interesse arqueológico e científico da Gruta dos Alqueves, foi imediatamente colocado um gradeamento à entrada da mesma, meio que nos pareceu ser o mais eficiente para a sua preservação.

Em função dos antecedentes enunciados optou-se por reunir neste trabalho não só os dados inéditos, que o motivaram, mas também apresentar a nossa interpretação relativamente aos elementos coligidos por Santos Rocha e Mesquita de Figueiredo. Assim, teve-se em conta, por exemplo, todo o espólio exumado, quer o que se encontra no Museu Municipal «Dr. Santos Rocha», na Figueira da Foz, quer mesmo o que entretanto se perdeu.

Também o material osteológico foi alvo de uma análise cuidadosa. O miserável estado e as condições em que se encontravam os ossos exumados, não permitiram, contudo, ir além das informações reunidas no pequeno relatório publicado na parte final deste estudo (anexo 1).

2. Localização

Também conhecida pelo topónimo de «Cova da Moura», a Gruta dos Alqueves situa-se a pouco mais de 1,5 km de Coimbra, na freguesia de S. Martinho do Bispo, do concelho de Coimbra. A sua entrada abre-se na vertente oriental do vale da Ribeira da Póvoa, mesmo em frente da pequena povoação da Póvoa, na chamada encosta dos Alqueves.

De acordo com a folha n.º 241 da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25.000, o ponto onde se localiza a entrada da gruta apresenta as seguintes coordenadas de Gauss: B 730 589. A sua altitude é de cerca de 80 metros.

Em termos geológicos a Gruta dos Alqueves está integrada nas camadas de calcário dolomítico do Jurássico Inferior, numa zona hoje completamente transformada pelo homem. A sua actual entrada, artificial, abre-se virada para SSW, junto ao tecto da gruta, dominando no exterior um vale relativamente acentuado, onde se cruzam numerosas linhas de água.

3. Descrição da gruta

A Gruta dos Alqueves é constituída por uma cavidade cársica alongada, que se encontra ainda parcialmente em actividade, em particular na sua extremidade NNE.

Basicamente corresponde a uma gruta de corredor, com uma largura média bastante razoável (entre 5 e 6 m), ainda que o entulhamento da sua

zona central a divide em duas amplas «salas», ligadas entre si por uma pequena galeria inscrustada no tecto.

A primeira «sala», denominada «sala» A, situa-se no prolongamento da entrada, que se abre para SSW, junto do tecto da gruta. É uma zona

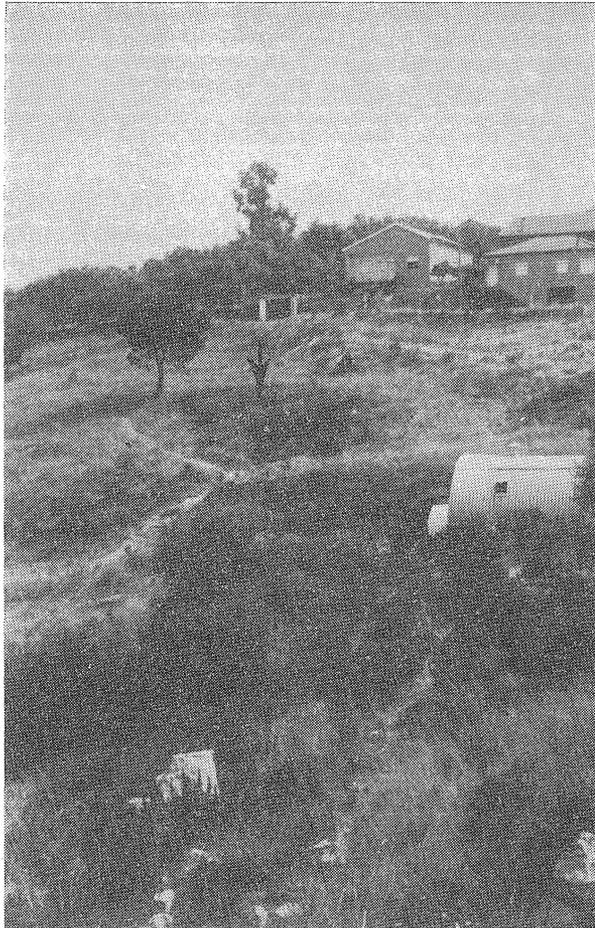


Fig. 1 — Localização da Gruta dos Alqueves.

relativamente acidentada, do ponto de vista topográfico, descendo inicialmente de forma acentuada, para terminar aplanada no local onde o tecto, aproximando-se do enchimento, prolonga a cavidade numa verdadeira fenda horizontal, que comunica parcialmente com a chamada segunda «sala» («sala» B).

Na parte inclinada o solo apresenta-se coberto por grandes blocos angulosos de calcário, enquanto na zona mais baixa aflora à superfície um enchimento arenoso que continua para o interior da fenda terminal da «sala». Lateralmente, a meio da acentuada descida e nas proximidades da parede oriental da gruta, os blocos de calcário assentavam directamente numa crosta estalagmítica que se encontrava ainda em formação nesta zona da gruta. No lado oposto dessa «sala» abre-se uma pequena galeria, praticamente paralela ao eixo da gruta, onde o enchimento se desenvolvia inicialmente quase até ao tecto, obstruindo-a.

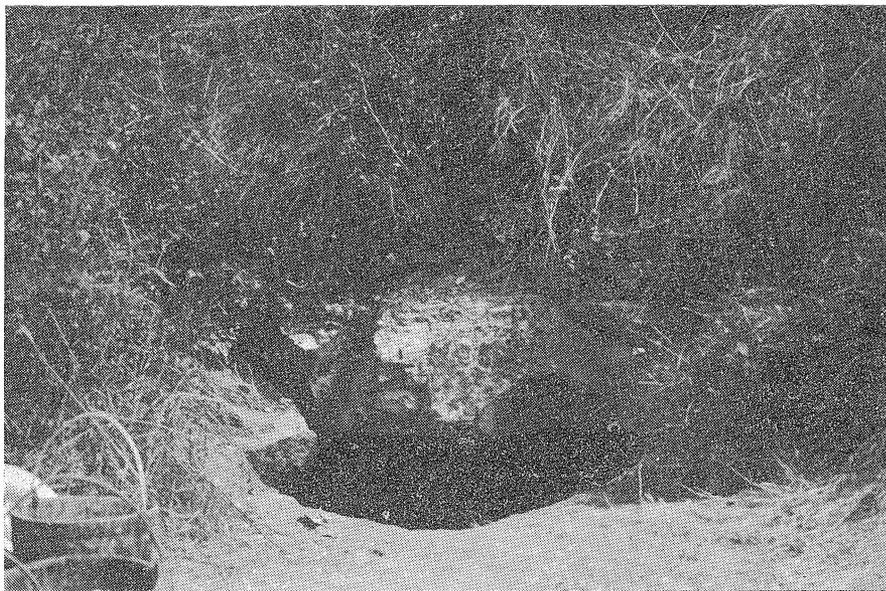


Fig. 2 — Entrada actual da Gruta dos Alqueves.

O tecto desta «sala» apresenta-se em degraus, formados pelas diferentes bandas em que o calcário se encontra localmente disposto, cuja inclinação acompanha de maneira geral o declive inicial do solo.

O acesso à segunda «sala» efectua-se por uma pequena galeria escavada no tecto por um fenómeno de origem cársica, precisamente na zona da gruta onde o enchimento mais se aproxima do tecto. Trata-se de um espaço que, devido ao entulhamento desta zona da gruta, funciona como uma espécie de corredor, orientando-se inicialmente no sentido do eixo maior da gruta, para depois se desviar um pouco para a esquerda, após ultrapassar uma zona onde se alarga levemente.

Finalmente, surge a chamada «sala do lago» («sala» B). É uma zona onde o enchimento é extremamente argiloso, abrindo-se na sua parte central uma depressão que no Inverno é ocupada pelas águas pluviais, dando origem a um pequeno lago. No Verão o nível da água diminui drasticamente, mas o solo permanece enlameado, dado que continuam em actividade algumas goteiras do tecto.

Nesta última «sala» desenvolvem-se dois pequenos corredores laterais que, muito possivelmente, estabelecem a ligação da cavidade à rede cársica de drenagem do maciço calcário.

4. Escavação

As campanhas de escavação que realizámos na Gruta dos Alqueves, entre 1985 e 1987, tinham como objectivo fundamental proceder ao reconhecimento da sua importância arqueológica, procurando confirmar as informações provenientes dos trabalhos efectuados por Santos Rocha e Mesquita de Figueiredo.

O início dos trabalhos traduziu-se na abertura de quatro sondagens em diferentes áreas da gruta, com o intuito de se estabelecer uma correcta leitura do seu enchimento e, ao mesmo tempo, tentar identificar a zona onde os citados investigadores detectaram a existência de enterramentos. Procurava-se assim conhecer não só o desenvolvimento estratigráfico do enchimento da gruta nos seus diferentes sectores, como também circunscrever a área arqueologicamente mais significativa, confirmando ou não as interpretações aduzidas anteriormente sobre os testemunhos aí encontrados.

A primeira sondagem, designada por sondagem A, foi implantada a poucos metros da entrada, numa zona de declive ainda pouco pronunciado (Est. II). Esta sondagem tinha como missão controlar a constituição do enchimento nesta zona e verificar o seu possível interesse arqueológico. Porém, em 1985 os trabalhos só permitiram atingir a profundidade de 2 metros, o que limitou necessariamente as conclusões então retiradas.

Apesar de tudo foi-nos possível observar localmente a presença de um enchimento relativamente homogéneo, constituído por blocos e placas de calcário angulosas e de dimensões variáveis, entremeados por uma matriz argilosa. Na parte inferior da sondagem, em associação com pequenas bolsas de terra negra muito solta, encontraram-se, logo em 1985, alguns vestígios ósseos, três fragmentos de cerâmica e duas lâminas em sílex partidas. Trata-se, porém, de material claramente situado em posição secundária,

como se deduz, aliás, do revolvimento que afectou localmente o enchimento, da presença de raízes recentes e da descoberta de espólio moderno.

Tais descobertas levaram-nos a pensar que nas proximidades da entrada a gruta terá sido recentemente entulhada de forma artificial, apenas como uma medida de segurança. Os blocos calcários que constituem uma parte significativa do enchimento terão sido aí depositados pelo homem, enquanto a argila, que ocupa os seus interstícios, foi arrastada do exterior pelas águas das chuvas. O facto de termos encontrado no interior do enchimento materiais modernos associados a outros vestígios claramente mais antigos, permitia pensar que estes últimos proviriam possivelmente de níveis de ocupação mais profundos, afectados por fenómenos de revolvimento quando se procedeu ao entulhamento da gruta. A continuação desta sondagem em ulteriores campanhas afigurava-se-nos assim de importância bastante significativa.

Numa pequena galeria que se desenvolvia de forma mais ou menos paralela à parede ocidental da «sala» A, abriu-se a sondagem B. Pretendíamos aí verificar a espessura e natureza do respectivo enchimento, bem como a sua importância arqueológica, determinando ao mesmo tempo as reais dimensões da galeria, já que inicialmente ela se encontrava praticamente obstruída pelos sedimentos.

Realizada a respectiva escavação verificámos que a galeria correspondia apenas a uma derivação lateral da rede cársica, não se tendo encontrado qualquer tipo de material com interesse arqueológico. O enchimento era essencialmente constituído por materiais argilosos, de cor castanha-acinzentada, abundantes em quase toda a superfície interna da gruta.

A sondagem C foi implantada numa pequena reentrância lateral da gruta, situada na parte oriental da «sala» A, num local onde o solo formava uma acentuada depressão, totalmente coberta por blocos de calcário, sob os quais se detectou uma crosta estalagmítica em formação. Logo aí, à superfície, foram detectados alguns ossos humanos, achados que se tornaram a repetir no nível acinzentado de areias grosseiras subjacente. No entanto, apesar da escavação desta sondagem se ter prolongado ainda em 1986, os referidos vestígios foram apenas assinalados numa zona superficial, rica em blocos calcários.

Com a realização de uma quarta sondagem na parte terminal da «sala» A tencionávamos poder vir a detectar o desenvolvimento da enchimento da cavidade, numa zona que não se deveria apresentar muito perturbada, dada a relativa aplanção que o solo aí evidenciava.

A escavação permitiu, porém, reconhecer a existência de uma camada homogénea, amarelada, com uma textura areno-argilosa, onde não se

vislumbrava qualquer disposição estratigráfica. Os escassos materiais detectados devem ter sido depositados por um fenómeno de arrastamento, ocorrido na altura da formação do preenchimento, o que nos leva a concluir que a génese deste último foi recente.

Muito embora os resultados globais obtidos em 1985 não fossem demasiado promissores, pareceu-nos útil, em 1986, a continuação dos trabalhos iniciados nas sondagens A e C, não só por terem sido aquelas que revelaram alguns indícios arqueológicos mais significativos, mas também porque se situavam em áreas da gruta onde não se havia atingido a base do enchimento.

Assim, na sondagem C, prolongamos a escavação até à profundidade de 2,40 metros, o que permitiu estabelecer a seguinte leitura estratigráfica:

1 — Nível superficial de grandes blocos de calcário, de origem actual e integrando parcialmente a formação de uma placa estalagmítica.

2 — Nível de entulhamento recente, atingindo localmente uma espessura máxima de 1,80 metros. É constituído por terras argilosas de cor amarelada, ricas em blocos angulosos de calcário, integrando mesmo na sua base blocos de grandes dimensões, provenientes do tecto da gruta.

3 — Nível de argilas acinzentadas e muito compactadas, desenvolvendo-se sob os grandes blocos existentes na base da camada anterior.

As reduzidas dimensões da sondagem impediram a continuação da escavação para além dos 2,5 metros de profundidade, pelo que desconhecemos a real espessura deste último nível. Aliás, nesta sondagem apenas se detectaram, nos dois níveis inferiores, alguns vestígios osteológicos muito fragmentados, dispersos e sem evidenciarem entre si qualquer tipo de correlação.

A continuação da escavação na sondagem A permitiu, por seu lado, observar o desenvolvimento de um nível de grandes blocos de calcário, na parte inferior do enchimento, já identificado no decurso da primeira intervenção. Imediatamente por baixo deste nível de grandes blocos detectámos uma camada de terras de cor castanha clara, com elevado teor de argilas, cuja importância residia no elevado número de ossos humanos que continha, em associação com os quais também descobrimos alguns fragmentos de cerâmica.

Esta descoberta, confirmando no essencial as informações dispersas pela bibliografia existente sobre a gruta, obrigou-nos, todavia a alargar a área de intervenção nesta zona da jazida, com o intuito de determinar de forma mais clara a estruturação da necrópole e a sua dimensão.

Tais trabalhos, implementados no decurso da campanha de 1987, levaram-nos a identificar a ocorrência de uma única camada de ocupação,

com cerca de 40 cm de espessura, no seio da qual se distribuíam os ossos humanos, com nítidas áreas de maior concentração, enquanto noutras rareavam ou, como sucedia no sector ocidental da sondagem, estavam mesmo ausentes. Curiosamente, contrastando com a riqueza osteológica, registou-se a presença de um parco espólio arqueológico.

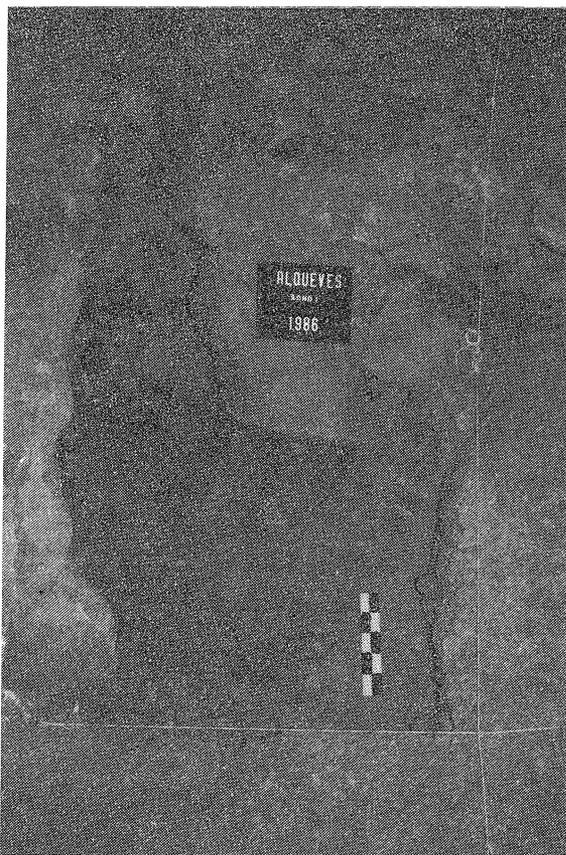


Fig. 3 — Pormenor da sondagem A, localizada junto à entrada da gruta.

A proximidade do nível de grandes blocos de calcário e a natureza do próprio calcário engendraram frequentemente o desenvolvimento de concreções, particularmente difíceis de eliminar quando envolviam os ossos.

A distribuição espacial dos ossos humanos apenas tornou possível delimitar áreas de maior concentração. Na verdade, eles chegaram até nós

excessivamente fragmentados e misturados caoticamente entre si, não deixando qualquer hipótese de interpretação objectiva sobre o tipo de ritual praticado. Não é portanto possível definir sepulturas, nem tão pouco determinar a existência de deposições flectidas ou estendidas ⁽³⁾.

Julgamos que para esta situação terá também contribuído o facto de o nível da necrópole estar imediatamente a seguir e em contacto com o nível dos grandes blocos, provavelmente caídos do tecto da gruta e que acabaram por esmigalhar os ossos. Este «acidente» não invalida, porém, a hipótese que colocamos desta área da gruta corresponder a uma zona de «enterramentos secundários». É aliás possível que os ossos em causa tenham sido remexidos pelos utilizadores da gruta numa fase posterior à sua deposição. Tal gesto ocorreu não por uma simples falta de espaço, mas sim por motivos de ordem ritual. A área de utilização primária, com sepulturas definidas, pode bem corresponder à zona central da primeira «sala» da gruta («sala» A), onde tudo leva a crer que Santos Rocha e Mesquita de Figueiredo as terão detectado.

Sob o nível correspondente à utilização da gruta como necrópole surgiu-nos um outro nível sem interesse arqueológico, constituído por pequenas placas angulosas de calcário, aglutinadas por uma matriz argilosa. Este nível foi escavada na zona Sul da sondagem A, tendo-nos sido possível atingir aí a profundidade de cerca de 5,5 metros, sem contudo se ter detectado qualquer vestígio de ocupação.

Terminada a escavação desta sondagem foi-nos possível definir localmente a seguinte estratigrafia (Est. V).

1 — Nível de entulho recente com cerca de 2 m de espessura, constituído por blocos de calcário angulosos entremeados por uma matriz argilosa. À medida que se desce em profundidade a dimensão dos blocos tende a aumentar, por vezes de forma bastante pronunciada.

2 — Nível de terras acastanhadas e ricas em argila, com uma espessura de cerca de 40 cm. Este nível corresponde à fase de utilização da gruta como necrópole e apenas foi identificado de maneira clara no sector oriental da sondagem.

3 — Sob o nível anterior e até aos 5,5 m de profundidade, altura em que nos vimos obrigados a suspender os trabalhos de escavação por uma questão de segurança, surgiu-nos um nível homogéneo de pequenas

⁽³⁾ No entanto, numa pequena fenda cársica, descoberta na parede oriental da gruta, observámos uma concentração significativa de ossos humanos, entre os quais identificámos alguns ossos longos e maxilares. Este achado sugeriu-nos obviamente a possível utilização destes acidentes topográficos como locais de sepultura.

placas de calcário, frequentemente imbricadas umas nas outras e fortemente consolidadas por uma matriz argilosa.

5. Espólio

Comparativamente a outras grutas com ocupação contemporânea à da Gruta dos Alqueves, esta revelou-se muito pobre no que diz respeito a material arqueológico, tendo em conta o elevado número de enterramentos que continha. Esta característica, denunciada nas intervenções de finais do século passado e inícios deste, foi plenamente confirmada nas escavações cujos resultados ora se publicam.

Como foi referido, este captíulo abarca todo o espólio exumado, apesar de parte só ser conhecido através das informações bibliográficas, já que o seu paradeiro é desconhecido.

5.1. Material cerâmico

Proveniente das escavações de Santos Rocha, deram entrada no actual Museu da Figueira da Foz (Cruz, 1900: 178 e Rocha, 1905: 60-61) diversos fragmentos cerâmicos, hoje desaparecidos, com excepção do representado na estampa VI (n.º 3). Quase nada sabemos acerca deles, a não ser que eram fabricados manualmente e estavam associados a enterramentos; um deles foi encontrado junto à parede da primeira sala. Podemos somente fazer uma ideia muito vaga das suas formas através da descrição de Santos Rocha: «parte de um vaso de barro negro... em forma de calote esférica e com bordo reentrante...»; um outro «bordo vertical»... (Rocha, 1909: 22).

O único fragmento que se salvou permite, felizmente, obter a reconstrução total do recipiente correspondente. Trata-se de uma taça lisa, com carena a cerca de 2 cm abaixo do bordo, que é plano e inclinado para o interior. A superfície, de tomo castanho escuro, apresenta vestígios de polimento.

Mesquita de Figueiredo teve mais sorte ao encontrar, além de outros fragmentos ⁽⁴⁾, um recipiente cerâmico completo, exposto numa das vitrines do Museu Municipal «Dr. Santos Rocha». No «croquis» publicado, aquele investigador localiza o referido vaso numa zona central da «sala» A, junto a uma laje cravada em cutelo, talvez não muito longe da área onde implan-

(4) Estes fragmentos não se encontram no Museu Municipal «Dr. Santos Rocha», mas não sabemos se chegaram alguma vez a dar entrada no referido Museu.

támos a nossa sondagem C. Posteriormente, veio a encontrar muito próximo daquela laje «um depósito intacto onde havia uma sepultura» (Figueiredo, 1950).

Na estampa (VI (n.º 1) apresenta-se um desenho deste recipiente: forma globular, com bordo plano inclinado para o interior e estrangulamento junto ao bordo; nesta zona foram colocados quatro pequenos mamilos, dos quais só resta um; a superfície foi alisada, mas tem actualmente um aspecto rugoso e poroso, dada a friabilidade da pasta.

Quer este caso, quer a taça carenada que descrevemos, encontram paralelos, a nível morfológico, na zona meridional do país: na câmara ocidental do monumento da Praia das Maças (Leisner *et alii*, 1969, PL. X), na Anta Grande do Olival da Pega (Leisner, 1951), na gruta da Folha das Barradas (Leisner, 1965), etc..

Os nossos trabalhos em quase nada contribuíram para um melhor conhecimento da cerâmica da Gruta dos Alqueves, já que os fragmentos exumados são em número diminuto e incaracterísticos. Da campanha de 1985 contamos com três fragmentos provenientes da sondagem A. São todos de fabrico manual, grosseiro, com elementos não plásticos de grande calibre (quartzo e calcite). O mais interessante corresponde a um bordo extrovertido, liso, com pasta porosa e friável.

Da campanha seguinte e da mesma sondagem são provenientes mais seis fragmentos de bojo e um de bordo plano-convexo (Est. VI). As características de fabrico e das pastas repetem-se.

Nos trabalhos de 1987, e ainda na sondagem A, recolheram-se mais quatro fragmentos de bojo, de forma indefinida e lisos.

De todos eles, só os das últimas duas campanhas se encontravam na sua posição primária (nível 2).

5.2. Utensilagem óssea

Em termos de espólio, um dos resultados mais importantes das escavações realizadas nesta gruta foi o achado de algumas peças em osso. Uma delas teria sido a conta tubular, encontrada por Santos Rocha, provavelmente elemento de colar, e de que só resta, infelizmente, um desenho (Rocha, 1909), pois não se encontra no Museu Municipal «Dr. Santos Rocha». Igual sorte teriam tido dois fragmentos não contíguos de um alfinete de osso, liso, muito polido e de secção elipsoidal (Carriso, 1909), também proveniente das escavações do arqueólogo figueirense, e ainda um outro, achado por Mesquita de Figueiredo. O que apenas se conservou

no referido Museu é o exemplar da estampa VII (n.º 6), recolhido por Santos Rocha. Trata-se de um alfinete de osso polido, completo, de secção subcircular. Este tipo é relativamente raro em contextos funerários da mesma época do da Gruta dos Alqueves.

Mais característicos destes ambientes são os alfinetes do tipo de cabeça cilíndrica. O que encontramos (Est. VII) tem a cabeça lisa mas não postiga, como é mais corrente nos alfinetes deste período da fachada litoral a Sul do Mondego, nomeadamente na vizinha estação de Eira Pedrinha (Condeixa-a-Nova). Além deste alfinete, que se encontra incompleto, foram ainda exumados mais dois fragmentos de objectos em osso polido (alfinete, agulha, punção?), pontegudos e de secção subcircular. São todos provenientes do nível de enterramentos.

5.3. Material lítico

A Gruta dos Alqueves, contrariamente a muitas outras utilizadas na mesma altura, revelou-se praticamente estéril no que diz respeito à utensilagem de pedra polida. Tal situação havia sido já constatada nos trabalhos de escavação anteriores aos nossos, levando Santos Rocha a pensar que, no vale do Mondego, o homem trabalhou com perfeição as pontas de sílex e a cerâmica antes de conhecer o polimento da pedra (Rocha, 1908).

Na verdade, os clássicos machados e enxós de pedra polida, normalmente presentes em contextos desta natureza, não faziam aparentemente parte da «bagagem funerária» destas populações. O polimento da pedra não lhes era, porém, desconhecido, já que o utilizaram no fabrico de uma pequena placa de metagrauvaque ⁽⁵⁾, lisa, de configuração trapezoidal e secção sub-rectangular, desprovida de gume ou de qualquer outro elemento que sugira um uso prático. Esta peça, por certo votiva, encontrava-se, na altura do seu achado, coberta com concreções calcárias (Est. VII).

De igual importância se revelou o material de pedra lascada, com a presença de catorze lâminas ou fragmentos de lâmina, em sílex. Destas, desconhece-se o paradeiro de três, exumadas por Mesquita de Figueiredo. No conjunto das que foram observadas directamente (quatro das escavações de Santos Rocha e sete provenientes das nossas), para além das diferenças particulares de carácter morfológico e tipológico, presentes no Quadro I, é possível arrumá-las em dois grandes grupos: o das lâminas retocadas e o das não retocadas.

⁽⁵⁾ Agradecemos a José Manuel Pinto, do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, a análise desta peça.

Ainda de extrema importância é a ponta de seta, também em sílex, que Santos Rocha apelidou de dardo; apresenta a ponta partida, bordos rectilíneos, base triangular, retoque bifacial, rasante, total e subparalelo (Est. VII).

De referir, por fim, um percutor e uma concha de *Iritom Nodiferus*, encontrados por Santos Rocha, mas hoje perdidos, e dois seixos, sem vestígios de uso, provenientes do nível da sondagem que designámos por A.

Como se sabe, a associação dos alfinetes de osso (de cabeça lisa ou sulcada, postiça ou não) à ponta de seta de base triangular, ambos presentes na Gruta dos Alqueves, caracterizaria, com outros elementos (placas de xisto, lâminas não retocadas, etc.) a fase III-a do Neolítico de Vera Leisner (Leisner, 1983). Com efeito, tal associação é manifesta em numerosas estações de carácter funerário, de que poderia constituir exemplo a Câmara Ocidental do monumento da Praia das Maças. Todavia, o que com rigor se constata, é que os mesmos elementos da cultura material podem surgir em múltiplas associações e não em conjuntos herméticos, sendo bem difícil e, certamente, errado procurar encontrar «conjuntos puros» que revelem e marquem automaticamente este ou aquele estádio, este ou aquele horizonte.

6. Considerações finais

Ao iniciar um breve balanço das três campanhas de escavações realizadas na Gruta dos Alqueves, fácil se torna verificar termos alcançado o objectivo que desde início havíamos definido: não só confirmar o interesse arqueológico do local, como também determinar a própria localização da necrópole no interior da cavidade.

Na zona mais profunda da gruta verificámos a ocorrência de um processo de sedimentação ainda em curso, o que desde logo limitava o seu interesse arqueológico (sondagens B e D).

A sondagem C, provavelmente situada nas imediações da zona interencionada por Mesquita de Figueiredo (Figueiredo, 1951), permitiu a recolha de materiais osteológicos que, embora remexidos, deixam pelo menos antever o prolongamento da necrópole até esse local.

Os elementos de maior interesse foram, porém, recolhidos nas proximidades da entrada da gruta (sondagem A). A sua conservação foi localmente possível pela conjugação de dois factores diferentes: a queda de enormes blocos de calcário provenientes do tecto da gruta; a recente formação de uma espessa camada de entulho que colmatou o nível dos grandes blocos.

Quadro I — LÂMINAS

Est. N.º	Origem	Medidas (em)			Secção	Não retocadas	Retocadas
		Comprimento	Largura máxima	Espessura máxima			
VIII-3	Santos Rocha	9,1	2	0,5	trapezoidal		anv. c/ retoques na extremidade distal
VIII-2	»	10,5	3	1,2	sub-triangular	×	
VIII-1	»	16,1	2,2	0,5	trapezoidal	×	
IX-2	»	9,1	2	0,5	»		anv. c/ retoques semi-abruptos e marginais; rev. c/ retoques rasantes
—	Mesquita Figueiredo	± 15	?	?	trapezoidal (?)	?	
—	»	± 15	?	?	»	?	
—	»	?	?	?	»	?	
IX-1	Escavações 85/87	13,1	1,9	0,6	trapezoidal	×	
IX-3	»	3,4	2,2	0,6	triangular	×	
X-4	»	3,3	1,5	0,4	»		anv. c/ retoques abruptos e marginais na extremidade distal
IX-4	»	6,2	2,5	0,6	»	×	
X-1	»	10,2	2,2	0,6	trapezoidal		anv. c/ retoques abruptos e marginais
X-2	»	4,6	2,3	0,8	sub-trapezoidal		anv. c/ retoques abruptos e marginais na extremidade distal
X-3	»	4,2	2	0,7	»		anv. c/ retoques rasantes e marginais

As observações aí realizadas levaram-nos a identificar a existência de um único nível de ocupação arqueológica, que corresponde à utilização da gruta como necrópole.

O espólio arqueológico é quantitativamente escasso, principalmente quando comparado com os numerosos vestígios osteológicos, mau grado o estado de conservação destes últimos. É, todavia, possível encontrar paralelos de natureza técnico-morfológica noutras necrópoles, quer situadas em cavidades cársicas da Estremadura (Delgado, 1884; Natividade, 1895-1903; Belo *et alii*, 1961; Serrão e Marques, 1971; Gonçalves, 1978a e 1978b; etc.), quer no caso de alguns monumentos megalíticos da mesma região e do Sul de Portugal (Leisner, 1951; Ferreira *et alii*, 1961; Castro e Ferreira, 1969-1970, etc.), quer ainda em grutas artificiais (Leisner *et alii*, 1961; Leisner *et alii*, 1964; etc.).

Por outro lado, a sua análise permite atribuí-los ao Neolítico Final, o que confirma a classificação cronológico-cultural que já havia sido adiantada pelos responsáveis das primeiras escavações realizadas nesta jazida (Rocha, 1908 e 1909; Figueiredo, 1951).

A atribuição do nível de ocupação arqueológica ao Neolítico Final foi aliás corroborada pela datação de radiocarbono efectuada no Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares do LNETI, a partir de uma amostra de ossos humanos recolhidos no decurso da escavação de 1986 e provenientes do nível 2 (v. anexo II).

A título de exemplo, refira-se o paralelismo que se verifica entre o espólio desta gruta e o encontrado na Câmara Ocidental do monumento da Praia das Maças, cujas datações se aproximam mutuamente.

Poderemos assim admitir, em termos comparativos, que a utilização da Gruta dos Alqueves foi contemporânea, ou imediatamente anterior, à formação das primeiras comunidades calcolíticas na vizinha região da Estremadura.

No que diz respeito aos rituais de enterramento praticados, as informações recolhidas na bibliografia respeitante a esta gruta e aquelas que obtivemos no decurso dos nossos trabalhos, sugerem a provável existência de enterramentos primários e de enterramentos secundários.

Nos achados exumados em finais do século passado, inícios do século XX, foram identificados enterramentos estruturados com lajes de calcário, formando, por vezes, pequenas cistas rectangulares, assim como outros enterramentos individuais «de cócoras» ocupando pequenas fendas cársicas (Rocha, 1909; Severo e Cardoso, 1889, 1903; Carrisso, 1909; Figueiredo, 1951).

Todavia, os dados recentemente recolhidos apenas permitiram identificar o aproveitamento pontual de fendas naturais, por vezes junto às

paredes da gruta, para a localização de sepulturas, já que a generalidade dos ossos jazia remexida e frequentemente esmigalhada, sob um nível de grandes blocos de calcário, correspondendo muito provavelmente a enterramentos secundários (ossuários?), particularmente afectados pela queda dos blocos de calcário. Trata-se aliás de práticas de enterramento relativamente corrente em necrópoles deste período.

Assinale-se ainda a descoberta de um pequeno pedaço de ocre ⁽⁶⁾ de tom vermelho-alaranjado, encontrado em associação com os ossos humanos detectados na sondagem A, o que deixa antever a ocorrência de outro tipo de práticas rituais, igualmente usuais em necrópoles de finais do Neolítico e Calcolítico.

RESUMO

Publica-se o relatório final das escavações realizadas na Gruta dos Alqueves durante os anos de 1985, 1986 e 1987.

O estudo dos resultados e a análise de dados procedentes de antigas escavações, permitiram confirmar o carácter funerário da gruta e a atribuição da sua utilização aos finais do Neolítico/inícios do Calcolítico.

SUMMARY

We publish here the final report of the excavations done at the Cave of Alqueves during 1985, 1986 and 1987.

The study of the results and the analysis of data acquired from previous excavations, allowed us to confirm that this cave was used for funerary purposes and that its utilization goes back to the late Neolithic/beginning of the Chalcolithic era.

BIBLIOGRAFIA

- BELO, A. *et alii* (1961) — *Gruta da Casa da Moura (Torres Vedras)*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», XLV, pp. 391-418.
- CARRISSO, L. W. (1909) — *Estudo antropológico sobre alguns restos humanos da Caverna dos Alqueves*, «Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha», I (10), pp. 267-276.
- CASTRO, L. A. e FERREIRA, O. V. (1969-1970) — *O monumento megalítico do Alto Feteira (Pombal)*, «Caesaraugusta», 33-34, pp. 41-53.
- CORREIA, V. (1940) — *Notas de Arqueologia e Etnografia do Concelho de Coimbra*, «Biblos», XVI, pp. 97-142.
- CRUZ, P. B. (1900) — *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Aquisições em 1898* «O Archeologo Português», V, pp. 177-184.

(6) Agradecemos a António Tavares, do Museu Monográfico de Conimbriga, a sua identificação.

- DELGADO, M. J. F. N. (1884) — *La Grotte de Furninha a Peninche*, «Compte Rendu de la 9^{eme} session à Lisbonne — 1880. Congres International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques», Lisbonne.
- FERREIRA, A. R. *et alii* (1961) — *Monumentos megalíticos de Trigache e A-da-Beja*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», XLV, pp. 297-337.
- FIGUEIREDO, A. M. (1950) — *A Caverna dos Alqueves*, Nótulas de Pré-História, Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1978a) — *A Neolitização e o Megalitismo da Região de Alcobaça*, Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1978b) — *Um programa de Estudo do Neolítico em Portugal*, «Zephyrus», 28-29, pp. 147-162.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982-1983) — *Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra)*, «Sintria», I-II (tomo 1), pp. 29-57.
- LEINER, V. (1965) — *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*, Madrider Forschungen Band 1/3, Berlin.
- LEISNER, V. (1983) — *As diferentes fases do Neolítico em Portugal*, «Arqueologia», 7, pp. 7-15.
- LEISNER, G. e V. (1951) — *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V. *et alii* (1961) — *Les Grottes Artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*, Serviços Geológicos de Portugal, Memória n.º 8, Lisboa.
- LEISNER, V. *et alii* (1964) — *Grutas Artificiais de São Pedro do Estoril*, Lisboa.
- LEISNER, V. *et alii* (1969) — *Les Monuments Préhistoriques de Praia das Maças et de Casáinhos*, Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal, n.s., 16, Lisboa.
- NATIVIDADE, M. V. (1899-1903) — *Grutas de Alcobaça*, «Portugália», I (1-4), pp. 433-474.
- ROCHA, A. S. (1905) — *O Museu Municipal da Figueira da Foz — Catálogo*, Figueira da Foz, pp. 60-61.
- ROCHA, A. S. (1908) — *Fases do Neolítico em Portugal*, «O Archeologo Português» XIII, pp. 193-201.
- ROCHA, A. S. (1909) — *A Caverna dos Alqueves*, «Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha», I (10), pp. 17-22.
- SERRÃO, E. C. e MARQUES, G. (1971) — *Estrato Pré-Campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra)*, «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», I, pp. 121-142.
- SEVERO, R. e CARDOSO, P. (1889-1903) — *Nota sobre os restos humanos da caverna neolítica dos Alqueves*, «Portugália», I, p. 338.

ANEXO I

MATERIAL OSTEOLÓGICO DA GRUTA DOS ALQUEVES

Eugénia Cunha (*)

e

Cristina Padez ()**

1. Introdução

Desde o primeiro trabalho sobre a gruta dos Alqueves, de Santos Rocha (Figueiredo, 1951), a última referência ao estudo antropológico de alguns restos humanos desta caverna foi feita por Luís W. Carrisso, em 1909 (Carrisso, 1909). Quase 80 anos depois, propomo-nos descrever os restos humanos exumados em 1985, 1986 e 1987 pelos Institutos de Arqueologia das Universidades de Coimbra e do Porto.

Tal como em 1909 (Carrisso, 1909) os ossos estão extremamente fragmentados e parte deles está empastada numa massa calcária. Assim, os principais objectivos dum trabalho desta índole — estimativa do número de indivíduos e determinação do sexo e da idade dos mesmos — não podem ser atingidos. Limitamo-nos, por isso, à enumeração dos fragmentos encontrados e à descrição das peças mais significativas.

2. Descrição dos fragmentos ósseos

Tanto os restos ósseos cranianos como os do esqueleto pós-craniano, estão bastante fragmentados, sendo de salientar o facto de não existir qual-

(*) Assistente estagiária do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

(**) Estagiária de investigação do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

quer crânio completo; no que respeita ao esqueleto, há apenas uma tíbia (direita) completa. Este facto, como atrás se referiu, impossibilita quer a estimativa do n.º de indivíduos quer a determinação do sexo e da idade. O estado fragmentado dos ossos poderá estar relacionado com o tipo de enterramento efectuado, dado que a gruta foi ocupada por muito tempo e o nível dos ossos estava sob um grande nível de calhaus e pedras.

CRÂNIO

Foram inventariados cerca de 50 fragmentos cranianos (Quadro I) e ainda cerca de 50 dentes soltos. Omitimos a descrição individual de cada uma destas peças passando a descrever as mais significativas:

1 — Fragmento mandibular direito com M1 presente. O M2 já tinha nascido mas foi posteriormente perdido. PM4 está ainda em erupção (Est. XI).

2 — Metade mandibular direita com zona mentoniana. C1, PM3, PM4, M1 e M2 presentes. O M3 ainda não tinha eclodido.

3 — Fragmento frontal, com parte do rebordo orbitário superior direito. É patente o fraco desenvolvimento da zona glabellar e das arcadas supraciliares (Est. XII).

4 — Mandíbula quase completa (a mais completa da colecção) só faltando o ramo ascendente direito (Est. XIII). Dentes presentes: M1, M2 e M3 I1 e C — todos do maxilar direito.

Comprimento mandibular — 117 mm;
Ângulo mandibular — 129.º;
Largura do ramo ascendente — 31 mm;
Altura do ramo ascendente — 63 mm;
(Medidas segundo Martin (Martin, 1957)).

5 — Ramo mandibular esquerdo com o M3 ainda dentro do alvéolo. Ramo ascendente de pequenas dimensões.

No que se refere aos restantes fragmentos ósseos, é de salientar a robustez de algumas peças mandibulares e ainda de alguns dentes. Destes é de referir que alguns apresentam um desgaste considerável sendo igualmente frequente as cáries.

QUADRO I — *Fragmentos ósseos do crânio*

Osso	Quantidade	
Frontal	Esquerdo	2
	Direito	3
Parietal	Esquerdo	3
	Direito	3
Temporal	Esquerdo	2
	Direito	2
Occipital		1
Maxilar	Direito	1
Mandíbula	Esquerdo	6
	Direito	12

ESQUELETO PÓS-CRANIANO

Todos os fragmentos do esqueleto pós-craniano se encontram extremamente fragmentados. Por este facto é impossível a determinação do número de indivíduos bem como do respectivo sexo. Existe apenas 1 tibia direita praticamente completa, faltando-lhe os tubérculos da eminência intercondilar. É pois impossível medir o comprimento máximo da tibia e determinar o sexo do indivíduo a que pertencia.

Determinou-se então o índice de robustez, 206 mm e o índice Cnémico, 72,4 mm. Como está assinalado no Quadro II e na Est. XIV, existem fragmentos pertencentes a indivíduos jovens (dada a pouca robustez dos ossos).

— 1 Tibia direita com as medidas:

Comprimento fisiológico — 330 mm;

Diâmetro sagital ao nível do buraco nutritivo — 29 mm;

Diâmetro transversal ao nível do buraco nutritivo — 21 mm;

Menor circunferência do eixo da diáfise — 68 mm.

QUADRO II — *Fragmentos de ossos do esqueleto pós-craniano*

Osso	Epífise superior	Diáfise	Epífise inferior
Úmero	4	22	13 *
Rádio	9	15	14
Cúbito	13	12	3
Fémur	14	13	4
Tíbia	8	41	7
Perónio	4	17	3
Coxal	11 porções muito fragmentadas		
Omoplata	30 fragmentos com a parte da cavidade glenóide		

* 3 fragmentos pertenciam a jovens.

$$\text{Índice de robustez} = \frac{\text{menor circunferência do eixo da diáfise}}{\text{comprimento fisiológico}} \cdot 100$$

$$= \frac{68}{330} \cdot 100 = 206 \text{ mm.}$$

$$\text{Índice Cnémico} = \frac{\text{diâmetro transversal ao nível do buraco nutritivo}}{\text{diâmetro sagital ao nível do buraco nutritivo}} \cdot 100$$

$$= \frac{21}{29} \cdot 100 = 72,4 \text{ mm.}$$

3. Conclusões

Apesar do estado fragmentado dos restos ósseos, através do exame das várias peças, quer cranianas, quer pós-cranianas, é patente o facto da presente população ser composta por indivíduos de ambos os sexos, jovens e adultos. Este foi um facto igualmente constatado por Carrisso em 1909 (Carrisso, 1909). Outras comparações com os resultados deste autor não são possíveis dada a presente impossibilidade de se efectuarem medições.

Os fragmentos descritos pelos números 1,3 e 5 apresentam características de jovens, o mesmo acontecendo com alguns ossos do esqueleto pós-craniano (Est. XIV).

O ângulo da mandíbula descrita como número 4, aproxima-se mais dos valores típicos das mulheres.

A robustez de alguns fragmentos cranianos e de alguns dentes sobressai e pode ser indicativa da existência de homens.

BIBLIOGRAFIA

- CARRISSO, L. W. (1909) — *Estudo antropológico sobre alguns restos humanos da Caverna dos Alqueves*, «Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha» Tomo I (10), 1909, 267-276.
- FIGUEIREDO, A. M. (1951) — *A caverna dos Alqueves. Nótulas de Pré-História*, Lisboa, 19.
- MARTIN, R. (1957) — *Lehrbuch der Anthropologie*, Band 1. Gustav Fischer Verlag. Stuttgart.

ANEXO II

CERTIFICADO DE DATAÇÃO PELO RADIOCARBONO

J. M. Peixoto Cabral (*)

Ref. ^a do Laboratório	Ref. ^a da Amostra	Tipo	δ 13C (%)	Idade (anos BP)	Data calibrada
ICEN-64	Alqueves 1	Ossos		4490 \pm 50	3480-2975 cal AC

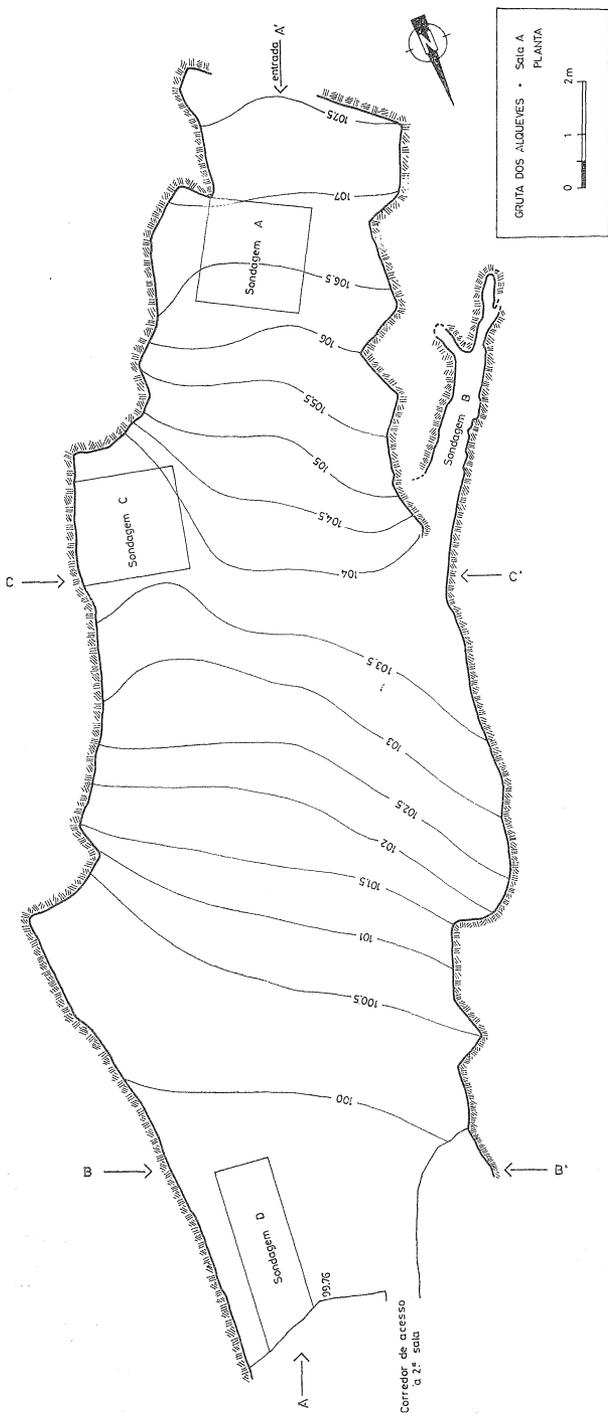
Comentários: A data calibrada foi obtida pela curva de KLEIN *et al.* (Radiocarbon, 24 (2), 1982, pp. pp. 103-150).

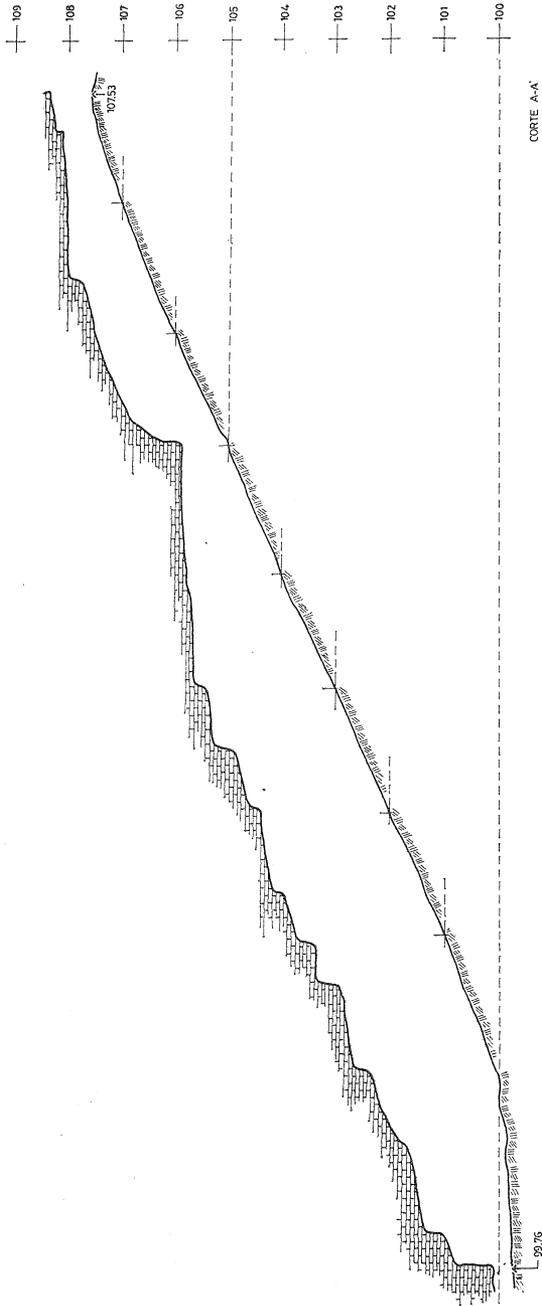
Não foi possível determinar o valor de δ 13C devido a acidente com a amostra recolhida para esse fim.

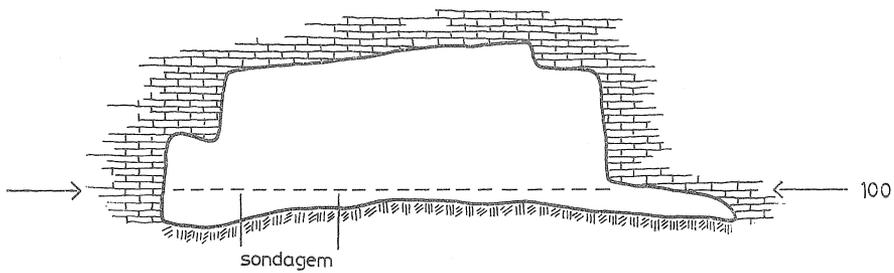
(*) Director do Departamento de Química do Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares.



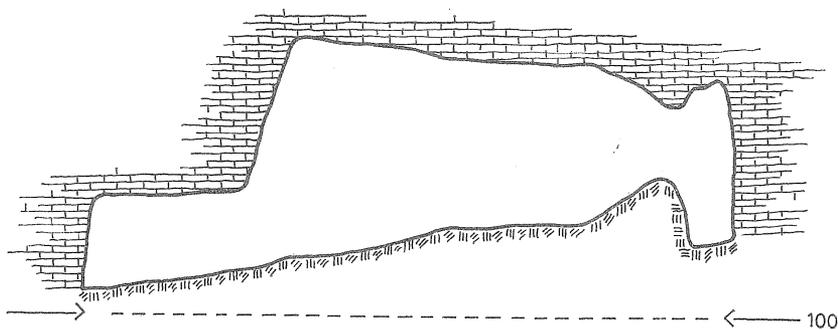
Localização da Gruta dos Alqueves (C.M.P., Folha 241, 1/25.000).



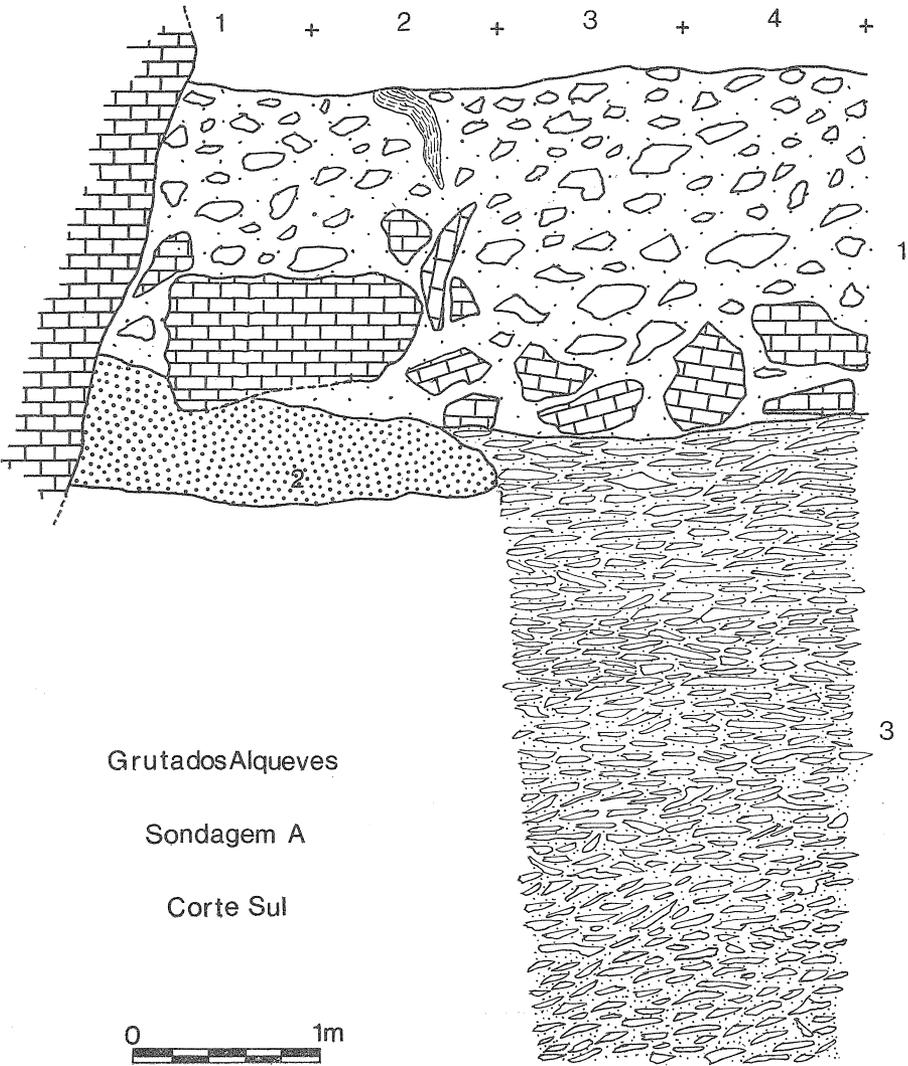


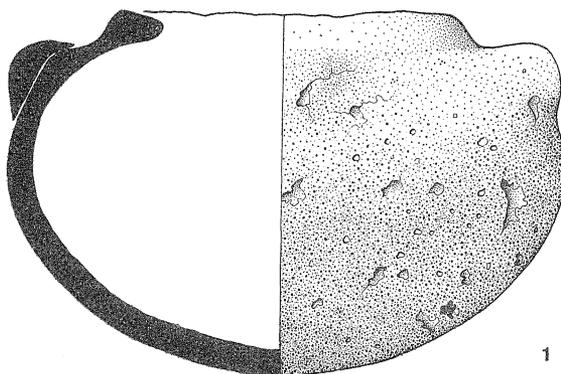


CORTE B-B'

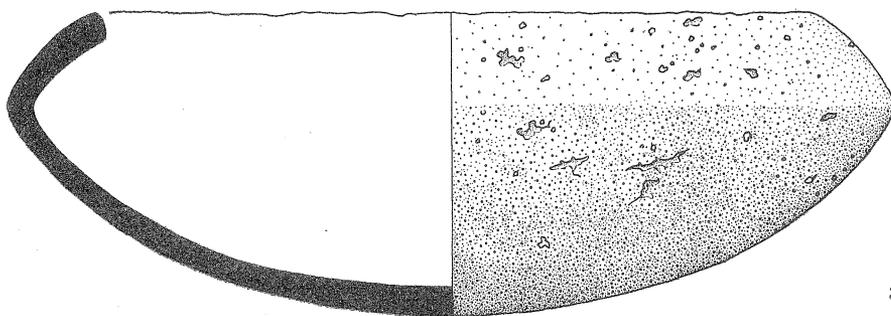
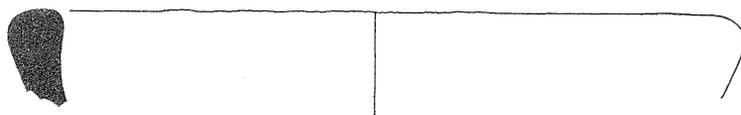


CORTE C-C'

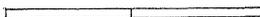


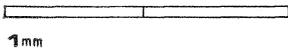
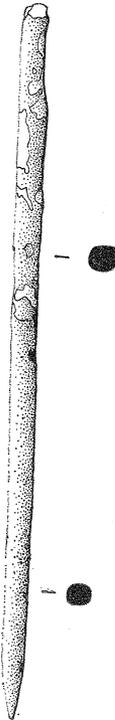
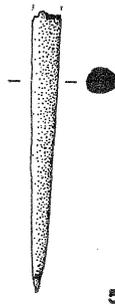
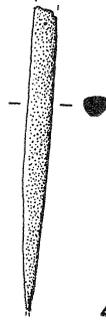
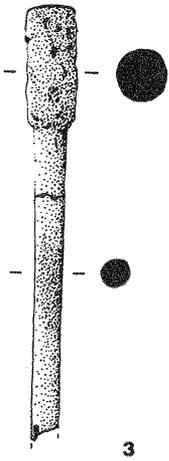
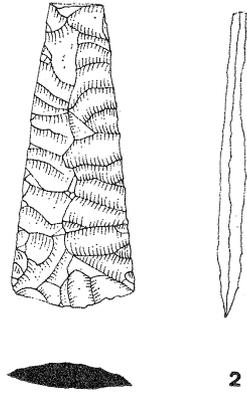
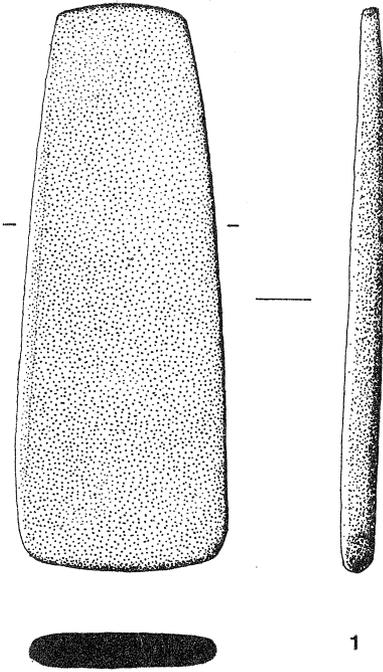


⊕ = 14 e 22 cm

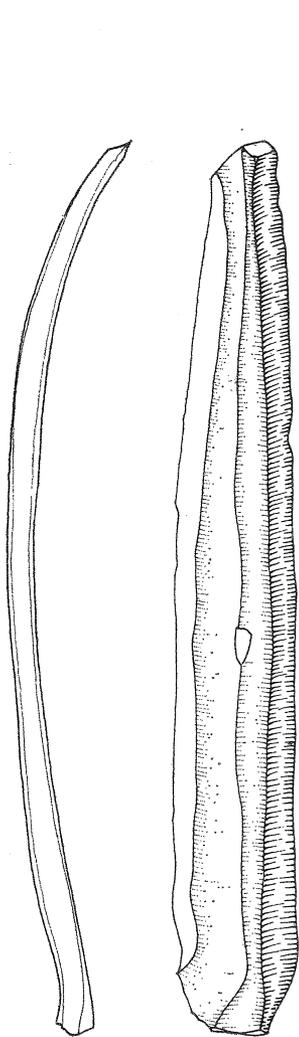


1mm

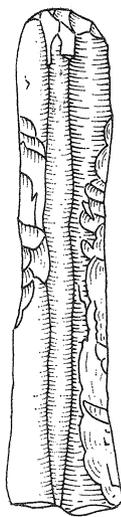
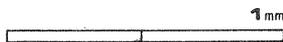




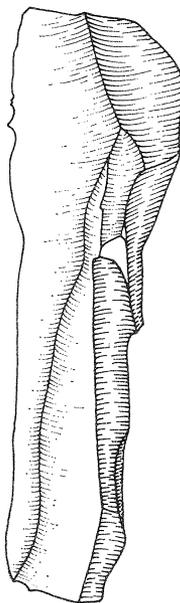
1mm



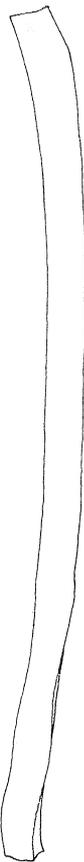
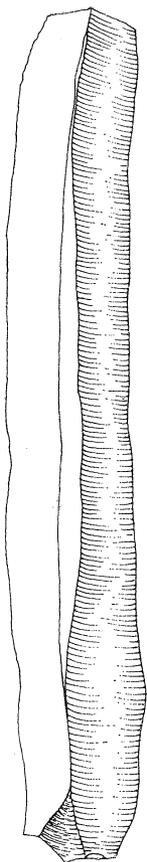
1



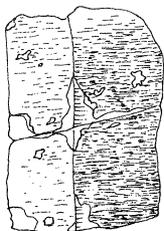
3



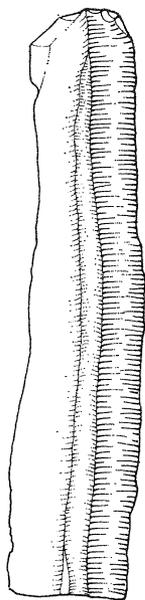
2



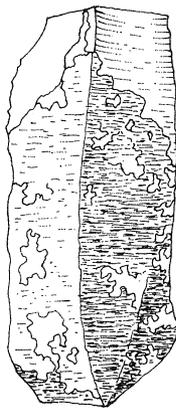
1



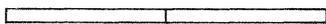
3



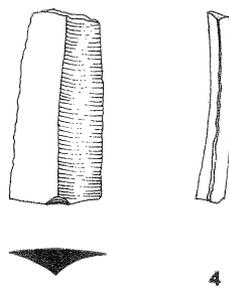
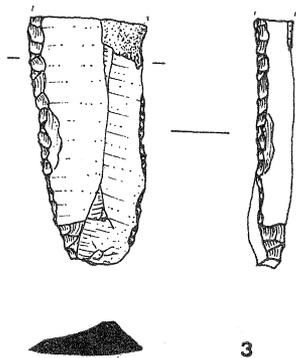
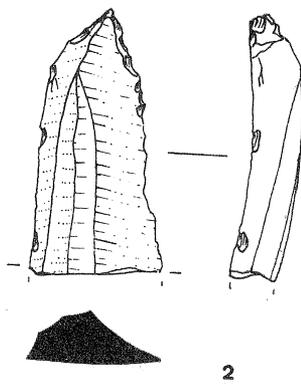
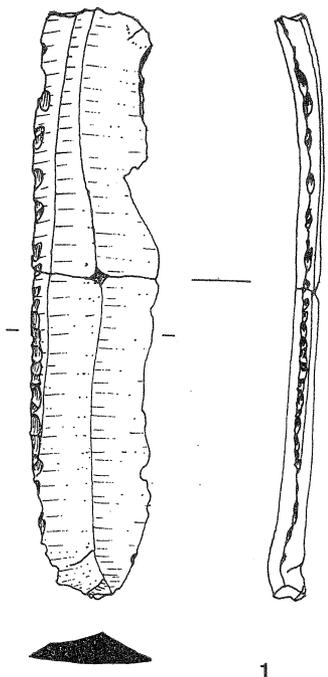
2

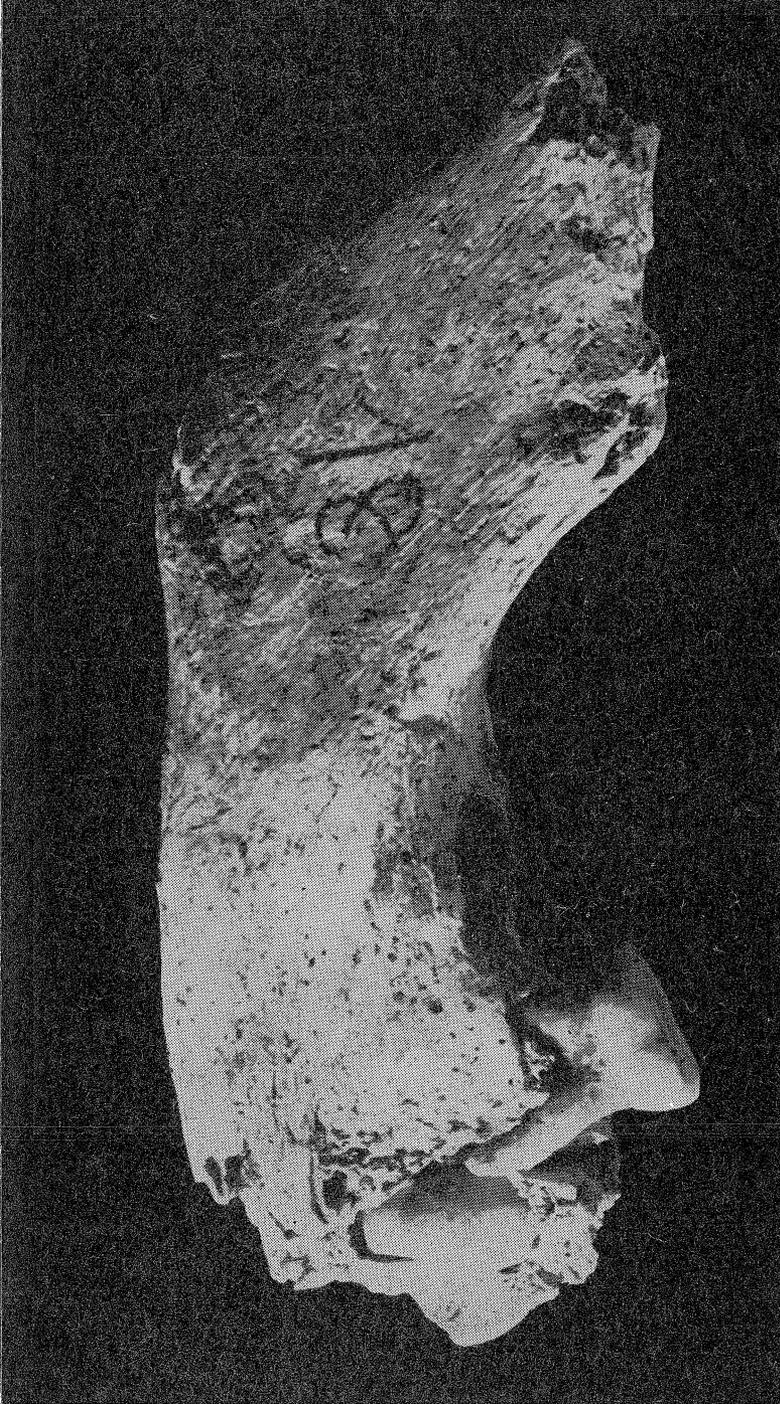


4 mm



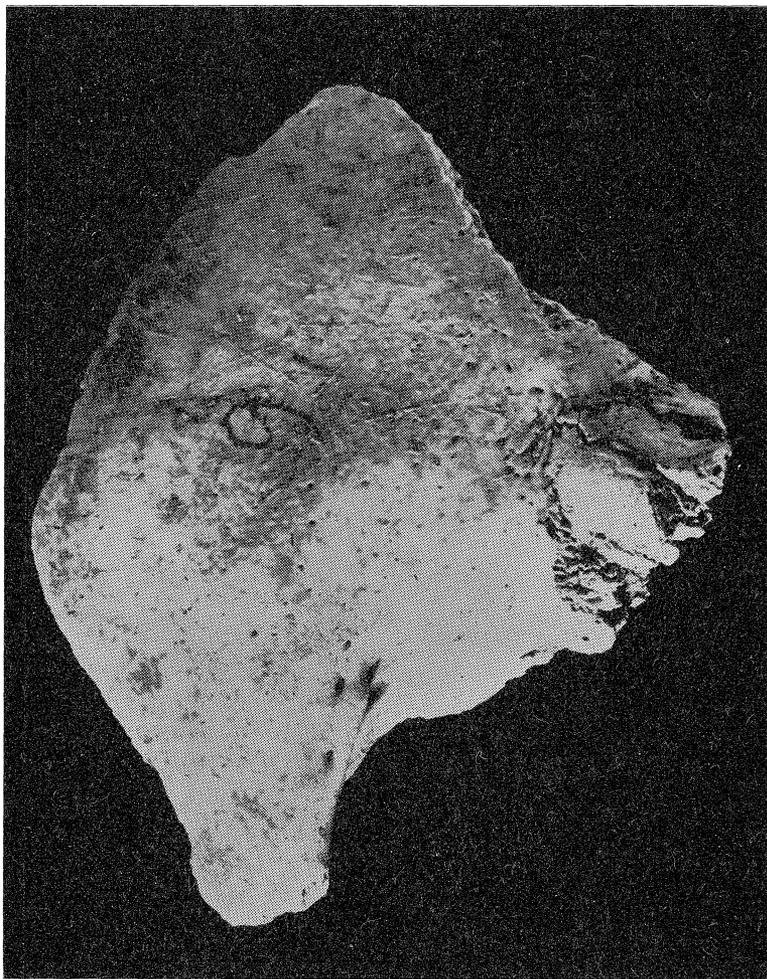
1





Fragmento mandibular descrito como n.º I.

(Foto de Carlos Barata)



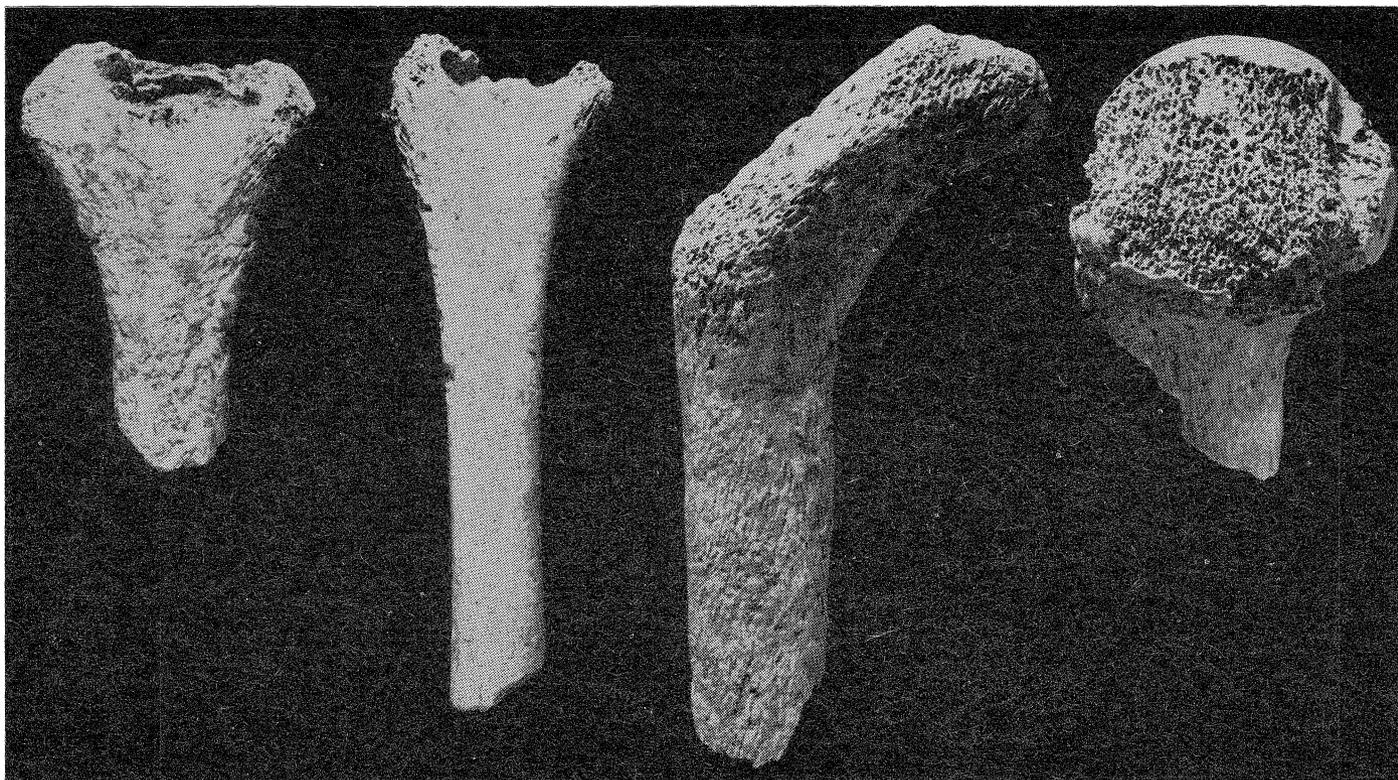
(Foto de Carlos Barata)

Fragmento frontal descrito como n.º 3.



(Foto de Carlos Barata)

A mandíbula mais completa da coleção, descrita como n.º 4.



Alguns fragmentos do esqueleto pós-craniano provavelmente pertencentes a indivíduos jovens.

(Foto de Carlos Barata)

ESCAVAÇÃO DA MAMOA DE « MONTE MANINHO » (SERRA DA ABOBOREIRA — BAIÃO)

POR

Domingos J. da Cruz (*)

1. Introdução

A Mamoa de «Monte Maninho» situa-se na Serra da Aboboreira ⁽¹⁾, na sua área SO, fazendo parte de um pequeno grupo de monumentos recentemente identificados em vários trabalhos de prospecção ⁽²⁾.

Esta zona da Serra compreende uma série de chãs, de dimensão limitada, que se estendem, gradualmente, desde o v.g. da Abogalheira (960 m) até aos pequenos relevos de Ventosa (568 m) e Carvalhal (517 m), acima da curva de nível dos 600 metros.

(*) Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras de Coimbra.

(1) A Serra da Aboboreira é um dos maciços contrafortantes do sector ocidental da Serra do Marão, desenvolvendo-se, ao longo de cerca de 10 km, segundo a direcção NE-SO; é delimitada pelos vales dos rios Fornelo, a NE, Ovil a Sul e a SE, Ovelha, a NO e, a SO, pelos vales do rio Juncal-Galinhas e da ribeira da Roupeira, afluentes do Ovelha e Douro, respectivamente.

(2) A primeira indicação de estações pré-históricas nesta área da Serra ficou a dever-se ao Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, da Faculdade de Letras do Porto que, no Verão de 1980, alertou a equipa de arqueólogos, que então trabalhava em várias estações da região, para a existência de um monumento megalítico situado na margem Norte do caminho carreteiro Lavra-Mesquinhata. A deslocação ao local permitiu a identificação, na Lavra, de duas «fossas» abertas no saibro, cortadas pela estrada municipal n.º 582 (Lavra-Ponte do Gove), então há pouco construída, que foram escavadas, ainda nesse ano (Cfr. JORGE, V. O., *et alii*, *Novas fossas abertas no saibro da área da Serra da Aboboreira (concelhos de Baião e Marco de Canaveses)*, «Trabalhos do G.E.A.P.», n.º 5, Porto, G.E.A.P., 1980). A prossecução das investigações neste sítio, conduzidas pela Dr.^a Maria de Jesus Sanches, revelou a existência de um interessante povoado pré-histórico, e as prospecções desenvolvidas, em 1982 e anos seguintes, pelo autor, levaram à localização de um conjunto importante de estações pré e proto-históricas nesta área da Serra.

Trata-se de uma área periférica da Serra da Aboboreira, delimitada pelas depressões dos rios Juncal e de Galinhas, afluentes do rio Ovelha e que correm no sentido SSE-NNO, e da ribeira da Roupeira, que se dirige para o rio Douro, segundo a direcção NO-SE, juntando-se-lhe, não muito longe da foz do rio Ovil, nas proximidades da povoação de Portela.



Fig. 1 — Localização da Mamoia de «Monte Maninho»
(C.M.P., 1:25000, fl. 125-Baião).

O monumento a que este texto se refere implanta-se na chã que se desenvolve entre o «Alto de Espinho» (v.g. de Salgueiro, 652 m) ⁽³⁾ e os outeiros já referidos, de Ventosa e Carvalhal, no sítio de «Monte Maninho», a 10 metros, para Sul, do velho caminho carreteiro que liga as povoações da Lavra e Mesquinhata ⁽⁴⁾,

Pertence ao distrito do Porto, concelho de Baião e freguesia de Grilo (anexa à de Ponte de Gove), e tem as seguintes coordenadas geográficas (seg. a *Carta Militar de Portugal*, esc. de 1:25000 fl. 125-Baião, 1984):

Latitude — 41° 08' 34" Norte

Longitude — 01° 02' 54" Este de Lisboa

Altitude — 615,78 m (ponto central).

2. Metodologia dos trabalhos de escavação

A escavação deste monumento megalítico foi realizada durante o mês de Agosto de 1986 ⁽⁵⁾ e obedeceu à metodologia que vem sendo aplicada, neste tipo de estações, no *Campo Arqueológico da Serra de Aboboreira* ⁽⁶⁾.

Após o corte da vegetação, de tipo rasteiro, que cobria a mamoa, e os registos fotográficos do seu aspecto inicial, procedeu-se à quadriculagem do terreno, ficando o monumento inserido num rectângulo de 18 × 16 metros.

⁽³⁾ Seg. a *Carta Militar de Portugal*, esc. de 1:25000, fl. 125-Baião, 1984.

⁽⁴⁾ Este caminho carreteiro, que em «Outeiro de Espinho» se bifurca, dirigindo-se para Soalhães, foi recentemente seccionado e, de certo modo, desactivado, com a construção da estrada municipal que liga a povoação da Lavra (junto à estrada nacional n.º 321-1) às povoações de Grilo e de Ponte de Gove.

⁽⁵⁾ Nestes trabalhos participaram os seguintes estudantes universitários: Majella Egan, Stephanie Moser, Fatima Maria Lacoba, Catherine Roberts (Universidade de Sidney), Angela Wyhitworth (Universidade de Londres) e Isaura Maia e Teresa Alcobia (Universidade do Porto), cuja colaboração agradecemos. Uma palavra especial é devida a Maria Ester Varzim de Miranda, Lic.^a em História e prof.^a do Ensino Secundário, Eduardo Beirão Reis, Eng.^o-civil, e José Carlos Tinoco, estudante de Arquitectura, cujo apoio e colaboração mais directa foi preciosa. A escavação deste monumento foi possível com o apoio, logístico e económico, da Câmara Municipal de Baião e do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, entidades que patrocinam o «Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira», coordenado pelo Doutor Vítor Oliveira Jorge, da Faculdade de Letras do Porto.

⁽⁶⁾ Sobre a metodologia de escavação de monumentos megalíticos veja-se, sobretudo, JORGE, V. O., *Escavação de um túmulo megalítico: problemas metodológicos, Setúbal Arqueológica*, IV, 1978, pp. 241-254, além dos numerosos trabalhos, já publicados, versando a escavação de monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira.

O levantamento topográfico do monumento (7), como da área envolvente, foi executado com um teodolito de segundos e um nível horizontal, a partir de um ponto convencional, de cota zero, localizado num pilar do muro de pedra vã que se desenvolve ao longo da cumeeada da chã. Este ponto foi, posteriormente, integrado na rede geral (ponto convencional = 616,67 m), apresentando-se, deste modo, os resultados destes trabalhos em cotas absolutas.

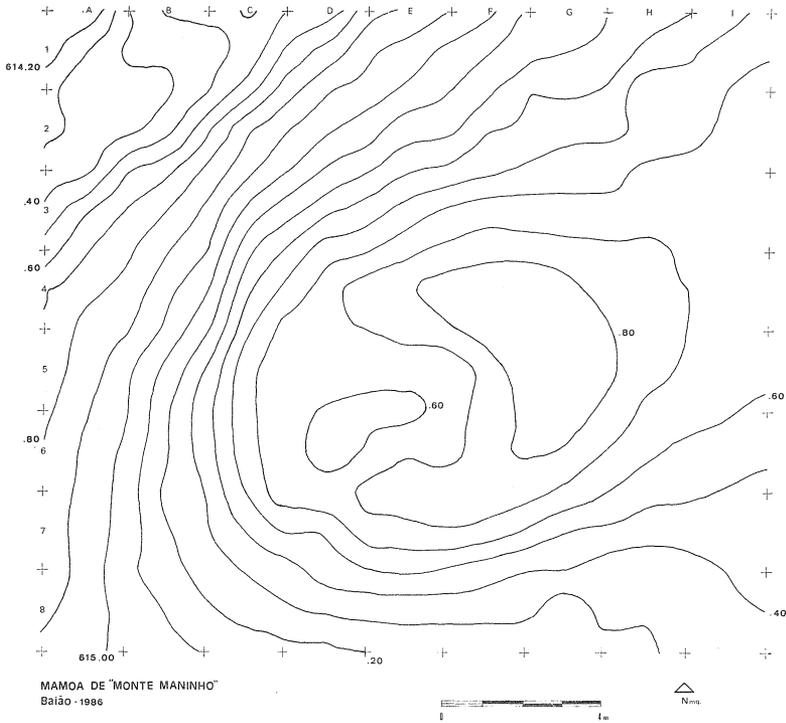


Fig. 2 — Levantamento topográfico do monumento, antes dos trabalhos de decapagem. Equidistância das curvas de nível: 20 cm.

O estudo do monumento foi iniciado com a abertura de quatro valas de sondagem (Fig. 4), interceptando-se na sua área central. A decapagem superficial e, numa segunda fase, a escavação dos quadrados destas sanjas permitiu a definição da estrutura pétrea de cobertura da mamoa e a

(7) Os trabalhos de levantamento topográfico foram realizados por Eduardo Beirão Reis, Eng.º-civil, cuja colaboração muito agradecemos.

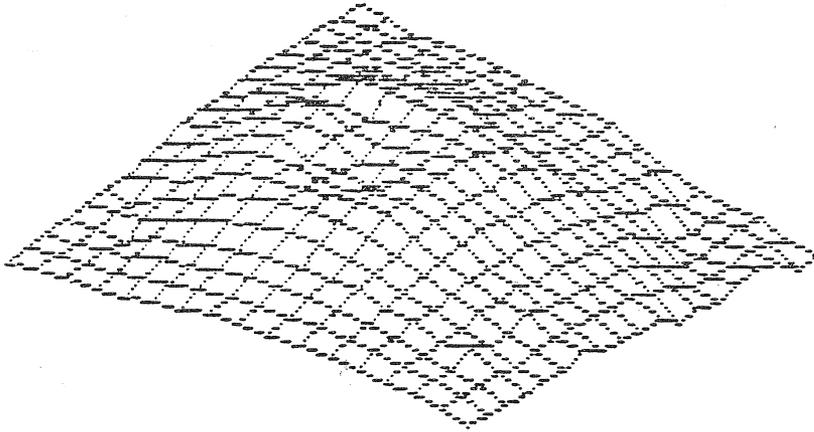


Fig. 3 — Vista axonométrica da Mamoa de «Monte Maninho», realizada a partir do levantamento topográfico inicial (obs. de NE). Programa informático, em linguagem Basic, concebido pelo Dr. Manuel João Abrunhosa, da Faculdade de Ciências do Porto.

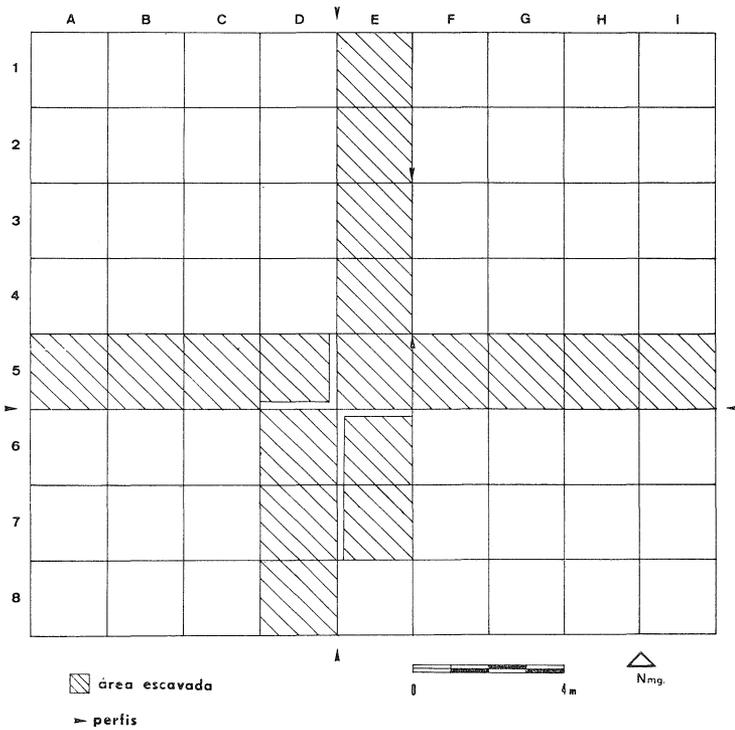


Fig. 4 — Plano da escavação.

obtenção de perfis longitudinais, que foram registados fotograficamente, e por desenho, à escala de 1:20.

O evoluir dos trabalhos tornou, contudo, necessária a escavação dos quadrados E6 e E7, com o objectivo de se precisar a área de implantação da câmara funerária.

3. A escavação

3.1. A estrutura pétreo de revestimento

A decapagem superficial do monumento, efectuada nas quatro sanjas referidas, revelou a existência de uma «couraça» pétreo, que cobria as terras do *tumulus* (Fig. 5), bem conservada nas zonas Oeste e Norte

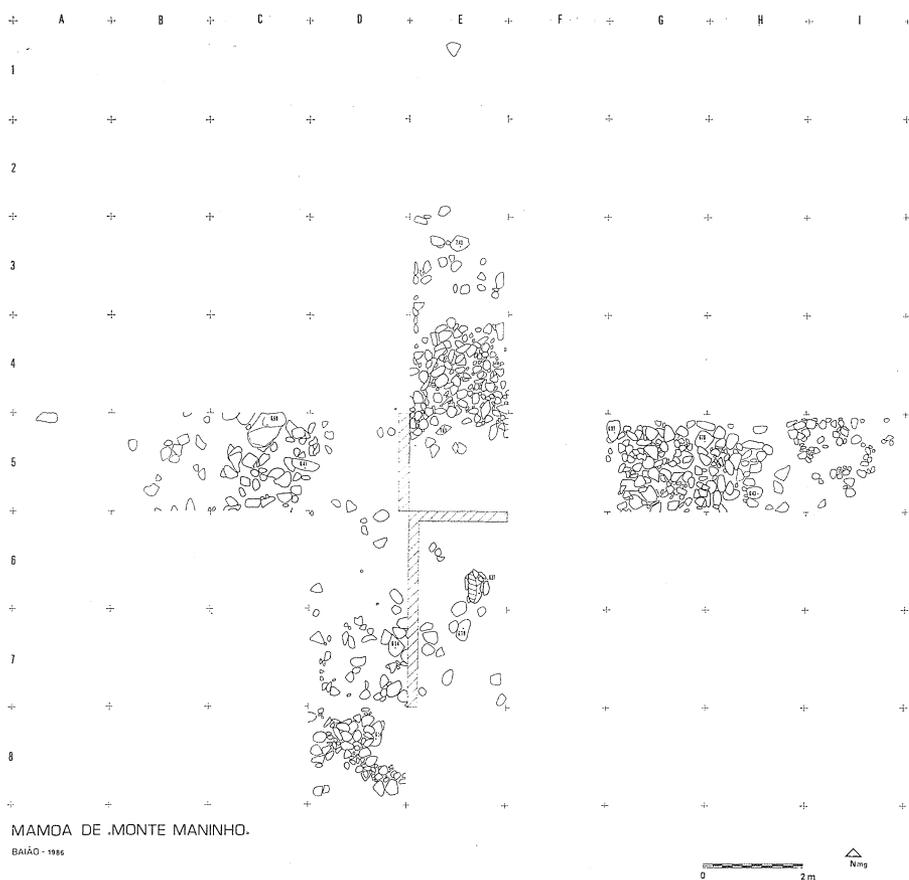


Fig. 5 — Planta do monumento, após a decapagem superficial. No quadrado E6 encontra-se representado o único esteio da câmara detectado.

(Est. II-1), particularmente na periferia da mamoa, onde este revestimento superficial se adensava e era construído com pedras de maior dimensão, colocadas de «cutelo» (Est. II-2 e Fig. 8).

Na sanja Sul esta estrutura mostrava-se mais destruída, quase não existindo na área central da mamoa, por acção dos frequentes remeximentos que o monumento sofreu ao longo do tempo. Aliás, é nestas zonas que a identificação do antigo «solo» do sítio se torna impossível ou apresenta maiores dificuldades.

Os trabalhos de decapagem superficial permitiram definir as dimensões reais do *tumulus*: planta de contorno ovalar, com cerca de 10 metros, no sentido N-S, e 9 metros, no sentido oposto.

3.2. A área da câmara funerária

A área da câmara apresentava-se profundamente remexida, situação que era observável, mesmo antes da escavação, pela cratera de violação existente neste sector do monumento.

A escavação do quadrado E6 permitiu a identificação de um esteio da câmara funerária, fragmentado pela base, mas *in situ*, apresentando-se escorado com pequenas pedras, quer no exterior, como interiormente (Est. III-2). O quadrado E7 foi também escavado, com o objectivo de se definirem outros esteios, mas sem resultados.

A existência de um único esteio, associado ao facto destes elementos megalíticos, que constituíam a câmara, assentarem directamente no solo de base, e não em buracos abertos no saibro, impossibilitou a determinação da planta da câmara funerária.

Contudo, considerando a altura da mamoa, a posição (e inclinação) do esteio referido, e a inexistência de um verdadeiro «contraforte», pois este reduzia-se a uma base de sustentação, feita com pedras não muito grandes, tratar-se-ia de uma câmara funerária de pequenas dimensões, baixa, surgindo, relativamente à mamoa, descentrada, com um desvio para SE, desenvolvendo-se nos quadrados E6 e D6 e, talvez, ainda nos quadrados E5 e D5.

3.3. A estratigrafia

O monumento, apesar do seu estado de conservação, revelou, nas áreas melhor conservadas, a estratigrafia seguinte (Figs. 6, 7 e 8):

nível 1 — terras húmusas superficiais, castanho-acinzentadas, com abundantes raízes e elementos grosseiros;

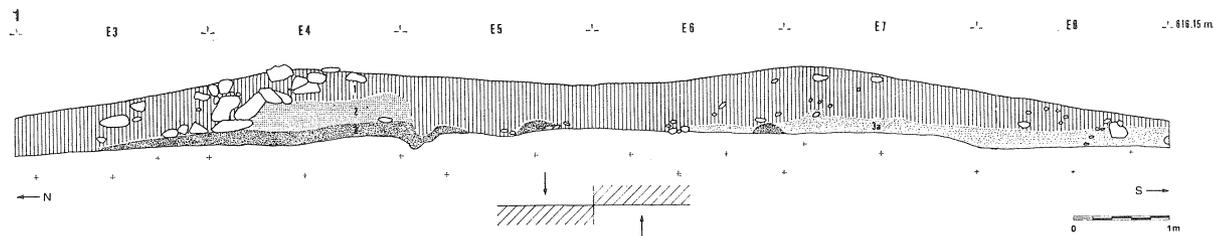


Fig. 6 — Perfil N-S (parede Oeste). 1 — terra vegetal; 2 — terra *in situ* do tumulus; 3 — «solo» antigo enterrado; 3a — *idem*, mas misturado com as terras do tumulus. Observe-se, no quadrado E4, a estrutura pétrea de revestimento da mamoa que, na periferia do monumento, assentava sobre o «solo» antigo enterrado. As amostragens de terras e de elementos vegetais incarbonizados (por flutuação) foram feitas no quadrado E4.

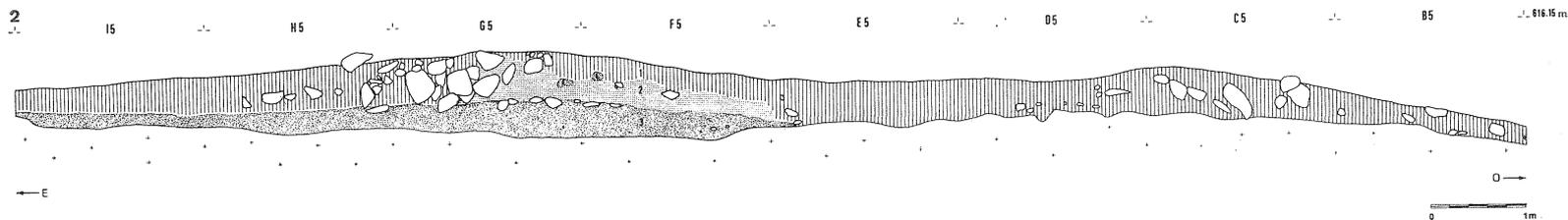


Fig. 7 — Perfil E-O. 1 — terra vegetal; 2 — terra *in situ* do tumulus; 3 — «solo» antigo enterrado; L — tocas de animais. No sector leste, o «solo» antigo enterrado, subjacente ao monumento, apresentava-se separado das terras do tumulus por uma fiada de pequenas pedras e cascalho. As amostragens de terras e de elementos vegetais incarbonizados (por flutuação) foram feitas no quadrado F5.

- nível 2 — terras *in situ* do *tumulus*, acastanhadas, com raízes, médias e finas, e alguns elementos grosseiros;
 nível 3 — terras do «solo» ⁽⁸⁾ antigo enterrado, amareladas, muito granulosas e compactas.

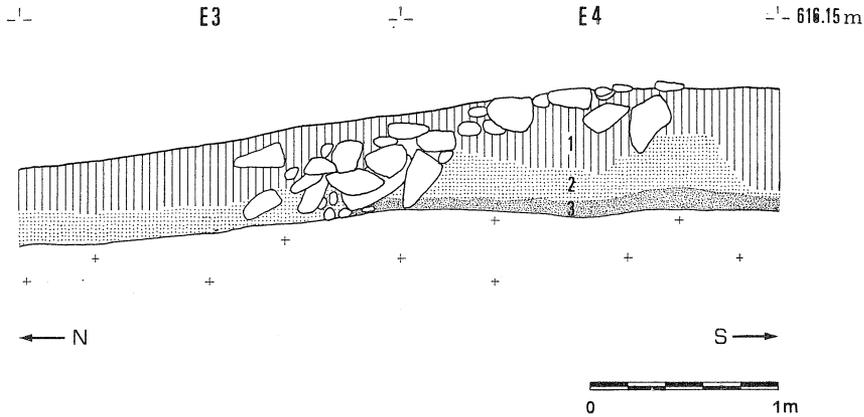


Fig. 8 — Perfil N-S (parede Este). 1—terra vegetal; 2—terra *in situ* do *tumulus*; 3—«solo» antigo enterrado. Observe-se a estrutura pétreo de revestimento da mamoa que, na periferia do monumento, se adensava.

Esta sequência estratigráfica é bem visível no perfil N-S (sanja Norte) e, particularmente, no perfil E-O (sanja Este); aliás, neste último perfil, e neste sector, o «solo» antigo enterrado apresentava-se individualizado das terras do *tumulus* por uma linha de pequenos fragmentos de granito alterado.

No sector Oeste do perfil E-O não foi possível, devido aos remeximentos e à pequena possança de terras, a identificação quer das terras do *tumulus*, como do «solo» de base (Fig. 6); no perfil N-S (sanja Sul), as terras do nível 3 mostravam-se, em algumas zonas, diluídas nas terras do *tumulus* (nível 2).

⁽⁸⁾ Ao longo deste texto será utilizada a expressão «solo», que deve ser entendida não no sentido verdadeiramente pedológico (Cfr. BOTELHO DA COSTA, Joaquim, *Caracterização e constituição do solo*, 3.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985), mas, apenas, no de **vestígios** de um solo. De facto, o estudo das terras subjacentes a alguns monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira não tem comprovado a existência de solos fossilizados, com os seus diversos horizontes, como são definidos em Pedologia (Cfr. RICARDO, R. Pinto, MADEIRA, A. V., *Informação pedológica acerca da Mamoa do «Monte da Olheira»* (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 13, Porto, 1986, pp. 140-143; *id.*, *Considerações de índole pedológica acerca da Mamoa 1 de Outeiro de Ante* (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 17, Porto, 1988, pp. 179-189).

4. Espólio

4.1. Cerâmico

4.1.1. Três fragmentos, decorados:

- n.º 4 — Localização: D8 (decapagem superficial; sobre a «couraça» pétrea);
dimensões: alt. — 18 mm; larg. — 15 mm; esp. — 7 mm.
- n.º 5 — Localização: D8 (peneiração; terras da decapagem superficial; sobre a «couraça» pétrea);
dimensões: alt. — 15 mm; larg. — 23 mm; esp. — 7 mm.
- n.º 6 — Localização: D8 (decapagem superficial; sobre a «couraça» pétrea);
dimensões: alt. — 23 mm; larg. — 30 mm; esp. — 6 mm.

Pasta de textura friável, desengordurante constituído por grãos de quartzo, de calibre médio ⁽⁹⁾ e pequenas palhetas de mica (< 0,5 mm). Cor das superfícies desigual: castanho-clara, na superfície exterior, e cinzento-escuro, na interior; fracturas de cor acinzentada.

Decoração organizada segundo três linhas paralelas, horizontais, obtidas com matriz múltipla, alternando com uma banda preenchida por pequenos triângulos desencontrados, feitos com punção, por pressão oblíqua (Fig. 9-1; Est. IV-1).

Os fragmentos n.ºs 4 e 5 apresentam-se muito erosionados, embora sejam identificáveis, no primeiro, 3 puncionamentos ovulares e, no segundo, 3 linhas paralelas.

Estes três fragmentos que, provavelmente, terão pertencido ao mesmo vaso, mostram uma organização decorativa não muito comum em cerâmicas pré-históricas do Norte de Portugal e da Galiza, traduzindo, no âmbito do vaso campaniforme, a adopção pelas populações locais de modelos decorativos exteriores.

4.1.2. Três fragmentos, não decorados:

- n.º 9 — Localização: D8 (peneiração; terras da decapagem superficial);
dimensões: alt. — 25 mm; larg. — 17 mm; esp. — 6 mm.

⁽⁹⁾ O calibre dos elementos não plásticos (e.n.p.) foi dividido em três categorias: fino (< 0,5 mm), médio ($\geq 0,5$ a 1 mm) e grande (≥ 1 mm).

- n.º 10 — Localização: quadrado E6 (x = 018; y = 020; z = 053);
«solo» antigo enterrado;
dimensões: alt. — 16 mm; larg. — 25 mm; esp. — 5 mm.
- n.º 11 — Localização (peneiração; decapagem superficial);
dimensões: alt. — 22 mm; larg. — 18 mm; esp. — 6 mm.

Estes três fragmentos cerâmicos apresentam as mesmas características físicas dos anteriormente descritos; superfícies muito alteradas pela erosão.

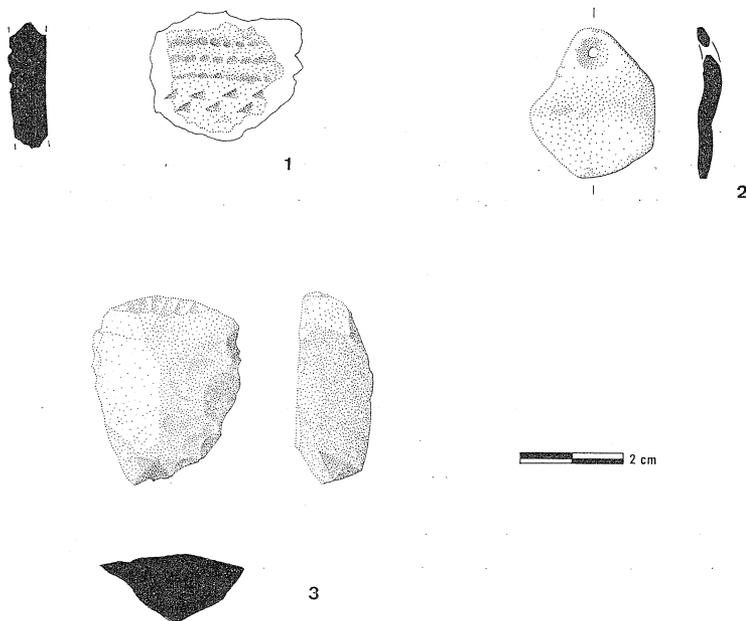


Fig. 9 — 1—Fragmento de vaso (n.º 6) com decoração de tipo campaniforme; 2—Pendente, em variscite, exumado ao nível do «solo» antigo enterrado na área da câmara; 3—raspadeira, em quartzo (Des. de Luís Madeira do S.R.A.Z.C.).

4.1.3. Um fragmento, não decorado:

- n.º 3 — Localização: C5 (decapagem superficial; sobre a «couraça»
pétrea);
dimensões: alt. — 35 mm; larg. — 45 mm; esp. — 8-12 mm.

Pasta compacta, desengordurante constituído por grãos de quartzo, de grande calibre, e palhetas de mica (< 0,5 mm). Cor castanho-clara, nas superfícies exterior e interior, e alaranjada, nas fracturas.

4.1.4. Dois fragmentos, não decorados, pertencentes ao mesmo vaso e feitos com roda de oleiro. Cerâmica de cariz medieval.

n.º 1 — Localização: B5 (decapagem superficial; sobre a «couraça» pétrea). Fundo de vaso.

n.º 2 — Localização: A5 (decapagem superficial; sobre a «couraça» pétrea).

4.1.5. 2 fragmentos, não decorados.

n.ºs 7 e 8 — Localização: D5 (peneiração; decapagem superficial);
dimensões: alt. — 35 mm; larg. — 30 mm; esp. — 8 mm.

Pasta friável, desengordurante constituído por grãos de quartzo, palhetas de mica e fragmentos de feldspato, de calibre fino e médio. Cor castanho-clara, nas superfícies, e negra, nas fracturas. Superfícies interiores muito erodidas.

4.2. Lítico

4.2.1. Objecto de adorno.

Localização: E6 ($x=049$; $y=018$; $z=050$) ⁽¹⁰⁾; área da câmara, ao nível do «solo» antigo enterrado.

dimensões: alt. — 30 mm; larg. — 24 mm; esp. — 3 mm.

Pendente, em variscite ⁽¹¹⁾. Perfil sinuoso e contorno irregular. Superfícies com vestígios de polimento. Perfuração bicónica (Fig. 9-2 e Est. IV-2).

4.2.2. Raspadeira

Localização: E7 (peneiração; decapagem superficial);

dimensões: eixo longitudinal — 38 mm; eixo transversal — 29 mm; esp. — 14 mm.

Raspadeira carenada, frontal, sobre lasca de quartzo; extremidade preparada com retoques lamelares, subparalelos, contínuos (reavivamentos

⁽¹⁰⁾ As coordenadas x e y correspondem, em cada quadrado de 2 metros de lado, com o observador orientado a Norte, aos eixos da ordenada e da abcissa; z traduz a profundidade a que foi recolhida a amostra, medida a partir do nível superior da mamoa. Os valores são expressos em cm.

⁽¹¹⁾ A identificação da matéria-prima, por observação macroscópica, foi realizada pelo Dr. A. Huet de Bacelar Gonçalves, da Faculdade de Ciências do Porto.

localizados através de pequenos retoques directos); índice de carenagem espesso (Fig. 9-3).

5. Estudos paleoambientais

A Arqueologia pré-histórica é, cada vez mais, uma ciência interdisciplinar. Os documentos que utiliza não se resumem aos artefactos e às estruturas arqueológicas evidentes, mas também os que permitem a «reconstituição» do ambiente, animal e vegetal, em que o homem se inseriu.

Neste sentido, e com vista à obtenção de elementos que permitissem a definição da cobertura vegetal da Serra da Aboboreira e, muito particularmente, da sua área SO, foram realizadas, ainda que experimentalmente ⁽¹²⁾,

QUADRO I — Amostras de elementos vegetais incarbonizados recolhidos durante os trabalhos de escavação

N.º da amostra	Localização				Estratigrafia (nível)
	Quad.	Coordenadas (10)			
		x	y	z	
1	D6	185	035	045	3
2	E6	125	124	043	2
3	E6	160	108	042	2
4	D7	145	195	067	3
5	E6	180	115	048	2
6	F5	075	140	063	3
7	G5	020	050	078	3
8	F5	150	070	077	3
9	E7	170	160	074	3
10	E7	160	180	080	3
11	E7	160	140	080	3
12	E7	170	135	080	3
13	E6	150	120	076	3
14	F5	070	010	056	3
15	F5	065	010	050	3

(12) Não existem em Portugal laboratórios que apoiem a investigação arqueológica, sendo necessário recorrer a instituições estrangeiras que, ocupadas com os seus próprios projectos, nem sempre se mostram disponíveis para a execução deste tipo de estudos. Por este facto, as amostragens feitas neste monumento foram meramente experimentais, utilizando-se apenas cerca de 10 kg de sedimentos na recolha de elementos vegetais incarbonizados (Paleocarpologia e Antracologia).

amostragens de sedimentos (Pedologia e Palinologia) e de elementos vegetais incarbonizados (sementes, grãos e carvões), pelo processo de flutuação⁽¹³⁾, além das recolhas pontuais feitas no decurso da escavação.

Nestas recolhas seguiu-se a leitura estratigráfica. No perfil E-O (sanja Este), o nível 3 («solo» antigo enterrado) foi, contudo, subdividido em *a* (46-66 cm) e *b* (66-82 cm); o monumento apresentava nesta zona uma maior possança de terras.

QUADRO II — Amostragem de sedimentos e elementos vegetais incarbonizados

Nível	Descrição	Identificação das amostras					
		Perfil Norte-Sul			Perfil Este-Oeste		
		Pedologia	Palinologia	Antracologia e Paleocarpologia	Pedologia	Palinologia	Antracologia e Paleocarpologia
1	Terras humosas superficiais, castanho-acinzentadas, com abundantes raízes, médias e finas, e elementos grosseiros;	1	—	—	4	—	—
2	Terras <i>in situ</i> do <i>tumulus</i> , acastanhadas, com algumas raízes, médias e finas, e elementos grosseiros;	2	—	1	5	—	3
3	Terras do «solo» antigo enterrado, amareladas, muito compactas e com bastantes elementos grosseiros;	3	1	2	—	—	—
3a	<i>Id., idem</i> , terras do topo do «solo» antigo;	—	—	—	6	2	4
3b	<i>Id., idem</i> , terras da base do «solo», em contacto com a alterite granítica.	—	—	—	7	3	5

Obs.: As amostras antracológicas e paleocarpológicas foram obtidas pelo processo de flutuação, utilizando-se cerca de 10 kg de sedimentos e uma peneira com rede de malha de 1 mm; no perfil E-O, a subdivisão do nível 3 em *a* e *b* não tem carácter arqueológico: *a* corresponde às terras da parte superior do «solo» antigo enterrado, e *b* às terras em contacto com a alterite granítica (*vd.* Fig. 7).

(13) Sobre a metodologia a seguir na colheita de amostras, no domínio dos estudos paleoecológicos, veja-se, entre outros, SHACKLEY, Myra, *Environmental archaeology*, Londres, G. Allen & Union Unwin Ltd., 1981.

Estas amostras encontram-se em estudo mas uma análise preliminar dos elementos paleocarpológicos foi, entretanto, realizada pelo Sr. Eng.º A. R. Pinto da Silva, da Estação Agronómica Nacional, que determinou a existência de cerca de 172 sementes, assim distribuídas:

«amostra n.º 1 — Cerca de 83 sementes esféricas, ca. de 0,6-1,2 mm de diâmetro, esponjoso-vacuolosas, com casca fina, rugulosa, quase baça, frágeis. Talvez de uma crucífera brava.

«amostra n.º 2 — 7 sementes semelhantes às da amostra 1, com 0,7-1 mm de diâmetro aproximadamente, subesféricas, por vezes «amolgadas». Depois de lavadas verificou-se serem finissimamente reticuladas e não apenas rugulosas e uma delas sublisas. Por fractura verificou-se serem negras, carbonáceas, compactas (sem porosidade como em 1) e quase baças. Talvez de crucíferas, talvez de leguminosas bravas.

«amostra n.º 3 — Cerca de 77 sementes idênticas às da amostra n.º 2 quanto ao diâmetro e superfície. Um corpúsculo prismático-rectangular é talvez mero artefacto: fragmento rolado de carvão.

«amostra n.º 4 — A hipótese de conter uma semente prismática não se confirmou.

«amostra n.º 5 — 5 sementes esféricas, de tamanhos diversos».

Acrescentando:

«Os grãos reticulados lembram sementes de *Cruciferae* enquanto os sublisos e divisíveis em cotilédones lembram os de certas espécies de *Leguminosae* (*Papilionaceae*). Em qualquer caso não são, julgo, de qualquer espécie tida por cultivada, mas antes de ervas espontâneas e destas nenhuma que tenha especial significado para caracterizar a flora ou o tipo de vegetação. Melhor, quanto me lembro, não correspondem a nenhuma espécie característica da vegetação climácica, mas antes a vegetação secundária e, mais provavelmente, pastagens.

...

Notável a ocorrência de grãos parasitados.» (14).

A maior parte das sementes provém das terras *in situ* do *tumulus* (terras deslocadas das imediações do monumento para a construção da

(14) Comunicação pessoal, em carta datada de 25 de Fevereiro de 1987. Expressamos ao Sr. Eng.º A. R. Pinto da Silva os nossos agradecimentos pela realização deste estudo, apesar das limitações, ao nível da aparelhagem óptica, e das dificuldades inerentes à identificação de grãos e sementes de pequenas dimensões.

mamoas) (amostras n.ºs 1 e 3). As amostras relativas ao «solo» antigo enterrado revelaram-se pouco ricas em material vegetal incarbonizado.

Ainda que preliminarmente, tornando-se necessário realizar outros estudos, nomeadamente palinológicos, os resultados obtidos no âmbito da Paleocarpologia são interessantes, apontando para a existência nesta área da Serra de um substrato herbáceo significativo. Mas, de facto, a caracterização do manto vegetal da Serra da Aboboreira, em tempos pré-históricos, passará pela recolha mais sistemática e significativa de amostras.

6. Datações de Carbono 14

A escavação do quadrado D7, ao nível do «solo» antigo enterrado ⁽¹⁵⁾, proporcionou a recolha de elevada quantidade de carvões (amostra n.º 4, *vd.* Quadro I), que foram remetidos, para datação pelo processo de Carbono 14, aos laboratórios das Universidades de Groningen (Holanda) e de Granada (Espanha) ⁽¹⁶⁾.

Os resultados dessas análises foram os seguintes:

Laboratório e n.º de identificação	Datação BP	Conversão a.C.	Calibração ⁽¹⁷⁾ AC
GrN-15569	5805 ± 40	3855 ± 40	4935-4500
CSIC-775	5680 ± 80	3730 ± 80	4850-4400

⁽¹⁵⁾ A problemática que os «solos» existentes na base dos monumentos megalíticos coloca é vasta, porquanto estes «solos» poderão ter sofrido uma destruição dos seus horizontes superficiais (*Vide* RICARDO, R. Pinto, MADEIRA, A. V., *op. cit.*, nota 8). Assim sendo, as amostras de carvões recolhidas no «paleossolo» destes monumentos poderão corresponder a níveis mais profundos, datando outros contextos, porventura não arqueológicos. Outras situações deverão ainda ser consideradas, nomeadamente a existência de vestígios de ocupações anteriores, o eventual revolvimento de terras provocado pelos construtores, etc.

⁽¹⁶⁾ Agradecemos aos Srs. Profs. G. W. Mook e Cecilio González Gómez, directores dos Laboratórios de Carbono 14 referidos no texto, a amabilidade de terem aceiteado realizar estas datações.

⁽¹⁷⁾ Seg. KLEIN, J., LERMANN, J. C., DAMON, P. E., RALPH, E. K., «Calibration» des dates «radiocarbone», *Revue d'Archéometrie* (supplément) Rennes, 1983, pp. 3-46.

Estes valores, utilizando-se um intervalo de confiança de 95,46 %, são estatisticamente semelhantes, situando-se na 1.^a metade do 4.^o milénio a.C. (datas convencionais radiocarbono) ou seja, 1.^a metade do 5.^o milénio AC (datas calibradas, seg. Klein *et alii*) (Figs. 10 e 11).

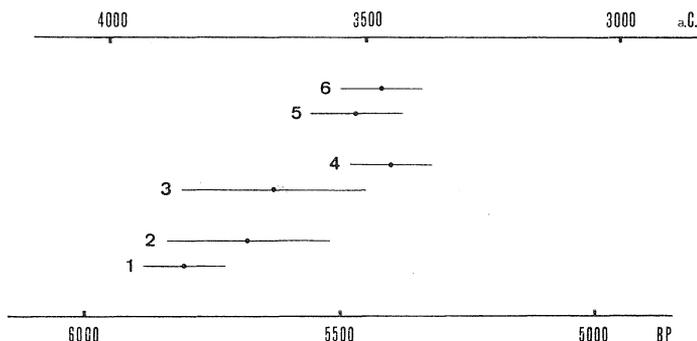


Fig. 10—Representação gráfica das datas convencionais radiocarbono dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira, referidas no texto, para um intervalo de confiança de 95,46 %. 1—Mamoa de «Monte Maninho» (GrN-15569); 2—*Idem* (CSIC-755); 3—Mamoa de «Monte da Olheira» (UGRA-287); 4—*Idem* (GrN-15331); 5—Mamoa 4 de «Chã de Parada» (ICEN-162); *Idem* (ICEN-169).

As datações da Mamoa de «Monte Maninho» integram-se no conjunto de determinações radiocarbónicas mais antigas da Serra da Aboboreira: Mamoa 3 de Cabritos (Gif-7020:6100 \pm 70 anos BP), Mamoa de «Monte da Olheira» (UGRA-287:5630 \pm 90 anos BP e GrN-15331:5400 \pm 40

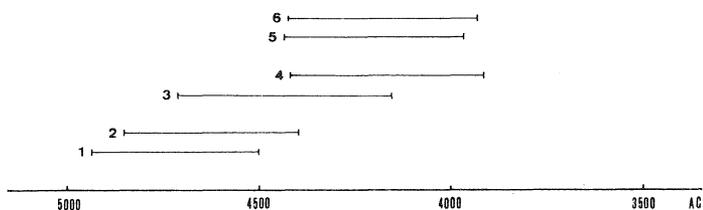


Fig. 11—Diagrama das datas radiocarbono calibradas dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira, identificados no texto (*vd.* legenda da Fig. 10) (Seg. Klein *et alii* (1982), período convencional «Libby» (5568 anos), e um intervalo de confiança de 95,46%).

anos BP) e Mamoa 4 de Chã de Parada (ICEN-162: 5470 \pm 45 anos BP e ICEN-169:5420 \pm 40 anos BP), não considerando já um outro grupo de datações muito antigas, obtidas a partir de amostras provenientes das terras do *tumulus*, de difícil interpretação e valorização ⁽¹⁸⁾.

As datações disponíveis, até ao momento, para os monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira, num total de 45 determinações, situam, com segurança, o início da sua utilização como espaço sepulcral na 2.^a metade do 4.^o milénio a.C. (dólmenes simples, de câmara poligonal, provavelmente fechados). Assim, as duas datas da Mamoa de «Monte Maninho», que agora se publicam, e que não estão muito longe das da Mamoa 4 de Chã de Parada (Figs. 10 e 11), bem como as que acima se referem, só poderão ser devidamente valorizadas com a realização de novas análises, a partir de amostras recolhidas em outras áreas do monumento, e num contexto de reflexão mais ampla sobre o conjunto de datações da necrópole e da problemática específica dos monumentos de tipo megalítico.

7. Conservação e restauro

Os trabalhos arqueológicos realizados na Mamoa de «Monte Maninho» foram concluídos com o seu restauro, restituindo ao monumento, tanto quanto possível, o aspecto que apresentava antes da intervenção. Estes trabalhos consistiram no preenchimento das valas de sondagem com terra e o restabelecimento da estrutura pétreia de revestimento superficial ⁽¹⁹⁾.

RESUMO

A escavação da Mamoa de «Monte Maninho», monumento implantado em terreno chão, mas topograficamente não muito relevado, revelou uma solução construtiva semelhante à da generalidade dos monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira: pequeno *tumulus*, em terra, protegido superficialmente por uma «couraça»

⁽¹⁸⁾ O *tumulus* deste tipo de monumentos é constituído por terras de origem diversa, apresentando-se misturadas (Vide CRUZ, D. J., Escavação de Mamoa do «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, 13, Porto, 1986, pp. 125-139). Exceptuando a possibilidade de os construtores, durante a erecção do monumento, terem feito fogueiras sobre estas terras, é impossível definir o contexto dos carvões aí existentes. Só uma série vasta de determinações radiocarbónicas poderá permitir a valorização, probabilística, do subconjunto das mais recentes.

⁽¹⁹⁾ Os trabalhos de restauro tiveram o apoio da Câmara Municipal de Baião, que ao local fizeram deslocar uma máquina, colaboração que nos cabe registar e agradecer.

de pedra miúda, mas reforçada nas áreas periféricas com a colocação de lajes, de maior dimensão, em posição inclinada, no sentido do centro do monumento.

Sensivelmente na sua área central, mas deslocada para SE, situar-se-ia a câmara funerária, de que foi encontrado apenas um esteio, *in situ*, fragmentado, com uma pequena base de pedras, de sustentação exterior, e escoramento interior.

O monumento foi alvo de numerosos remeximentos, que afectaram sobretudo a zona de implatação da câmara; apesar disso, foi possível detectar sob as terras da mamoa o «solo» antigo enterrado, bem visível, particularmente na sanja Este, onde existia uma ligeira depressão no terreno quando da sua construção.

O espólio, ainda que parco, é importante; além de fragmentos de cerâmica de cariz medieval, foram exumados outros, pré-históricos, três dos quais pertencentes, provavelmente, ao mesmo vaso, com decoração campaniforme, segundo o estilo pontilhado geométrico, correspondendo a uma adaptação local de modelos exteriores, e um objecto de adorno (pendente), em variscite.

A ocorrência do mesmo tipo de espólio na Mamoa 1 de Chã de Carvalho, que se situa a cerca de 450 metros para NE, e noutros monumentos da Serra da Aboboreira, implantados nas chãs superiores, enriquecem grandemente a problemática do vaso campaniforme no Norte de Portugal.

No domínio da Paleocologia foram realizadas amostragens de sedimentos e elementos vegetais incarbonizados, procurando-se, deste modo, conhecer a paisagem da região quando da construção do monumento. Publicam-se, neste domínio, os resultados preliminares das análises paleocarpológicas, que apontam, ainda que sob reserva dado o carácter fragmentário da informação disponível, para a existência de um substrato herbáceo importante, não relacionável com práticas agrícolas.

O «solo» antigo enterrado, existente sob o monumento, foi datado pelo processo de Carbono 14 a partir de uma amostra de carvões recolhida no quadrado D7, situando-se na primeira metade do 5.º milénio AC (1.ª metade do 4.º milénio a.C., datas radiocarbono).

SUMMARY

Herewith, are the results of the excavation effected in 1986 at Barrow «Monte Maninho». It concerns a megalithic monument constructed over a plane area and not too well distinct at surface level. Its architectonic characteristic is similar to that of most monuments of this type existing at Serra da Aboboreira, i.e.: a small earthen *tumulus* superficially protected by a layer of small stones and reinforced on its periphery by larger flagstones placed on a slant position.

More or less at the central area, slightly towards south-east, would have been the funerary chamber, where a fragmented support was found *in situ*. This was sustained on the exterior by a small structure of stones and by a beam on the interior.

The monument has been revolved various times which affected, mainly, the implantation of the chamber. However, it was still possible to detect the buried ancient soil on the ground of the *tumulus*, well visible, especially, on the eastern side of the sounding ditch.

The assemblage gathered, although scarce, is of importance: besides fragmented ceramic of medieval type, other pre-historical fragments were exhumed (three of which

may belong to the same vase) with Bell Beaker's type decoration, which indicate a local adaptation of decoration styles from an outside influence. We also found an ornamental object (a pendant) made of variscite stone.

The occurrence of the same type of assemblage found at Barrow 1 of «Chã do Carvalhal», about 450 metres towards NE, as well as at other monuments on the upper planes of Serra da Aboboreira, highlights the problems involving the Bell Beaker's culture on the North of Portugal.

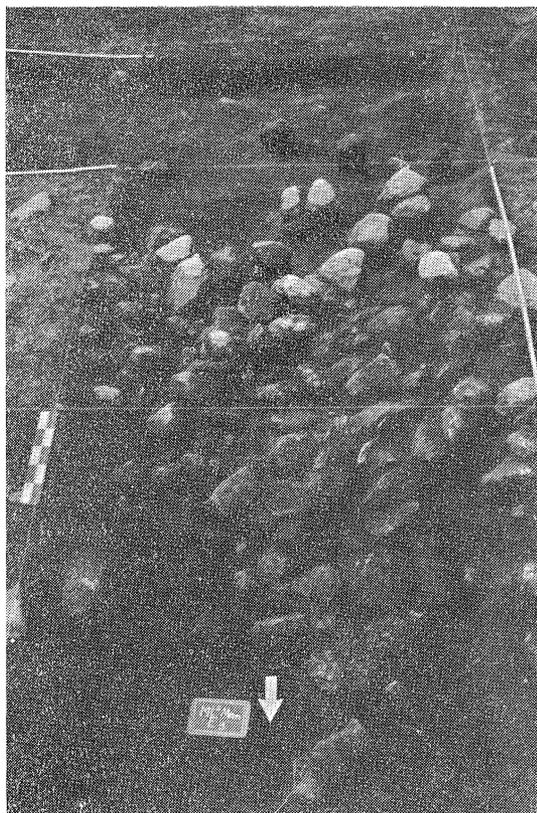
As far as Paleoecology is concerned, various samples were taken of sediments and carbonized elements of vegetation, in order to learn about the region's landscape at the time of the monument's construction. Thus, we are publishing the preliminary results of the paleocarpological studies which indicate (although with some reserve due to the fragmented information available) the existence of a significant herbacious substratum not related to agricultural practice.



1 — Aspecto do monumento antes dos trabalhos (vista tirada de SO, 1982).



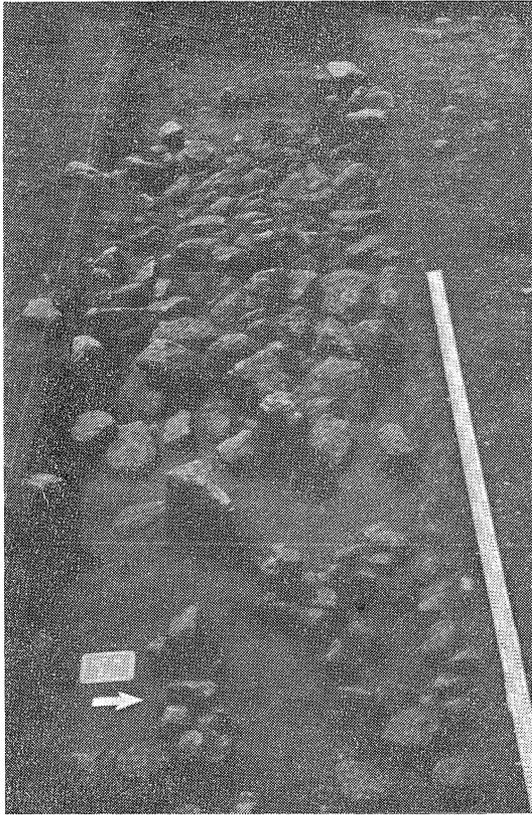
2 — *Idem*, após o corte da vegetação (vista tirada de Oeste).



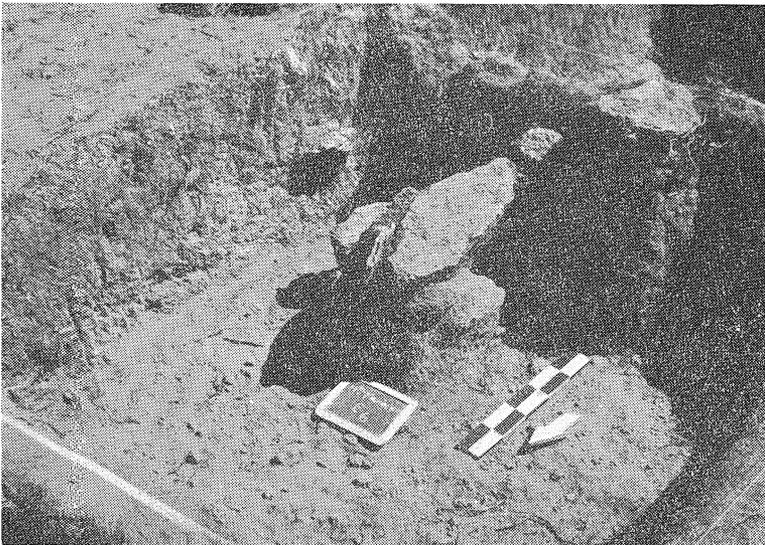
1 — Sanja Norte. Aspecto da estrutura pétreia de revestimento superficial.



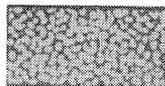
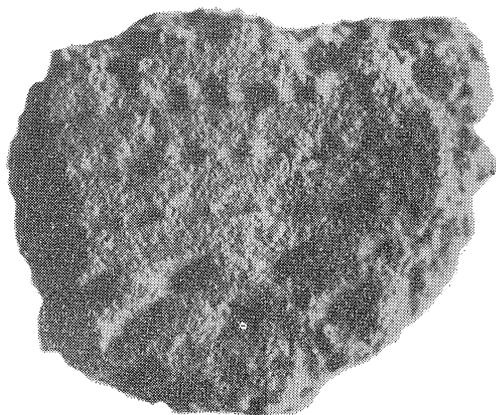
2 — Perfil N-S (parede Este). Pormenor da «couraça» pétreia de cobertura superficial da mamoa.



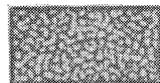
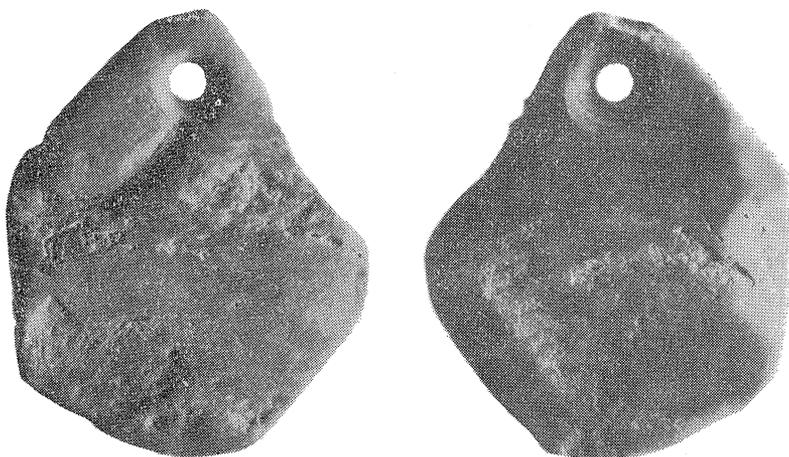
1 — Sanja Este. Aspecto da «couraça» pétrea.



2 — Área da câmara funerária. Esteio, fragmentado, *in situ*.



1 — Fragmento de vaso com decoração campaniforme (n.º 6)
(Foto do Serv. de Iconografia do I.S.C.B.A.S., Porto).
Escala: 1 cm.



2 — Pendente, em variscite (faces anterior e posterior)
(Foto do Serv. de Iconografia do I.S.C.B.A.S., Porto).
Escala: 1 cm.

A MAMOA DO BARREIRO

UM TUMULUS DO LESTE DE TRÁS-OS-MONTES

POR

Maria de Jesus Sanches (*),

Anabela Gomes Lebre ()**

e

António Manuel Santos (*)**

0. Introdução

A mamoa do Barreiro, situada na freguesia de Vilar de Rei, concelho de Mogadouro e distrito de Bragança, foi objecto duma escavação de emergência no período compreendido entre 29 de Julho e 20 de Agosto de 1987 ⁽¹⁾.

(*) Assistente da Faculdade de Letras do Porto.

(**) Licenciada em História (variante de Arqueologia) pela Fac. de Letras da Universidade de Coimbra.

(***) Aluno do curso de História (var. de Arqueologia) da Faculdade de Letras de Coimbra.

⁽¹⁾ Esta mamoa foi localizada pelo Dr. Domingos Marcos, em Dezembro de 1986. Logo nesse mês, fomos por ele alertados para o seu estado avançado de ruína e, concerteza, eminente desaparecimento. Foi esta a razão que nos levou, de imediato, a programar uma escavação para o ano seguinte.

Agradece-se o apoio financeiro prestado pelo IPPC e pela Câmara Municipal de Mogadouro.

Participaram na escavação alunos da Escola Secundária de Mogadouro, integrados no Programa OTL/87, e ainda estudantes e licenciados em História das Faculdades de Letras do Porto e Coimbra. De entre estes agradece-se particularmente a Branca do Carmo Santos.

Os signatários deste trabalho mantiveram, na escavação, uma colaboração estreita e muito frutífera; no entanto, a redacção deste texto é da autoria e exclusiva responsabilidade de um só desses elementos (M.J.S.).

Embora se tratasse duma intervenção desta natureza e não constando, de resto, do programa de escavações, a curto prazo, do projecto de estudo da Pré-história recente desta região — em curso de realização por uma das signatárias (M.J.S.) — a documentação que ainda forneceu, conferiu um significado particular à abordagem das mamoaas do Leste de Trás-os-Montes. Com efeito, e tal como já acontecera com a mamoa 3 de Pena Mosqueira, esta veio também mostrar que, no *Planalto Mirandês*, as fórmulas construtivas dos *tumuli* e respectivas estruturas funerárias internas, parecem não obedecer, sequer, a esquemas genéricos comuns a outras regiões peninsulares. Entre o enterramento praticado na mamoa 3 de Pena Mosqueira e aquele indicado aqui, sob a forma duma estrutura submega-lítica — *fossa ladeada de esteios e de pequenas lajes* — interpor-se-á uma outra tradição funerária, um diferente *momento* ritual ou um outro tempo cronológico? Terão porventura actuado todos estes factores em simultâneo ou só alguns deles?

A questão é premente e, nas vias para a sua solução, assume particular importância, repetimos, o estudo de todos estes *monumentos com tumulus*, insertos nesta pequena região geográfica e orograficamente homogénea — o *Planalto Mirandês*. A maioria destes monumentos parece manter, relativamente preservado, não somente o *tumulus*, mas também a estrutura funerária interna (ausência de crateras no centro das mamoaas), precisamente aquela que mais fragmentariamente surge aos olhos do arqueólogo, porque quase sempre destruída ou semi-destruída.

1. Localização

A mamoa do Barreiro localiza-se no lado direito dum caminho carreteiro que, acompanhando a linha férrea do Sabor, liga a estação da C. P. de Mogadouro à aldeia de Vilar de Rei. A cerca de 2 Km, para Sul, da referida Estação, e já nas faldas NE do pico de Vilar de Rei, a linha férrea aproxima-se enormemente daquele caminho carreteiro, num percurso de cerca de 500 m (entre o Km 71 e 72 daquela linha). É precisamente nesse espaço, intercalado entre a linha, hoje soerguida acima do nível primitivo do solo, e o caminho, que se conservou, ainda que parcialmente, a massa tumular desta mamoa (Ests. I e II-1).

Tal como já foi referido em publicação anterior (Sanches, 1987: 96-97) a mamoa do Barreiro ocupa um lugar proeminente da suave lomba que prolonga, para NE, um dos picos dos *Cimos do Mogadouro* — o de Vilar

de Rei (921 m) e dista das *Medorras* de Vila de Ala e de Vilar de Rei (aquelas que lhe ficam mais próximas) 2 e 3 Km, respectivamente.

Hoje, a linha férrea impede que, do topo do *tumulus*, se abarque totalmente a paisagem situada a NO, contrariamente ao que primitivamente teria acontecido. Na ausência de tal construção, o domínio visual da paisagem seria evidente já que só era interrompido pelo apontado pico de Vilar de Rei, a SO.

São as seguintes as suas coordenadas geodésicas, seg. a Carta Militar de Portugal, à esc. 1:25.000, folha 107-Mogadouro.

Lat. — 41° 19' 31" N.

Long. — 2° 28' 28" E. de Lx.

Altitude absoluta — 770 m.

Geologicamente, e seg. António Ribeiro (Ribeiro, 1974) esta mamoa inscreve-se numa região de formações quartzíticas — argilas terciárias com intercalação de quartzitos. Com efeito, a dominante no solo é a argila ou barro avermelhado, pouco permeável, e os blocos de quartzo, de tamanhos e formas variadas. No entanto, abaixo dos 30 cm de profundidade, na área circundante da mamoa, o solo é extremamente húmido e permeável, porque formado de areias de médio e grosso calibre. Tal circunstância provoca a canalização subterrânea das águas dos picos mais altos para as encostas, onde ressurgem em inúmeras nascentes naturais.

Mesmo no limite Este do *tumulus*, já adentro do caminho, uma dessas nascentes corre permanentemente no Verão e, o solo geológico onde foi cavada a fossa destinada ao enterramento, abaixo dos 40 cm, é extremamente húmido também. Talvez seja essa a razão porque não se conservou aqui qualquer fragmento de osso.

2. A mamoa

A mamoa do Barreiro, como mais tarde viemos a perceber, fora alvo de amputações e remeximentos vários desde os finais do século passado.

De um dos lados — E e NE —, um caminho carreteiro, que devia existir desde tempos imemoriais, foi alargado há alguns anos, dando aso à destruição do *tumulus* numa extensão de cerca de 20 m. Do lado oposto, a construção da via férrea, aliada ao estacionamento de pré-fabricados e outras infra-estruturas de apoio à construção da via, e posterior circulação ferroviária — como a abertura de um poço já no perímetro do *tumulus* —, provocaram o arrasamento de toda a parte Oeste da mamoa e ainda o desaparecimento de quase todas as pedras que a deviam cobrir e que, concerteza, foram encaminhadas também para a referida via férrea.

Aproximadamente no centro da massa tumular foi ainda cavado um profundo buraco para inserir um poste de comunicação telefónica da C. P. (Ests. II-1 e III).

Durante bastantes anos o *local dos Barreiros* funcionou como posto de abastecimento de água e carvão das locomotivas a vapor, chegando-se mesmo a projectar para aí a construção da respectiva Estação da C. P.. Felizmente, a mesma acabou por implantar-se 2 Km a N., junto da Estrada Nacional 221 e o terreno, após profundas lavras, passou a ser cultivado com produtos hortícolas.

Tem-se assistido, assim, todos os anos, a uma paulatina destruição, pela lavra, de mais uma parcela do montículo da mamoa, na tentativa de inserir as suas terras no espaço arável. Neste contexto se explicam as medidas de protecção tomadas no final da escavação e que mais adiante exporemos.

Após todos os incidentes apontados, o que restou do *tumulus* era um montículo de forma alongada e estreita, coberto de vegetação já bastante frondosa — carvalhos e giestas, essencialmente — mas, o que permitiu a sua identificação, foi o alinhamento regular de seixos que o corte feito pela estrada exhibia (Cf. corte 3 — Est. VI-3).

Julgámos então, após a limpeza do mato e atendendo à extensão do tal corte — 20 m. —, que a estrada havia «cortado» esta mamoa por um dos seus diâmetros maiores. Restava, contudo, a dúvida: — se a zona do provável enterramento estaria ou não incluída na parte conservada do monumento.

O levantamento topográfico ilustra claramente o que acabamos de expor (Est. III). Em relação a um hipotético centro definido pelas curvas de nível, a estrada ocuparia, pela sua posição e topografia, uma área primitivamente inserta no *tumulus*. Contudo, a escavação veio mostrar uma realidade arqueológica algo diferente.

Tanto a estrada como a provisória Estação da C. P. haviam provocado dois «cortes» paralelos, mas opostos, no *tumulus*, orientados segundo o provável eixo maior da mamoa — NE-SO. Mas, tais destruições deixaram quase intacta a área ocupada pela estrutura funerária propriamente dita.

2.1. O *tumulus*

Primitivamente deveria ter tido forma subelíptica, com o eixo maior — NE-SO — medindo cerca de 20 m. e o menor — NO-SE — provavelmente 17 m.

As plantas I e II e os cortes stratigráficos 1, 2 e 3 são ilustrativos das suas características.

Em primeiro lugar, será de referir que a estrutura pétreia superior, presente ainda nalgumas das áreas escavadas — quadrados B1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, C1 e D1 — deve, inicialmente, ter coberto todo o *tumulus* pois, caso contrário, seria estranho que a mamoa se tivesse conservado precisamente e só, sob pequenos aterros criados pelos proprietários do terreno e destinados a soerguer a divisória da propriedade. Os mesmos proprietários procederam ainda, com a mesma finalidade, ao prolongamento de um muro sobre o actual corte da estrada, através da colocação, imbricada e alinhada, de lajes de tamanho médio (Cf. Planta topográfica, planta I, corte 3).

Originalmente a *couraça* deveria ter um aspecto similar ao que se observa ainda nos quadrados B1 e C1 — o de um imbricado regular de pequenas lajes de quartzo. Na sua periferia ou «fecho», este imbricado deveria contar com lajes de tamanhos maiores.

Sob esta estrutura pétreia, o volume e orientação das terras para aqui transportadas, varia consoante a configuração do solo geológico de base.

É interessante notar que esta mamoa foi construída sobre um acidente topográfico — um afloramento. Com efeito, este afloramento natural de terra argilosa dura, foi aproveitado para conferir, dum modo prático, digamos, volumetria ao monumento. Por sobre este afloramento, e sempre que o mesmo apresentava quebras inesperadas ou desníveis acentuados, foram colocadas, numa só fiada ou em várias fiadas sobrepostas, pedras de tamanho médio.

Sobre estas pedras foi lançada terra e, na metade Este da mamoa, várias fiadas de pedras vão mesmo intercalar com aquelas terras. Com efeito, aqui (Cf. corte estratigráficos 2 e 3 — quadrados A5/B5), o desnível mostrava-se tão acentuado, que se tornou necessário criar uma estrutura pétreia espessa a fim de conferir ao *tumulus* a curvatura desejada.

Ainda entre o A5 e o B5, junto do corte, uma laje espessa de granito e com cerca de 70 cm de altura, foi inserida, na vertical, entre as pedras da estrutura pétreia atrás referida. Desconhecemos, contudo, se a sua colocação obedeceu a imperativos simbólicos, funcionais, ou a ambos em simultâneo. O que é certo é que esta laje, pelo seu volume e configuração, conferiria maior firmeza ao *tumulus*, ao impedir que, nesta zona inclinada, as terras escorregassem em direcção à periferia (Ests. II-2, VI-1 a 3).

2.2. Estratigrafia

No estudo desta mamoa, já tão destruída por incidentes vários, houve a preocupação de decapar uma alargada área, mas só escavar em profun-

didade o estritamente essencial à compreensão da sua arquitectura e ritual funerário.

Sendo assim, aprofundámos a escavação na área do enterramento e, unicamente em duas valas que, sendo perpendiculares entre si, se cruzavam aproximadamente no centro da mamoa (Cf. planta II — Est. V).

A sua sucessão estratigráfica é a seguinte: (Cf. cortes estratigráficos 1, 2 e 3 — Ests. VI-1 a 3).

Camada 1 (c.1) — terra humosa, negra, com muitas raízes;

Camada 2 (c.2) — terra do *tumulus*, argilosa/arenosa, fina, homogénea castanho clara. De notar como, no corte 2 — quadrados A5/B5 — as pedras inseridas nesta camada «compensam» o desnível provocado pelo afloramento de base e, no corte 1 — quadrados C3, C4 e C8 — parecem também segurar, sobre o afloramento, as terras do *tumulus*. Aliás, todo o corte estratigráfico 3 é demonstrativo desta particularidade construtiva no lado hoje voltado à estrada.

Camada 3 (c.3) — trata-se do afloramento de terra argilosa/arenosa, grosseira, muito compacta e de cor castanha mais clara que a anterior, quase bege. Nalguns locais é mesmo esbranquiçada. Incluía pequenas pedras de quartzo de cantos rodados.

Camada 4 (c.4) — terra do *tumulus* de cor cinzenta ou castanho escuro e com veios de argila. Poder-se-á tratar já de uma terra de natureza humosa quando deposta no monumento.

A, B, C e D são estratos incluídos na fossa funerária que se «abre» na camada 3 e, por tal razão, descritos aquando da apresentação daquela estrutura.

E — estrato de cor ferruginosa, ou seja, castanho avermelhado.

F — representa lajes estranhas à construção pré-histórica original.

2.3. A fossa funerária

No topo da camada 3, ou seja, no topo do primitivo afloramento, foi aberta uma fossa de forma subcircular, cujo diâmetro variava entre os 2,6 e os 3 m. e tinha 1,12 m. de profundidade (em relação ao topo do *tumulus*). Tal fossa ocupa os quadrados C5, C6 e D6 (Est. VII).

As suas «paredes», de perfil predominantemente côncavo para o interior, eram ladeadas, em quase toda a sua extensão periférica, de pequenas lajes de xisto inclinadas, ora para o exterior, ora para o interior. Tais lajes, dispostas descontinuamente na vertical ao longo do segmento O da fossa, espessam-se no quadrante N., indo mesmo encostar a uma real laje mega-

lítica de xisto (ou esteio) fincada na vertical — *esteio* 2 (alt. = 1,23 m.) (Est. VIII-2).

À base do *esteio* 2 encosta, mas na horizontal, uma outra laje de grandes dimensões que, por facilidade, denominamos de *esteio* 1. Entre o *esteio* 2 e o *esteio* 3, este também de grandes dimensões (alt. = 1,15 m.), dois espessos blocos de xisto sobrepostos preenchem parcialmente o espaço deixado livre por aqueles (Ests. VIII-2 e IX).

Já o monólito n.º 4, de quartzo, tão espesso quanto alto, não parece ter funcionado como «parede» pois vai *assentar* sobre o enchimento da fossa. Este facto indica claramente que foi ali colocado após terminada a operação de preenchimento daquele espaço ritual (Est. VII).

O *esteio* 5, laje alongada de pequenas dimensões (não ultrapassa os 50 cm. de altura), aparece em posição discordante, relativamente ao contorno da fossa, mas um pouco afastado deste. Tal como acontece com os esteios 2 e 3, foi previamente cavado, no fundo da fossa, um sulco alongado para inserir a sua base (Est. IX).

Desconhecemos a sua função pois, apesar de aparentemente criar dois espaços dentro da fossa, a estratigrafia, para um e outro lado deste *esteio*, permanece igual.

Esta fossa foi detectada desde logo, no seu topo superior, quando procedíamos à decapagem horizontal do *tumulus*, já que o seu enchimento, acinzentado no topo, contrastava bastante com o solo geológico periférico, de cor amarelada.

No seu topo NE foi aberta uma cratera de forma alongada e com 98 cm. de comprimento por 42 cm. de profundidade. Continha terra argilosa arenosa com veios castanho escuros e, na sua base, encontrava-se um objecto de ferro — provavelmente uma faca ou parte de tesoura — em avançado estado de degradação (Cf. corte 2 — Est. VI-2).

Esta violação, de proporções mínimas, apesar de ter atingido o bordo da fossa, não provocou outros danos na estratigrafia interna.

Na descrição estratigráfica iniciaremos a exposição pela base da fossa, ou seja, seguiremos os sucessivos passos do preenchimento interno daquela estrutura (Ests. VI-1 e 2).

Sobre o solo de base, argiloso arenoso, muito duro e com um elevado grau de humidade, dispõe-se um estrato de terra, também argilosa, amarelada, mas com veios negros e inúmeros elementos grosseiros (pequenos fragmentos quartzíticos rolados) — estrato C.

Este estrato cobre toda a base da fossa e aqui se incluía quase todo o espólio votivo desta estrutura: um micrólito geométrico, uma ponta de seta, ambos em sílex; uma enxó e uma conta de colar. A enxó e a ponta de

seta jaziam, juntas, na base dos esteios 1 e 2; o micrólito, junto ao bordo O da fossa. A conta de colar provém de local incerto (foi detectada na peneiração).

Sobre este estrato dispõe-se um outro, de argila muito fina, cinzenta, compacta — estrato D. Parece claro que este estrato, hoje seco, resultou da colocação de argila húmida ou lama fina (talvez mesmo intencionalmente humedecida) sobre o estrato anterior.

Segue-se uma sequência alternada de estratos C e D: primeiramente um estrato C, que inclui inúmeras pequenas lajes e, no mesmo, foi exumado um fragmento de ocre; sobrepõe-se-lhe um estrato D; sobre este novamente um outro estrato C que não chega a atingir a parte S. da fossa. Finalmente uma nova camada de argila cinzenta — D —, cobre todo o enchimento anterior e, conjuntamente com as lajes que se lhe sobrepõem, parece mesmo «selar» todos os estratos anteriores.

Estas lajes incluem-se numa camada de terra argilosa, castanha escura, com alguns carvões — A — e, foi só após a deposição desta que o monólito de quartzo n.º 4 foi *pousado* sobre o bordo e parte do enchimento da fossa.

Já cobrindo parcialmente a base do monólito, mas unicamente no interior da fossa, um estrato lenticular de argila fina intercala com argila mais grosseira — B — e, sobre este, surge novamente o estrato A.

O estrato A, na base do monólito 4, expande-se um pouco além dos limites da fossa, embora tal não seja visível nos cortes estratigráficos pois nenhum deles *passa* por esta área.

Precisamente aí, já sobre a estrutura «fechada» e após colocado o monólito, deve ter funcionado uma lareira que, ainda que pouco estruturada, foi utilizada o suficiente para deixar as marcas do seu contorno subcircular. Era definida por terras enegrecidas e inúmeros carvões.

Estes carvões foram recolhidos e esperamos que a data para os mesmos, a obter em laboratório, venha situar cronologicamente esta invulgar estrutura submegálítica.

2.3.1. Espólio

Da fossa funerária, e como material votivo, provém:

- uma lâmina, de sílex, muito comprida, larga, de gume bruto e secção subtriangular. Possui, na extremidade distal, uma pequena área com retoque directo, escamoso. Sem vestígios de utilização (Est. X-2);
- um trapézio simétrico, de sílex, com truncaturas rectilíneas e retoque abrupto. Sem vestígios de utilização (Est. X-4);

- uma pequena ponta de seta, de sílex, de base triangular, com aletas insinuadas, lados sub-rectilíneos, retoque plano, profundo, bifacial, invasor no anverso e marginal no verso, contínuo e cruzado. Sem vestígios de utilização (Est. X-3);
- uma enxó, de contorno subtriangular, alongada, de lados rectilíneos, gume convexo, assimétrico, fino e talão truncado. Secção sub-rectangular. Polida em toda a sua superfície. Sem vestígios de utilização. Matéria-prima: xisto silicioso (Est. X-1);
- conta bicónica, de azeviche, com perfuração central, bicónica;
- um machado polido, fragmentado, provém do enchimento da fossa e foi exumado no estrato C a 1 m. de profundidade. Teria contorno provavelmente trapezoidal, gume convexo, simétrico e fino. Secção biconvexa. Além de fragmentado apresenta-se bastante alterado pela erosão fora da área estrita do gume. Matéria-prima: xisto mosqueado.

No *tumulus* foi exumado um fragmento da movente de uma mó manual de granito (base da estrutura pétrea no A5, c.2); um pequeno seixo rolado (D5, c.1); um outro seixo rolado com vestígios claros da extracção de lascas (D5, c.1).

Cerâmica

Foram também exumados nas terras do *tumulus* — camada 2 — e no enchimento da fossa, 19 fragmentos cerâmicos com pastas variadas e que aqui incluímos em 3 tipos. Os mesmos fragmentos não permitiram deduzir a forma exacta dos recipientes.

Um grupo de 5 fragmentos provém do B3, sob a estrutura pétrea. Pertencem a um mesmo recipiente cujas paredes, de pasta grosseira e homogénea, deviam ser de cor cinzenta no exterior e núcleo, e avermelhada no interior — *tipo 1*. Um outro grupo de 10 provém do B8, também da base da estrutura pétrea superior; neste distinguimos 3 fragmentos de paredes finas, pasta micácea, muito fina e bem cozida, superfícies polidas e cor negra — *tipo 2*, — do outro grupo de 7, também este pertencente, tal como o anterior, a um vaso, mas de pasta muito mais grosseira que aquele. Este vaso, do qual se conservou ainda parcialmente o bordo, devia ter tido corpo globular e boca fechada. A pasta é muito grosseira, friável, e as superfícies de cor castanho escura com manchas negras.

Do interior da fossa — estrato A —, provém mais 4 fragmentos cerâmicos (um dos quais parece corresponder a um fundo aplanado)

pertencentes, concerteza, a outros tantos recipientes diferentes. A pasta destes 4, embora varie levemente de uns para os outros, pertence ao tipo 2, apesar de só um fragmento ter as superfícies enegrecidas. Os restantes têm cor castanho-avermelhada.

Carvões

Foram recolhidos os carvões da lareira situada junto da base do monólito n.º 4 (C5), e inserida na camada 2 e estrato A. Estes carvões foram enviados para o Laboratório de Radiocarbono do CSIC-Madrid.

Outros carvões encontravam-se espalhados pela terra do *tumulus* mas não foram recolhidos por se tratar de terras originariamente remexidas.

3. Algumas considerações

Reflectindo de novo sobre a particularidade arquitectónica deste monumento, cujo *tumulus* se assemelhava, no seu aspecto geral, a tantos outros conhecidos mas onde, no local de enterramento propriamente dito, se optou por uma solução construtiva híbrida — fossa ladeada de pequenas lajes, mas também de lajes «megalíticas» —, voltamos a questionar as razões da individualidade mostrada pelas duas mamoadas já estudadas nesta região.

Contudo, como se trata somente de dois monumentos com *tumulus*, realmente conhecidos, mas não insertos sequer no mesmo «núcleo» — *Pena Mosqueira* 3 faria parte dum grupo de 4 mamoadas, ao contrário desta, que se isola das restantes duas mais próximas (2 e 3 Km) por acidentes topográficos de monta —, nem com estruturas sepulcrais similares entre si, será prematuro propor hipóteses interpretativas, mesmo sobre as razões de tais diferenças, uma vez que ambos os monumentos podem simplesmente corresponder a soluções construtivas e rituais alternativas, dentro dum mesmo período cronológico.

Embora não tenhamos provas seguras que atestem a sua contemporaneidade (estrita ou mais ampla), julgamos que estes dois monumentos, separados entre si por uma distância que ronda os 12 Km (em linha recta) deviam, antes de tudo, ter correspondido a modelos de implantação no território levemente diferentes. No caso de *Pena Mosqueira*, só do conjunto das 4 mamoadas se poderia obter um domínio visual sobre a alargada paisagem do peneplano; ao contrário, do topo da mamoadas do *Barreiro*, avistar-se-ia um maior e mais diversificado território, que inclui zonas aplanadas, mas ainda vales e cursos de água relativamente importantes.

Não queremos obviamente justificar, com esta análise, as diferenças estruturais entre ambos os monumentos; aliás, desconhecemos, em absoluto, tanto a estrutura interna das restantes mamoas de Pena Mosqueira, como se estas foram utilizadas todas ao mesmo tempo (ou alternativamente num determinado período cronológico). Pretendemos só fazer notar que, em territórios restritos, o polimorfismo patente nos diferentes monumentos pode não expressar directamente um desfazamento cronológico ⁽²⁾ e/ou influências externas diferentes, mas reflectir antes particularidades funerárias e/ou rituais ditados por razões específicas, sociais, económicas ou outras, da vivência total do grupo.

Desconhecemos qualquer outro vestígio arqueológico destes grupos humanos que tumulavam (e concerteza viviam) no *Planalto* e, nem o fraco número de monumentos existentes nos permite perceber a densidade populacional, uma vez que os dois monumentos escavados parecem corresponder a tumulações individuais. No caso de *Pena Mosqueira 3*, os dentes exumados, porque não repetidos, devem ter pertencido a um único indivíduo e, na mamoá do Barreiro, embora não se tenham conservado ossos, o espólio votivo — 1 ponta de seta, 1 lâmina, 1 micrólito, 1 enxó e 1 conta de colar — aponta também para um enterramento individual, provavelmente masculino.

Assim, e sem querer cair em generalizações, somos levados a pensar que, embora possam ter existido no *Planalto* monumentos de tumulação colectiva (o que só a escavação de outros túmulos o poderá provar), os de enterramento individual também requereram um esforço ou investimento suficiente do grupo para que a entidade sepultada não tivesse um peso social, económico e provavelmente religioso, de destaque. Concerteza, o «grosso» dos elementos do grupo poderia ainda ser sepultado algures, fora do monumento.

Tudo isto são hipóteses interpretativas que porventura só a investigação sistemática de muitos mais anos permitirá esclarecer, tanto dentro como fora desta região pois, apesar de só agora se começarem a conhecer, em particular, necrópoles megalíticas, como a da Aboboreira (Baião — Porto) e, um pouco mais em pormenor que anteriormente, «regiões megalíticas» como a da Galiza, das Astúrias, de Zamora-Salamanca e Álava, para só falar de algumas, as conclusões preliminares a que se tem chegado, apontam para diferentes modelos de implantação territorial destes *monumentos com*

(2) As datas absolutas de Chã de Santinhos 1 e 2, são, como acentua V. O. Jorge, disso prova. — *Vd.* Vítor O. JORGE, Les tumulus de Chã de Santinhos (Ensemble mégalithique de Serra de Aboboreira, Nord du Portugal), *Arqueologia*, n.º 12, Porto, 1985, pp. 96-128.

tumulus, para soluções arquitectónicas muito diferentes, mesmo num mesmo núcleo ou região, e sem que essas mesmas soluções tenham uma imediata explicação cronológica.

Ainda no que diz respeito à individualidade arquitectónica das mamoas conhecidas no *Planalto Mirandês*, julgamos que essa realidade só poderá ser correctamente dimensionada se compararmos estes monumentos a outros conhecidos, por ex., noutras partes do Leste Transmontano (Mirandela, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, etc.), pois, caso contrário, cairemos no risco de estar a sobrevalorizar uma solução construtiva ou uma situação ritual numa micro-região cuja tradição arquitectónica, ou mesmo simbólica, pode estar, afinal, intimamente ligada à das regiões periféricas.

Não podíamos terminar sem nos referirmos ao espólio exumado na mamoa do Barreiro.

Trata-se de espólio votivo que denominaríamos de sóbrio (e não de pobre) pois os objectos depostos (todos em uma unidade), parecem-nos ter um significado de peso num enterramento que, afinal, deve corresponder a um só indivíduo.

Comparado, no seu conjunto, com o de *P. Mosqueira 3*, notamos a ausência das pequenas lajes de granito ou quartzo, afeioadas, com pinturas, ou somente cobertas de ocre mas, em contrapartida, surge aqui uma faca comprida e uma ponta de seta de base triangular, ambas em sílex, ausentes naquela mamoa.

Trata-se, concerteza, de particularidades simbólicas e/ou rituais que não devemos *sobrevalorizar, mesmo cronologicamente*, enquanto os dados arqueológicos forem tão limitados.

A cronologia absoluta desta mamoa poderá vir a ser fornecida pelos carvões exumados numa incipiente área de combustão, existente sobre o bordo da fossa funerária.

Adiantamos, contudo, que este monumento, cujo espólio arqueológico parece apanágio de sociedades já «calcolíticas», se deve situar genericamente na 1.^a metade do III milénio a.C.

4. Medidas de protecção

Todas as áreas escavadas neste monumento foram novamente preenchidas com terra. Sobre as zonas somente decapadas, e na confluência com o campo cultivado, foi «construída» uma imbricada estrutura pétrea com o auxílio de pequenas lajes, destinada à protecção da massa tumular

subjacente. Sobre esta «couraça» foi lançada uma nova camada de terra a fim de lhe dar consistência.

A fossa submegalítica não foi desmontada pois só foi escavado o seu interior. Mas, para tal, houve necessidade de remover o monólito 4 e o esteio 5, os quais, obviamente, não conseguiríamos, posteriormente, colocar exactamente na sua posição primitiva.

Hoje, a fossa encontra-se preenchida com terra remexida e, sobre a mesma, foi também construída uma fina «couraça» protectora, apesar de desconhecermos se originalmente esse área também a possuiria.

RESUMO

Neste trabalho divulgam-se os resultados da escavação de emergência realizada num monumento com *tumulus* (Mamoia do Barreiro), do Leste de Trás-os-Montes (conc. de Mogadouro).

O *tumulus*, grandemente destruído pela abertura de um caminho carreteiro e pela construção, e subsequente funcionamento, das infra-estruturas de apoio ao assentamento da via férrea e circulação ferroviária da linha do Sabor, ainda conservava no seu interior uma estrutura funerária quase intacta.

Trata-se de uma fossa, de contorno subcircular, com cerca de 3 metros de diâmetro, cavada no primitivo afloramento de base. As paredes da fossa eram ladeadas de pequenas, médias e grandes lajes de xisto. As lajes maiores, «megalíticas», encontravam-se todas no contorno Este da fossa.

O seu enchimento estava intacto e, na sua base, foram depositos artefactos votivos: um micrólito geométrico, uma ponta de seta, uma grande lâmina (todos em sílex), uma enxó e uma conta bicónica de azeviche, com perfuração central.

Julga-se que este enterramento sob *tumulus*, presumivelmente individual, deve situar-se, genericamente, na primeira metade do 3.º milénio a.C.. Aguarda-se, contudo, uma data absoluta de C14, cuja amostra se encontra em análise.

SUMMARY

We are revealing herewith the results of an excavation effected, under emergency conditions, at the «Barreiro» Barrow. This is a monument with a tumulus located on the eastern part of Trás-os-Montes (council of Mogadouro).

The tumulus, in spite of the great destruction caused by the opening of a passageway, by the groundwork for the support of the railway line of «Sabor» and by the subsequent function of the railway, still preserved in the interior, a funerary structure almost intact.

This monument is formed by a ditch with a sub-circular outline of about 3 metres in diameter and which was dug on the primitive bedrock. The walls of the ditch were surrounded by small, medium and large schist slabs. The «megalithic» larger slabs were all found at the East outline of this ditch.

The filling of the ditch was intact and there were various votive artifacts on its base, i.e.: a geometric microlith, an arrowhead, a large blade (all these made out of silex), an adze and a biconical jet-black bead, perforated on the centre.

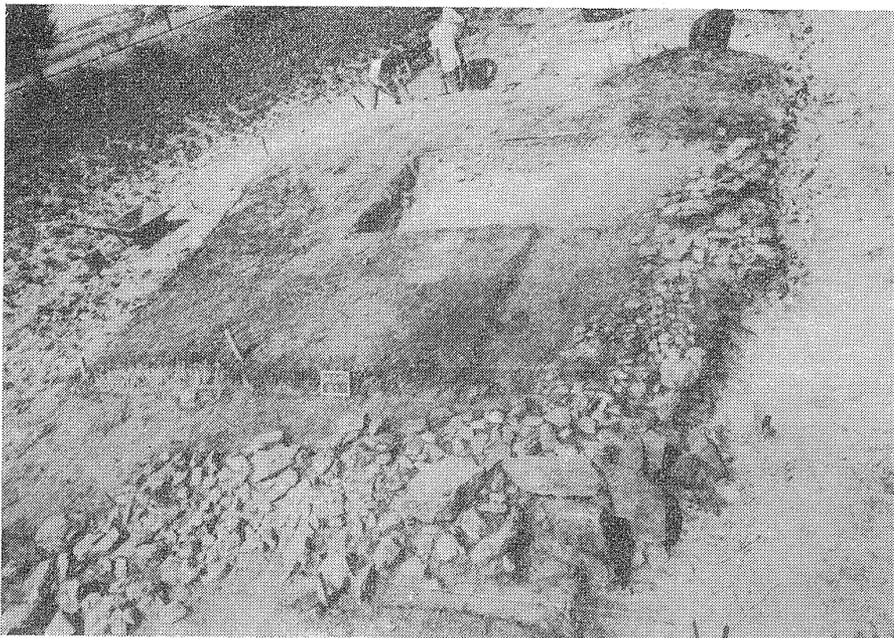
We believe that this under-tumulus burial — presumably done individually — would date from the first half of the III mil. b.C. However, we are awaiting a more accurate dating through a sample already being analysed by the C₁₄ method.

BIBLIOGRAFIA

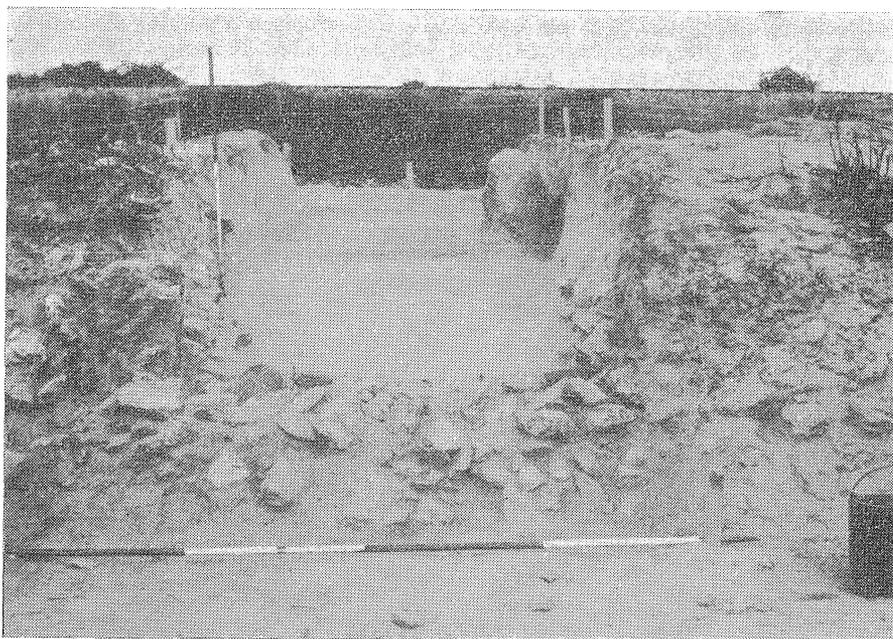
- RIBEIRO, António (1974) — *Contribution à l'Étude Tectonique de Trás-os-Montes Ocidental*, Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal, 24, nova série, Lisboa.
- SANCHES, Maria de Jesus (1987) — A Mamoa 3 de Pena Mosqueira, Sanhoane (Mogadouro), *Arqueologia*, Porto, 15, pp. 94-115.



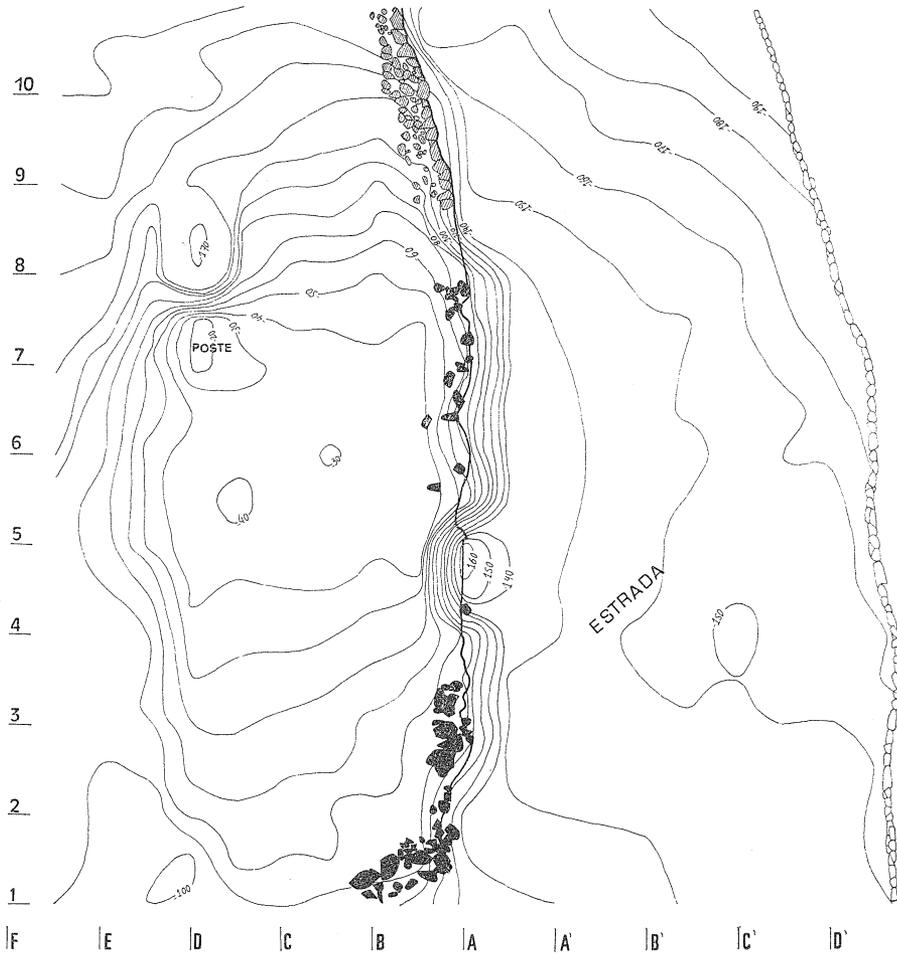
1—Mamoã do Barreiro; 2—Modorra de Vila de Ala; 3—Medorra de Vilar de Rei.



1 — Aspecto da mamoá do Barreiro após a decapagem da área S.



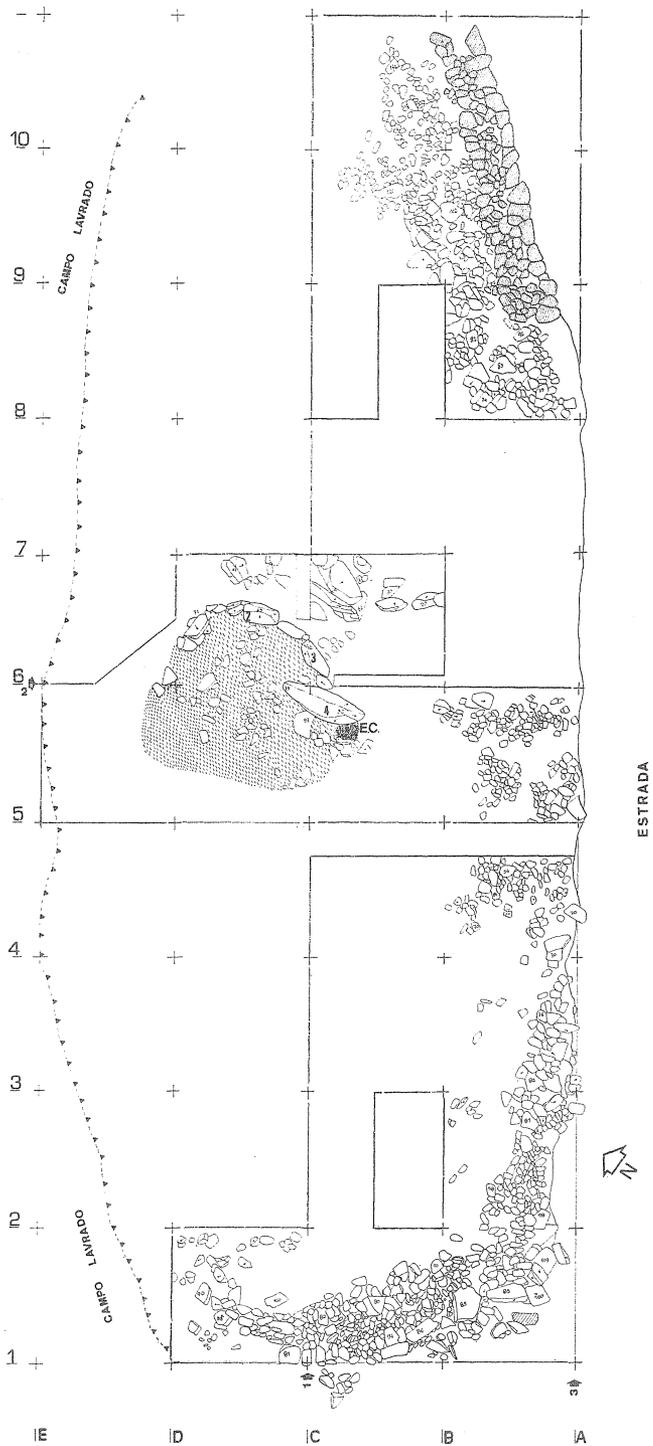
2 — Pormenor da vala NO-SE. Observe-se, na sua parte central, o monólito 4 em cuja base se define já a fossa funerária. Em primeiro plano, o imbricado de pequenas lajes destinadas a suster as terras do *tumulus* e, do lado esquerdo da foto, uma laje vertical, presumivelmente com a mesma função.



MAMOA DO BARREIRO
PLANTA TOPOGRÁFICA

0 ————— 4M

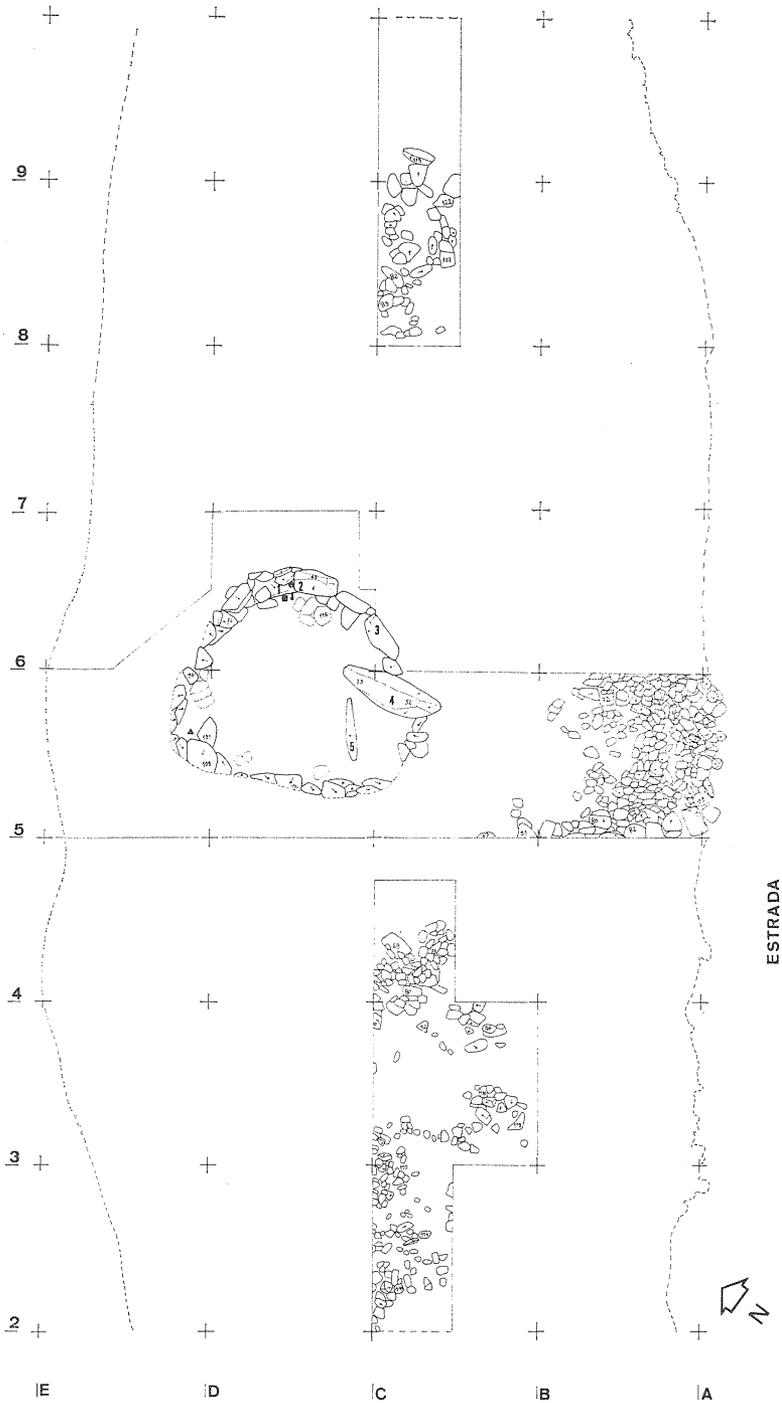




MAMOA DO BARREIRO planta I

0 2 M

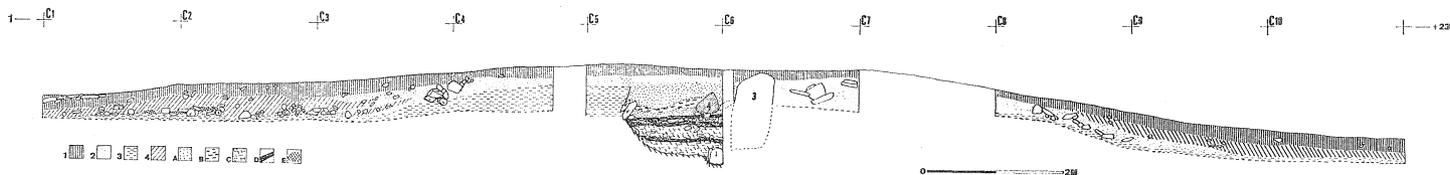
■ MURO ACTUAL



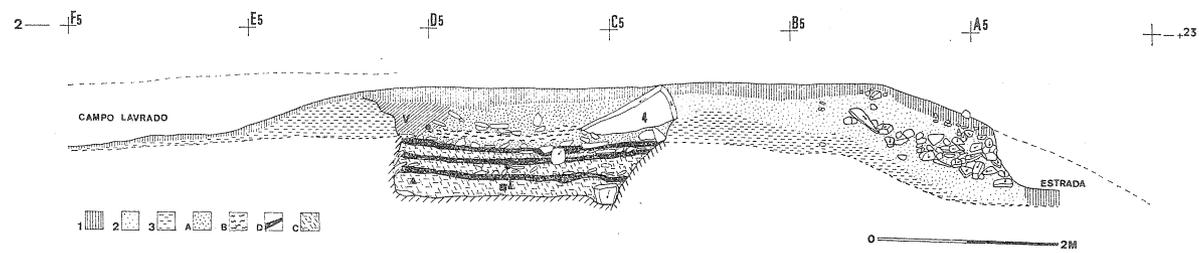
MAMOÁ DO BARREIRO
▲ P. DE SETA ● LÂMINA
■ ENXÓ ▲ MICRÓLITO

planta II

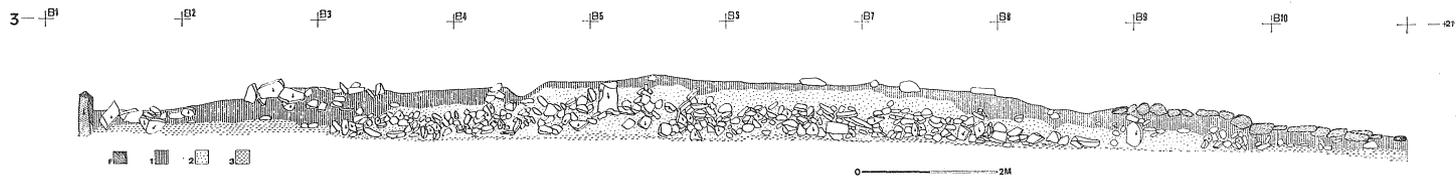
0 ————— 2M



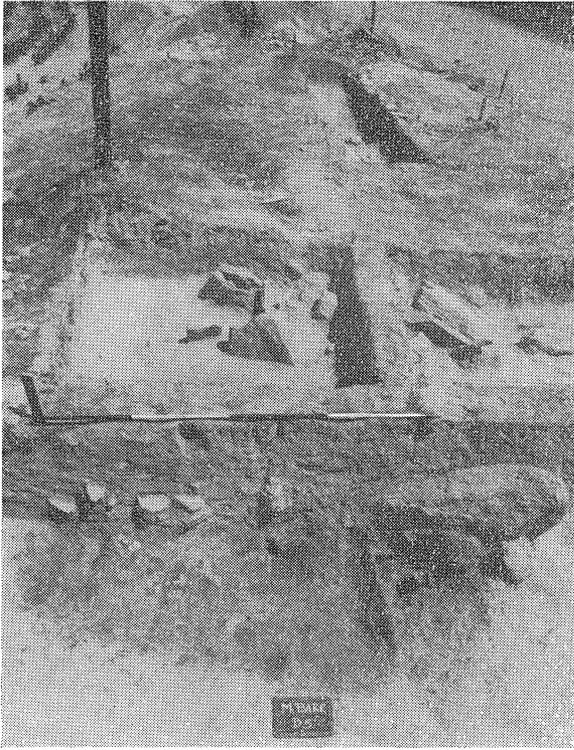
1 — Corte estratigráfico.



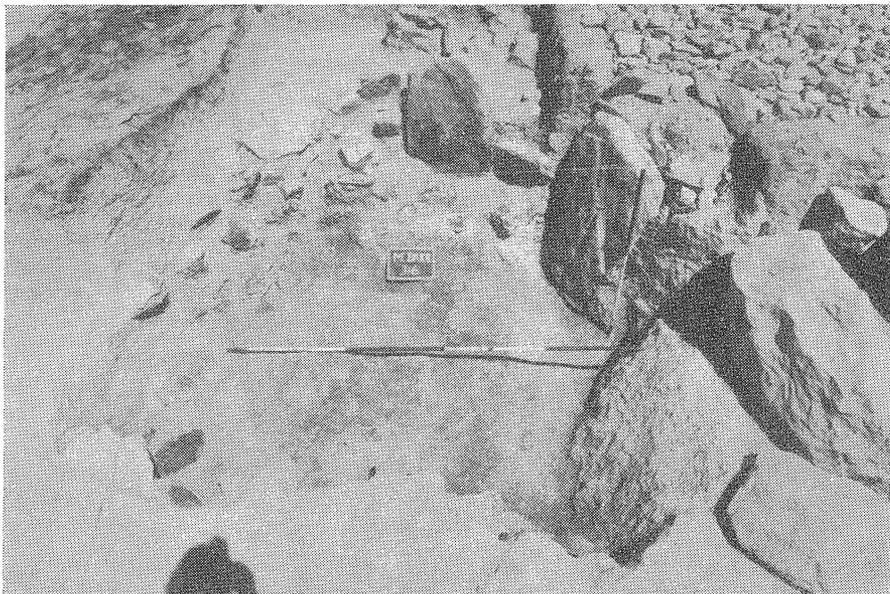
2 — Corte estratigráfico.



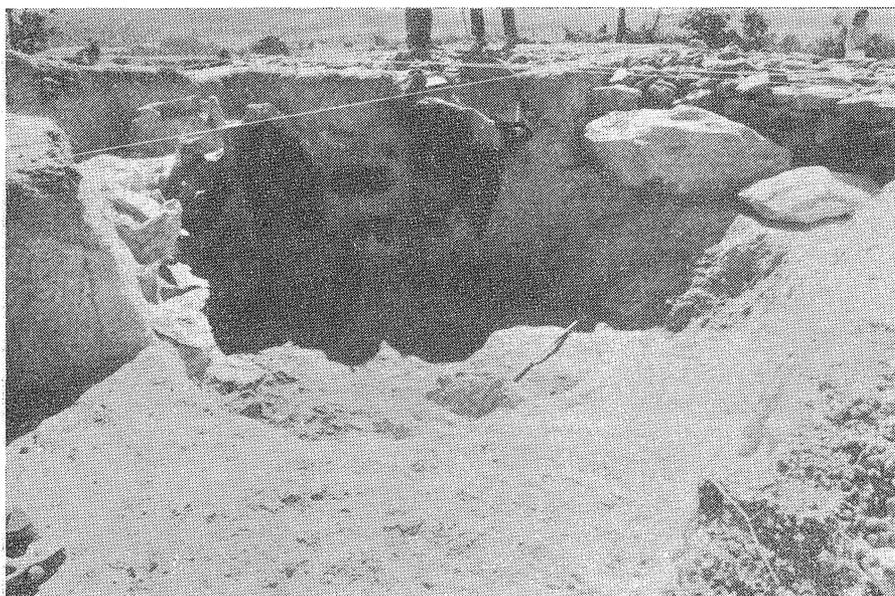
3 — Corte estratigráfico.



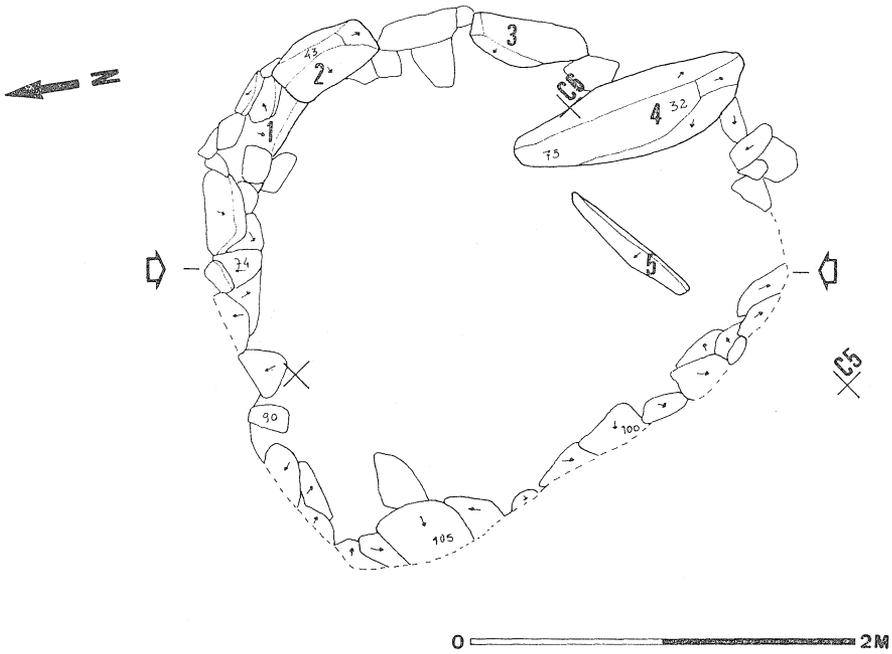
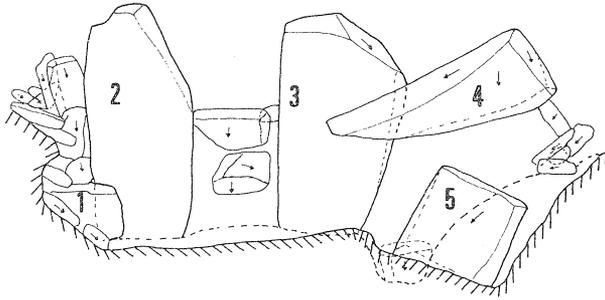
1 e 2 — Delimitação da fossa funerária.



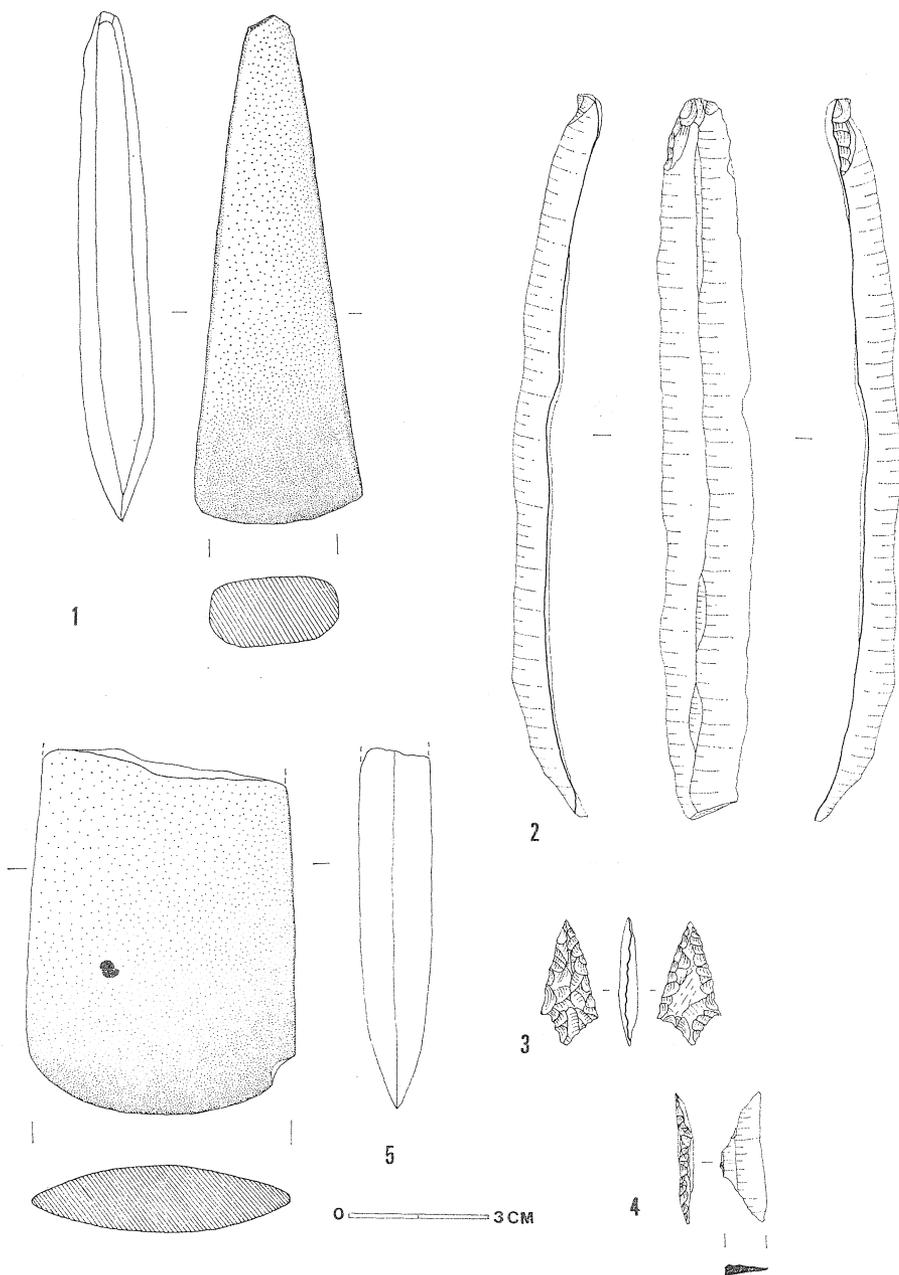
1 — A fossa funerária, na fase final da escavação.



2 — A fossa funerária, após a escavação do seu enchimento.



Planta e «alçado» E da fossa funerária.



1, 2, 3 e 4 — Espólio votivo do enterramento; 5 — provém também do enchimento da fossa funerária (ver descrição no texto).

EL CASTRO DE TORROSO (MOS, PONTEVEDRA). RESUMEN DE TRES AÑOS DE EXCAVACIONES

POR

Antonio de la Peña Santos (*)

1. INTRODUCCIÓN

Desde el año 1984, el Museo Provincial de Pontevedra viene realizando excavaciones sistemáticas en el Castro de Torroso, sito en la feligresía de Torroso perteneciente al municipio de Mos, provincia de Pontevedra (1), (Fig. 1).

El castro es de pequeñas dimensiones, con planta oval y unas medidas aproximadas sobre sus ejes de 130×160 m. Su topografía es también muy simple, con una plataforma superior muy alterada por los procesos erosivos y una terraza concéntrica en plano más bajo. Como defensas dispone de su propia orografía en las dos terceras partes del perímetro; el resto, coincidente con la zona más desprotegida naturalmente, presenta señales de tres fosos paralelos con parapetos intermedios, (Fig. 2).

El emplazamiento del castro precisa alguno de los patrones de asentamiento. Su posición el valle del río Louro, una de las zonas naturales de paso más importantes de la Galicia meridional, (2) nos sitúa ante un

(*) Museo de Pontevedra.

(1) Los resultados de cada una de estas tres campañas de excavación han sido remitidos a los organismos competentes de la Xunta de Galicia, y serán publicados en la serie *Arqueoloxía — Memorias*.

(2) El valle del río Louro se abre en dirección N-S enlazando los municipios de Redondela y Tui. Forma parte de la llamada Depresión Meridiana Tui-Padrón, la cual ha constituido desde siempre una de las vías naturales de paso más importantes de la Galicia meridional.

condicionante estratégico; el carácter defensivo se observa en la elección del montículo elegido para la ubicación del poblado, con buenas condiciones defensivas naturales; por último, su situación en medio de terrenos de labor e inmediato a un curso de agua con cierta fama de abundancia

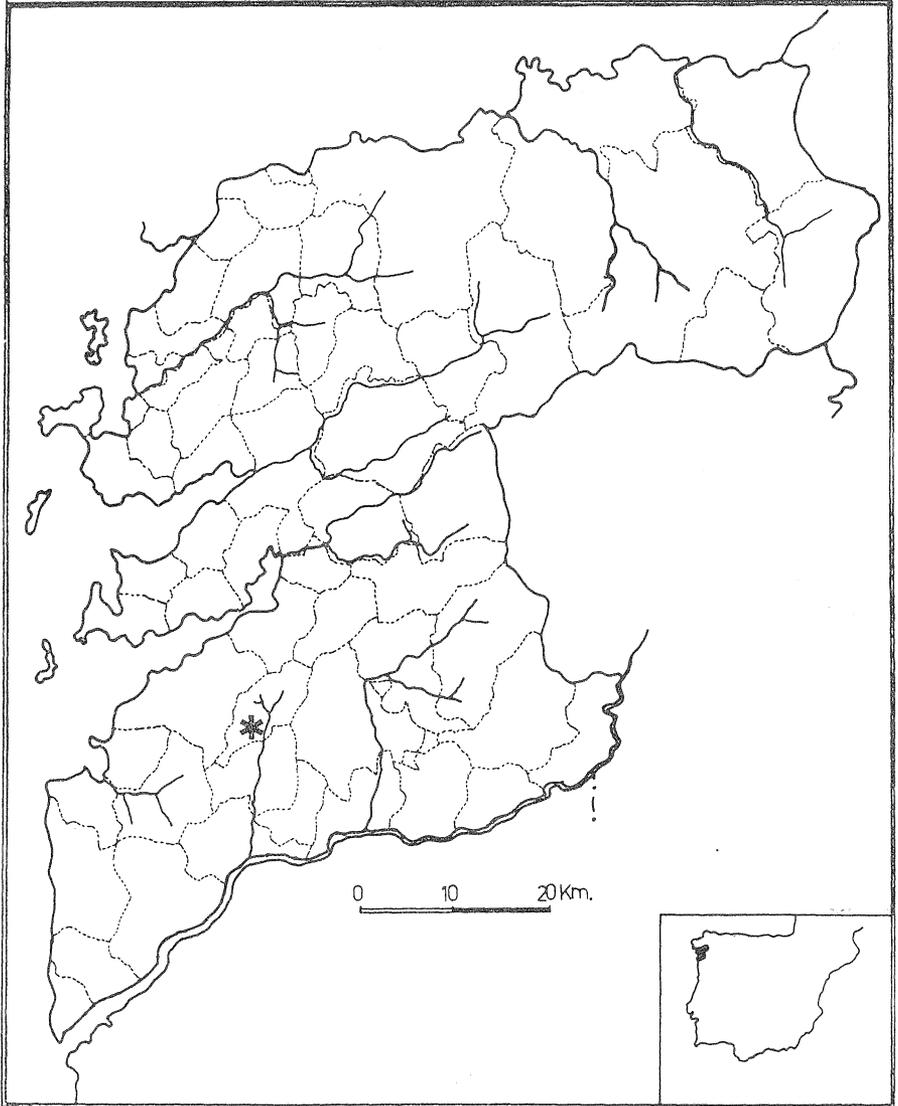


Fig. 1— Situación del Castro de Torroso dentro de la provincia de Pontevedra.

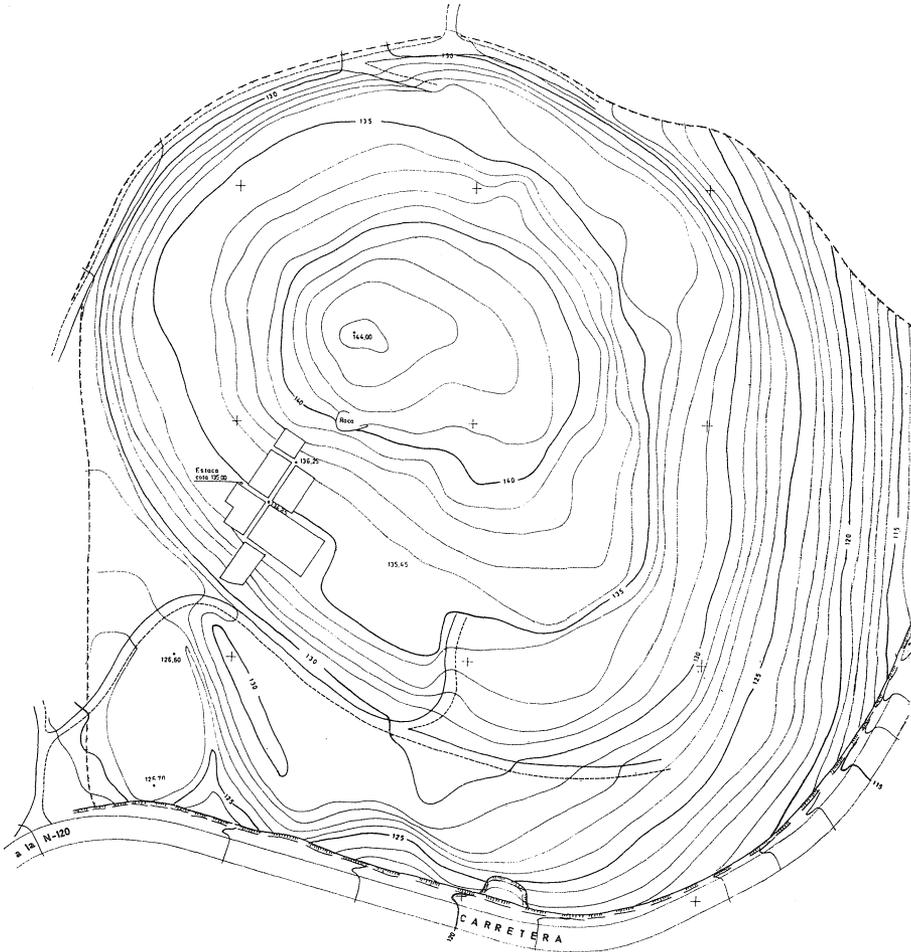


Fig. 2 — Plano topográfico del Castro de Torroso.

piscícola nos habla de su proximidad a los recursos del medio. Estos tres patrones: estratégico, defensivo y de facilidad de acceso a los recursos del medio, pueden ser observados en buen número de nuestros castros.

2. RESULTADOS

2.1. Estratigrafía. Arquitectura

Las tres campañas de excavación llevadas a cabo hasta ahora muestran un yacimiento dotado de compleja estratigrafía. Por el momento, esta

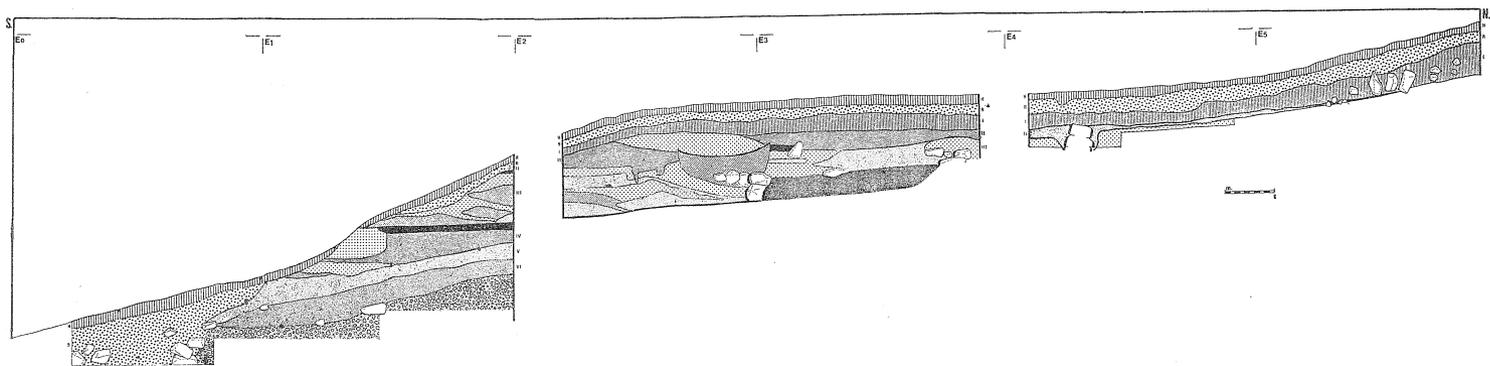


Fig. 3 — Estratigrafía documentada hasta el presente en el Castro de Torroso.

estratigrafía consta de seis niveles; de ellos, los cuatro superiores ofrecen restos arquitectónicos significativos (Fig. 4).

En el nivel superior, I, observamos construcciones habitacionales de planta circular junto a muros rectos que forman aterrrazamientos y pasillos.

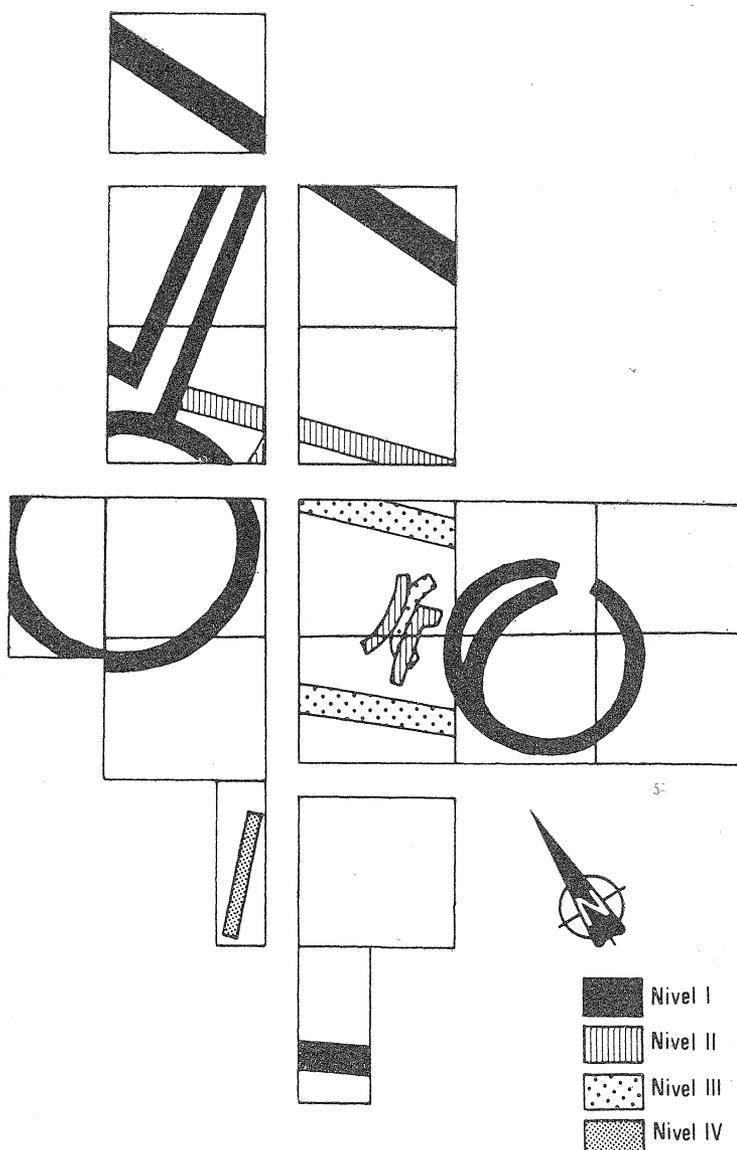


Fig. 4 — Plano general de las estructuras arquitectónicas descubiertas según los diferentes niveles.

Uno de estos muros presenta esquina en ángulo. Todos ellos están formados por una mampostería de escasa calidad con piedras apenas trabajadas por su cara externa y trabadas entre sí con simple barro. En las cabañas el muro es algo más cuidado y presenta alguna de las características típicas del mundo de los castros: el doble paramento y un espesor medio de 40-50 cm. En todos los casos, las construcciones carecen prácticamente de cimentación.

Las edificaciones más interesantes de este primer nivel (Fig. 5) son las dos cabañas. Una de ellas presenta planta circular con diámetro de siete metros. En su interior se disponen dos pavimentos superpuestos de xabre muy pisado, y en la zona central aparecieron los restos de una hoguera abierta, sin elementos constructivos. La otra cabaña muestra la curiosidad derivada de la forma de su planta, que adopta la figura de una espiral cerrada. El espacio abierto que se crea en la bifurcación del muro es algo para lo que no encontramos explicación convincente. La alineación de piedras que ocupa, a modo de umbral, el hueco de la entrada, contribuye a marcar esa sensación de planta en espiral. El interior está ocupado por un sencillo pavimento con los restos de una hoguera central (Lám. I. 1).

Las dos cabañas ofrecen, como hemos visto, unas características arquitectónicas semejantes. La ausencia de adecuada cimentación, junto con la propia escasez de consistencia de los muros, el escaso volumen de escombros detectado y la significativa presencia de mazacotes de *pallabarro* en su interior parecen indicar que tal vez el muro de mampostería se redujese originalmente a un simple zócalo completado en altura con elementos vegetales. No se constatan huecos de poste en el interior de las construcciones, de manera que podemos suponer que la cubierta descansaría directamente sobre los muros.

El segundo nivel (Fig. 6) surge inmediatamente por debajo del anterior. Sobre un suelo ocupacional de cierta consistencia aparecen masas aisladas de barro junto con muretes rectos de aterrazamiento y alineaciones intencionadas de piedras que adoptan plantas en arco de círculo o esquinadas y que definen fondos de cabañas de materiales perecederos. Elementos semejantes se descubren en el nivel III (Fig. 7), si bien en este los fondos de cabaña son más claros, descubriéndose los restos de un hogar central, y el suelo ocupacional es mucho más consistente en algún tramo. Por otra parte, las masas de tierras de relleno que lo fosilizan son perfectamente apreciables.

De los tres niveles restantes apenas disponemos de datos a causa de la escasa superficie puesta al descubierto. Además de ser visibles otros tantos suelos de ocupación, en el nivel IV se vislumbran los restos de un tosco murete de mampostería.

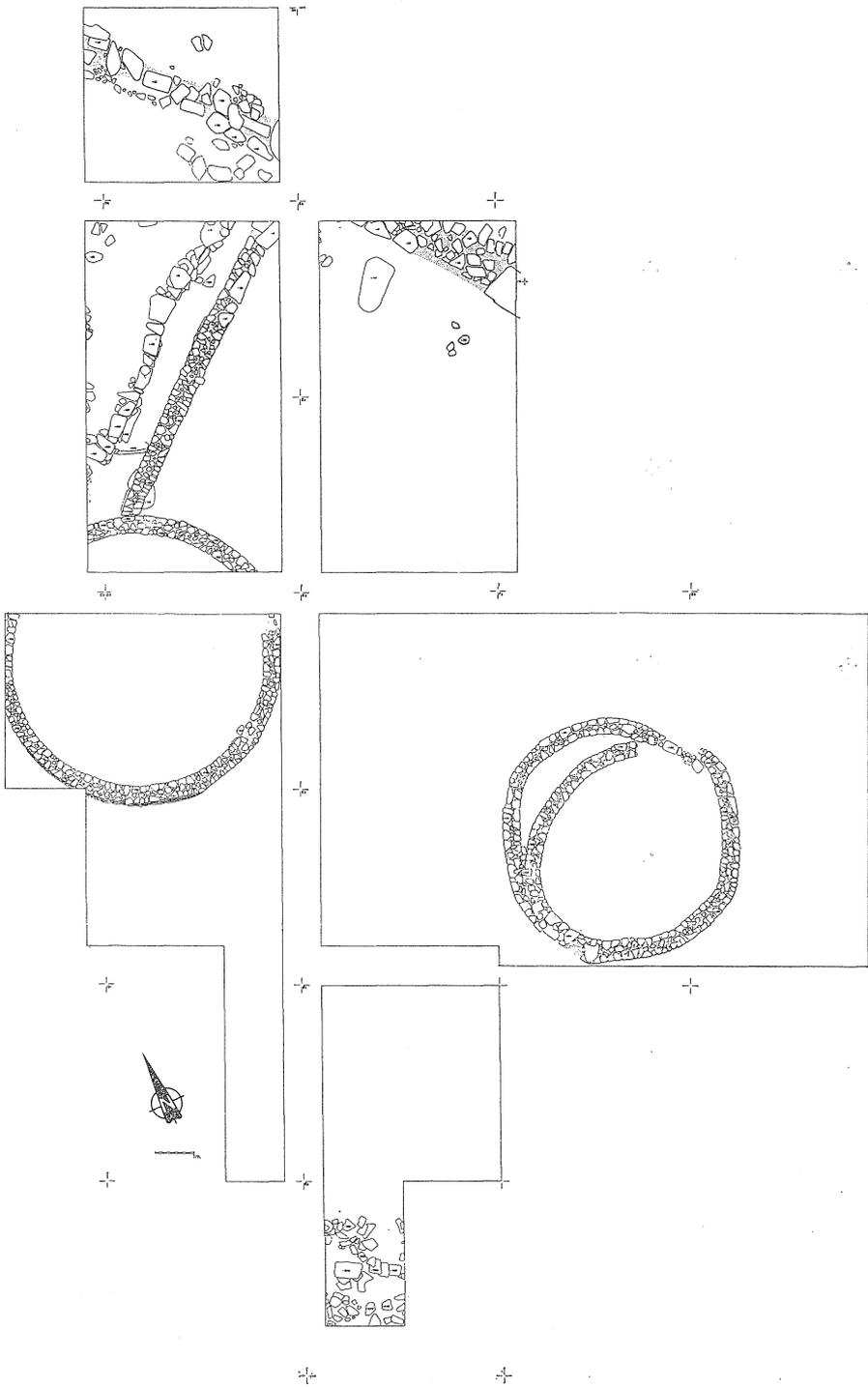


Fig. 5 — Estructuras arquitectónicas del Nivel I.

Esta secuencia estratigráfica se interrumpe en el terraplén exterior de la terraza. En la base del mismo y junto al foso, coincidiendo con esta interrupción, empieza a ser descubierta una agrupación intencionada de piedras que aunque de ninguna forma podemos poner en relación con la base de una muralla, sí pudiera tratarse de elementos del basamento

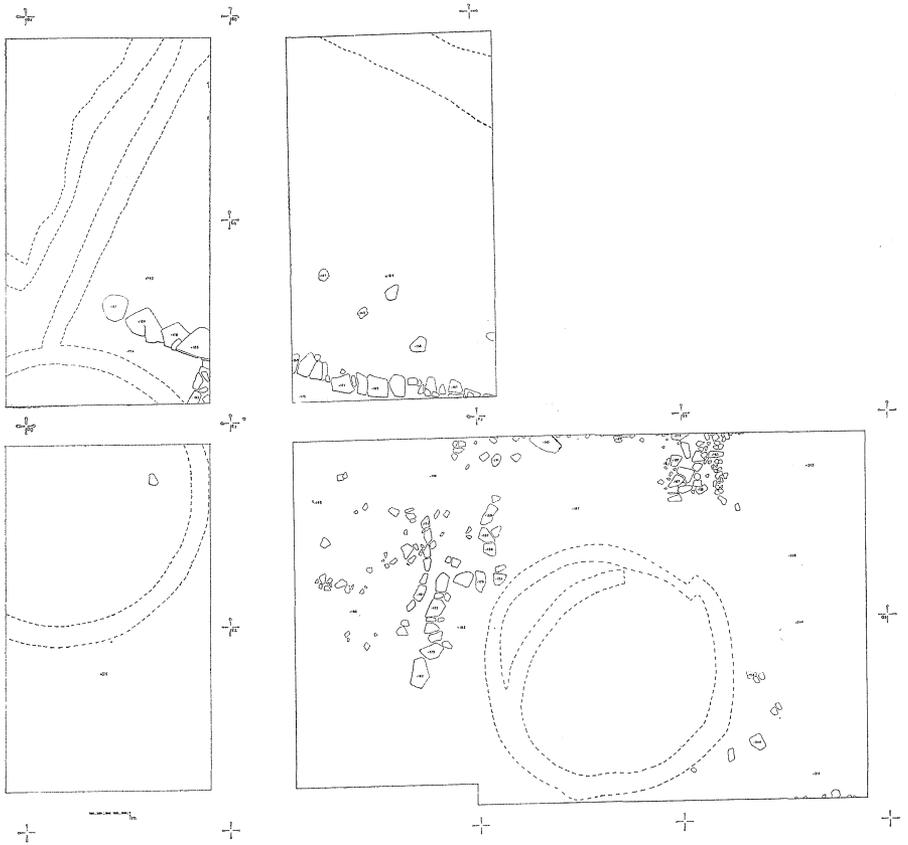


Fig. 6 — Estructuras arquitectónicas del Nivel II.

de una fuerte empalizada o similar que sirviese no solo como elemento defensivo sino también como contenedor de las tierras de relleno de la terraza. Esta hipótesis habrá de ser perfilada en futuras campañas de excavación.

Una lectura no crítica de la estratigrafía parece confirmar la hipótesis de esa supuesta *petrificación* progresiva de la arquitectura castreña. Este cambio gradual de las estructuras de componentes vegetales por la mampostería es situado por los diferentes autores que han tratado el tema en

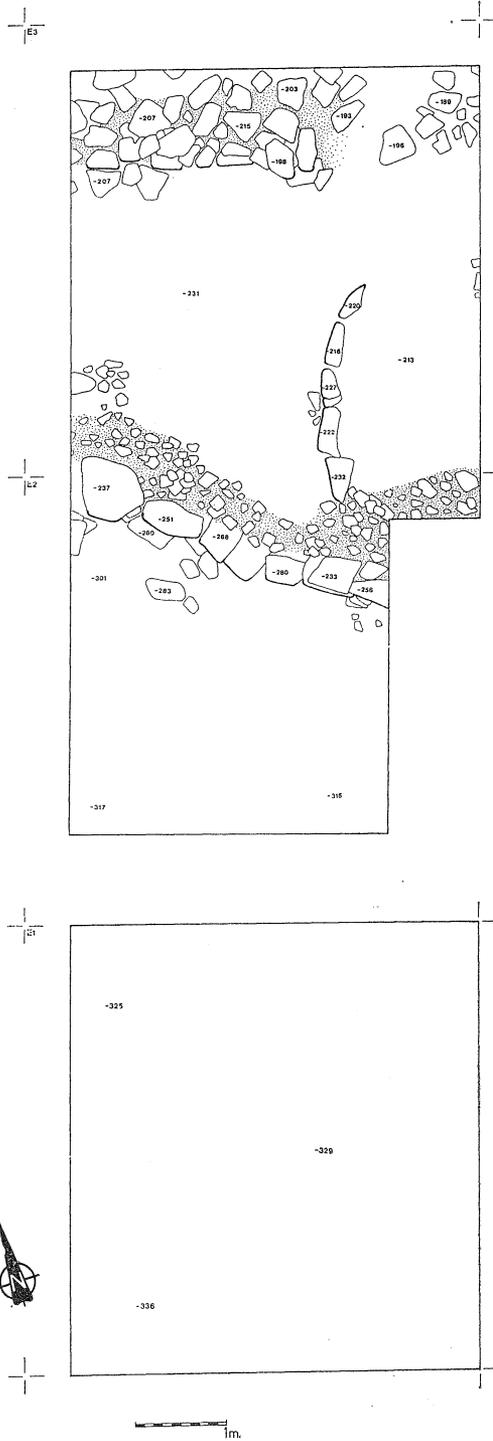


Fig. 7 — Estructuras arquitectónicas del Nivel III.

momentos diferentes. Si para Ferreira de Almeida ⁽³⁾ no sería anterior al siglo IV a.C.. Fariña y otros ⁽⁴⁾ la colocan entre el V y el II a.C., mientras que Coelho ⁽⁵⁾ la sitúa hacia los siglos VII-VI a.C. y, acaso, el VIII. Este último autor será el que más se aproxime a nuestra hipótesis cronológica, como más adelante veremos.

Ahora bien, entrando en detalles la cosa no parece tan clara, al menos en nuestro caso. Tras estos años de excavación nos parece cada vez más posible que los niveles de Torroso no correspondan a verdaderos horizontes de ocupación del yacimiento sino que se trate tan solo de rellenos, suelos ocupacionales y refugios temporales originados durante las enormes obras de desmonte y relleno que fueron necesarias para la construcción de la terraza y del sistema defensivo del poblado, labor ingente que requeriría mucho tiempo y grandes esfuerzos. De hecho, por el momento y en tanto no existan datos que desmientan esta hipótesis, hablaremos de un único momento en la vida del poblado, precisamente el que se corresponde con el nivel I y que, como más adelante detallaremos, situamos cronológicamente a lo largo del siglo VII a.C.

2.2. Materiales

2.2.1. Cerámica

De pastas muy poco decantadas, con desgrasantes medios y gruesos y cocción desigual. Toda ella está fabricada a mano, por el sistema de los cordones superpuestos. Las superficies son poco cuidadas, con sencillos escobillados y, muy raramente, con bruñidos o espatulados. Aparece muy fragmentada, por lo que tan solo hemos podido aislar por el momento dos formas básicas:

La primera, que con ligerísimas variantes parece afectar a la práctica totalidad de los recipientes documentados en el yacimiento, presenta ejemplares de tamaño medio con fondo plano a veces provisto de reborde perimetral, cuerpo levemente arqueado, hombro de perfil suave y poco marcado, cuello de diámetro igual o mayor que el de la base, borde recto levemente vuelto hacia el exterior y labio plano (Figs. 8-12).

⁽³⁾ FERREIRA DE ALMEIDA, C. A. «Cultura Castreja. Evolução e problemática». *Arqueologia*, 8 (1983): 70-74, esp. 71.

⁽⁴⁾ FARIÑA BUSTO, F.; ARIAS VILAS, F. y ROMERO MASÍA, A. M. «Panorámica general sobre la Cultura Castrexa». *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago de Compostela, 1983, pp. 87-128, esp. 108-109.

⁽⁵⁾ COELHO FERREIRA DA SILVA, A. «A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal: Habitat e cronologias». *Portugalia*, Nova Série, IV-V (1983-1984): 121-129, esp. 125-126.

La segunda forma, muy escasa, define un tipo de fuente de amplia base muy quemadas por el exterior. Las paredes son bajas y rectas, con labio plano y asas interiores dispuestas en vertical (Fig. 10, n.º 031).

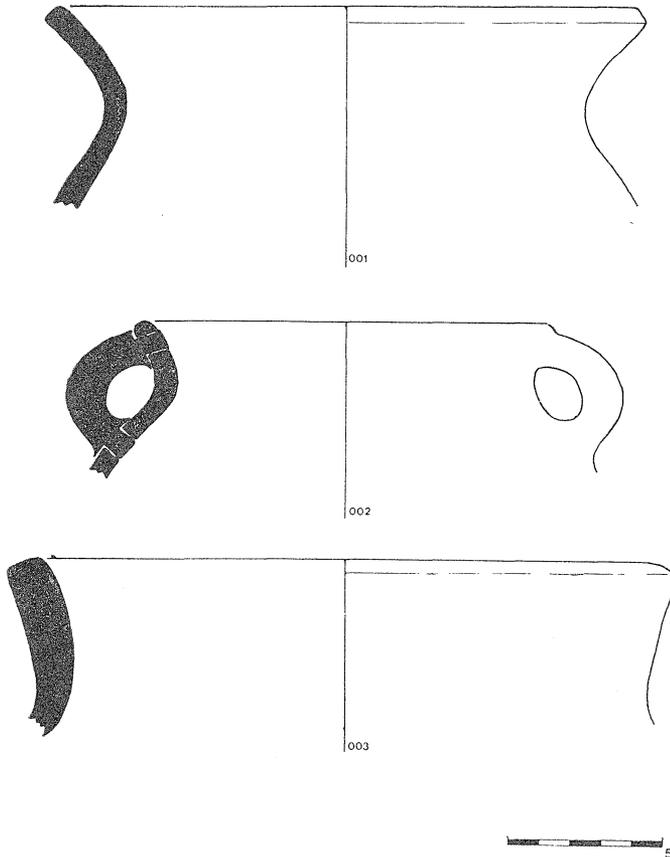


Fig. 8 — Algunas formas cerámicas.

Los elementos decorativos aparecen en escaso número y se situán siempre en el hombro de los vasos. Junto a filas de mamilos, encontramos fajas con sencillos ajedrezados incisos o líneas de triángulos incisos con su interior relleno de líneas paralelas o puntos impresos. Ocasionalmente aparecen indicios de decoraciones acanaladas o bruñidas (Figs. 11 y 12).

Estos modelos cerámicos parecen responder a las producciones características de la época final de la Edad del Bronce en esta zona geográfica ⁽⁶⁾,

⁽⁶⁾ CALO LOURIDO, F. y SIERA RODRÍGUEZ, J. C. «As orixenes do castrexo no Bronce Final». *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Santiago de Compostela, 1983, pp. 19-85, esp. 56-57.

documentadas en yacimientos gallegos ⁽⁷⁾ y portugueses ⁽⁸⁾. Las sencillas decoraciones incisas parecen indicar una cierta relación con las documentadas en el castro de Sra. da Guia en Baiões ⁽⁹⁾, yacimiento clave para esta época por su vinculación con la metaurgia Vénat ⁽¹⁰⁾ y que se supone a caballo entre la Edad del Bronce y el primer Hierro.

2.2.2. Hierro

Aunque escasos numéricamente y presentes tan solo en el nivel superior del yacimiento, las manufacturas en hierro constituyen uno de los aspectos

⁽⁷⁾ Destacaremos entre otros, aparte algún yacimiento excavado y no publicado, el conjunto de fosas de O Casal en Moaña (CALO LOURIDO, F. y SIERRA RODRÍGUEZ, J. C. «As oxíxenes...», Cit., pp. 63-65; PEÑA SANTOS, A. de la, *Castro de Torroso. Campañas 1984-1985*. «Arqueoloxía-Memorias» en prensa), la cámara del Monte do Facho en Cangas de Morrazo (PEÑA SANTOS, A. de la *Castro... cit.*), el castro de Penalba en Campolameiro (ÁLVAREZ NÚÑEZ, A. *Castro de Penalba. Campaña 1983*. «Arqueoloxía-Memorias», 4. Santiago de Compostela, 1986) o el asentamiento abierto de la Isla Cíes Norte (PEÑA SANTOS, A. de la, *Castro... cit.*).

⁽⁸⁾ Mencionaremos especialmente el Castelo de Matos (QUEIROGA, F. «Escavações arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar». *Arqueologia*, 9 (1984): 105-116), São Julião (MARTINS, M. «A ocupação do Bronze Final da Citânia de São Julião em Vila Verde. Caracterização e cronologia». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXV, n.ºs 2-4 (1985): 197-240; «Duas datas de C-14 para a ocupação do Bronze Final do povoado de S. Julião, Vila Verde». *Arqueologia*, 13 (1986): 159-160), Alto da Caldeira (OLIVEIRA JORGE, S. «Sondagens arqueológicas na estação do Alto da Caldeira, Baião». *Arqueologia*, 3 (1981): 67-76) y Monte Calvo (HUET DE B. GONÇALVES, A. «A estação pré-histórica do Monte Calvo, Baião». *Arqueologia*, 3 (1981): 77-87).

⁽⁹⁾ KALB, Ph. «Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 auf einer Höhensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal». *Madridrer Mitteilungen*, 19 (1978): 112-138; «Contribución para el estudio del Bronce Atlántico. Excavaciones en el castro de Senhora da Guía de Baiões». *XV Congreso Nacional de Arqueología-Lugo 1977*. Zaragoza, 1979, pp. 581-590; «O Bronze Atlántico em Portugal». *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste*, I. Guimarães, 1980, pp. 113-120, esp. 118-120; «Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal». *Germania*, 58 (1980): 25-59, esp. 33-34.

⁽¹⁰⁾ COFFYN, A. GOMEZ, J. y MOHEN, J. P. *L'apogée du Bronze Atlantique. Le dépôt de Vénat*. «L'Age du Bronze en France», 1. Paris, 1981. RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Universidad Complutense, Colección «Tesis Doctorales», n.º 139/84, 2 vols. Madrid, 1984; «Navegación y comercio entre el Atlántico y el Mediterráneo a fines de la Edad del Bronce». *Trabajos de Prehistoria*, 43 (1986): 9-42.

clave del poblado. Junto a restos de láminas, alguna de ellas remachada, de difícil identificación, destaca la hoja de una hoz o podadora.

Esta hoz, cuya lámina recuerda formalmente a los modelos en bronce del tipo Rocanes ⁽¹¹⁾, con su característico tope en el extremo proximal,

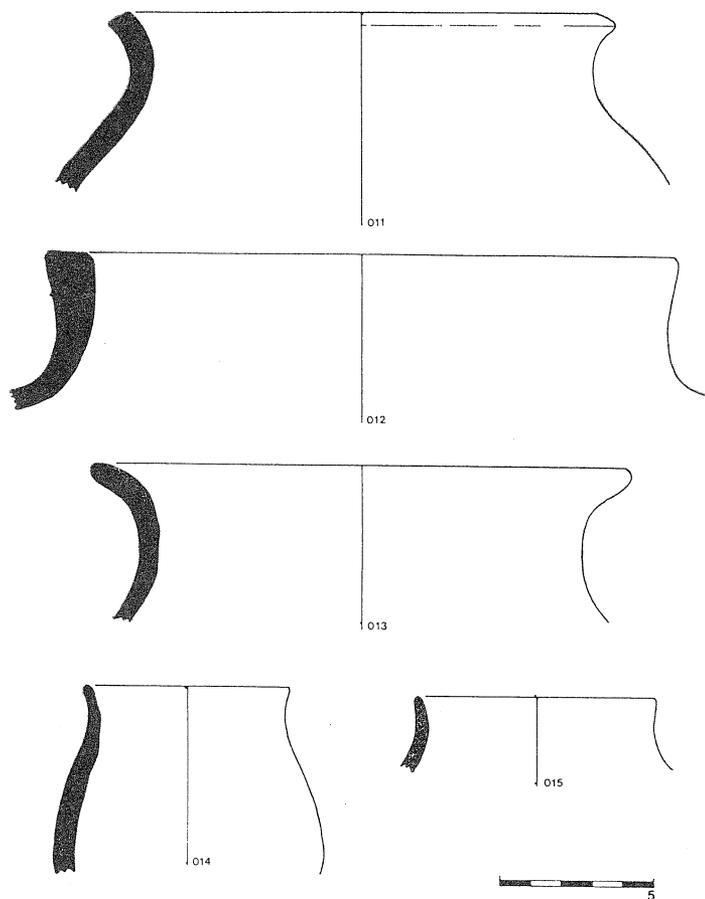


Fig. 9 — Algunas formas cerámicas.

presenta, como elemento diferenciador, un tubo soldado en la cara opuesta al tope y abierto en sentido contrario al del filo. Este detalle la separa claramente de las tipologías tradicionales ⁽¹²⁾.

⁽¹¹⁾ HORTA PEREIRA, M. A. «O esconderijo do Bronze Final de Coles de Samuel, Soure». *Arqueologia e História*, III (1971): 165-182.

⁽¹²⁾ NICOLARDOT, J. P. y GAUCHER, G. *Outils*. «Typologie des objets de l'Age du Bronze en France», V. Paris, 1975.

La presencia de objetos de hierro en un contexto que, como veremos, parece situarse a lo largo del siglo VII a.C., además de abrir interesantes caminos a la investigación, no parece responder a otra hipótesis que no sea su llegada desde el Sur a través del comercio (¿marítimo?) con el mundo orientalizable.

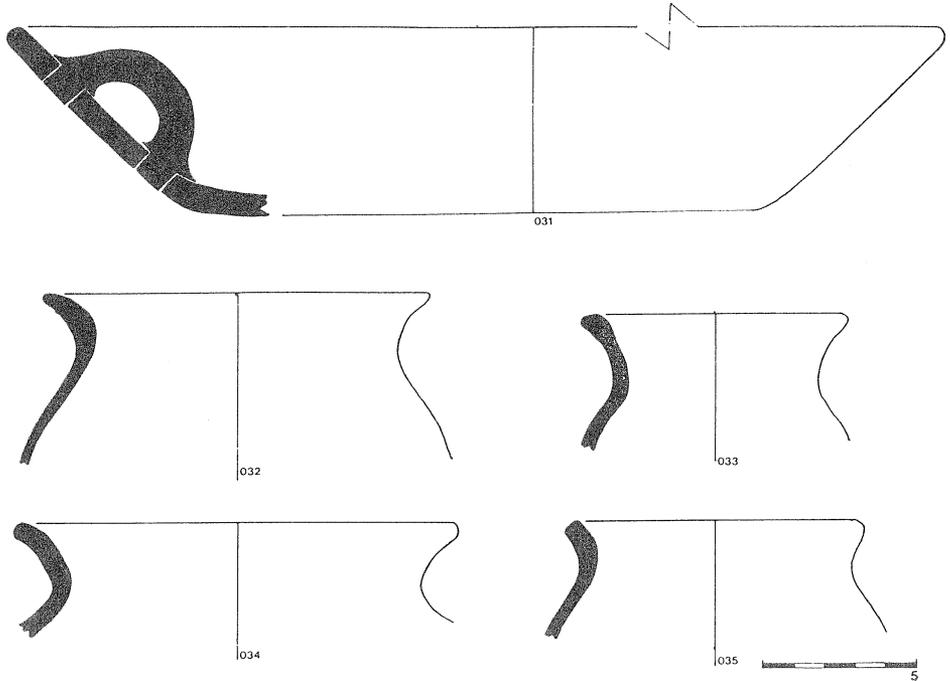


Fig. 10— Formas cerámicas.

2.2.3. Bronce

Relativamente abundantes, los restos de piezas de bronce aparecen en todos los niveles detectados, si bien su número aumenta en el superior. Muchas de estas piezas han podido ser fundidas en el propio poblado a tenor de los numerosos restos de fundición localizados junto con fragmentos de dos crisoles y un trozo de molde (Lám. III, 2). De todas formas, para un cierto número de objetos hemos de pensar en el comercio como vía de llegada.

Las piezas más interesantes son cinco colgantes amorcillados, dos colgantes atrompetados, un colgante fusiforme, numerosos elementos de collar, una aguja de cabeza plana enrollada, la cabeza de otra aguja, los restos de un recipiente de remaches planos, un asa de caldero completa y el fragmento de otra, el remate de una fíbula de pie largo enrollado y

una gran placa de cinturón decorada. Todo este material es enormemente sugestivo y de gran interés por las precisiones cronológicas y culturales que ofrece (Lams. II. 1 y III. 1).

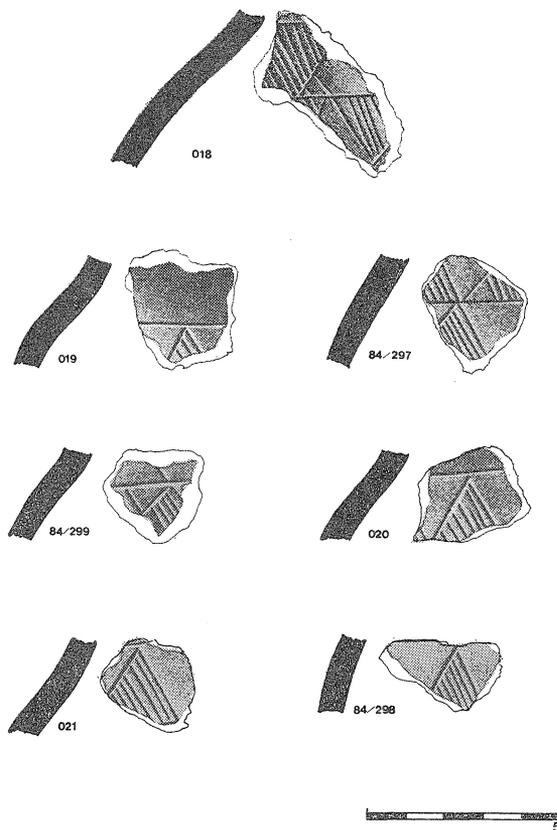


Fig. 11 — Cerámicas incisas, fragmentos.

Los colgantes amorcillados, con sus precedentes más remotos en el Mediterráneo Oriental ⁽¹³⁾, son bastante corrientes en la Península ⁽¹⁴⁾,

⁽¹³⁾ RADDATZ, K. *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*. «Madrider Mitteilungen», 5, 2 vols. Berlin, 1969, pp. 116-122. BUCCHOLZ, H. G. y KARAGEORGHIS, V. *Prehistoric Greece and Cyprus*. New York, 1973, pp. 166-167. BRANIGAN, K. *Aegean metalwork of the Early and Middle Bronze Age*. Oxford, 1974, pp. 45-46.

⁽¹⁴⁾ SCHÜLE, W. *Die Mesete-Kulturen der Iberischen Halbinsel. Meditrrane und Eurasische elemente in Früheisenzeitlichen Kulturen Südwesteuropas*. «Madrider Forschungen», 3, 2 vols. Berlin, 1969.

sobre todo en el área portuguesa ⁽¹⁵⁾, y cronológicamente se situarían en la transición entre el Bronce Final y los inicios del Hierro. Por contra, las agujas de cabeza plana enrollada son mucho menos numerosas; también

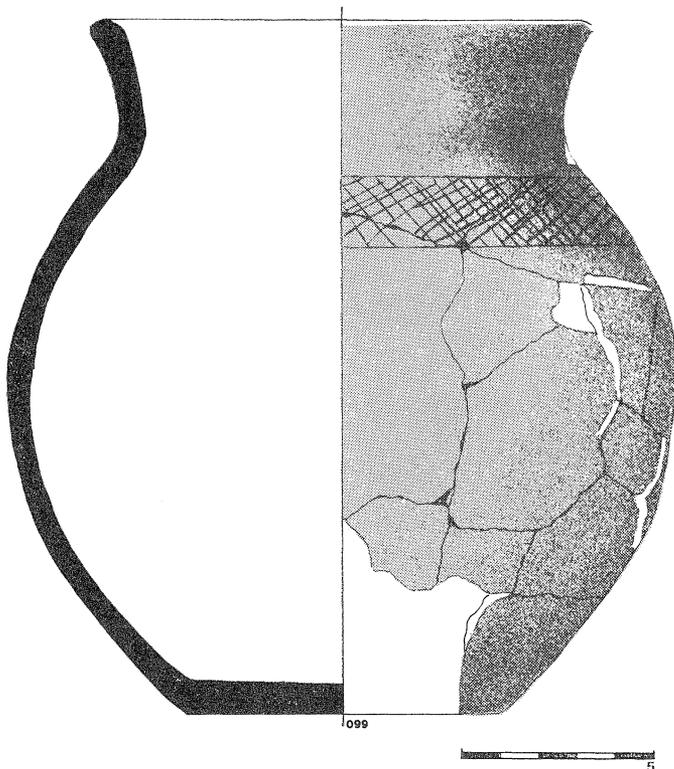


Fig. 12 — Vaso cerámico con decoración incisa en el hombro.

encontramos sus precedentes en el oriente mediterráneo ⁽¹⁶⁾, y en la Península aparecen muy relacionadas con los grupos tardíos de Campos de Urnas ⁽¹⁷⁾, mientras que para Galicia tan solo conocemos los ejemplares, inéditos y de hallazgo fortuito, de los castros de Aobre y A Peneda ⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁵⁾ FERNANDES GOMES, J. J. y BARRETO DOMINGOS, J. B. «A xorca da Serra das Ripas, Alenquer». *O Arqueólogo Português*, Série IV, n.º 1 (1983): 287-300.

⁽¹⁶⁾ BRANIGAN, K. *Aegean metalwork...* cit.

⁽¹⁷⁾ RUÍZ ZAPATERO, G. *Los Campos de Urnas del Noroeste de la Península Ibérica*. Universidad Complutense, Col. «Tesis Doctorales», n.ºs 83/85, 2 vols. Madrid, 1983.

⁽¹⁸⁾ Ambas piezas figuran en los fondos del Museo Provincial de Pontevedra.

Los vasos de remaches parecen originarse, en su estilo occidental, en las Islas Británicas ⁽¹⁹⁾ a partir de los momentos finales de la Edad del Bronce. En Galicia su paralelo más conocido sería el ejemplar del depósito de Hío ⁽²⁰⁾, si bien por su sencillez técnica apenas sufrirán variaciones formales significativas hasta los tiempos medievales ⁽²¹⁾. Algo semejante podríamos decir de las dos asas, vinculadas claramente con los calderos.

De alto interés es el remate de pie de fíbula enrollado sobre sí mismo, ya que este detalle lo presentan los modelos de fíbulas peninsulares más antiguos: de codo ⁽²²⁾, de doble resorte ⁽²³⁾ y de bucle ⁽²⁴⁾, todos ellos de

⁽¹⁹⁾ HAWKES, C. F. C. y SMITH, M. A. «On some buckets and cauldrons of the Bronze and Early Iron Ages». *The Antiquaries Journal*, XXXVII (1957): 131-198.

⁽²⁰⁾ RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. «El depósito de Hío, Pontevedra, y el final de la Edad del Bronce en la fachada atlántica peninsular». *El Museo de Pontevedra*, XXXIII (1979): 129-150.

⁽²¹⁾ FERNÁNDEZ MANZANO, J. «Armas y útiles metálicos del Bronce Final en la Meseta Norte». *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, L (1984): 5-25, esp. 19; *Bronce Final en la Meseta Norte española: El utillaje metálico*. Junta de Castilla y León Col. «Investigaciones Arqueológicas en Castilla y León-Monografías», Almazán, 1986, p. 125.

⁽²²⁾ Entre las fíbulas acodadas que presentan el remate del pie enrollado sobre sí mismo citaremos los ejemplares de Valdenovillos y Alpasenque (CABRÉ DE MORÁN, E. y MORÁN CABRÉ, J. A. «Fíbulas en las más antiguas necrópolis de la Meseta Oriental Hispánica». *Revista de la Universidad Complutense*, XXVI (1977): 109-143, esp. 113) y Ojo Guareña (ORTEGA MARTÍNEZ, A. I. y MARTÍN MERINO, M. A. «La arqueología del Karst de Ojo Guareña». *Kaite*, 4-5 (1986): 331-389, esp. 357-360).

⁽²³⁾ Fíbulas de doble resorte con pie enrollado serían las procedentes de Carabias y La Olmeda (CABRÉ DE MORÁN, E. y MORÁN CABRÉ, J. A. «Fíbulas...», cit., p. 119), La Palma (NAVARRO, R. *Las fíbulas en Cataluña*. Instituto de Arqueología y Prehistoria de la Universidad de Barcelona, Col. «Publicaciones Eventuales», n.º 16. Barcelona, 1970, pp. 33 y 40; RUÍZ ZAPATERO, G. *Los Campos de Urnas...* cit., p. 952), nivel PIIB de Cortes de Navarra (SCHÜLE, W. *Las más antiguas fíbulas de pie alto y ballesta*. «Trabajos del Seminario de Historia Primitiva del Hombre», II. Madrid, 1961, pp. 55-69. CUADRADO, E. *Precedentes y prototipos de la fíbula anular hispánica*. «Trabajos de Prehistoria», VII. Madrid, 1963, pp. 20-21. RUÍZ ZAPATERO, G. *Los Campos de Urnas...* cit., p. 952), La Pedrera, Cruz de la Muela y Morredón (RUÍZ ZAPATERO, G. *Los Campos de Urnas...* cit., p. 952), Kutxemendi y La Hoya (CAPRILE, P. «Estudio de los objetos de adorno del Bronce Final y Edad del Hierro en la provincia de Alava». *Estudios de Arqueología Alavesa*, 14 (1986): 7-416, esp. 80, 156 y 217).

⁽²⁴⁾ Pies enrollados aparecen en las fíbulas de bucle de Tossal Redó (CUADRADO, E. *Precedentes...*, cit., p. 16. NAVARRO, R. *Las fíbulas...* cit., p. 47. RUÍZ ZAPATERO, G. *Los Campos de Urnas...* cit., p. 957), nivel PIB de Cortes

origen oriental y presentes en los grupos tardíos de Campos de Urnas a través de los contactos con el mundo orientalizante.

La cabeza de aguja de forma cónica hueca es un elemento de gran novedad. Acaso su aspecto y técnica pudiera ponerse en cierta relación con las conocidas agujas de cabeza vasiforme ⁽²⁵⁾, si bien formalmente tan solo podemos emparentarla con un reducido grupo de ejemplares lombardos del tipo *Villa Nessi* ⁽²⁶⁾ procedentes de contextos funerarios de cremación datados hacia el siglo IX a.C.

Por último, la gran placa de cinturón ((Lám. II. 2) con sus plaquitas de plata incrustadas por los bordes formando diseño ajedrezado se nos muestra por el momento sin paralelo conocido. No obstante, tanto la técnica de incrustación como el propio diseño ornamental los encontramos en el oriente mediterráneo. Las metopas con ajedrezado interno son corrientes en la cerámica arcaica y geométrica, y en la Península vemos algo semejante en el mundo de la retícula bruñida ⁽²⁷⁾.

A través de estos bronce, que en su conjunto forman un grupo ciertamente poco corriente dentro de lo que es normal en nuestros castros, podemos entrever las relaciones existentes, en el período de transición Bronce-Hierro, entre el Noroeste y otras áreas culturales (Meseta y mundo orientalizante) junto con el peso de la tradición del Bronce Final.

de Navarra (SCHÜLE, W. *Die Mesete-Kulturen...*, cit., p. 145. CUADRADO, E. *Precedentes...* cit., p. 16. RUÍZ ZAPATERO, G. *Los Campos de Urnas...* cit., p. 957), La Torraza (CUARADO, E. *Precedentes...*, cit., p. 16 NAVARRO, R. *Las fíbulas...*, cit., p. 48. RUÍZ ZAPATERO, G. *Los Campos de Urnas...* cit., p. 957), La Mercadera (SCHÜLE, W. *Las más antiguas...*, cit., pp. 61-62 y 66; *Die Mesete-Kulturen...*, cit., p. 144. CUADRADO, E. *Precedentes...*, cit., p. 16) y Carabias (CABRÉ DE MÓRÁN, E. y MORÁN CABRÉ, J. A. «Fíbulas...», cit., p. 122).

⁽²⁵⁾ AUDOUZE, F. y COURTOIS, J. C. *Les épingles du Sud-Est de la France*. «Prähistorische Bronzefunde», XIII, n.º 1. München, 1970, pp. 40-50. RYCHNER, V. *L'Age du Bronze Final a Auvernier (Lac de Neuchatel, Suisse)*. «Cahiers d'Archéologie Romande», 15, 2 vols. Lausanne, 1979, pp. 34-35 y 63-64.

⁽²⁶⁾ CARANCINI, G. L. *Die Nadeln in Italien. Gli spilloni nell'Italia continentale*. «Prähistorische Bronzefunde», XIII, n.º 2. München, 1975, p. 255.

⁽²⁷⁾ SCHUBART, H. «Acercas de la cerámica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste peninsular». *Trabajos de Prehistoria*, 28 (1971): 153-182; *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. «Madrider Forschungen», 9, 2 vols. Berlin, 1975. LÓPEZ ROA, C. «La cerámica con decoración bruñida en el Suroeste peninsular». *Trabajos de Prehistoria*, 34 (1977): 341-370.

2.2.4. Otros

Entre los elementos líticos descubiertos en el yacimiento destacaremos los fragmentos de dos pequeñas cuentas troncocónicas de piedra cristalina azulada y dos láminas de sílex con retoques que probablemente correspondan a elementos de hoz. Junto a ellos, abundantísimos restos de molinos planos, señal inequívoca de la presencia de una actividad agrícola de fuerte implantación en el poblado.

Esta actividad agrícola queda patentizada también a través de una enorme cantidad de granos de bellota y de cereal (*Triticum s.p.*) carbonizados presentes en la totalidad de los niveles aunque de manera preferente en el superior. Este detalle se constata asimismo en otro castro gallego de cronología similar y también en período de excavación: el castro de Penalba en Campolameiro ⁽²⁸⁾.

2.3. Cronología

El emplazamiento cronológico del castro de Torroso podemos fijarlo siguiendo dos caminos: el estudio de la cronología relativa de los materiales documentados y los análisis de C-14.

La cronología relativa es bastante imprecisa. Tan solo parece dejar claro que nos encontramos en plena transición entre el Bronce Final y el Hierro. De cualquier forma, la anterior conclusión es poco clarificadora desde un punto de vista meramente cronológico al no estar perfectamente situada la introducción del hierro en el Noroeste ni las causas que la provocan ni las consecuencias que acarrea.

La abundancia de bellotas y cereales carbonizados en todos los niveles ha permitido la recogida de muestras y su análisis radiocarbónico. Los resultados de las tres primeras, obtenidos en el laboratorio de la Gakushuin University de Tokyo, son tan absurdos ⁽²⁹⁾ que vuelven a poner en tela de juicio la fiabilidad de este laboratorio. Otras siete muestras de todos los niveles han sido remitidos a la Universidad de Groningen, y los tres

⁽²⁸⁾ ÁLVAREZ NÚÑEZ, A. *Castro de Penalba...*, cit.

⁽²⁹⁾ Los resultados fueron los siguientes:

GaK 12.161 Nivel I: 2980 ± 110 B.P. = 1030 B.C.

GaK 12.159 Nivel II: 3340 ± 80 B.P. = 1390 B.C.

GaK 12.160 Nivel III: 3340 ± 120 B.P. = 1390 B.C.

primeros resultados recibidos, correspondientes a los niveles I y II, sí parecen ser verdaderamente fiables:

GrN 13.705 — Nivel I — 2540 ± 30 B.P. = 590 B.C.

GrN 13.706 — Nivel II — 2555 ± 30 B.P. = 605 B.C.

GrN 13.678 — Nivel II — 2515 ± 30 B.P. = 565 B.C.

Vemos por lo tanto que el yacimiento parece situarse en la transición entre los siglos VII y VI a.C. Ahora bien, de todos es conocida la problemática del C-14 y la necesidad de proceder a la corrección de las fechas obtenidas por este método. Las tablas de corrección existentes ⁽³⁰⁾ muestran bien a las claras esta problemática, con márgenes de inconcreción muy acusados. Teniendo esto en cuenta hemos optado por la prudencia y nos limitamos a corregir las fechas tomando como referencia la vida media del C-14 de 5.730 años, con lo cual podemos situar el desarrollo de la vida del poblado en pleno siglo VII a.C. cuando menos.

3. CONSECUENCIAS

Dentro del abanico de resultados obtenido tras estas tres campañas de excavación, acaso lo más relevante sea el hecho de encontrarnos ante un yacimiento castreño en el que podemos ver plasmados, ya en el siglo VII a.C., algunos de los rasgos definitorios de este fenómeno como pueden ser los patrones de asentamiento, las propias características topográficas del poblado o su arquitectura doméstica, si bien en este último caso se nota un claro primitivismo.

De la actividad económica desarrollada en el poblado son evidentes tres aspectos esenciales: la agricultura de recolección (bellotas) y producción (trigo), la metalurgia del bronce y el comercio, este último rastreable por la presencia de los objetos de hierro y alguna pieza de bronce. Otras actividades que pudieran haberse desarrollado no han dejado señales claras de su existencia en el registro arqueológico.

En cuanto a la población que levantó y ocupó el castro de Torroso, parece evidente su carácter autóctono propio de una de las culturas atlánticas de finales de la Edad del Bronce en su transición hacia el Hierro.

⁽³⁰⁾ Mc KERRELL, H. «Conversion Tables». *Radiocarbon: Calibration and Prehistory*, editado por T. WATKINS. Edimburgh, 1975, pp. 110-127. KLEIN, J., LERMAN, J. C., DAMON, P. E. y RALPH, E. K. «Calibration of radiocarbon dates: Tables based on the consensus data of the Workshop on Calibrating the Radiocarbon Time Scale». *Radiocarbon*, 24, n.º 2 (1982): 103-150.

Esta población parece mantener cierto grado de contactos con otros focos culturales, posiblemente con los grupos tardíos de Campos de Urnas y con el mundo orientalizante del Sur.

Como es lógico, todos los datos apuntados, pese a las vías que abren a la investigación, tienen un acentuado carácter provisional en tanto no sean refrendados, ampliados o modificados por futuras excavaciones tanto en este como en otros yacimientos semejantes.

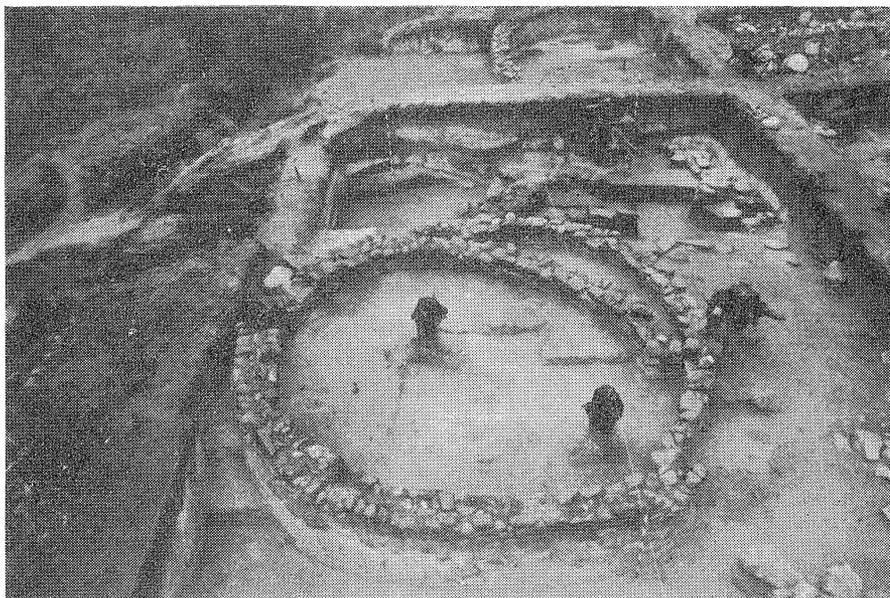
Pontevedra, junio de 1987

RESUMO

Relazóanse neste artigo os resultados principais das últimas excavacións no xacimento, cuxa vida parece desenrolarse ó longo do século VII b.C.

Os seis niveis detectados amosan a evolución da arquitectura habitacional dende os fondos de cabana de materiais perecederos hastra a clásica mampostería.

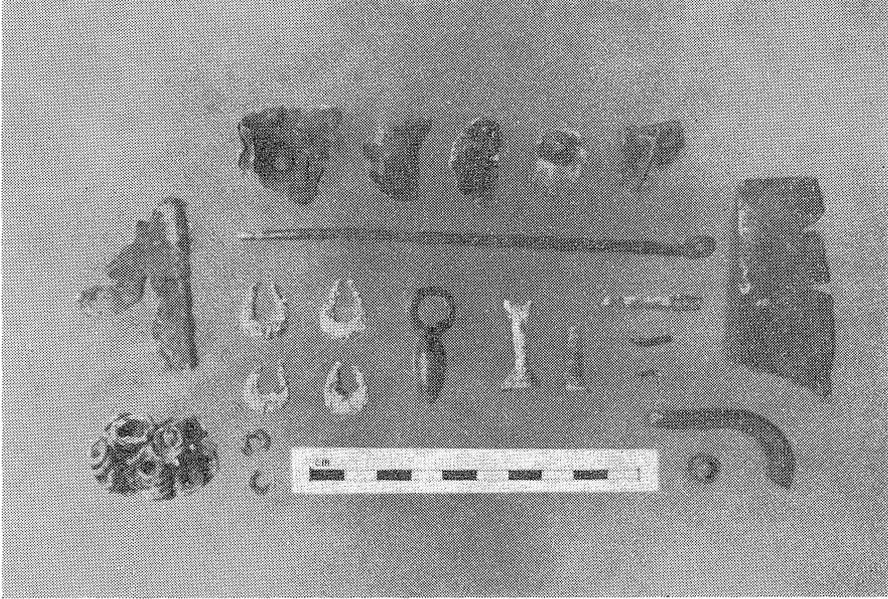
As pezas de bronce e ferro indican relacións co mundo fenicio e orientalizante do Sudoeste e cos grupos tardíos de Campos de Urnas peninsulares.



1 — Detalle del área excavada. En primer plano, la cabaña de planta «en espiral». A su alrededor, suelo ocupacional del nivel II. En segundo plano, estructuras del Nivel III. Al fondo, la cabaña de planta circular.



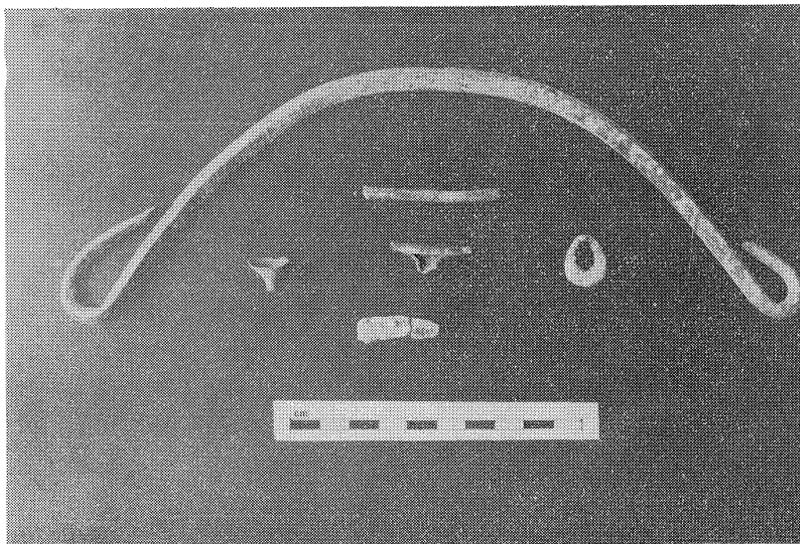
2 — Recipiente cerámico con decoración incisa en el hombro.



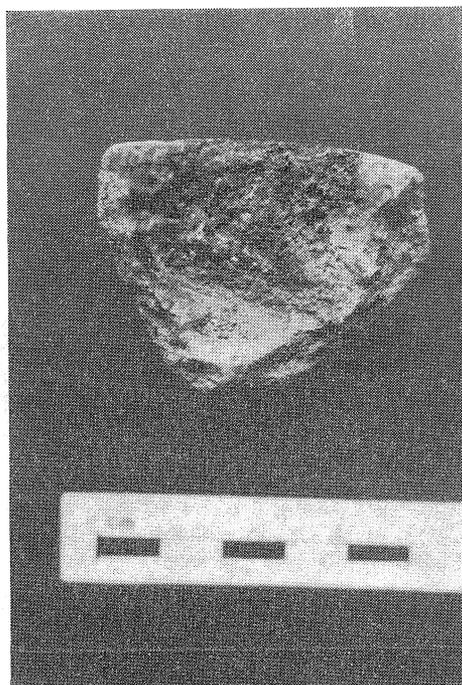
1 — Piezas de bronce de la campaña 1984.



2 — Placa de cinturón de bronce con decoración ajedrezada de laminillas de plata incrustadas.



1 — Piezas de bronce de la campaña 1986.



2 — Fragmento de crisol de fundición de bronce.

O FORNO CERÂMICO DE CALHEIROS (PONTE DE LIMA)

POR

Carlos A. Brochado de Almeida
António J. Cunha Leal
Armandino Baptista da Cunha

A quinta do Paço, situada na freguesia de Calheiros, concelho de Ponte de Lima, é uma propriedade típica do vale do Lima. Localizada na encosta sul do monte «Chã de Oural-Penedo Branco» e entre os ribeiros de Tonde e do Rego Novo, afluentes do rio Labruja, apresenta-se, devido aos acidentes orográficos, disposta em socalcos, aproveitados para uma actividade agrícola onde a produção vinícola começa a ganhar foros de primazia (Est. I).

Foi, aliás, ao proceder-se à abertura de valas para o plantio de novos vinhedos, num dos campos mais meridionais da quinta, que vestígios de «um forno ou de construção dos antigos» ⁽¹⁾ apareceram.

Perante tais indícios a solução foi proceder-se a uma intervenção arqueológica, que chegou a estar programada para o Verão de 1985, mas que por motivos vários teve que ser adiada para o Outono de 1986 ⁽²⁾.

⁽¹⁾ A notícia saiu no *Diário do Minho*, de 24 de Maio de 1985, sob o título «Forno Romano descoberto em Calheiros».

⁽²⁾ Agradecemos todo o apoio que nos foi prestado pelo Eng. Francisco Lopes de Calheiros, proprietário do Paço de Calheiros, pela Câmara Municipal de Ponte de Lima, pelo Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo e pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima. Agradecemos, igualmente, ao Dr. Artur Jorge Leite de Almeida e ao estudante do curso de História da FLUP, Paulo Jorge da Costa Pinto, o apoio prestado.

Delimitada a área de escavação em função das valas e dos vestígios a descoberto, cedo ficou patente a não existência de uma estratigrafia credível, pois a camada que cobria a estrutura, para além de ser demasiado fina, encontrava-se bastante revolvida. Aliás, tal suposição, viria a comprovar-se, plenamente, no decorrer da escavação.

Retirada a camada de terra que cobria a parte superior da estrutura, ficou visível a porção da grelha ainda intacta e a estrutura lateral. A limpeza desta, do interior do corredor e da câmara de aquecimento, permitiu, por outro lado, esclarecer a maneira como o forno havia sido construído.

Para o efeito, e quando da sua feitura, os pedreiros escolheram um terreno em declive, geologicamente constituído por granitos calco-alcalinos de grão grosseiro e em adiantado estado de decomposição. Assim se conseguiu uma base suficientemente sólida para albergar a parte do forno que teria de ficar enterrada, se facilitava o escoamento das águas, que eventualmente se infiltrassem na câmara de aquecimento, e se permitia um fácil acesso à boca do forno, local onde era colocado o combustível a arder.

*

* *

A estrutura do forno é em tudo semelhante à do da quinta do Paço freguesia da Facha ⁽³⁾, sendo portanto constituída pelos seguintes elementos:

1. Boca do forno e fornalha

O corredor é rectangular. Tem de comprimento 1,60 m e de largura 0,80 m (Est. II e Est. IV).

Formavam-no, primitivamente, seis blocos graníticos, colocados na vertical e que apresentam indícios de provirem de uma construção anterior, dado o cuidado posto na picagem das suas faces.

Presentemente, restam cinco e nem todos no devido lugar. Um estava caído no corredor e um outro, apesar de alinhado, encontrava-se tombado, dando assim uma falsa ideia de inserção (Est. III-2). Quanto aos demais, mais ou menos alinhados e nos primitivos sítios, permitiram saber que, antes de terem sido colocados, fora necessário cavar, previamente, uma cama

⁽³⁾ Carlos A. Brochado de Almeida, *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Póvoa de Varzim, 1988; Carlos A. Brochado de Almeida, António J. da Cunha Leal, *O Forno Cerâmico da Quinta do Paço, Facha-Ponte de Lima*, Actas do Colóquio em Homenagem a Manuel Boaventura, Vol. II, Esposende, 1987.

no granito em decomposição. Aliás, idêntica solução fora adoptada para instalar as pedras que serviriam de alicerce aos arranques dos vários arcos (Est. III-1 e 2).

A fornalha ficava situada junto à entrada da câmara de aquecimento. Atestam-no o par de blocos, mais interior, com indícios de forte erosão, e o solo do corredor, cujo granito apresentava uma carregada tonalidade avermelhada, fruto de uma acção prolongada e violenta do fogo.

O tipo de cobertura desconhecemo-lo, mas não andaremos longe da verdade se a imaginarmos em abóbada, tal como a do forno de Eixo (Aveiro) e o da quinta do Paço da Facha (Ponte de Lima) ⁽⁴⁾.

2. Câmara de aquecimento

A câmara de aquecimento é do tipo rectangular. Tem 2,20 m de comprimento e 1,70 m de largura (Est. II e IV).

O espaço está delimitado por uma parede envolvente, construída com pedras de pequeno tamanho, mas com a face exterior razoavelmente aparelhada (Est. III-1 e 2 e V-1). A distância, entre estas e o terreno natural, foi preenchida com pedras informes, ligadas, tal como as outras, com argamassa de barro avermelhado. Esta mesma argamassa aparece, igualmente, a revestir o interior da parede envolvente, bem como a parte dos arcos construídos em pedra.

O espaço interior está dividido em 5 arcos abatidos e com tendência para o ultrapassado (Est. III e V). Destes, somente dois estão intactos. Os restantes, ou se conservam ao nível dos arranques, ou das bases (Est. II e Est. V-1).

Os materiais usados nos arcos são de dois tipos, isto é, a parte inferior foi construída em pedra, grosseiramente desbastada, ligada e revestida com argamassa de barro avermelhado e a parte superior com tijolos compactos de tipo «burro», igualmente ligados com argamassa de idêntico teor (Est. III-1 e V-1).

Como é usual neste tipo de construções, os arcos não arrancam das paredes laterais, antes delas se distanciam cerca de 0,20 m. Este espaço está preenchido com pedras, igualmente informes, que sobem até à altura da grelha, ajudando assim a sustentá-la (Est. III-1 e V-1).

⁽⁴⁾ O relatório da escavação deste forno será, em breve, publicado. O retirar da terra que cobria, parcialmente, um dos esteios da boca do forno da Facha permitiu detectar vestígios do arranque da abóbada.

3. Grelha

A grelha é formada por camadas de barro sobrepostas e que atingem a espessura de cerca de 0,25 m (Est. II, III-1 e V-2).

O ar quente, saído da combustão da lenha posta a arder no corredor, passava para a câmara de cozedura (laboratorium) através de um conjunto de orifícios que, inicialmente, teriam um formato que não andaria longe do círculo, mesmo que irregular. A sua disposição está intimamente ligada ao espaço disponível existente entre os vários arcos (Est. II e V-2).

4. Câmara de cozedura

Deste compartimento restam, unicamente, algumas pedras da estrutura lateral (Est. III-1 e 2 e V-1). Quanto ao resto, desconhecemos a sua altura bem como o tipo de cobertura que teria, embora se possa imaginar uma de tipo amovível.

Materiais fabricados

O único material que, com segurança, poderemos afirmar que aqui era produzido, é o ímbrex, ou para falar popularmente, a telha de meia cana. Fragmentos desta encontravam-se no interior da câmara de aquecimento, sobre a grelha e nas imediações do forno. Tipologicamente são produtos em tudo semelhantes aos que aparecem nas estações medievais da região ⁽⁵⁾.

A tégula, que se encontra espalhada pelo campo onde o forno está implantado, está ausente neste, pelo que, *a priori*, admitimos que aqui não tenha sido produzida.

Se a dúvida, no que concerne à produção de tégula, é grande, muito mais o é no que respeita ao fabrico de cerâmica comum. Esta, com as

⁽⁵⁾ Carlos A. Ferreira de Almeida, Teresa Soeiro, Carlos A. Brochado de Almeida, António José Baptista, *Escavações Arqueológicas em Sto. Estevão da Facha*, Sep. do «Arquivo de Ponte de Lima», n.º 3, Ponte de Lima, 1981.

Carlos A. Ferreira de Almeida, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1978.

Carlos A. Brochado de Almeida, António José Baptista, *Castros e Castelos de Ponte de Lima*, Sep. do «I Colóquio Galaico-Minhoto», Ponte de Lima, 1981.

características usuais da cerâmica comum romana, ou mesmo medieval, não a encontramos, nem no forno nem nas suas imediações. Quanto à presença da tégula nos terrenos anexos, terá de ser explicada por outras vias.

Cronologia

Sem outros elementos de apoio, difícil se torna enquadrar cronologicamente este forno.

Se a forma e disposição pouco ou nada difere dos ultimamente descobertos na região norte (Canelas-Vila N. de Gaia, Louredo-St. Marta de Penaguião e Facha-Ponte de Lima) ⁽⁶⁾ há, todavia, alguns pontos discordantes que, mais do que pontuais, bem poderão significar uma divergência temporal. Explicitemos.

Nos fornos de boa época romana, dos quais tomamos como exemplo o de Canelas-Vila N. de Gaia, os arcos de volta inteira foram construídos integralmente em tijolos rectangulares, de boa qualidade, com o conjunto a denotar um certo gosto no acabamento.

Um pouco mais ligeira parece ser a construção do forno da quinta do Paço, freguesia da Facha, concelho de Ponte de Lima. É certo que aqui os arcos continuam a tender para a redondez e a serem construídos, integralmente, com tijolos tipo «burro», mas a solidez e a consistência da estrutura obtêm-se, não tanto a partir da boa qualidade dos materiais de construção usados, mas antes através de uma boa dose de argamassa de revestimento.

O forno do Paço de Calheiros é, dos atrás enumerados, aquele que mais diferenças apresenta e que são bem visíveis na forma e nos materiais dos arcos.

Estes, de volta inteira, passam a abatidos e a tenderem para o ultrapassado (Est. III) fazendo assim lembrar um pouco a técnica moçárabe. A outra das inovações está no modo de se construírem os arcos. Estes deixaram de o ser inteiramente em tijolo tipo «burro» para passarem a

⁽⁶⁾ Armando Coelho Ferreira da Silva, António Baptista Lopes, Maria José Folgado Lobato, *O Forno Cerâmico Romano de Canelas (Vila Nova de Gaia)*, «Gaia», Vol. II, 1984, págs. 59/72.

Armando Coelho F. da Silva, António Baptista Lopes e Manuel Tuna, *O Forno Cerâmico Romano de Louredo (Santa Marta de Penaguião)*, «Portugália», Vol. II/III, Porto, 1981/2.

Carlos A. Brochado de Almeida, António J. Cunha Leal, *op. cit.*

ter a base feita com pequenos blocos graníticos ligados e revestidos com argamassa de barro avermelhado.

Serão estes argumentos suficientes para, cronologicamente, o situarmos fora do contexto romano? Sinceramente pensamos que não, mas se lhes acrescentarmos a ausência do fabrico da tégula e a certeza de que o produto aqui produzido era a telha de meia cana, em tudo semelhante à das estações medievais da região, então o distanciamento do mundo romano deixa de ser uma mera figura de retórica e a hipótese de uma filiação medieval começa a ter maior consistência.

E alguns argumentos poderão ser invocados, como a presença, segundo a tradição local, no sítio do Paço Velho, da primitiva casa condal ⁽⁷⁾ a qual teria sido fundada, ou não, por D. Arnaldo de Baia ⁽⁸⁾, mas cujos senhores bem poderão estar relacionados com *Fernandus Fernandi de Caleiros* ⁽⁹⁾ o qual, além de ter comprado a herdade de Calvos, em Caldelas ⁽¹⁰⁾, deu filhos a criar a *Menendo Luz*, o que equivale a dizer que a quinta deste se tornou *honrada* ⁽¹¹⁾.

Perante o exposto, e provisoriamente, consideraremos este forno, grosso modo, de medieval e com fortes possibilidades de estar relacionado com os primórdios da casa condal de Calheiros. Todavia, uma possível anterioridade à formação da nacionalidade, atendendo às características dos arcos, não será de excluir.

⁽⁷⁾ Segundo a tradição, o primitivo palácio situar-se-ia em terrenos bem próximos do forno. Desta posição se fazem eco, aliás, as «Memórias Paroquiais» de 1758 ao informarem «que houve huma torre na quinta chamada do Paço de Calheiros pertencentes aos Senhores della a qual depois de arruinada a desfizerão para retificação e acrescimo das Cazas da dita Quinta». *Ponte de Lima e freguesias do seu (actual) concelho nas Memórias Paroquiais de 1758, segundo o Dicionário Geográfico do padre Luís Cardoso*, «Arquivo de Ponte de Lima», Vol. III, Ponte de Lima, 1982, pág. 255 e segs. O actual edifício, um dos mais belos exemplares de arquitectura solarenga do Entre-Douro-e-Minho, foi construído algumas centenas de metros acima da primitiva construção.

⁽⁸⁾ Conde D'Aurora, *Roteiro da Ribeira Lima*, Porto, 1959, pág. 184.

⁽⁹⁾ P. M. H. Inquisitiones.

⁽¹⁰⁾ Segundo o levantamento toponímico, elaborado por António José Baptista, *Caldelas* (quinta de) é um dos topónimos vigentes na freguesia. Cfr. António José Baptista, *Levantamento Toponímico do Concelho de Ponte de Lima*, Arquivo de Ponte de Lima, Vol. III, Ponte de Lima, 1982, pág. 295 e segs.

⁽¹¹⁾ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, Ed. Livraria Civilização, Porto, 1964.

Alberto Sampaio, *Estudos Económicos*, Vol. I, Lisboa, 1979, pág. 146.

A existência de tégula nas imediações do forno não nos espanta. Esta, gorada a hipótese de um relacionamento com o forno, só poderá provir de uma construção situada, algures, nas suas imediações ⁽¹²⁾ e cuja cronologia remontará ao mundo romano ou pós-romano ⁽¹³⁾.

Serão estruturas semelhantes às já detectadas na quinta do Paço da Facha e do Paço de Vila Cova (Barcelos)? Todas as hipóteses o sugerem. A nossa esperança é poder comprová-la, no futuro, tanto mais que, a algumas centenas de metros, para sudeste, fica a Ermida, local onde apareceu o ídolo ictifálico depositado no Museu dos Terceiros ⁽¹⁴⁾, o Castelo de Genço e sobre a portela de Brandara, os *habitats* de S. Simão e da Bouça da Sepultura de S. Simão, povoações castrejas com fortes indícios de romanização ⁽¹⁵⁾.

SUMMARY

The farm «Quinta do Paço» lies in the «*freguesia*» of Calheiros, *concelho* of Ponte de Lima (*), Viana do Castelo.

It is a farm in which a beautiful manor house stands — a good specimen of the architecture called «*minhota*», that is the say, typical of the region. This architecture dates back to the XVIII century. However, the archaeological remains scattered through the region reflect features that go back to the foundation of our nation.

The pottery found there from the Roman period, is a sign of a «settlement» that may belong to the Roman «*villae*» — Facha, Ponte de Lima, and Vila Cova, Barcelos — which is, at the moment, the aim of our studies.

The pottery furnace we have just found, needs to be identified through an accurate dating. Nevertheless, owing to its morphological specific features and to the characteristics of the products existing there — «*imbrex*» of mediaeval type — the furnace may be inserted, broadly speaking, in the mediaeval period.

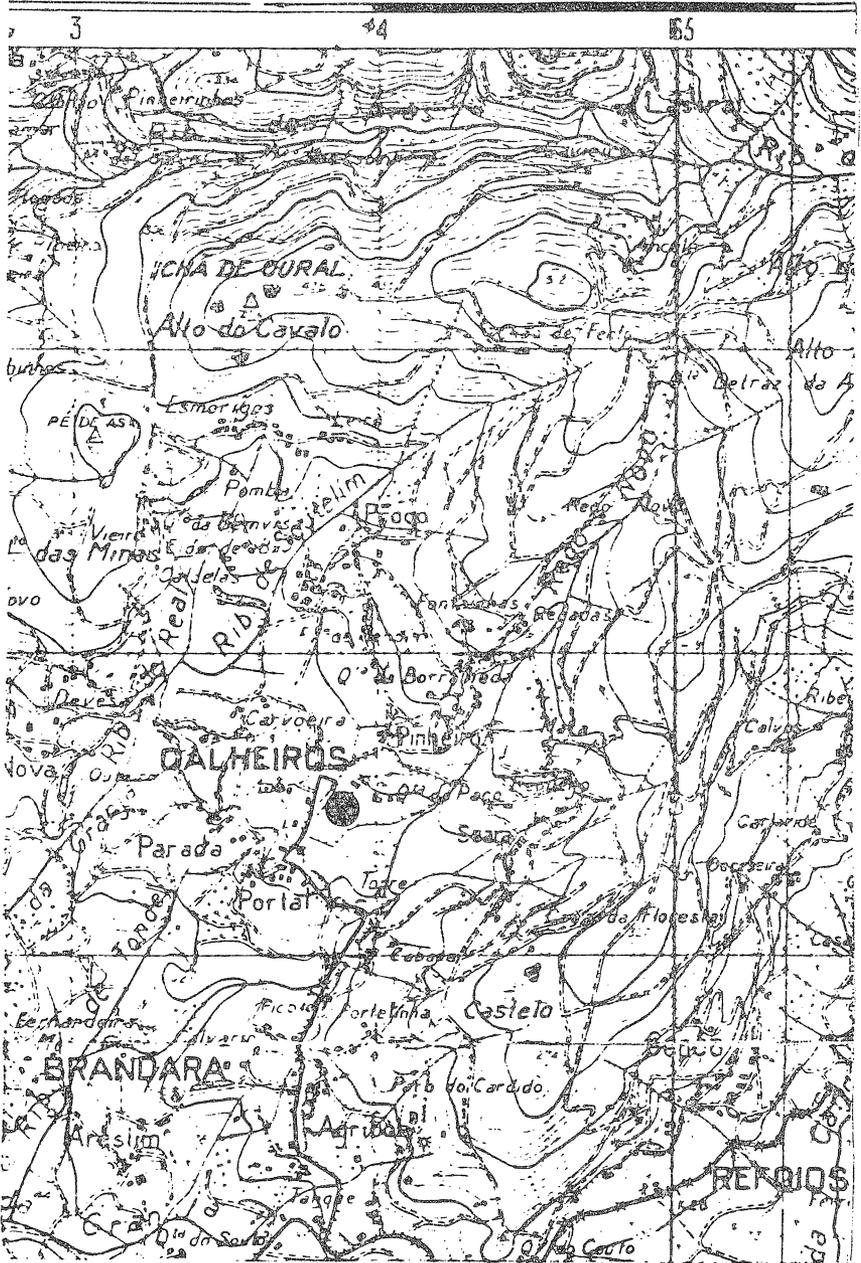
⁽¹²⁾ Com a disposição dos terrenos em socalcos é admissível que tais construções tenham sido destruídas.

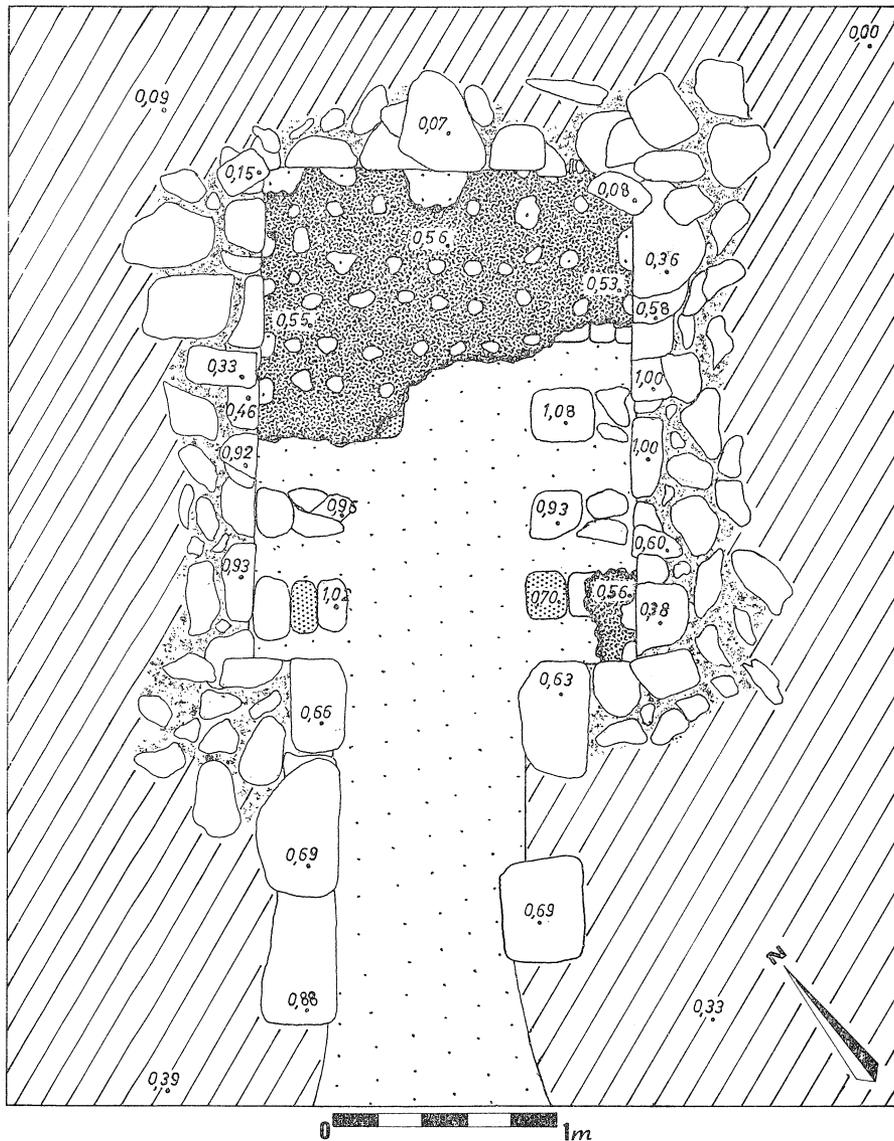
⁽¹³⁾ É hoje ponto assente que a tégula perdurou até finais do domínio visigótico.

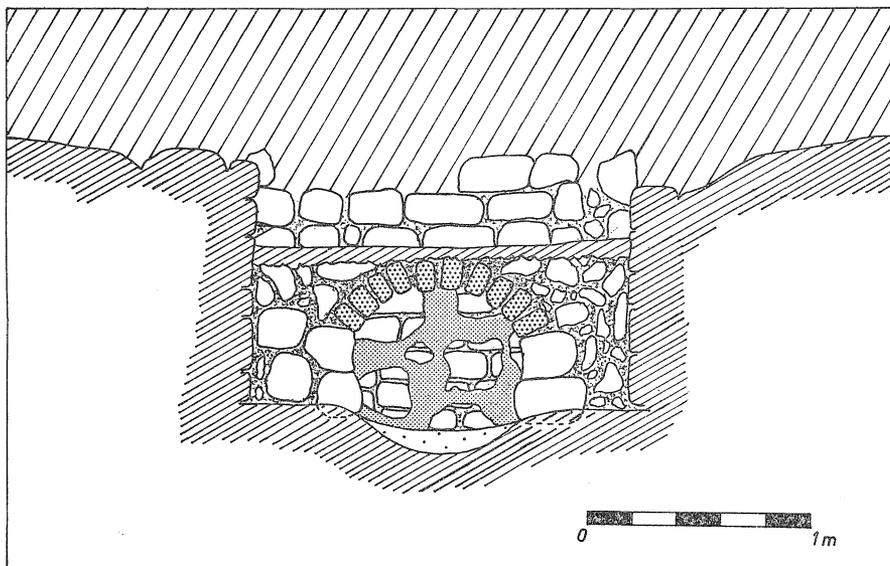
⁽¹⁴⁾ Carlos A. Ferreira de Almeida, *Uma Escultura Castreja de Calheiros, Ponte de Lima, Duas Considerações*, «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», Coimbra, 1971, págs. 293/296.

⁽¹⁵⁾ Carlos A. Brochado de Almeida, António José Baptista, *op. cit.*

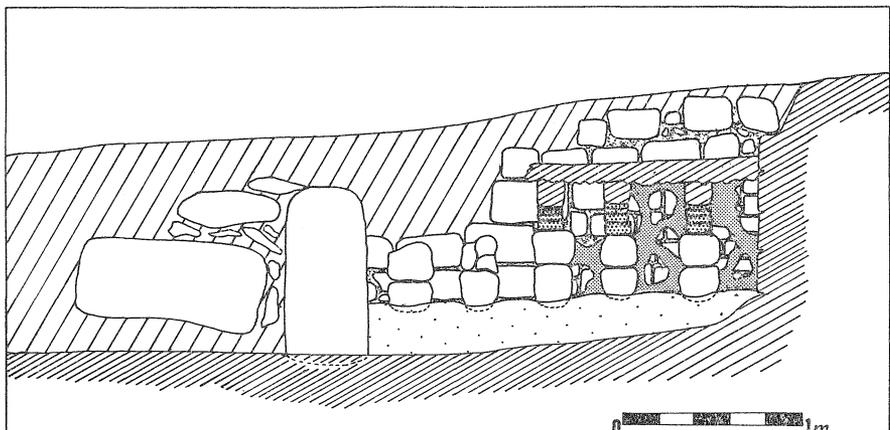
(*) *Freguesia* and *concelho* are administrative divisions for which there is not a English corresponding translation.





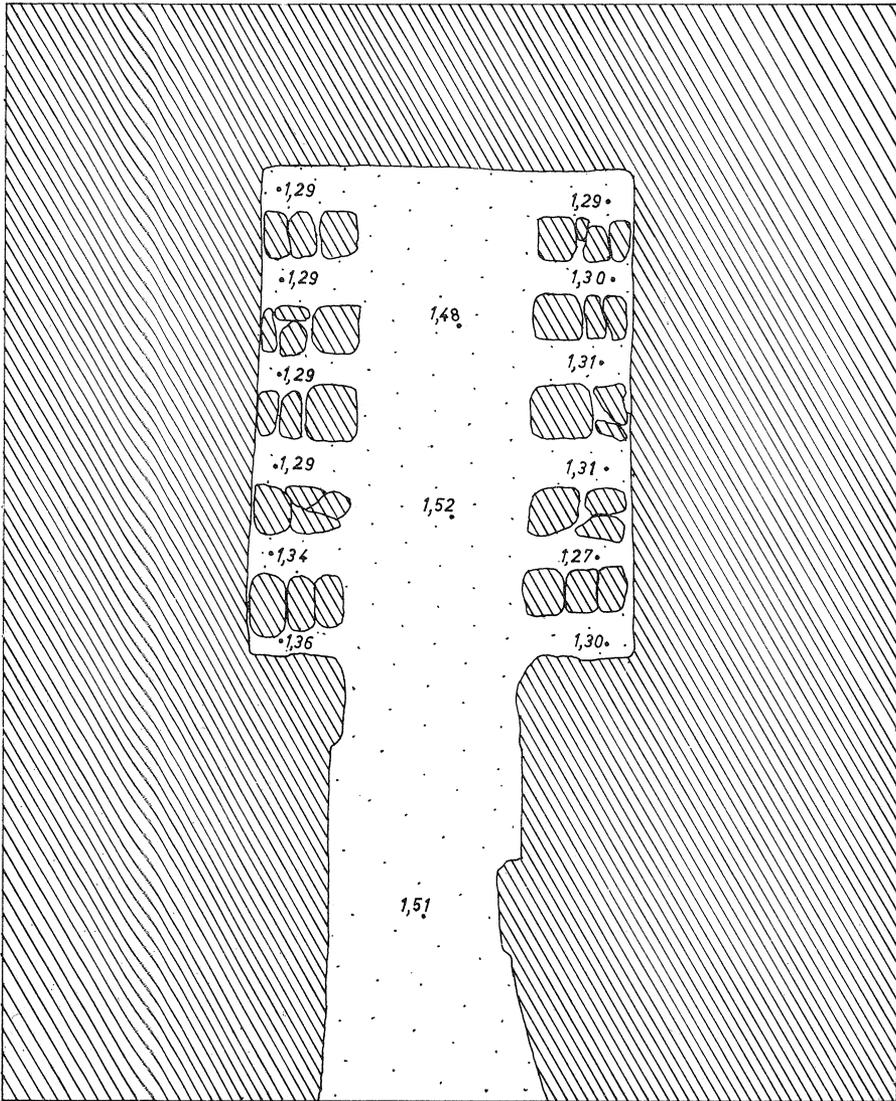


- | | | | |
|---|----------------------------|---|----------------------------------|
|  | <i>Estruturas em corte</i> |  | <i>Revestimento de argamassa</i> |
|  | <i>Terra arável</i> |  | <i>Tijolo</i> |
|  | <i>Argamassa</i> |  | <i>Grelha</i> |
|  | <i>Pedra</i> |  | <i>Natural (granito)</i> |

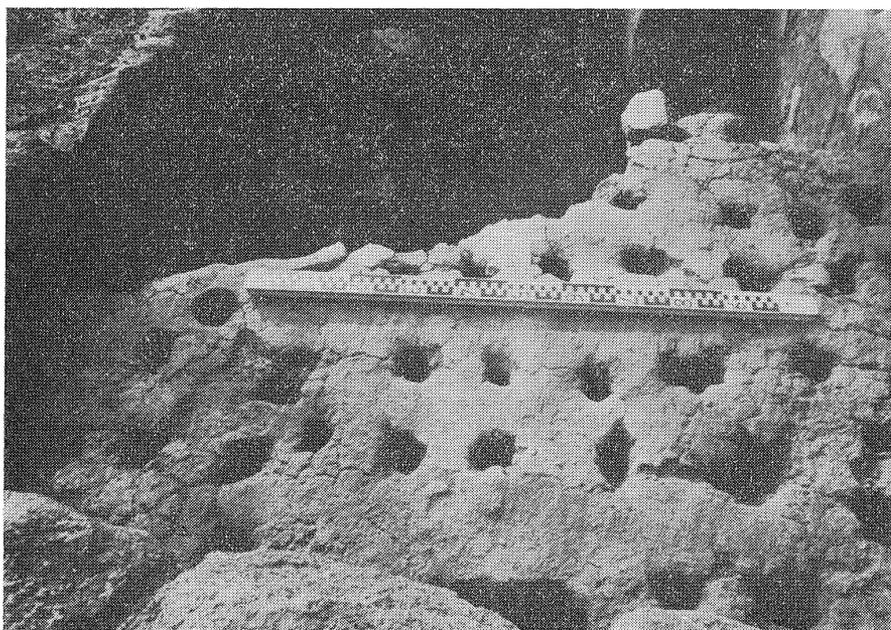
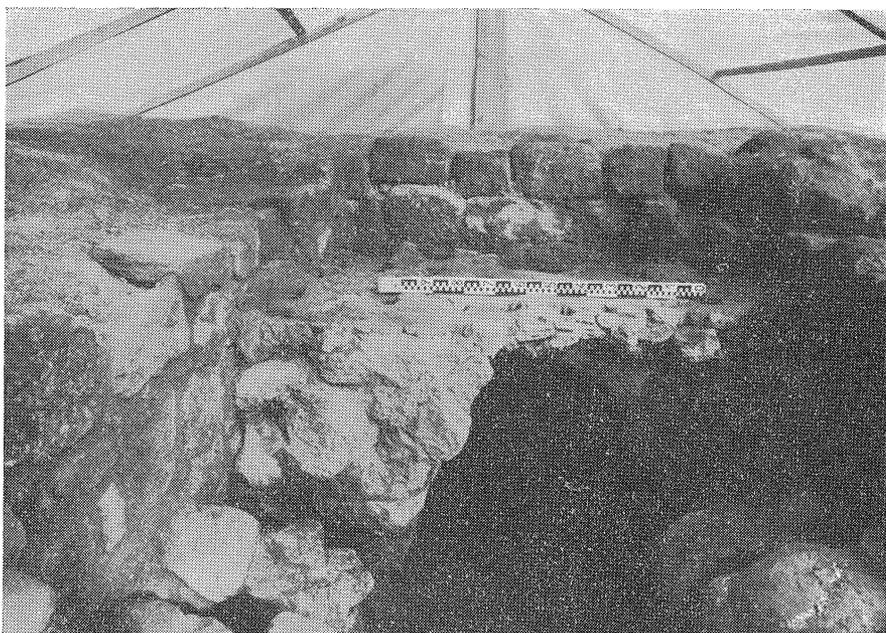


1

2



0 1m



AS MANEIRAS DE COMBATE NA LUSITÂNIA

POR

José Angel Fernández Canosa (*)

O propósito deste trabalho nom é estudar a guerra dos lusitanos como estratégia de guerra nem como acontecimentos pontuais, menos ainda o estudar os lugares onde tiveram lugar tal ou cal feito bélico (batalha, saque...). Mais ben o interesse que me move se desenvolve noutro terreno distinto a essa História que os franceses chamam «évenementielle». Esse terreno no que pretendo entrar é umha terra que é de todos e de ninguém, umha terra fronteira que define por opossicom à Antropologia e à História, mas que na sua ambiguidade as define por integraçom tamém. Nessa intersecçom de História e Antropologia é na que pretendo que nos situemos para botar umha olhada sobre os lusitanos e as maneiras de combate. Contemplaremos, entom, um povo com olhos de antropólogo. Veremos aos lusitanos com o olhar do civilizado que mira ao selvage, conscientes, porém, de que civilizado e selvage som conceitos interessados com os que na nossa pretendida objectividade científica obsequiamos aos outros povos dentro dum discurso denigratório etnográficamente ordenado ou bem, as menos das vezes, para utilizá-los como paradigmas positivos.

Cada sociedade possui o tipo de guerra que lhe é característico. A proporçom dos seus membros, os seus recursos e as suas necessidades imponhem um tipo de guerra diferente. Por assi dizer, a guerra, a maneira de fazê-la, expressa em parte o que a sociedade é. Pense-se por exemplo na maneira na que os progressos da infantaria coincide com as instituições democráticas militares das regimes nas que, por primeira vez em Europa,

(*) Faculdade de Xeografia e História. Departamento de História Antiga. Universidade de Santiago de Compostela.

surge o princípio democrático ⁽¹⁾. Aliás, a guerra é um aspecto importante dumha cultura.

O tipo de guerra que observamos como mais característico dos lusitanos é um tipo de guerra conhecido polo nome de *razzia*. J. Harmand ⁽²⁾ define a *razzia* como «incursum de duração limitada que umha força realiza em território estrangeiro, sem acompanhamento de nom-combatentes, com o elementar propósito de se levar um botim e com o mais sistemático de destruir os recursos do meio escolhido.» É umha forma de actividade guerreira que serve para empresas elementares de vingança ou rapina. Aliás, é necessário salientar que tal actividade guerreira non compromete a toda a sociedade, isto é, à sociedade da que fai parte o grupo de guerreiros, convertendo-se como di Y. Garlan ⁽³⁾ numha guerra privada que se estabelece à margem da sociedade da cal surge o guerreiro tal como acontecia no mundo homérico ou como ocorria con as guerras empreendidas polos Dácios romanos. Por suposto que tampouco é tam à marge da sociedade. É-o só num certo aspecto. A sociedade nom tem de encostar a actividade guerreira individualizada, nom tem de encostar tal ou cal *razzia*, mas si encosta os guerreiros que a executam. É polo demais um tipo de operação bélica que denota com muita freqüência umha «sociedade com guerreiros», tal como a define Pierre Clastres ⁽⁴⁾, na que nom todos os homens em situação de portar armas fam parte destas expedições senom só um grupo concreto destes que se dedica constantemente à guerra, um grupo social de guerreiros profissionais que possui umha certa autonomia a respeito da sociedade na que residem.

A *razzia* como maneira de combate nom foi só utilizada na Península Ibérica polos lusitanos. Assi nas fontes literárias descreven-se-nos a todos os povos da Península praticando a *razzia*.

É interessante determo-nos por uns momentos nas operações dos Pés Pretos da América do Norte por oferecer-nos um paralelo etnográfico bastante interessante ao ser bastante bem conhecida a forma na que eles praticam a guerra. De todas as maneiras, hai que advertir que a utilização de paralelos etnográficos tem uns limites que devem ser impostos pola prudência. Portanto a comparação deverá ser levada até o ponto no que é possível fazê-lo.

(1) Roger Callois, *La cuesta de la guerra*, México, 1975 (*Bellone ou la pente de la guerre*, Paris, 1963) mostra claramente como se vinculam a guerra e os diferentes tipos de sociedades e sistemas político-sociais.

(2) *La guerra antigua de Summer a Roma*, Madrid, 1976 (Paris, s.d.), p. 24.

(3) *La guerre dans l'Antiquité*, Paris, 1972, p. 12.

(4) *Investigaciones en Antropología Política*, Barcelona, 1981 (Paris, 1980), pp. 221-222.

Os Pés Pretos tinham dous tipos de razzia segundo os objectivos que quixerem obter. As suas razzias tinham como objectivo quer o roubo de cavalos quer a obtençom de *scalps*. As expediçons para obter cavalos estavam formadas por pequenas partidas de voluntários que se formavam antes de partir e que se desfaziam trás a volta. Os fins eram o ganho pessoal e o prestígio que atingiam com os cavalos colhidos. Faziam parte destas expediçons membros de famílias pobres com ambiçons, jovens que queriam ter umha dote para casar e tamém jovens ricos com desejos de glória e prestígio ⁽⁵⁾. O xefe da banda era um home que polo seu bom historial guerreiro e reputado bom juízo tivesse a confiança dos membros desta. Antes de saírem tinham que obter o consentimento do xefe da aldeia, mas se havia motivos para supor que nom o ia conceder nom se lhe dizia nada.

Algo semelhante é o que Diodro Sírculo atribuiu à formaçom de bandas de guerreiros entre os lusitanos e os íberos:

«Existe um costume mui próprio dos íberos, mas sobretudo dos lusitanos, que é que cando chegam a serem homes, aqueles que entre eles som os que tenhem menos fortuna, mas salientam pola força do seu corpo e polo seu denodo, fornecem-se de valor e apanham as suas armas juntando-se nas zonas esgrêvias dos montes; ali fam bandas importantes que percorrem Iberia amontoando riquezas com o roubo.»⁽⁶⁾

(Diod., 5, 34, 6)

A diferença que encontramos entre os Pés Pretos e os guerreiros dos que nos fala Diodoro é que estes últimos nom se organizam em bandas dentro da própria aldeia senóm que se arredam da unidade política desde o ponto de vista do espaço geográfico. Tamém se diferenciam em que as bandas dos Pés Pretos som efémeras, duram o tempo que exige organizar e executar a expediçom e nada mais, mentres no caso que nos interessa parece que foram muito mais estáveis. Contodo, tampouco é possível generalizar tal cousa para todos os povos da Península. Por exemplo os astapenses nom tinham um grupo de guerreiros arredados geográficamente da unidade política.

⁽⁵⁾ Toda a documentaçom sobre a maneira dos Pés Pretos de fazer a guerra foi recolhida de J. C. Ewers no seu artigo «Blackfoot raiding for horses and scalps» em P. Bohannon, *Law and Warfare. Studies in the Anthropology of Conflict*, Nova York, 1967, pp. 327-343.

⁽⁶⁾ Traduçom do autor.

Seja como for, a diferença entre os Pés Pretos e os lusitanos nom é tanta se pensamos que a relação que mantinham coa comunidade cando saíam de partida para o roubo de cavalos era distinta da que havia cando a caça de *scalps*, que se concebia como umha empresa na que toda a aldeia participava. Isto tinha o seu reflexo no ritual. No caso da expedição de rapina os envoltos no ritual eram unicamente os achegados e os familiares daqueles que iam participar nela mentres que na caça dos *scalps* era toda a aldeia a que participava, expressando desta maneira a solidariedade de toda a aldeia (7).

De calquer maneira, tanto nas partidas dos Pés Pretos como nas dos lusitanos, os que fam parte dessas bandas de guerreiros son sectores pobres da população junto com sectores que recorrem à actividade guerreira como forma de alcançar glória e prestígio social. Seja cal for o jeito como se foque o tema, o que é indiscutível é que as bandas de guerreiros que se dedicam à *razzia*, cais as lusitanas, vam pola glória e o prestígio social que dá a guerra e, portanto, nom se pode restringir o assunto a um fenómeno puramente económico motivado em causas económicas e sociais de índole estrutural (8).

E dizemos isto porque a tendência a reduzir todo o tema das bandas de guerreiros lusitanos, da bandidagem, a um problemas de estruturas económicas tergiversa o fenómeno até fazer disto algo falso (9).

O Professor L. A. García Moreno (10) pensa que a ideia dum Viriato carente de recursos nun meio ecológico pobre é um elemento do discurso antropológico cínico originado em Posidónio e reiterado pola historiografia greco-romana. Esta ideia da pobreza de Viriato e das bandas lusitanas em geral seria retomada em época contemporânea por A. Schulten e pola

(7) J. C. Ewers, *op. cit.*, pp. 331-338.

(8) Como exemplo exagerado desta tendência o livro de M. Harris *Vacas, cerdos, guerras y brujas. Los enigmas de la cultura*, Madrid, 1980 (1.ª ed. em inglês 1974) onde a guerra é um reflexo mais dessa sociedade humana que nas teorias deste senhor se compom de gentes movidas exclusivamente pola caçaria de vitaminas, proteínas, calorías, etc.

(9) Esta linha de falseamento do fenómeno guerreiro entre os lusitanos vid. García y Bellido «Bandas y guerrillas en las luchas con Roma» em A. M. Prieto Arciniaga, *Conflictos y estructuras sociales en la Hispania Antigua*, Madrid, 1977, pp. 13-60. Tamém pode encontrar-se este trabalho em *Hispania*, t. V, n.º 21, Madrid, 1945. Este trabalho, sendo bastante interessante, falha nos pressupostos teóricos e o autor é enganado pola visom legada por A. Schulten à que fazemos referência neste artigo.

(10) Comunicação ao I Congreso de História Antiga Peninsular celebrado em Santiago de Compostela em Julho de 1986 (em imprensa).

influência deste difundida entre os historiadores da Antiguidade. A. Schulten incidiu mais no tipo do deserdado que carente de recursos se converte em bandido ao localizar a «pátria» de Viriato na Serra da Estrela, exemplo e paradigma em Schulten da terra pobre. Esta localização da pátria de Viriato nesta Serra da Estrela exageraria muito mais a ideia da pobreza de recursos como factor desencadeante da bandidagem lusitana. Mas como amostra o Dr. García Moreno este detalhe é falso pois que a localização de Viriato num âmbito espacial deveria fazer-se na Turdetânia ou a Serra Morena, zonas nas que a pobreza nom é o que as caracterizaria.

No seu estudo o Dr. García Moreno conclui que nom é fácil calcular canto desta descripçom sobre Viriato é certo e canto é falso, mas que o que si seria evidente é que nas descripçons que Posidónio oferece a figura de Viriato está mediatizada polo discurso cínico. Isto, aliás, seria muito mais suspeito polo feito de que se relata que Viriato em Ituci conta umha anécdota que corresponde a umha diatriba cínica que se acha no *Corpus Aesopicum* ⁽¹¹⁾. Isto, pois, avondaria na ideia de que o que se nos relata e descreve é o tipo de Pastor-Rei próprio do Pensamento Cínico.

Contodo o discutível que poda ser a teoria aqui exposta, sobretudo alguns dos seus pontos, o que si é evidente é a deformaçom que sofre a descripçom que se nos oferece. O feito de que as bandas lusitanas pretendessem botim nas suas empresas guerreiras nom deve fazer supor que estamos diante duns mortos de fome que se dedicam à actividade guerreira por ser a única maneira de fugirem a umha vida de miséria. Trás o feito de combater para obter um botim existe toda a glória do guerreiro vitorioso e, tamém, combatem os que nom som simplesmente os deserdados. O botim move ao guerreiro entre outras cousas pola glória que com el atinge. A ideologia que exalta o *ethos* guerreiro nom é cousa de pouca importância. Diodoro de Sicília relata que na boda de Viriato havia muitos objectos de luxo e que éste encostando-se na lança mostrou desprezo por todas estas riquezas dizendo que todos os bens do seu sogro nada valiam pois estavam à mercê de calquer que tivesse armas como el ⁽¹²⁾. Poucas escenas

⁽¹¹⁾ A anédocta que é posta na boca de Viriato é decerto umha fábula esópica como já fora asinalado por J. C. Bermejo Barrera («La calvicie de la luna: Diodoro Sículo XXXIII, 7, 5 y la posible existência de un nuevo mito turdetano», *Gerión*, 2, 1984. Madrid). O *Corpus Aesopicum* está composto de fábulas velhas e de agregaçons posteriores feitas em diversas épocas polo que resulta mui difícil saber com certeza se este relato era simplesmente umha fábula cínica ou nom. Aliás, como di J. C. Bermejo, pode ser realmente um mito indo-europeu ainda que cabe a possibilidade de que só for umha fábula trasplantada.

⁽¹²⁾ DIOD., 33, 7, 1.

pode haver nas que melhor se reflecta o orgulho com o que um guerreiro se vê a si próprio. O Viriato que aqui temos nom é um deserdado, é um guerreiro que tem trás si umha concepçom altamente estimativa da sua actividade. Diom Cásio ⁽¹³⁾ tamém incide nesta ideia cando expom que a actividade guerreira de Viriato havia que atribui-la ao amor deste pola guerra e nom ao dinheiro ou riquezas que coa guerra pudesse alcançar.

Trás vemos os móveis que compeliã aos «bandidos» lusitanos à guerra, que como já ficou apontado eram fundamentalmente os resultados dumha sociedade na que se exalta o *ethos* guerreiro com todo o halo de conceitos que, como o prestígio e glória, acompanham a este *ethos*, é necessário que vejamos como combatiam estes «bandidos».

Os lusitanos praticam um tipo de combate que evita todo encontro aberto. Preparam emboscadas e ciladas, tenhem umha grande mobilidade e som astutos. Moram nas montanhas nas que tenhem o seu território de combate mais adoito. Para vê-los directamente na açom recorreremos a umha descripçom que nos deixou Apiano (*Iber.*, 67):

«E Viriato, com seis mil homes, fazendo umha grande celeúma e estrondo, levando grandes guedelhas, como acostumam fazer os bárbaros nas batalhas, abalando-as para estarrecer aos inimigos...» ⁽¹⁴⁾

Acompanha pois Viriato o seu combate com umha grande confusom e celeúma abalando as guedelhas para causar temor ao inimigo. Na verdade todo isto é mui conhecido no mundo indo-europeu ainda que, contodo, tampouco é exclusivo deste. Nom obstante, mália a inespecificidade de tal guerreiro, deverá ser neste mundo onde devamos estabelecer os possíveis contactos.

Resumiremos agora as características vistas até aqui.

— É um tipo de guerreiro afastado dos órgaos políticos e que mora na montanha.

— É um combatente profissional.

— Caracteriza o seu combate pola cilada, a astúcia e o combate é com ardides.

— O terror fai parte da sua táctica e, conseqüentemente, adopta umha apariência conveniente para o causar.

Todas estas características remem-nos a um tipo de guerreiro indo-europeu que por exemplo na Grécia oporã-se ao combate hoplítico e cidadán. O combate hoplítico é um combate leal e ordenado, um combate

⁽¹³⁾ DION CASIO, fr. 73.

⁽¹⁴⁾ Traduçom do autor.

cidadán que age no seio da cidade em completa dependência dos órgaos políticos. O combatente arcaico, contrariamente ao combatente hoplítico, caracteriza-se por ser um guerreiro profissional em constante tensom cos depositantes da funçom de soberania, o cal é, na esfera do mitológico, umha constante nom só em Grécia senom no conjunto do mundo indo-europeu.

O combatente lusitano está afastado da organizaçom política e mora na montanha. Quer dizer, está na margem geográfica e na política. Mas junto a isto temo-lo ao mesmo tempo defendendo cidades ⁽¹⁵⁾. Isto con corda bem com a descripçom que foi M. Detienne verbo do papel do guerreiro arcaico na Grécia:

...os guerreiros míticos estão marcados por um estatuto fundamentalmente ambíguo. No corpo social ocupam um lugar privilegiado, à vez central e marginal. Central em tanto que incarnam todo um conjunto de valores essenciais à sociedade, na medida também na que detenta a força que sustenta o poder real e protege o conjunto da sua sociedade. Marginal porque os guerreiros estão consagrados por natureza funcional ao assassinato, à violência, à morte, em contradicçom com os valores vitais do corpo social; porque constituem um perigo permanente para o poder real, umha ameaça para a sociedade ⁽¹⁶⁾.

Mas mentres compartem as bandas lusitanas um conceito arcaico de guerra caracterizado pola mobilidade, os ardides, o terror imposto no combate por meio de berros, de manifestaçoms de furor... também possui características de lealdade e orde, relacionando-se coas cidades defendendo-as ⁽¹⁷⁾ e sendo ajudado por estas ⁽¹⁸⁾, o que nos achegaria a esse outro tipo de combate que já asinalámos para Grécia, isto é, o combate hoplítico. Nom é estranho entre os lusitanos a conjunçom de ambos tipos de combate pois os indo-europeus conhecerom a funçom guerreira sob um dobre aspecto. Por um lado temos um combate ordenado que um dia chegaria a ser a falange e a legiom, polo outro o da desorde e a fazanha individual que é esse que chamamos arcaico ⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁵⁾ APIANO, *Iber.*, 65.

⁽¹⁶⁾ M. Detienne, «La phalange: problèmes et controverses» em J.-P. Vernant, *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, Paris, 1968, p. 125.

⁽¹⁷⁾ APIANO, *Iber.*, 65.

⁽¹⁸⁾ APIANO, *Iber.*, 67-69.

⁽¹⁹⁾ P. Vidal-Naquet, *Formas de pensamiento y sociedad en el mundo griego, El cazador negro*. Barcelona, 1983 (Paris, 1981), p. 157.

Confusom, celeúma e terror é algo que recorda muito a Ares, deus que sendo-o da guerra nom é de calquer guerra. É Ares um guerreiro que combate individualmente, dumha maneira feroz e selvagem, berrando no combate. Tem nesses momentos umha semelhanza horrível, a um animal, e a sua mirada é insuportável, o que será umha característica dos guerreiros ou deuses funcionalmente guerreiros na mitologia indo-europea. Ares possui umha série de filhos que som todos guerreiros e guerreiros selvagens e terríveis (20). Som éstas figuras guerreiras que irám perdendo importância polas mudanças sociais e militares que irám progressivamente convertendo este tipo de guerreiro no hoplita que conhecemos na época clássica vinculado à *polis* (21).

Notemos que o furor bélico e o terror paralizante infundido ao inimigo fam parte dos caracteres fundamentais do deus Ares, mas também de muitos herois e deuses da mitologia indo-europeia associados à função guerreira; e isto é assi porque os indo-europeus concebiam a guerra como umha concorrência e ao mesmo tempo umha colaboração do furor demencial e da magia paralizante (22). O mesmo é o que podemos ver polos testemunhos que temos sobre os lusitanos.

Ora bem, estas descrições que temos das maneiras de combate nom som nem ingénuas nem imparciais. Em todas as descrições que se nos fam sobre a maneira de combater dos povos bárbaros pola literatura grega e romana hai sempre umha série de tópicos que se repitem constantemente.

Toda a literatura grega e romana está permeada por umha série de conceitos sobre os bárbaros (23). O bárbaro tem entre outras cousas atribuída a *ferocia* e a sua aplicação à guerra que é o *furor belli*. A *ferocia* aparece como ánimo de poder incontrolado que se converte em vontade de poder e de dominação, em anarquia destrutora, em desmesura (24). As suas manifestações essenciais som a latria da força, a violência, o comportamento paixonai, a fereza e o individualismo. A vontade de poder expressa-se como orgulho, insolência, confiança em si próprio. A *ferocia* revestirá as seguintes

(20) F. Vian, «La fonction guerrière dans la mythologie grecque» en J.-P. Vernant, *op. cit.*, p. 54.

(21) F. Vian, *op. cit.*, pp. 64-68.

(22) F. Le Roux, «Aspects de la fonction guerrière chez les Celtes», *Ogam* XVII (1965), pp. 182 ss.

(23) Vid. para as distorções provocadas polo pensamento sobre os bárbaros em diferentes aspectos das descrições gregas e romanas dos povos da Península Ibérica os dous livros de J. C. Bermejo Barrera *Mitología y Mitos de la Hispania prerromana I*, Madrid, 1982 e *Mitología y mitos de la Hispania prerromana II*, Madrid, 1986.

(24) Y. A. Dauge, *Le Barbare, Recherches sur la conception romaine de la barbarie et de la civilisation*. Bruxelas, 1981, p. 429.

formas: desencadeamento da agressividade, furor no ataque e no combate, desenvolvimento paroxístico da violência e frenesi de liberdade ⁽²⁵⁾.

O *furor belli* no pensamento romano caracterizará também o mundo bárbaro. As causas disto som, no pensamento romano, numerosas, cal a paixom pola independência, superabundância da populaçom, a própria energia dos povos duros e primitivos. Mas, sobretudo, o *furor belli* tem como causa fundamental a inaptitude radical do bárbaro para a paz ⁽²⁶⁾.

Nom sorprende, portanto, que a literatura romana, como também a grega, descreva às vezes umhas escenas de delirante desmesura. De calquer maneira, a ideologia nom se construi desde falsidade necessariamente. As realidades que contam nom tenhem porque ser sistematicamente falsas, os dados que se nos oferecem podem ser verdadeiros. A falsidade entra sobretudo na análise que fam desses povos, nom necessariamente nos dados.

Cal é em resumo a maneira de combate dos lusitanos? Segundo as fontes literárias gregas e romanas os lusitanos formavam bandas de guerreiros que praticavam um tipo de combate caracterizado por estar em parte arredado da comunidade política, praticavam ardides, ciladas e todo isso acompanhado dumha grande celeúma para provocar o pánico. Isto remete-nos, como já dixemos, a um tipo de combate e a um conceito da guerra mui conhecido no âmbito indo-europeu. É a concepçom da guerra como tarefa dum grupo de guerreiros profissionais que se resolve nom só por meio das armas senom também pola concorrência e colaboraçom do furor e da mágia paralisante. Polo demais a descipçom que dos lusitanos em combate se nos oferece corresponde aos tópicos que sobre o bárbaro abundam no pensamento romano e grego, se bem os dados que nos dam nom tenhem porque ser falsos tanto mais canto que reflectem o mesmo tipo de combate que encontramos na mitologia e na epopeia indo-europeia.

Santiago de Compostela, Abril de 1987

RESUMO

Os bandos de guerreiros lusitanos, como os de Viriato (estudados, neste trabalho, a partir dos testemunhos da historiografia greco-latina, e indo para além desta), são bandos de guerreiros profissionais, como os que caracterizam muitas das sociedades

⁽²⁵⁾ Y. A. Dauge, *op. cit.*, p. 430.

⁽²⁶⁾ Y. A. Dauge, *op. cit.*, p. 430.

antigas. O tipo de actividade guerreira remete-nos para um combatente característico do mundo indo-europeu, com o qual, evidentemente, se relaciona através dos seus modos de combate.

SUMMARY

The bands of warriors of Lusitania, as much as Viriato's warriors, which were studied from the evidence left by the Greek-Latin historiography and beyond its cliché's, were professional warriors like those characterizing many of the ancient societies. The type of activities used in combat, resemble the typical warrior of the Indo-European world, with whom they are, of course, identified through common fighting methods.

OLARIA DE CARVALHAL DA LOUÇA

UMA INDÚSTRIA ARTESANAL EM EXTINÇÃO

POR

Flávio Ribeiro (*)

e

Ivo Domingues (*)

Este pequeno estudo sobre a olaria de Carvalho da Louça não tem qualquer pretensão de exaustividade. Trata-se simplesmente de dar a conhecer alguns aspectos relacionados com esta actividade artesanal, a qual assumiu foro de grande importância, constituindo, em termos de ocupação activa, o principal sector produtivo nesta aldeia, encontrando-se hoje em avançado processo de destruição e apagamento da memória de todos nós. Urge, portanto, o estudo deste património histórico-cultural em extinção, o qual reflecte um passado humano bem recente.

1. Localização geográfica

Carvalho da Louça é um lugar da freguesia de Paranhos da Beira, concelho de Seia, distrito e diocese da Guarda.

A sua origem histórica reside num pequeno casal que, no séc. XVI, era composto apenas por três habitantes ⁽¹⁾. Situa-se na vertente de um pequeno vale da ribeira do Hospital, a qual teria constituído o vector inicial de fixação destes primeiros habitantes.

(*) Profs. de História da Escola Secundária de Seia.

⁽¹⁾ *Cadastro da População do Reino de 1527*, Lisboa, 1929, p. 192.

2. A introdução da indústria oleira

Na tentativa de encontrar as origens desta indústria local, socorremo-nos das várias Corografias e Dicionários Geográficos dos sécs. XVIII, XIX e XX.

No início do séc. XVIII, a aldeia aparece-nos referenciada com o topónimo «Carvalho», integrada no vasto conjunto de lugares que constituíam a freguesia de Paranhos, sem apresentar qualquer outro tipo de informação ⁽²⁾. Em meados do mesmo século, encontramos nova referência a esta aldeia, a qual se restringe à sua integração geo-administrativa, continuando a ser evocada pelo mesmo topónimo ⁽³⁾.

Nos finais do séc. XIX, já aparecem elementos referentes a esta actividade industrial: no concelho de Seia existiriam trinta e quatro fabricantes de louça. Ora, a tradição oral só refere a existência, nesta área, de dois centros de produção de olaria: Santa Marinha, já há muito extinto, e Carvalho da Louça, pelo que uma boa parte daqueles oleiros pertenceria, certamente, a esta aldeia. Em todo o caso, a povoação continua a ser designada simplesmente por «Carvalho» ⁽⁴⁾.

Só nos princípios do séc. XX nos surge o topónimo «Carvalho da Louça», para designar a aldeia, na qual a produção oleira já deveria constituir uma actividade importante, senão dominante.

Com base nestes dados, arriscamo-nos a sugerir que a introdução desta actividade se terá processado por finais do séc. XVIII-princípios do séc. XIX, dado que a sua eventual importância nos finais deste século, pressupõe um amadurecimento técnico e uma aceitação social, como actividade produtiva.

3. Descrição e análise da olaria

O barro era adquirido no Ervedal, povoação situada a cerca de 15 Km, retirado numa barreira ao ar livre pelos oleiros e transportado em carros de bois. O seu preço rondava os quinze tostões a «carrada» pelo início deste século.

⁽²⁾ P.º António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, vol. II, cap. XVI, p. 376.

⁽³⁾ P.º Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico*, 1751, vol. II, p. 479; *id.*, *Dicionário Geográfico*, 1758, vol. 27, n.º 81, p. 422.

⁽⁴⁾ *Dicionário de Geografia Universal*, 1878, Lisboa, vol. I, p. 765.

A preparação prévia do barro era tarefa exclusiva da mulher do oleiro. Primeiramente, era amassado com os pés sobre um afloramento granítico plano, depois de se lhe ter adicionado água a fim de o «caldear» e aumentar a sua homogeneidade para, depois, fazer as «pelas» (bolas de barro). Seguidamente, estas eram «empoleiradas» (amassadas com as mãos) a fim de se lhe retirar as areias. Feito isto, as mesmas eram encaminhadas para a roda (Fig. 1).

O oleiro iniciava a sua formação técnica aprendendo a «tantear as mãos», isto é, a ganhar sensibilidade, o jeito para esticar o barro e moldar a peça, enquanto habituava o pé descalço a imprimir movimento à roda. Decorridos dois anos, período durante o qual o aprendiz aprenderia a fazer o testo, peça de mais difícil execução, estava apto a exercer a profissão. Mas, para ser considerado «artista», ou seja, criador de formas novas, tinha normalmente de passar por uma fase de maior amadurecimento técnico, que se arrastava por mais dois ou três anos.

Devido à decadência desta indústria artesanal, tivemos dificuldades em encontrar exemplares das suas produções, tendo algumas já desaparecido de todo. Assim, limitamo-nos a desenhar algumas peças e a registar as suas funções (Fig. 2).

De entre os artefactos feitos pelos oleiros, a maioria destinava-se à cozinha: a panela servia para a confecção da sopa; o caçoilo e o tacho serviam para guisados; a assadeira para assar carne e, por fim, o assador de castanhas. As outras peças destinavam-se ao armazenamento doméstico de géneros alimentares: o cântaro para a água (e transporte de vinho); o caldeirão para carne em vinha d'alhos destinada à confecção de chouriços; o garrafão para o vinho e aguardente. Como verificamos, todas estas peças têm uma função utilitária doméstica.

4. O forno

O forno era de construção grosseira e irregular. As suas paredes eram constituídas por pedras de granito revestidas a barro e a abóbada era feita também de barro, areia e pedaços de telha, uma mistura consistente, leve e de grande resistência ao calor. Tinha, em geral, capacidade para cerca de trêscentas peças, entre grandes e pequenas.

O seu espaço estrutura-se em duas partes: pisos inferior e superior (Fig. 1). No primeiro, na «boca do forno», eram colocados dez a doze molhos de lenha seca, a quantidade certa para cozer a louça sem a «enrodilhar», isto é, sem lhe provocar um excessivo minguamento seguido de deformação, ou mesmo fractura das peças. Ainda neste piso, na «cal-

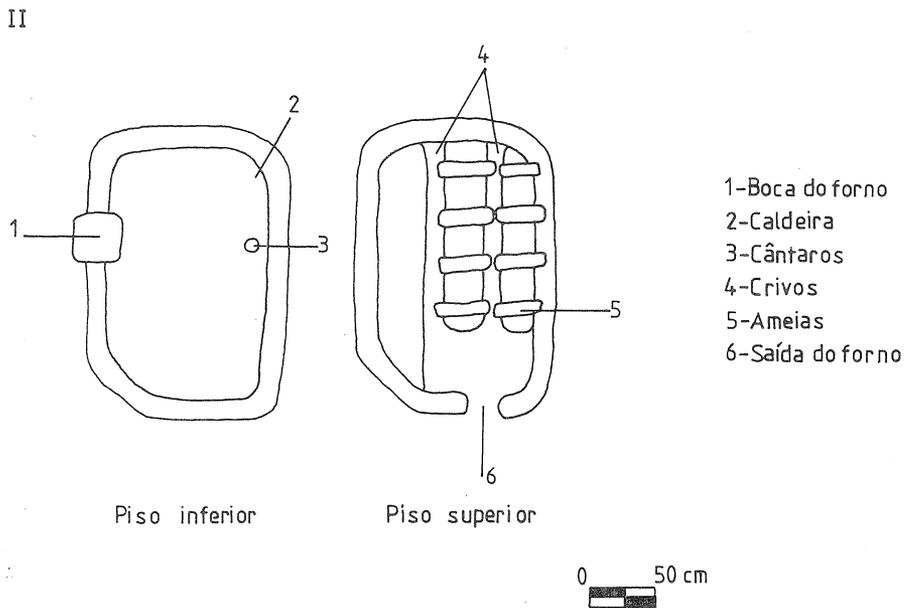
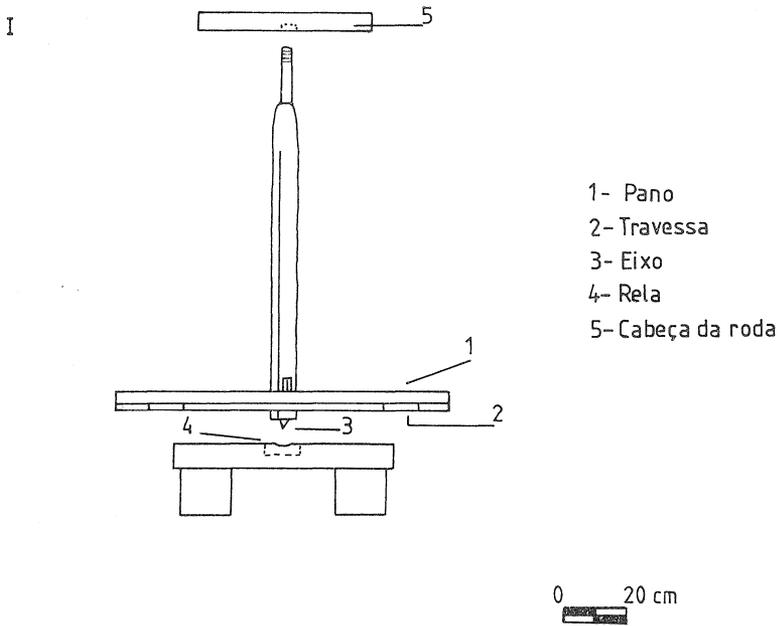
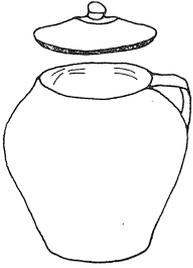


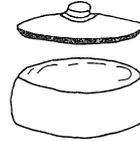
Fig. 1 — I - Roda de oleiro; II - Planta de um forno de cozer louça.



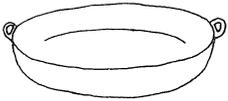
Panela



Caçoilo



Tacho



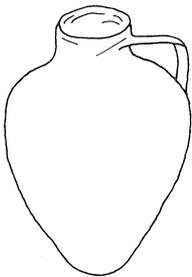
Assadeira



Tacho



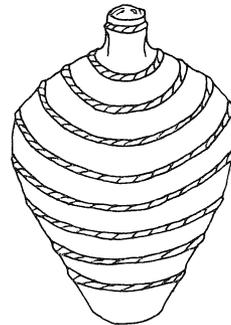
Assador
de
castanhas



Cântaro da água



Caldeirão



Garrafão

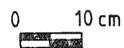


Fig. 2 — Peças de olaria de Carvalho da Louça.

deira», colocavam-se dois cântaros crus empilhados, observáveis pela boca do forno e que serviam de indicadores do estado de cozedura das peças colocadas no piso superior. Aqui, começava-se por construir o crivo, formado por grupos de quatro ou cinco telhas (imbrice) colocados com intervalos sobre travessamentos, feitos dos mesmos materiais que a abóbada e separados entre si, por onde a chama e o calor passam. Sobre estes eram empilhadas as peças, colocando-se na base as mais volumosas. A porta do forno, por onde se introduziam aquelas, era tapada com «caqueiros» (fragmentos de louça). A sua cozedura implicava a perda de cerca de 10 % do seu volume inicial.

Entre a louça, eram por vezes colocados ramos de fetos, a fim de incrustar na peça as ramagens para fins decorativos.

Nem todos os oleiros possuíam forno próprio, sendo a sua propriedade exclusiva daqueles cuja capacidade produtiva justificava a posse deste meio de produção. Em meados deste século, haveria mais de trinta oleiros e seis fornos. O oleiro que não tivesse forno, podia cozer as suas peças num forno alheio, a título gratuito, juntamente com as do proprietário, só fornecendo a lenha se tal obrigasse a uma nova fornada. Assim, a cedência não onerosa do direito de utilização do forno, revela-nos que toda a produção tinha escoamento no mercado.

5. A comercialização das peças

O seu raio de acção comercial estendia-se por uma área de cerca 30 Km, abastecendo núcleos urbanos como Canas de Senhorim, Nelas, Penalva do Castelo, Seia e Oliveira do Hospital. Chegavam a atravessar toda a serra da Estrela para atingir as povoações de Manteigas e Valhelhas, a uma distância de 40 e 50 Km, respectivamente.

O transporte era feito pelas mulheres dos oleiros e pelos «alugueres», rapazes e raparigas que se ofereciam para o fazer a troco de uma pequena remuneração. A louça era transportada à cabeça, na forma de «carrego» (quatro cântaros amarrados entre si, sobre os quais se colocavam, em roda, as outras peças de menor dimensão, também amarradas). Este transporte processava-se ao longo dos dias que precediam as feiras.

Dois oleiros chegaram a adquirir, juntando em comum a importância necessária, um cavalo e uma carroça para o transporte da louça. Mais tarde, abandonaram este meio de transporte por inviabilidade económica. Esta iniciativa foi única e breve, dado que a posse de um animal, para o utilizar como força de tracção, era incompatível com os níveis de produtividade agrícola e os rendimentos do oleiro.

6. Os oleiros e o seu enquadramento social

Os proprietários agrícolas, os criados e os oleiros constituíam a estrutura social desta aldeia. Os proprietários eram os detentores da maior parte das terras, recorriam ao serviço assalariado dos criados, recebendo o tratamento de «senhor», e ao nome das suas filhas era acrescentado o sufixo «inha».

Os oleiros, que constituíam o grosso da população activa, combinavam a exploração duma parcela de terra, própria ou arrendada, com a sua indústria artesanal, recorrendo também ao trabalho dos criados para o transporte das louças para os mercados. Esta dupla actividade produtiva tem por objectivo compensar os parcos rendimentos da olaria e evitar a venda da sua força de trabalho a outrém. Estes não gozavam da forma de tratamento de «senhor». Os seus filhos seguiam o ofício e não eram objecto de qualquer forma de tratamento diferenciada.

A escolha da noiva constitui um momento importante para a vida do jovem oleiro e este segue uma estratégia matrimonial: prefere a filha de oleiro. Esta, para além de cuidar dos trabalhos agrícolas, domésticos e familiares, podia, dado que já possuía os necessários conhecimentos técnicos, ajudar no fabrico da cerâmica.

7. O fim de uma indústria tradicional

A olaria já constituiu a forma de vida dominante desta aldeia. A sua vitalidade permitiu a alguns oleiros alargar a sua produção e comercialização, obrigando um deles, no início deste século, a adquirir uma furgoneta.

Hoje, constitui uma actividade praticamente terminada, somente existindo três fornos e três rodas, uma das quais ainda montada por carinho do proprietário.

Embora há dois anos ainda se produzisse louça, esta viragem processou-se na década de 60. As novas matérias plásticas e metálicas, a emigração, que retirou produtores especializados, e o desprezo que a nova geração vota ao ofício, determinaram a morte desta secular actividade artesanal.

Os oleiros reconhecem que ainda hoje seria rentável a produção de formas decorativas (bugingangas), mas não há quem o faça: os onze oleiros ainda vivos ultrapassam todos a faixa etária dos cinquenta anos. Portanto, estamos perante uma indústria artesanal em vias de completa extinção, a menos que alguém a proteja.

RESUMO

Carvalhal da Louça é um lugar da freguesia de Paranhos da Beira, concelho de Seia, distrito e diocese da Guarda.

A olaria, iniciada no século XVIII, constituiu, em termos de ocupação activa, a principal actividade económica, como o denuncia o seu topónimo. As tarefas do seu fabrico eram repartidas pelo oleiro e sua mulher, obrigando este a seguir uma estratégia matrimonial. Todas as peças produzidas obedeciam a uma função utilitária doméstica. A sua comercialização estendia-se por uma área de cerca de 50 km de distância sendo o seu transporte feito à cabeça. Esta actividade produtiva não lhes permitia auferir grandes rendimentos, obrigando-os a recorrer a uma agricultura de subsistência.

A olaria de Carvalhal da Louça entrou em decadência em meados deste século, em virtude da concorrência das novas matérias plásticas, da emigração e do desprezo da nova geração, encontrando-se hoje em vias de completa extinção.

SUMMARY

Carvalhal da Louça is a small village of Paranhos da Beira, council of Seia and district of Guarda. The pottery industry here started in the XVIII century and soon became the main source of economy, as it can be seen through its toponymy. The tasks involved with the manufacture of goods were shared by the potter and his wife, which influenced the former to follow a sort of matrimonial strategy. The objects produced were all for domestic and utilitarian function. Its commercialization was done within a radius of 50 km and every piece had to be carried on the head of the distributor. However, since this manufacturing activity did not bring in a great income, the potters turned to agricultural interests as means of survival.

Pottery making in Carvalhal da Louça started to decline in the middle of this century for various reasons: competition caused by the arising of plastic materials, the absence of potters due to emigration and the lack of interest shown by the new generations towards this activity. As a result, pottery making in Carvalhal da Louça is today almost extinct.

BIBLIOGRAFIA

- BIGOTE, J. Quelhas (1981) — *Monografia da Vila e Concelho de Seia* (edição do autor).
- CARDOSO, P.º Luís (1751) — *Dicionário Geográfico*, vol. II, Lisboa, Oficina Sylviana.
- (1758) — *Dicionário Geográfico*, vol. 27, n.º 81. A.N.T.T..
- «Ceia», in *Dicionário de Geografia Universal* (1878), vol. I, Lisboa, editor, David Corazzi.
- COLLAÇO, João T. Magalhães (1929) — *Cadastro da População do Reino de 1527*, Lisboa.
- COSTA, António Carvalho da (1708) — *Corografia Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes.
- GARCIA ALEN, L. (1981) — *Os oleiros*, Museu do Povo Galego.

O CASAMENTO — UM RITO DE PASSAGEM SEUS VESTÍGIOS NA REGIÃO TRASMONTANA (BRAGANÇA) (*)

POR

Belarmino Afonso (**)

1. Introdução

Cuco da ribeira, quantos anos me dás de solteira? — Eis uma pergunta que alguém lançou ao vento, com o intuito de encontrar resposta. Com poucas variantes (ribeira, carrasqueira, cerdeira), usa-se, creio, em todas as terras onde pastora ou boieira ouvia o cantar do cuco, seguido de uma cascarada de mangação.

Embora a forma feminina — *solteira* — indique que é a jovem a perguntar, também os rapazes se questionam acerca do seu futuro. É nos campos, a guardar vitelos ou noutra tarefa qualquer, que a pergunta surge, de mistura com uma risada cristalina, atirada ao ar, depois de contar as *cucadas*.

Porquê o cuco, como interveniente num aspecto tão importante da vida? Tal como o corvo, o mocho e a coruja, aves pouco simpáticas e agoirentas, tem o condão de influir no destino humano ⁽¹⁾. Paralelo ao interrogar do cuco é o hábito de atirar pedrinhas para o nicho do frontão da capela ou da igreja. O número de anos que falta para casar é igual ao número de pedras que lá conseguiu encaixar.

(*) Para a elaboração deste texto tornou-se indispensável a consulta dos trabalhos de campo dos meus alunos da Escola do Magistério Primário de Bragança (1983-84). Para eles, quase todos já professores, os meus agradecimentos.

(**) Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança.

(1) *O cuco é uma ave fálica e casamenteira*, diz Leite de Vasconcelos, in *Tradições Populares de Portugal*, p. 181.

O povo não é muito dado a abstracções, no entanto não é capaz de se desligar do aleatório, e chama frequentemente as forças ocultas a orientar e desvendar o seu destino.

Quem como nós nasceu na aldeia, é involuntariamente actor da acção que nela se desenrola no dia a dia. De criança, tomámos parte nos ritos de passagem. Vamos fixar-nos no **rito de casamento**, talvez o mais rico deles todos. A vida agrícola, necessariamente comunitária, favorecia o contacto de sexos diferentes. Também os serões e outros convívios faziam despertar sentimentos que os pais favoreciam ou contrariavam.

Surgia o namoro, mais curto ou mais longo. Os namorados encontravam-se na fonte, no fim do dia, ou então à porta da noiva, discretamente vigiados pelos seus familiares. A pastorícia e o lameiro forneciam também ocasião propícia ao encontro de ambos, assim como a missa dominical.

*Meu amor, se fores à missa,
Ajoelha-te onde eu te veja,
Para não me fazeres andar
Aos saltinhos pela igreja.*

Casamentos contrariados ou orientados não eram excepção. Inimizades familiares ou situações económicas diferentes eram entraves frequentes a dois corações que se queriam bem. Para aplanar dificuldades apareciam então as *alcoviteiras*, também conhecidas por *chegadeiras*. Uma panela de batatas, um avental ou qualquer outra peça de vestuário, recompensavam os préstimos de qualquer santinha, capaz de ser correio fácil, sem grandes alardes. Quando este correio não funcionava, uma pedra escolhida de comum acordo, servia de caixa do correio para as mensagens que um e outro lá deixavam.

O casamento é por natureza social. Mobiliza a comunidade. Anima-a. *A minha boda foi c'um três gaiteiros... um era de Moldões (Espanha), outro de Rio Mazanas (era o tio gaiteirico), e o Tio Maça, de cá (Petisqueira)*. Esta informação realça o tom festivo, mesmo em lugares pobres.

Por norma e tradição, casava-se dentro da aldeia. Servia para reforçar os laços sociais de familiares de comunidades fortemente endogâmicas. Mesmo que haja animosidades locais, elas ultrapassam-se, e um casamento surge, algumas vezes, como meio de aproximação e harmonia.

Era vista com maus olhos a quebra desse elo que fechava a comunidade numa permuta enriquecida de funções. Quando um jovem estranho à aldeia vinha namorar uma rapariga, tinha de sujeitar-se aos costumes que ninguém

podia infringir. *Quem fora da terra vai casar, ou vai enganado ou quer enganar*, é um provérbio que surgiu num contexto social propício, e que corrobora as minhas afirmações. Tinha-se como ofensa à rapaziada deixar-se ir uma rapariga para um rapaz de fora. Mas, como não há lei que não admita excepções, também a endogamia dava lugar à exogamia. Desde que se *pagassem os direitos* ou a *robra* ⁽²⁾, o rapaz podia ir ver a noiva as vezes que quisesse.

O *paga-vinho*, ainda agora em uso em muitas aldeias, era norma em todas elas, há meia centena de anos. Quando os jovens suspeitavam que uma rapariga da aldeia andava a ser cortejada, arranjavam maneira de apanhar o rival, que mais tarde ou mais cedo era levado a juízo sumário e lhe punham a alternativa: ou pagava o vinho para toda a mocidade, ou recusava, e sujeitava-se a uma punição tradicional.

Nalgumas aldeias, como em Urrós (Mogadouro), era o sino da comunidade que tocava a rebate para avisar a juventude que pássaro estranho entrara na gaiola. O infractor pagava um cântaro de vinho, ou só uma remeia, comprado na taberna da aldeia, mais os cigarros. Ouvimos dizer que na aldeia de Argozelo (Vimioso), por vezes lhe impunham a multa de pagar uma rima de pães cozidos, da altura do infractor.

Hoje que o poder de compra é fácil, parece-nos uma brincadeira, mas em tempos recuados, dar de beber a goelas ressequidas e satisfazer estômagos vazios, pesava excessivamente no orçamento parco de qualquer jovem. Tudo redundava em festa.

Em Babe (Bragança), disseram-nos, era o virar furioso do sino grande que alertava a mocidade para o galo estranho que se introduzira na capoeira. A voz autorizada do sino era corroborada pelo sopro lúgubre e penetrante do corno da vezeira, que em jeito de alarme se ouvia à distância. Imediatamente surgia o cerco da casa onde estava o intruso.

Ao tio Pepe de Rio de Onor, cubraram-le uma carga de binho..., disse-nos uma informante da Petisqueira, onde o dito Pepe veio namorar. A carga de vinho equivalia a oito cântaros, esclareceu.

Quando um maduro resolvia opor resistência, sucediam-se correrias por quintais, se tinha tempo para tal. Quando apanhado, se se mantinha na recusa, recebia o castigo frequente: mergulhar a cabeça, ou mesmo dar um banho, no tanque, quando não, em qualquer poça imunda da aldeia. Em Argozelo, mergulhavam-no no pelame, charco fétido onde curtiavam as peles. Lembre-se que era uma aldeia tradicionalmente dada a este tipo de comércio, que enraíza na colónia ou comuna judaica que ali se estabeleceu.

(2) Abade de Baçal, *Memórias*, vol. IX, p. 317.

Noutra aldeia punham-lhe um alforge de areia e obrigavam-no a passar a ribeira. Em Carrazedo (Bragança), além do banho, levava umas socadas e punham-lhe uma albarda. E quando não gostavam do rapaz, não lhe bebiam o vinho e deitavam-lho aos pés. Sanções verdadeiramente vexatórias. Numa ou noutra aldeia, o hábito de pagar o vinho modernizou-se. O juiz da mocidade escreve uma carta e entrega-a ao multado. Assim é em Lagoaça (Freixo de Espada-à-Cinta).

Ao *paga-vinho* dá-se o nome, no Pinheiro Velho (Vinhais), de *pagar o piso*. É uma expressão espanhola, comum a aldeias raianas.

Após o *paga-vinho*, o rapaz tinha permissão de namorar à porta da noiva. Mas, não fosse esquecer-se e prolongar demais o noivado. Nalgumas aldeias, se o namoro passasse além de dois meses, tinha de pagar novamente o vinho. O mesmo acontecia se os namorados se zangassem, mesmo que fosse ao fim de quinze dias de namoro.

O *paga-vinho*, embora fosse norma quando o rapaz era de fora, se da mesma terra, também o pagava, às vezes no dia a seguir ao casamento. Na aldeia de Picões (Alfândega da Fé), a mocidade, com violas, guitarras e castanholas, chegava junto da casa da noiva onde estava o noivo, e cantava:

<i>Saia cá, senhor,</i>	<i>Saia cá, ó meu senhor,</i>
<i>Saia cá, se faz favor.</i>	<i>Não esteja a demorar.</i>
<i>Está aqui a mocidade,</i>	<i>Logo que chegue à taberna,</i>
<i>Quer falar com o senhor.</i>	<i>O vinho tem que pagar.</i>

Se o rapaz aceitasse o convite, iam à taberna, e a primeira caneca de vinho era mandada a casa da noiva. Se recusasse, mergulhavam-no na poça.

O *paga-vinho* não constituía apenas uma multa e conseqüente aquisição de um direito. Revelava também a maioridade moral do jovem, que era capaz de aguentar uma despesa, paga com o seu dinheiro. Norma de convivência, respondia a diversas necessidades da comunidade. Momento de alegria e comentários, despertava a veia poética ou satírica dos presentes.

A esta regra tradicional fugiam os casamentos dos velhos ou viúvos. Não se via com bons olhos que a mulher casasse de novo. A tradição impunha-lhe que continuasse a vestir de negro, ou então, que o aliviasse muito pouco. Viúvo ou viúva que se casassem contra o sentir da comunidade, estavam sujeitos à *chocalhada*. O mesmo acontecia, quando o casadoiro fosse já entrado na idade. Noiva velha ou viúva, casava quase sempre em segredo, de manhã cedo, sem grandes pompas, ou mesmo de noite. Quando assim acontecia, não faltavam as sátiras e o barulho das ditas *chocalhadas*.

2. O pedido de casamento

Pedir a mão é uma expressão simbólica. Significa que tudo ia bem, e que o casamento não tardaria. No dia aprazado, o rapaz (noivo) e uma pessoa grada da terra dirigiam-se a casa da noiva, à noite. Noutras aldeias ia o rapaz, a mãe e o pai do noivo.

Naturalidade artificial, uma tossidela, um mexer de pés, para dar sinal de que alguém vai entrar, ou então umas pancadas na porta. Lá dentro respondia o tradicional: *entre, quem é?* A noiva retirava-se envergonhada e, bem perto da lareira, onde todos se encontravam, ouvia a conversa. Fazendo-se de novas, o futuro sogro perguntava ao que vinham. A resposta surgia enroupada naquelas palavras graves, tradicionais, em tom solene, ditas pelo acompanhante do noivo.

A simplicidade aldeã anda de mãos dadas com uma ironia fina que satiriza os mais simples pormenores. Os trabalhos comunitários da ceifa, azeitona, eiras, vindima, constituíam ambiente propício para uma sobremesa divertida de crítica social. Em Coelhoso (Bragança) corre um pedido de casamento, algo poético, na forma:

*Ao que venho, venho.
Ao que venho, digo:
Pedir sua filha
P'ra casar comigo.*

O pai da noiva respondia:

— *Se te serve, leva-la. Se não te serve, deixa-la.*

Em Babe (Bragança), existe também uma fórmula mais ou menos vulgarizada:

Noivo:

— *Eu vinha a pedir a vossa filha em casamento, se for da vossa vontade.*

Pai da noiva:

— *E então vós já tendes isso combinado?*

Noivo:

— *Naturalmente...*

Pai da noiva:

— *Mas ela inda é nova...*

Noivo:

— *Assim é que as manda gastar o médico.*

Em Seixo de Manhoses (Vila Flor) o pedido de casamento era feito durante a ceia, que metia as seguintes iguarias: batatas assadas, com pimento, alho e azeitonas. Como bebida, a água-pé, servida pela noiva.

Em certas aldeias, só a partir do pedido de casamento é que se podia namorar à porta. O disfarce para namorar desaparecia, e o par aproveitava todos os momentos, na fonte e no baile, para namorar. Em Lagoaça a noiva só ia a casa do noivo um dia antes do casamento.

A *casona* assumia maior responsabilidade moral e material. Embora o enxoval não enchesse muitas arcas, sempre era preciso preparar uns lençóis e umas mantas que a mãe ajudava a arranjar. Bordaduras a ponto cruz ou toalhas de linho pintadas com tinta da China, era luxo pouco vulgar em *casões* de bota grossa, cardada, xale, lenço e sapatos com salto de prateleira.

Escolhiam-se algumas galinhas ou patos, com o intuito de melhorar a refeição do dia do casamento. Após o pedido, o casamento demorava no máximo três meses, mas o normal seria um mês. Surgia o convite para o casamento. Neste aspecto há muita diversidade. Em Varge (Bragança) o convite era feito três dias antes da boda, a fio. Na aldeia de Coelhooso (Bragança), os noivos iam na véspera fazer os convites a toda a gente, e ofereciam amêndoas. Em Lagoaça faziam-se os convites uma semana ou duas antes do casamento. O noivo e a noiva, independentemente, fazia cada um os seus convites. Para isso começava cada um em sua extremidade da aldeia.

Embora o convite se fizesse sem intuito de que algo viesse, não é de descurar esse aspecto. Em famílias pobres, um tacho que fosse, dava jeito. Em terras de Vinhais, por exemplo, em Pinheiro Velho, os convidados ofereciam roçadas de linho. Uma arca de pinho, em famílias pobres, guardava o enxoval: lençóis, mantas, duas toalhas. No *almário* arrumavam-se: azeiteira de lata, duas malgas, dois garfos de ferro, uma caneca de barro, duas panelas de ferro. O colchão, cheio de palha centeia, era de estopa, e assentava sobre uns bancos de madeira, ou simples camas de ferro. De pais pobres fraca prenda havia a esperar. Mesmo assim, repartia-se o pouco que havia.

Na aldeia de Argana (Lamalonga, Macedo de Cavaleiros), as mães não queriam que as filhas bailassem, e davam como desculpa que rompiam as sandálias! No entanto, quando vinha o casamento, para começo de vida, davam: três ou quatro pratos, duas ou três tigelas, uma cama de roupa (dois cobertores, um ou dois lençóis de linho). Era este o enxoval que a noiva levava.

Além destas prendas, havia as ofertas mútuas dos noivos. Em Vale d'Asnes (Mirandela), o noivo oferecia à noiva o véu. A noiva oferecia-lhe a camisa. Em Lagoaça, a noiva, na véspera do casamento, ia a casa do noivo

e levava-lhe umas meias, umas ceroulas de nastro, e uma camisa branca, peças que seriam utilizadas no dia do casamento.

3. O dia do casamento

Cada um dos *casões prepara-se* (veste-se) em sua casa. Enquanto os noivos se vestiam, era hábito dar a *parva* ou o *mordico*. Era uma leve refeição que constava de pão com queijo, doces, tremoços.

O ajudar a vestir a noiva, mais que um acto banal, constituía quase um rito. Essa honra pertencia à madrinha do casamento. A noiva devia levar uma peça de roupa azul, já usada por ela, assim como algum dinheiro, escondido, porque *dinheiro traz dinheiro*, e dá sorte. Ritos de passagem, sejam quais forem, exigem sempre o recurso ao sobrenatural, para que as forças ocultas não perturbem, se malélicas, o decurso dos acontecimentos. O dinheiro a que me referi era colocado dentro de uma bolsinha, no seio, ou num pé, dentro da meia ⁽³⁾. Em substituição do dinheiro, a madrinha colocava, algumas vezes, um *saquinho de sal*.

Em Gondesende a madrinha, enquanto ajudava a noiva a vestir-se, colocava-lhe um fio de lã de ovelha à cinta ⁽⁴⁾, e dizia a seguinte oração:

*Santa Libana, vou a casar.
Estou solteira, não quero quedar.
Em honra de Deus e da Virgem Maria,
Um Pai-Nosso e uma Ave-Maria* ⁽⁵⁾.

Terminada a prece, rezavam então, madrinha e noiva, o Pai-Nosso e a Ave-Maria. Em Vilar dos Peregrinos (Vinhais), a madrinha do casamento apertava um fio de anho por cima do saiote, para dar felicidade. Em Parada (Bragança), a madrinha aconselhava a noiva a meter no fundo da arca do enxoval um *canjato* (bolo doce em forma de C) para que não terminasse o pão da boda.

Em tempos de penúria, o labor de cada dia mal dava para comer, quanto mais para vestir bem, mesmo que fosse no dia da boda. Lavadinhos sim, mas simples. A noiva vestia saia e blusa, com xale e lenço, a con-

⁽³⁾ Havia este uso em Felgueiras (Moncorvo).

⁽⁴⁾ O barço representava uma alusão à *zona virginali* de Juno, protectora dos casamentos. Vide, Abade de Baçal, *Memórias*, vol. IX, p. 320.

⁽⁵⁾ Abade de Baçal, *op. cit.*, p. 320.

dizer ⁽⁶⁾. O noivo não ia além das botas novas de cabedal, casaco e colete, e chapéu. A modéstia no vestir, principalmente na noiva, era observada com rigor. Em Coelhooso (Bragança), uma jovem noiva lá pensou que pareceria mais bonito e original, se fosse para a igreja sem lenço na cabeça. Quem não gostou foi o noivo que, ao ver que a moça era motivo de reparo para todos, lhe segreda ao ouvido: — *Ó rapariga, vai já pôr-me um lenço nessa cabeça, pois p'ra mim, ver uma mulher sem lenço é como ver uma burra sem cabeçada.*

Todas as sociedades, desde as mais evoluídas às mais arcaicas, criaram tabus, que condicionam o comportamento da mesma sociedade. Era norma que fosse o noivo o primeiro a chegar à igreja. A noiva não se devia deixar ver pelo noivo a partir da meia noite anterior ao dia do casamento, até ao momento de casar ⁽⁷⁾. Cada um chegava à igreja acompanhado dos seus convidados, mas também aparecem casos em que o cortejo nupcial partia de casa da noiva. Os padrinhos eram os da *pia*, isto é, os do baptizado, a não ser que motivo de força maior impedisse tal uso.

Não fizemos referência à *leitura dos banhos*, recomendados e exigidos canonicamente durante três domingos, ou dias de afluência de povo, antes do casamento, por ser norma em todas as regiões. Era regra, nesses dias, os noivos não irem à missa, por vergonha. Em Alfaião (Bragança), quando o padre terminava a leitura dos banhos, o povo respondia: — *Que Deus t'ajude.*

Por não oferecer grandes variantes, omitimos a cerimónia religiosa dentro da igreja. Vamos acompanhar os noivos já no adro, após o casamento. Mesmo os mais ronceiros, a quem a cerimónia religiosa não interessou, agora despertam. Esticam o pescoço e prestam atenção a um certo alvoroço.

Em Babe (Bragança), logo que a cerimónia religiosa termina, jovens e crianças colocam-se em duas filas nas escadas que levam à porta principal. Com fios de ouro, cordões, ou até uma simples vide, fazem os *laços*. Cada um pega por sua extremidade, e impedem a passagem dos noivos e padrinhos.

⁽⁶⁾ Em Carviçais (Moncorvo), a noiva levava um ramo de flores brancas na mão direita, como sinal de virgindade. Se o não fosse e levasse o ramo, sujeitava-se a um vexame da parte da comunidade, que considerava abusivo usar tal insígnia. Em Paradinha Nova (Bragança), a noiva, no fim da missa, ia colocar o ramo no altar de Nossa Senhora. Se este não se segurasse de pé, é porque a noiva não era virgem. Não era *boa rês*, como disse a informadora.

⁽⁷⁾ Em Seixo de Manhoses (Vila Flor), diz-se que se o noivo visse a noiva antes da hora do casamento, no fim da vida ficaria cega.

O primeiro laço é feito pelos mordomos de Santo Estêvão ou Festas dos Rapazes. É desempenhado (pago) pelo padrinho. O segundo laço fazem-no as mordomas de Nossa Senhora do Rosário, e é desempenhado pela madrinha. É curioso este laço na sua forma: um rectângulo, feito com ripinhas de madeira, recobertas por fitas ou laços, azuis e brancos. Dentro da moldura desse rectângulo estão as iniciais do noivo e da noiva. Todo este conjunto é adornado com o oiro pertencente a Nossa Senhora do Rosário. Por este motivo o produto da oferta que a madrinha dá, é agora para Nossa Senhora, assim como o primeiro laço foi para as Festas de Santo Estêvão. Regra geral, todos os mordomos de cada altar ou imagem, põem o seu laço. Os laços que se seguem são para os particulares. Quando os noivos chegavam à porta da casa da noiva, lá estava de novo o laço de Nossa Senhora do Rosário, seguro pelas duas mordomas, enquanto dois cantores ou cantoras cantam as *loas*. Depois de cantar, os noivos passavam por baixo do arco e entram na casa da noiva.

Em Paçó (Rio Frio, Bragança), *cantava-se o ramo*, antes do casamento religioso. Era a despedida de solteiros. À saída da igreja também nesta aldeia se colocava a *talanqueira* feita pelas zeladoras de Nossa Senhora. Desempenhavam-na os padrinhos do casamento. Mais à frente estava a *talanqueira dos solteiros*. Era o noivo que a desempenhava. Feita por dois fios de ouro, unidos um ao outro, com ela se obstruía a passagem da rua. A terceira *talanqueira* pertencia aos casados, e desempenhavam-na os *casões* (os noivos). Com a dádiva por eles oferecida comprava-se uma remeia (6,5 litros) de vinho.

A expressão *desempenhar*, usada nalgumas terras, pode referir-se ao contrato matrimonial que algumas sociedades realizavam *por serviço* ou *por estipulação* ⁽⁸⁾, onde o noivo tinha de arranjar meios para adquirir a noiva ⁽⁹⁾.

Laços, talanqueiras, trilhagens, tranca-ruas ou *arco de andar*, são expressões sinónimas. Este último nome, usado em Vilar dos Peregrinos (Vinhais), referia-se aos mesmos laços ou arcos, feitos de lenços e oiro, e acompanhavam os noivos da igreja até à casa da noiva. Quantos mais arcos

⁽⁸⁾ Berando Bernardi, *Introdução aos estudos etno-antropológicos*, p. 275.

⁽⁹⁾ Por informação escrita, depois pessoalmente confirmada, soubemos que em Constantim (Miranda do Douro), ainda hoje, os rapazes, pela noite, fazem uma *rastrina* (rasteira) de palha, desde a casa do noivo à da noiva. Isto acontecia, quando os namorados eram apanhados em cenas mais atrevidas, e então a comunidade fazia-lhes a *rastrina*, para que apressassem o casamento e não andassem a fazer fraca figura. Carmelo Tolosana, em *Antropologia de Galícia*, p. 79, refere o mesmo hábito.

tivessem da igreja até casa da noiva, maior honra se prestava aos noivos ⁽¹⁰⁾.

Na Matela (Vimioso), um arco feito de silvas ou vergôntea, recoberto de flores, esperava os noivos. As moças que o seguravam, diziam-lhes:

*Venham debaixo do arco,
Se é da vossa vontade.
Em nossa companhia venha
A Santíssima Trindade.*

Pelo caminho apareciam pessoas que lhes ofereciam ramos feitos com roscas e rosquilhos. Quando havia luto num dos noivos, o ramo levava uma fita preta com a seguinte quadra:

*O luto que o ramo leva,
Ninguém o deve estranhar.
É o luto do seu pai (ou mãe)
Por não os vir a acompanhar.*

Cada ramo oferecido tinha de ser cantado, com quadras apropriadas. Esta que transcrevemos, é a mais comum, e existe noutras aldeias, com pequenas variantes.

*Pare o acompanhamento,
Como a terra pára no chão.
Quero dar este ramo
A quem vem de dar a mão.*

Nesta aldeia de que vimos falando — Matela —, havia uma senhora conhecida por *esquerda*. Casou um filho e alguém inventou a seguinte quadra, tirando efeito cómico com o jogo de palavras:

*Aceita com a mão direita
Esta pequena lembrança.
Mas olha que a esquerda tem
Para ti muita importância.*

⁽¹⁰⁾ Curiosa a talanqueira ainda em uso na aldeia de Saldanha (Mogadouro). A meio do caminho, entre a igreja e a casa dos noivos, no regresso, aparecia uma cena cómica, onde entravam os seguintes personagens: soldados de armas na mão, que intimavam o cortejo a parar; um bobo, que levava um burro preso a uma carroça; uma espécie de fiscal, que escrevia a sentença ou multa a aplicar aos noivos. Esta talanqueira é comum ainda hoje noutras aldeias daquela zona, como seja, Vilariga, Castanheira, Valcerto.

O cortejo, com a participação de quase toda a aldeia, e com todo este jogo cénico à mistura, vai chegando ao fim. As *talanqueiras*, as *trancas*, ou os *laços* são termos quase sinónimos. Fingem uma oposição à saída. Indicam uma paragem. Exigem uma contrapartida, um contributo, pecuniário ou em géneros, que vem dos noivos ou dos padrinhos. Na nossa aldeia, Castro Vicente (Mogadouro), surgiu ou existia um hábito que resultava em economia para os padrinhos. Estes, ao sair da igreja, atiravam ao ar uma mancheia de trocos, e era de ver a garotada, enovelando-se a ver o que mais apanhava. A este gesto de atirar dinheiro ao ar, chamam em Vila Flor, *atirar à rebantina*.

«No meu casamento num houve amêndoas. Cumpremos uma arroba de figos e demos binho a toda a gente...», disse-nos uma informadora da Petisqueira.

Como veremos, uma literatura própria surgiu de todos estes ritos. A poesia expressa nas *loas* ou *loias* (como se diz em S. Pedro Velho, Mirandela), acompanhava-os, necessariamente. Nos hábitos descritos nota-se um fundo cultural comum. As variantes que aparecem, são uma consequência natural da evolução e criatividade dos actores que era quase toda a comunidade.

Em Vilar dos Peregrinos e S. Pedro Velho, as *talanqueiras* faziam-se com objectos que aludiam à profissão de cada um dos noivos. Se ele era lavrador, colocavam um arado, grade ou carro de bois. Se a noiva era costureira, um açafate, uma tesoura, dedal e agulha, colocados sobre uma cadeira coberta com uma colcha, denunciavam a sua profissão.

Se o povo é poeta, nas situações mais simples, ou mais trágicas da vida, com muito mais razão no rito do casamento, onde alegria e abundância criavam uma euforia propícia à música e à poesia. A novidade, associada à solenidade dos actos mais simples, mesmo que repetitivos, encontramos-na nas *loas*, que incluímos no fim deste trabalho.

*O padrinho e a madrinha,
Cheguem-se cá para a dianteira.
Venham desempenhar o laço
Qu' stá na talanqueira.*

4. Rapto da noiva. Crítica e prestígio social

Este uso era comum a várias sociedades. A história clássica romana refere-nos o rapto das Sabinas. Rómulo, com falta de população, quis remediar o facto, organizando jogos em honra de Neptuno. Assim conseguiu

atrair os povos vizinhos, entre os quais estavam os Sabinos. Os jovens romanos raptaram-lhes as mulheres.

O rapto da noiva constituía já um impedimento dirimente no antigo direito canónico ⁽¹¹⁾. A simulação de rapto ainda existe nalgumas aldeias. Citemos o costume na aldeia de Palaçoulo (Miranda do Douro). Um grupo de mulheres casadas juntava-se ao pé de uma casa onde iria passar o cortejo nupcial. Quando viam que o noivo estava distraído, raptavam-na para dentro dessa casa. Para a reaver tinha o noivo de pagar uma quantia simbólica.

A *chocalhada* está ainda viva nas nossas aldeias. É um momento de censura colectiva, que gira à volta dos casamentos. Em Palaçoulo era organizada pela mocidade, com a participação dos casados e garotio. Fazia-se a altas horas da noite, ou mesmo já quase de madrugada. Razões para tal? Casamento de viúva que não tendo ainda terminado o luto, se juntava com algum sujeito. Também se faz a *chocalhada* aos noivos que não pagaram o vinho (em Palaçoulo). Compunha-se de diversos chocalhos e campainhas, panelas, tampas de panelas e outros latos. Esta orquestra improvisada reunia-se na praça da aldeia e percorria as ruas para alertar. Dirigia-se depois à porta dos infractores, e besuntavam-lhes a porta da casa com tinta ou barro. Só quando os noivos em dívida saíam à janela e se resolviam a pagar, é que terminava a *chocalhada*.

Lembramo-nos de uma *chocalhada* na nossa aldeia, em Castro Vicente, quando um pedinte, chamado Ricardo, pobre, apareceu na aldeia com uma companheira, tão pobre ou mais do que ele. A aldeia animou-se, deu vivas ao senhor Ricardo e mais à sua Senhora, e levantou-lhe uma bandeira à porta, como era uso só nos casamentos ricos.

Algo parecido com a *chocalhada* era o *tocar o lato*. Num casamento a que assistimos, em Freixo de Espada-à-Cinta, no regresso para casa da noiva, ao passar em frente de certa casa, ouvimos um tocar de lato. Perguntámos ao sacristão o motivo de tal música. Respondeu-nos que se tratava de uma rapariga amuada, e que assim mostrava o seu desagrado ao noivo que a trocou por outra.

⁽¹¹⁾ *Não pode casar com mulher furtada o homem que a furtou. Vide, Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 108; Constituições Sinodais de Braga, 1697, p. 135. Nos forais de Junqueira e Santa Cruz, concedidos respectivamente em 1202 e 1225, falava-se no rapto. Vide Abade de Baçal vol. IV, pp. 161 e 427. — Também Viterbo no seu *Elucidário*, se refere ao *rauso* como um hábito medieval do roubo de alguma filha que vive com seus pais, curadores, ou parentes, e que violentamente he conduzida de um lugar a outro...*

Em terras de Miranda chamavam à *chocalhada* outro nome. Era a *ferrunfunfada*.

A comunidade era contundente nas críticas sociais. Ainda hoje, nos arredores de Bragança, em Aveleda e Sacóias, nos colóquios realizados pelo Natal, saem a lume os defeitos mais notórios dos indivíduos da comunidade. O casamento não fugia a essa regra. Em Paçó de Rio Frio, quando se sabia que a noiva era mal comportada, os jovens, pela calada da noite, iam colocar uns cornos de carneiro, pendurados por cima da porta. Facto idêntico acontecia na aldeia de Campo de Víboras (Vimioso). Havia no adro da igreja uma árvore, uma acácia. Quando a noiva tinha mazelas morais, enquanto o casamento se realizava na igreja, alguém se encarregava de pendurar na acácia a *armação* do carneiro. Quando saíam da igreja, o olhar dos noivos diriga-se discreta e instintivamente para a dita acácia, a que poderíamos chamar a árvore da vergonha.

Correr a rosca. Sem ser exclusivo, era um hábito muito comum a terras de Miranda. Era uma forma de animação, e trazia prestígio social ao vencedor. Em Palaçoulo, no dia do *paga-vinho*, o segundo a seguir ao dia da boda, da parte de tarde, trazia-se a rosca (pão trigo, redondo, furado no centro) e colocava-se sobre um tapete de lã, sobre uma cadeira. Corriam dois a dois, para ver qual saía vencedor. Também entravam os casados. Ganhava a rosca quem vencesse a corrida três vezes seguidas ⁽¹²⁾.

Em Lagarelhos (Vinhais), à corrida da rosca só assistiam os noivos e convidados. Ali, a rosca era sustentada na mão. Os concorrentes dividiam-se em grupos, conforme as idades. O mais veloz era o que ficava com a rosca.

No meio de alegria esfusiante e da animação geral, estes concursos pedestres preparavam também o organismo para o baile que, geralmente, ocupava a parte final do dia, incluindo ainda a noite. A desidratação causada pelo esforço físico abria o apetite para uns copos de vinho e demais alimentação.

5. Noite de núpcias e brincadeiras

Em certas aldeias, os noivos abriam o baile com que terminava o dia do casamento. Eram obrigados a estar até ao fim. Noutras, podiam ausen-

⁽¹²⁾ Na aldeia de Picões (Alfândega da Fé), no dia a seguir ao do casamento, os noivos *distribuem a carotcha*. Eram bandejas de doces e tremoços levados a casa dos familiares dos noivos.

tar-se logo que o desejassem. Pela noite dentro iam fazer-lhes uma chocalhada à porta de casa. Por vezes subiam para o telhado da casa, ou iam para a loja, e comentavam com ditos apropriados à noite de núpcias. Em Quintela de Lapaças (Bragança), não podiam os noivos dormir juntos na primeira noite. A noiva dormia com a mãe, para esta lhe explicar certas regras matrimoniais. Em Vale d'Asnes (Mirandela), dormiam a primeira noite na cama de solteira da noiva.

Em Bragança, a cama dos noivos era feita por uma mulher casada e uma jovem. Em Seixo de Manhoses (Vila Flor), a cama nupcial era feita pela conselheira e pela mãe da noiva. A mulher casada que ajudava a fazer a cama devia dar-se bem com o seu marido. Em Mogadouro, o último a apagar a candeia era o que morria primeiro, dizia-se. Proibições moralísticas de uma sociedade profundamente respeitadora de uma ética tradicional.

Voltando de novo à palavra *conselheiros*, apenas encontrámos uma referência explícita, em Seixo de Manhoses. O rapaz devia ter um conselheiro, e a rapariga, uma conselheira. Esta ensinava à noiva como comportar-se com o noivo na noite nupcial, mesmo que já não fosse virgem. Por isso aconselhava-a a casar no período das regras. Também se encarregava de arranjar e conservar as flores para o arco, sem a noiva saber. Conserva-as durante três meses, em açúcar escuro, derretido em água. Quando este segredo não é guardado, contam-se as infelicidades e acidentes que aconteceram ao futuro casal. Também era a *conselheira* que dava o último banho de solteira à noiva.

6. Simbologia e frutos agrícolas no casamento. O carro de bois

À saída da porta principal da igreja, estavam duas ou três raparigas, amigas ou primas, para cantarem os ramos. Estes eram constituídos por uma armação em forma de losango de madeira, com um pé. Tudo era revestido de papel branco. Esta armação era enfeitada com os tradicionais roscos, bolachas e outros bolos, frutas, como laranjas e maçãs. Na extremidade superior era colocado um pão de ló, enfeitado com uma laranja, espetada num pauzinho afiado, e enfeitada com uma fita em forma de laço, de ponta comprida, a esvoaçar ⁽¹³⁾.

⁽¹³⁾ Excerto de um trabalho de campo, feito por Isabel Maria Domingues Ferreira, de Palaçoulo.

Foi assim que uma aluna descreveu um ramo usado na aldeia de Palaçoulo. O uso do ramo é frequente, ainda hoje, em festas pascais e natalícias. Os doces apresentam figuras diversas, desde as antropomórficas, às zoomórficas e até fálicas. Estamos a lembrar-nos de um ramo monumental, que pesaria mais de cinquenta quilos, numa festa de Outeiro, em princípios de Janeiro.

Em todos os ramos aparecem quase sempre os mesmos frutos: maçãs, laranjas, nozes. A maçã ainda se pode explicar pela sua abundância nestas terras ⁽¹⁴⁾. O mesmo não acontece com a laranja ⁽¹⁵⁾. O recurso a este fruto, estranho a esta região, só pode explicar-se por razões simbólicas. Contém ou simboliza a fecundidade, expressa nas sementes que encerra. Também o trigo ou o arroz, é lançado como homenagem aos noivos, e também às imagens dos santos, durante as procissões. No regresso da igreja, mulheres colocam-se de malga de barro na mão, e atiram com punhadinhos de trigo aos noivos e demais acompanhamento. O trigo é como se fosse *um presente dos deuses, ligado ao dom da vida* ⁽¹⁶⁾. A teologia cristã, pela voz de S. João, transmite ao tema pré-cristão a semente da imortalidade ⁽¹⁷⁾.

Entre os gregos e os romanos, os sacerdotes espalhavam trigo ou farinha sobre a cabeça das vítimas, antes de as imolar.

Os tremoços bem curados tornavam o casal feliz. Se estivessem amargos, era sinal de infelicidade. Assim, dizia-se em Pinelo (Vimioso): — *Ides-vos dar bem*, ou *ides-vos dar mal*, conforme estivessem bem ou mal curados. A sua presença é quase sempre obrigatória, tanto em baptizados como em casamentos. É peguilho obrigatório antes da refeição principal, acompanhados de uns doces e copos de vinho. Sujeitos à maldição divina, como reza a lenda, de jamais saciarem quem os come, por terem revelado, secos, com aquele som de ruge-ruge, a fuga de Nossa Senhora para o Egipto aos seus perseguidores. Nunca tiram o lugar à abundância pantagruélica das refeições festivas.

⁽¹⁴⁾ Aqui não será a maçã da discórdia ou desobediência, mas sim *um fruto de magia e de revelação* que favorece a juventude e a renovação contínua. *Vide, Dictionnaire des Symboles.*

⁽¹⁵⁾ *Em S. Tiago da Cruz, no Minho, penduram no arco um limão e uma maçã: a noiva pega no limão e o noivo na maçã, trocando em seguida entre si os frutos. Vide, Leite de Vasconcelos, Tradições populares de Portugal, p. 249.*

⁽¹⁶⁾ *Entre os gregos e os romanos, os sacerdotes espalhavam trigo ou farinha sobre a cabeça das vítimas antes de as imolar. — Vide, Dictionnaire des Symboles.*

⁽¹⁷⁾ S. João, 12, 23-25.

O bolo dos noivos e a sua oferta ou partilha pelos circunstantes, é facto generalizado. Todo o cerimonial do casamento tem raízes, quando não pré-históricas, pelo menos clássicas. Noivo e noiva, na Roma clássica, diante do altar dos Penates, comiam o bolo de farinha flor. Com a cerimónia de partir e comer o bolo em comum, ficaram associados no mesmo culto ⁽¹⁸⁾.

O carro de bois. No princípio do século era comum em todo o distrito de Bragança, enfeitar um carro de bois com colchas e flores para irem esperar ou levar os noivos. Na Matela (Vimioso), quando da torna-boda, os rapazes da terra do noivo enfeitavam um carro com *cobertas, fitas e flores*, e iam com ele à espera dos noivos, quando vinham do civil. Na Pestisqueira (Bragança), quando os noivos vinham do civil, colocavam dois molhos de silvas, um em cada entrada da aldeia. Noutra aldeia do concelho de Mogadouro, iam esperar os noivos ao caminho da terra para onde iam viver (geralmente a terra do noivo). Levavam um carro de bois enfeitado com heras e flores. O tocador dos bois, a que se chamava *chamador*, era o rapaz mais bonito da aldeia. O uso do carro era mais frequente quando os noivos eram de terras diferentes, e usava-se para ir buscar ou esperar a noiva. Na aldeia espanhola de Rio Manzanás, vizinha de Guadramil, ainda vigora o hábito do carro, mas puxado por rapazes.

Em Salsas (Bragança), *se a noiva era de outra aldeia, o povo da aldeia do noivo enfeitava um carro de bois com cobertas e flores, e os bois com laçarotes e campainhas, e iam três moças vestidas de lavradeiras, à frente dos bois. Estes vinham dentro do carro, e os acompanhantes a pé, e iam todos para casa dos pais do noivo e fazia-se a torna-boda...*

7. Literatura, filosofia e casamento

Por bem menos o povo anónimo criou literatura. Sendo o casamento um rito de agregação de extrema importância em todas as sociedades, não é de admirar que a seu pretexto tivesse surgido um florilégio rico, nas suas mais variadas formas.

Embora a lei canónica ou civil não proíba o casar mais do que uma vez, o costume vai contra essa norma jurídica positiva: — *O primeiro*

⁽¹⁸⁾ *Sebenta de História da Civilização Romana*, p. 337; Abade de Baçal, vol. IX, p. 319.

casamento fá-lo Deus; o segundo mandou-o fazer; o terceiro, Deus não quis saber.

Os provérbios constituem uma amostra representativa do pensar das gentes sobre este acontecimento social. Nem todos os meses eram bons para casar. *Quem casa em Agosto, casa na flôr do rosto.* O mesmo era dizer, que casar neste mês, indicava pouca duração de vida.

A dinâmica da época não poupa os hábitos mais cristalizados. Presentemente, a maior parte dos casamentos faz-se em Agosto. São os emigrantes que motivam essa alteração, por causa das férias que gozam naquele mês.

O mês de Março era o dos preguiçosos, porque *bodas em Março é sinal de madraço.*

No tempo das saias até ao tornozelo, aceitava-se plenamente este conselho: — *A perna até ao joelho é para quem a quiser ver; do joelho para cima, de quem a merecer.* Dentro dos presentes, que já atrás aflorámos, está a roca, o linho ou a lã. Por isso, na Cisterna (Vinhais) se dizia:

*Senhora esposa, tome lá esta rocada
Que não é dada, é emprestada.*

Creio que a última parte do dueto se deve referir à oferta mútua. Quem presentes dá, presentes há-de receber. Isto se exprime naqueloutro provérbio: — *Mãos que não dais, por que esperais?*

Não focamos o problema da residência dos noivos, mas ele aparece aqui, neste provérbio:— *P'ra onde vais, mulher? P'ra onde meu home quiser* (Soutelo e Meixedo, Bragança).

Ficar para tia, era vexatório. Como conforto para alguém que ia desesperando, aí temos: — *Se queres casar, não desesperes. Quando nasceu uma sapa nasceu também um sapo. Ninguém fica sem casar. Se não é com quer, é com quem calhar* (Seixo de Manhoses).

Na aldeia da Matela diz-se:

*Na terça e na sexta,
Não tua teia urdas;
Não tua pita botes,
Nem tua filha cases.*

Para os romanos havia os dias nefastos, proibitivos, porque traziam má sorte, e os fastos, propícios aos deuses. Daí que tivesse surgido o

aforismo: — *Não cases a tua filha nem à terça, nem à sexta, nem urdas a tua teia. À sexta não cases a filha nem vás à eira. E, antes de casares, olha o que fazes. Não cases à quinta, que morre o galo e fica a pinta, apesar de casar à quinta-feira não faz mal, porque ela aprontou o bragal.*

O casamento da gente simples era quase sempre ao domingo, não obstante o seguinte rifão: — *Quem casa em sábado, fica bem casado, ou casa em sábado sem missa, no domingo vai à missa. Antes de casares, olha o que fazes, porque casamento apressado, arrependimento demorado.* Porque a lua de mel não dura sempre, também se diz que *grande amor, grande labor, e casa, casa, que Deus dará pão; depois de casado, dará ou não.* É um chamar de atenção contra os optimismos exagerados.

Mais uma censura ao casamento de viúva. Considera-se uma falta de respeito para com a memória do marido. Para marcar bem este procedimento, nada melhor que este ditado: — *Quem tripas comeu e com viúva casou, sempre se lembra do que por lá passou. Entre mortos e casamentos não há arrendamentos,* porque, tanto um acto como outro, comprometem para toda a vida ⁽¹⁹⁾.

Nos cortejos nupciais, as melhores atenções vão para a noiva. Não admira, que *no dia da boda só a noiva é boa.* Embora a sociedade agro-pastoril viva solidariamente os grandes momentos de todos os ritos, a *bodas e baptizados ninguém vai sem ser convidado; mas a baptizados e a bodas vai a gente toda.*

Aqui fica este registo da filosofia popular, que não esgota outros aspectos que vamos focar.

Sabemos como os romanos e gregos celebravam o casamento com poesia própria. O epitalâmio era um canto nupcial entoado por um ou dois coros. Na *Iliada* refere-se um, na descrição do escudo de Aquiles (XVIII, 493) ⁽²⁰⁾. O himeneu era outra forma poética coral entoada pelo

⁽¹⁹⁾ Maria Helena da Rocha Pereira, *Hélade*, p. 34.

⁽²⁰⁾ Embora já um pouco fora do contexto, não podemos deixar de fazer referência a um rito curioso, usado noutros tempos aqui perto, em Terras de Aliste, e chamado pelo investigador, *rito mingitório*. Diz o nosso amigo Francisco Rodriguez Pascual, professor na Pontifícia Universidade de Salamanca: — *Nos encontramos ante una práctica insólita, única e quizás antiquíssima, que ha perdurado hasta nuestros mismos dias en pueblos como Carbajales, Muga, Manzanal... Consiste sustancialmente en lo que sigue. Por la tarde del dia segundo de la boda, novios y convidados se dirigen a la era municipal o al campo abierto. Allí la nueva esposa tiene que mear o hacer ademán de mear en un hoyo determinado... mientras la concurrencia la rodea y jalea el acto. Vide, Francisco Rodriguez Pascual, *El Ciclo Vital en Tierras Zamoranas*.*

cortejo da noiva, enquanto deixava a sua casa e se dirigia para a do noivo. Essa poesia clássica ficou apenas registada na respectiva literatura, embora o hábito do canto e da poesia continuem arraigados nos nossos dias. A maior parte das loas são autênticos hinos de louvor aos noivos. Em Pinelo, durante o jantar do casamento, uma prima da noiva oferecia-lhe um ramo de flores e recitava:

*Recebe, prima, este ramo,
Com alegria e contentamento.
É uma pequena lembrança
Do dia do casamento.*

O cancioneiro popular também glosou o tema casamento em diversas canções. Sem a transcrever, porque é muito vulgar, façamos referência ao *Gerinaldo*, canção da segada. Pelo seu valor humorístico e documental, e por ser menos vulgar, transcrevemos a canção d'*O Velho*:

*Olha o velho, olha o velho,
Olha o velho dos quintais!
Gosta dos figos maduros,
Depenicados dos pardais.
Olha o velho, olha o velho,
Olha o velho atrevido.
Ele disse na minha cara
Que queria casar comigo.*

*S'eu casar c'o velho, velho,
Há-de ser na condição: —
Eu dormir na cama foja,
O velho dormir no chão.
Levantei-me de manhã cedo,
Levantei-me a cozinhar.
Encontrei o velho morto
Nas pedrinhas do meu lar.
Senhor mestre sapateiro,
Vá chamar o meu vizinho,
Que vá dar os sinais,
Já morreu o meu velhinho.*

*Façam-lhe a cova bem funda,
Que dela ele não possa sair.
Ele era bẽm amiguinho
Das criadas de servir.
Das criadas de servir,
Daquelas que andam na moda.*

*É por isso qu'aparecem
Tantas crianças na roda.
Olha o velho, olha o velho,
O velho com quem casei!
Ele agora já morreu,
Viuvinha já fiquei.*

O tema expresso nesta bela canção do ciclo agro-pastoril foi também glosado por Gil Vicente. As rondas, que ainda estão na memória do povo, fizeram do tema fonte de inspiração inesgotável:

*Coitadinho de quem tem
Dois namorados numa rua.
Passa por um, diz-lhe adeus;
O outro logo amua.* (Carlão)

*Silvas há que prendem silvas,
Silvas há que amoras dão.
Uma silva nesta terra,
Prendeu meu coração.*

Estes pequenos excertos literários são aduzidos como parte de um todo que urge abarcar numa visão global. No entanto, não se dispensa o trabalho de especialistas em literatura popular.

Também nos parece indispensável, após esse levantamento geral, fazer o confronto das produções de cada região do distrito de Bragança. Temos sentido, em trabalhos similares, as marcas pessoais de uma comunidade rural e pastoril que se afirmou de um modo muito próprio, ao longo da sua história.

É tempo de chegar ao fim. Sem possibilidade de captar os diferentes aspectos que o tema reveste em todas as aldeias, serve este trabalho de sondagem, para realçar a importância de um rito que presentemente vive em época de mudança.

Agora, o casamento faz-se num santuário, e menos na igreja da aldeia. As talanqueiras foram, ou vão sendo substituídas pelos leilões do ramo, da gravata do noivo, ou do sapato da noiva, apregoados no fim do copo-d'água, servido no restaurante. As *loas*, envergonhadas, desapareceram.

Lá se vai todo um passado milenar, enterrado no anonimato urbano de factos que não são históricos nem culturais. Que este pequeno trabalho contribua para salvar do esquecimento a memória e identidade de um povo que sempre se afirmou como senhor do seu destino.

RESUMO

Há campos de pesquisa privilegiados, que fornecem ao investigador informações indispensáveis para o conhecimento de uma comunidade. Os ritos de passagem — e, muito particularmente, o casamento — são traços marcantes do sentir de um povo.

A partir do estudo do casamento é possível conhecer a boa ou má relação entre os cônjuges e restantes familiares e, ainda, o seu estatuto social e económico.

Nas sociedades arcaicas, de economia agro-pastoril, o sobrenatural é o elemento primordial, que facilita e dificulta (ou condiciona) a aproximação dos jovens em idade de contrair matrimónio.

Sanções sociais, como a do «paga-vinho» e a «chocalhada» são aspectos curiosos, ainda em uso em certas aldeias. As «loas», bem como os provérbios, traduzem o sentido poético e filosófico, sempre presente nos momentos importantes da vida, destas comunidades.

Este trabalho é o resultado da pesquisa realizada, neste âmbito, no distrito de Bragança. Pretendemos, com a sua divulgação, contribuir para a análise sócio-cultural da população desta região que, presentemente, vive numa época de mudança e em perigo de perder a sua identidade e tradições.

SUMMARY

There are privileged sources of research which supply the investigator with indispensable information for the knowledge of a particular community.

The transitory rites, especially those concerning marriages, strongly unveil the way of feeling of a people. Once we learn about marriages, it is possible to determine the good or bad relationship of the married couples and their families, as well as their social and economical status.

In the case of archaic communities, economically dependent from farming/pastoral activities, supernatural-beliefs constitute the main component to condition the behaviour of the youths approaching marriage. That is, superstition makes it easier, or more difficult, for the young boys and girls to get together.

Social sanctions imposed by the community at Bragança such as the «paga-vinho» (1), and the «chocalhada» (2) are curious aspects of the people, still in use in some villages. The «loas» (3), as well as their proverbs, clearly reveal the poetic and philosophical sense always present in the most important moments of their lives.

This work is the result of a research done on the subject within the district of Bragança and it is hoped that it contributes to the social/cultural study of the population of this region, which, at present, is going through times of great change and in danger of losing their identity and traditions.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, Teófilo — *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1985, 2 vol.
- BERNARDO, Bernardi — *Introdução aos estudos etno-antropológicos*, Lisboa, Edições, 70, 1978.
- CONSTITUIÇÕES SINODAIS DE LAMEGO, 1683.
- CONSTITUIÇÕES SINODAIS DO ARCEBISPADO DE BRAGA, 1697.
- DIAS, Jorge — *Rio de Onor — Comunidade agro-pastoril*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1981.
- FRANCISCO BLANCO, Juan — *Usos y costumbres de nacimiento, matrimonio y muerte en Salamanca*, Salamanca, Diputation de Salamanca, 1986.
- LISON TOLOŠANA, Carmelo — *Antropologia cultural de Galicia*, 3.^a edic., Madrid, Siglo veinteuno de España, 1977.
- MAUSS, Marcel — *Manual de Etnografia*, Lisboa, Edit. Pórtico, 1972.
- RODRIGUEZ PASCUAL, Francisco, et al. — El ciclo vital en Tierras Zamoranas, *Studia Zamorensia*, n.º 5, 1984, pp. 137-180.
- SEIÇA, Maria da Assunção — *Sebenta de História da Civilização Romana*, Coimbra, 1985.
- VASCONCELOS, J. Leite de — *Opúsculos-etnologia*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1938, vol. VII.
- *Tradições populares de Portugal*, 2.^a edic., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

(1) «Paga-vinho» — Sanction imposed to an outsider in love with a girl from the community. For the «intruder» to become her sweetheart, first he would have to pay the boys of the community a certain amount of wine, bread, cigarettes, etc., after which all ends in festivities and the boy is allowed to talk to the girl by her doorstep.

(2) Collective criticism of the marriages not approved of by the community, namely, when a widow remarries before the usual mourning time, or when the bridegroom was an outsider but did not pay the «paga-vinho» sanction. The «chocalhada» consists of making loud noises, late at night, at the door of the offenders, using cow-bells, rattles, pot-lids, etc.

(3) «Loas» — Songs



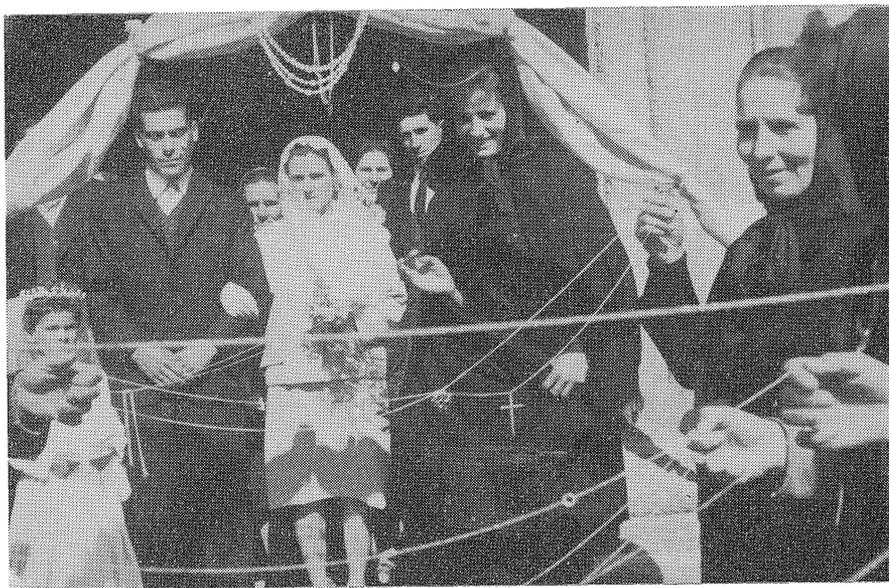
1 — *Talanqueira* da Senhora do Rosário, ornada com o oiro de Nossa Senhora e iniciais dos nomes dos noivos (Babe, Bragança).



2 — *Idem*, pormenor.



1 — *Talanqueira* dos casados (Babe).



2 — *Talanqueira*, à saída da igreja, feita com cordões de ouro (Carrazedo, Bragança).

APÊNDICE

LOAS DE CASAMENTO

Amostragem de algumas aldeias do distrito de Bragança

LOAS

I

*Peço ao novo auditório,
Que aqui vem acompanhar,
Que nos conceda licença,
Para aqui vir falar.*

*Viva o noivo, viva a noiva,
Vivam todos em geral!
Vivam os senhores padrinhos,
Viva o nosso Portugal.*

*Era com um sol tão lindo,
Todo cheio de verdura.
Viva o teu noivo Manuel,
Que te amaria com ternura.*

*Oh! Meu primo Manuel,
Primo de infinidade!
Trate bem a minha prima,
Com amor e lealdade.*

*Oh! Minha prima Maria,
Prima do meu coração!
O teu bom comportamento
Merece toda a estimação.*

*Era com um sol tão lindo,
Todo cheio de verdura.
Viva a tua noiva Maria,
Que t'amaria com ternura.*

*Com isto nos despedimos,
A todos pedimos perdão.
Agora os senhores padrinhos,
Deitem-lhe a sua benção.*

II

*Foste tu hoje à igreja,
Minha salvinha de prata.
Foste dar um nó tão cego,
Só o amor to desata.*

*Esta rosa, senhor noivo,
Ainda ontem era botão.
Trate dela com amor,
Meta-a no seu coração.*

*Pediste licença a teu pai,
E também à tua mãe,
Para te pôr nesse estado,
Deus queira que te vá bem.*

*Toma lá este raminho,
No meio tem uma faca.
Tu, casada, eu solteira!
Não lhe encontro nenhuma graça.*

III

*Ó senhor Henrique Pires,
Digo-lhe com alegria:
Que arranjou a melhor moça,
Que havia na freguesia.*

*Anda cá, ó estrela brilhante,
Vem dirigidinha ao norte.
Já vejo que vens casada,
Deus te dê boa sorte.*

*Toma lá este raminho,
Composto de laranjeira.
Deus queira que te não lembre
O estado de solteira.*

*Recebe, ó prima, este ramo,
Com alegria e contentamento.
É uma pequena lembrança,
Do dia do teu casamento.*

IV

*Parem todos os senhores,
Ao meio desse caminho.
Façam-nos esse favor,
Demorem-se um bocadinho.*

*Ó minha prima Prudência,
Amiga do coração!
Já vejo que vens casada
Com um moço de estimação.*

*Vindes da igreja de Deus,
De fazer o vosso juramento.
Por testemunha deixastes
O Santíssimo Sacramento.*

*O casar é muito triste,
Ponde-se bem a pensar,
Quando dizem que só por morte
Um se pode afastar.*

*Os casados que se dão bem,
Até aos anjos dá inveja!
Porque é um sacramento
Instituído pela igreja.*

*Nosso Senhor vos abençõe
Esse vosso casamento.
Os anjos acompanhem,
E o Santíssimo Sacramento.*

Loas ou ramos cantados aos noivos em Pinelo (Rio Frio) quando saem da igreja

V

*Onde vai, senhor António,
Onde foi colher a rosa?
Foi à terra de Moredo,
Onde estava tão formosa.*

*Onde foi, senhora Ilda,
Onde foi colher o cravo?
Foi à aldeia de Salsas,
Onde estava tão estimado.*

*Toma lá este raminho,
Raminho de laranjeira.
Queira Deus que te não lembre
A vidinha de solteira.*

*A vidinha de solteira
Nunca te há-de lembrar,
porque o senhor António
É capaz de a estimar.*

VI

*Oh! Minha querida mana,
Oh! Mana do meu coração!
Ainda te hás-de arrepender
De dar hoje a tua mão.*

*Tens marido a quem querer,
Tens sogro a quem estimar;
Mas a vida de solteira
Ainda te há-de lembrar.*

*Toma lá este raminho;
Representa a perfeição,
A pureza e a virgindade,
Nascidas no coração.*

*Toma lá este raminho
Que ainda ontem veio da tenda.
Sobre a mesa me hás-de pôr
Arrate e meio de amêndoas.*

*Pare aí esse auditório,
Façam alto nessa rua.
Cada qual sempre deseja
De encontrar a quem procura.*

*Pare aí esse auditório,
Façam alto nessa escada.
Aqui vem uma solteira
P'ra falar com a casada.*

Salsas, 1983

VII

*Tome lá, menina Ana
Este ramo de mangerico.
Deus queira que se não lembre
Da mocidade em que eu fico.*

*Onde foi, senhor João,
Onde foi escolher a rosa?
Foi ao bairro do Eiró,
Onde estava tão formosa.*

*Donde vem, senhor João,
Donde vem tão desmaiado?
Mesmo na cor da gravata
Bem se vê que vem casado.*

*Onde foi, senhora Ana,
Onde foi escolher o cravo?
Foi ao bairro das Cortinhas
Onde estava tão estimado.*

*Donde vem, senhora Ana,
Donde vem tão descorada?
Mesmo na cor do seu véu,
Bem se vê que vem casada.*

Maria de Fátima Borges Martinho, Sta. Cruz (Vinhais)

*Rapazes e raparigas,
Façam arco nesta rua.
Quero chegar à noiva
Como o sol chega à lua.*

*Venha cá, senhor padrinho,
Com banda, cinta e espada.
Logo lhe diz esta gente
Que temos padrinho de gala.*

*Venha cá, senhor padrinho,
Venha mais p'rá dianteira
A desempenhar este laço,
Esta fita da talanqueira.*

*Gosto muito dos padrinhos
Por saber quem eles são.
Pois este padrinho que é rico
Sempre dá mais um tostão.*

*Se nos vai dar dinheiro,
Não se esteja a demorar,
Pois o jantar está feito,
E pode-se estragar.*

*Venha cá, senhora madrinha,
Com a sua carteira no braço.
Com meia dúzia de libras,
Já desempenha este laço.*

*A senhora não sabia,
Quando saiu de casa,
Que os moços de Carção
Lhe faziam esta desgraça.*

*Logo que vi a madrinha,
Vestidinha de fidalga,
Nas portas da nossa igreja
Há-de ser bem estimada.*

Maria Olinda Jerónimo Rodrigues (Carção, 1983)

VIII

Às pessoas que deitam flores:

*Donde vens, ó rosa branca,
Donde vens tão desmaiada?
Ainda agora deste a mão,
Já trazes a cor de casada.*

*Façam alto, meus senhores,
Façam favor de esperar
Que lhe quero deitar flores
A quem vem de se casar.*

Ao chegar a casa:

*O padrinho e a madrinha
Venham cá para a dianteira
Que lhe quero deitar flores
Colhidinhas da roseira.*

*Aqui tem senhora Maria,
Aqui tem a sua filha.
Casadinha na igreja,
Com prazer e alegria.*

*Tirem lá esses tranca-ruas,
Deixem passar quem vem.
À uma é cortesia,
E à outra parece bem.*

*Eu lhe peço senhor Francisco,
Eu lhe peço por favor
Que não vá para a taberna,
Que não seja jogador.*

Maria Helena Quintas (Tua, 1983)

*Façam alas, meu senhores,
Façam o favor de esperar.
Quero entregar o ramo
A quem vem de se casar.*

*Do tempinho de algum dia,
Ela não se deve lembrar.
Ele é de boas famílias,
Bem a deve estimar.*

*Quem vem de se casar,
Vem com muita alegria.
Deus queira que se não lembre
Do tempinho de algum dia.*

*Ó senhora Maria,
Aqui tem a sua filha!
Recebida na igreja,
Com prazer e alegria.*

*Eu por ser a mais novinha,
A mim me fazem ir diante.
Ai de mim, que direi,
Diante de tanta gente?!*

*Diante de tanta gente,
Não te debes envergonhar.
Vamos entregar o ramo
A quem vem de se casar.*

O seguinte verso é feito ao noivo
— recebe uma rosa branca:

*Pegue lá este raminho,
Colhidinho no valor.
Meta-o no seu coração
Entregue-o ao seu amor.*

Dão um cravo à noiva:

*Pegue lá este raminho
Ainda não foi acabado.
Ainda lhe falta na coroa,
Um passarinho doirado.*

*Aqui tendes cada um seu ramo
Que vos vai agradar.
Que vo-lo dão duas donzelas,
Bem o podeis guardar.*

*Donde vens, ó rosa branca,
Donde vens tão desmaiada!
Ainda agora eras donzela,
E já tens cor de casada.*

*Trazes cor de casada,
Trazes a cor perdida!
Quem te pudera soltar,
Amiga da minha vida.*

*O padrinho e a madrinha
São pessoas de talento.
Eles tiveram muito gosto
Em assistir ao casamento.*

*Viva lá o senhor...
Viva os anos que deseje.
Viva também uma rosa
Que recebeu na igreja.*

Maria de Jesus Prada Messias

IX

Ao padrinho:

*Venha cá, senhor padrinho,
Venha mais p'rà a dianteira.
A despertar o laço
A esta fita talanqueira.*

*Gosto muito dos padrinhos,
Por serem quem eles são!
Pois estes padrinhos ricos
Sempre dão mais um tostão.*

*Se nos vai a dar dinheiro,
Não esteja a demorar.
Pois o jantar está feito,
E pode-se até estragar.*

À madrinha:

*Venha cá, senhora madrinha,
Com sua carteira no braço.
Com uma dúzia de libras,
Já desaperta o laço.*

*A senhora não sabia,
Quando saiu de casa,
Que os moços de S. Pedro Velho
Lhe diziam esta chalaça?*

Ao noivo:

*Venha cá, senhor Manuel,
Que é grande pescador,
Lançou o anzol ao rio
E pescou a truta melhor.*

À noiva:

*Venha cá senhora noiva,
Que estão à sua espera,
Que se quer despedir
Toda a mocidade dela.*

*Já te vais, moça pimpona,
Para a vida dos casados.
Já que a vida de tristeza
É sorte dos desgraçados.*

Pedro Romano, S. Pedro Velho (Mirandela)

X

À saída da igreja:

*Padrinho e madrinha,
Venham cá p'ra dianteira.
Queremos-lhe deitar flores,
Escolhidinhas na roseira.*

*Fazem alto, meus senhores,
Fazem o favor de parar!
Quero dar este raminho
A quem vem de se casar.*

Entrada da casa:

*Quem vem de se casar,
Vem com muita alegria.
Queira Deus que se não lembre
O tempinho de algum dia.*

*Venha cá, ó senhora (nome da mãe),
Venha cá à janela!
Venha ver a sua filha
Que acompanhamento leva.*

*O tempinho de algum dia,
Não lhe há-de lembrar, não.
O senhor... é brioso,
Dá-lhe toda a estimação.*

*Onde foi, senhor (nome do noivo),
Buscar esta rosa?
Foi buscá-la a (nome da aldeia)
Que ali estava tão formosa.*

*Ó arco celeste,
Feito da liberdade!
Venham p'ra debaixo dele
Se é da vossa vontade.*

*Onde foi, ó senhora (nome da noiva),
Onde foi saber do cravo?
Foi ao (nome da terra ou da rua)
Que ali estava bem estimado.*

*Ó senhora...
Que assim vem desmaiada!
Ainda agora deu a mão,
Já tem cor de casada.*

*Venha cá, ó senhora (nome da mãe),
Faz favor de aqui chegar.
Trazemos filha e genro
Que lhe queremos entregar.*

*Deitamos o pão e o trigo
Para que não governe
A mulher mais que o marido.*

Rosa Sofia Afonso Teixeira, Argana (Macedo de Cavaleiros)

XI

*Senhores do acompanhamento,
Façam ponto na calçada.
Vêm aqui duas meninas,
Querem falar à casada.*

*Donde vens ó minha amiga,
Donde vens tão desmaiada?
Até no cobrir do véu,
Já se vê que vens casada.*

*Toma lá este raminho
Da flor da laranjeira.
Pede a Deus que não lumbres
Da mocidade solteira.*

*Toma lá este raminho,
Colhido no mangerico.
Deus queira que te lumbres
Da mocidade em que eu fico.*

*Agora, ao noivo,
Vamos pdir-lhe um favor:
Que trate a menina noiva
Com carinho e amor.*

*O padrinho é um cravo,
A madrinha é uma rosa.
Os noivos são dois amores
Numa açucena cheirosa.*

*Os seus pais e suas mães,
Bem contentes podem estar,
Por casarem os seus filhos
Sem nada dar que falar.*

*Virgem mãe de Nazaré,
Abençoa este lar .
Esposa de Nazaré,
Vinde com eles morar.*

Dora Fernandes Madureira, Alfaião (Bragança)

XII

Ao noivo:

*Venha cá, senhor Manuel,
Que é um grande pescador.
Lançou um anzol ao rio,
E tirou a truta melhor.*

*Tirou a truta melhor,
A ninguém nada incomoda.
Como tem divisas de cabo,
Já se nos quer ir embora.*

*Demore-se um bocadinho,
Dê-nos a paga depressa.
Todo o dinheiro que nos der,
Reverte a favor da igreja.*

*Se o senhor já sabe o caminho,
Não olhe para a retaguarda.
Com uma pipa de vinho,
Já desfaz esta campanha.*

À noiva:

*Venha cá, senhora noiva,
Que estão aqui à sua espera,
Que se quer despedir
Toda a mocidade dela.*

*Venham cá todos os moços,
Dai-lhe a vossa despedida,
Que se vai da mocidade
Esta moça advertida.*

*Esta moça advertida,
Tão alegre e tão contente,
Desoedi-vos todos dela,
Dizei-lhe adeus para sempre.*

*Já te vais, moça pimpona,
Para a vida dos casados,
Para a vida da tristeza,
P'ra sorte dos desgraçados.*

*Ó desgraçado navio,
Já te podias quebrar,
Que te acabaste c'as moças
Que havia neste lugar.*

*Donde deixaste o navio
Que te trouxe p'ra igreja?
E agora vais para casa,
Toda cheia de tristeza.*

*Minha amiga, minha amiga,
Minha frol de laranjeira!
Dious queira que te não pèse
Pela vida de solteira.*

*Desta vida de solteira
Ainda ninguém se olvidou.
Consta-nos que no céu há um catcho
Qu'inda ninguém começou.*

*Pega lá este raminho,
Tira-mo já desta mão,
Que de penas me sairo (sic)
Das asas do coração.*

*Felisbina, Felisbina!
Coração de pedra dura!
Que deixaste os teus pais
Bem metidos em noite escura.*

*Metidos na noite escura,
Não fazem senão chorar!
E chamam por Felisbina,
E não acaba de chegar.*

*Eles estavam em sua casa,
Não faziam senão pensar.
O mundo assim o vimos
E assim o havemos de deixar.*

Ao padrinho:

*Venha cá, senhor padrinho,
Com banda, cinta e espada.
Logo lhe diz desta gente,
Que temos padrinho de gala.*

*Venha cá, senhor, padrinho,
Venha cá mais p'rà dianteira
A desempenhar este laço
Esta fita talanqueira.*

*Gosto muito dos padrinhos,
Por saber quem eles são,
Pois que estes padrinhos ricos
Sempre dão mais um tostão.*

*Se nos vai a dar dinheiro
Não esteja a demorar,
Pois que o jantar já 'stá feito
E pode-se estragar.*

À madrinha:

*Venha cá, senhora madrinha,
Com sua carteira no braço.
Com meia dúzia de libras
Já desempenha este laço.*

*A senhora não sabia,
Quando saiu de sua casa,
Que as moças de Rio de Onor
Lhe diziam esta chalaça?*

*Logo que vi a madrinha,
Vestidinha de fidalga,
Nas portas da nossa igreja
Há-de ser bem estimada.*

Maria Olinda Preto, Rio de Onor (Bragança)

DOCUMENTOS

CLIMA E DEVOÇÃO NA TERRA DE MIRANDA DURANTE A IDADE MODERNA

POR

Antônio Rodrigues Mourinho (Jr.) (*)

I

O domínio do tempo foi sempre algo de impossível e misterioso na vida do homem de todas as épocas e continentes.

A resistência regular ao clima e a todas as precipitações atmosféricas, que a moderna meteorologia dos nossos dias explica, ultrapassa o poder intelectual e a força física do homem, apesar do progresso fantástico que a ciência moderna atingiu nos dias em que vivemos.

A regulação do tempo levou os povos mais remotos a recorrer ao sagrado poder invisível e à celebração de ritos e preces, que se repetem nos nossos dias, significando expressão de medo e inferioridade para uns, incapacidade de resolução e impotência, para outros, e ainda humildade e devoção para aqueles que reconhecem humana e cristãmente a existência de um Deus Omnipotente e Omnisciente. Face às forças naturais que o homem, ainda hoje, não pode vencer, qualquer atitude é compreensível, muito especialmente entre a gente de um povo que, como o nosso do Planalto, viveu e vive ainda quase exclusivamente dos produtos que a Terra Mãe lhe vai trazendo, tantas vezes transformada em madrastra que pouco mais produz do que espinhos e abrolhos.

Seria de grande interesse levar a cabo um estudo profundo sobre o clima e a sua acção e influência no carácter e modo de ser da gente da Terra de Miranda, desde tempos remotos, mas vamos deixar só um

(*) Museu da Terra de Miranda. Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

breve apontamento nestas poucas linhas que seguem, fundado em alguns documentos, que encontrámos em investigação recente, e que vão desde 1594 a 1803. São inéditos que consideramos do maior interesse, sob o ponto de vista histórico e antropológico.

Os documentos que temos a honra e a sorte de apresentar e comentar em primeira mão, dizem respeito não só ao clima ou à climatologia, mas dão-nos elementos preciosos para o estudo da mentalidade e da devoção popular da gente da Terra de Miranda e para o conhecimento das relações culturais que a região do Planalto Mirandês manteve com a Província de Castela, muito especialmente no período da dependência da Espanha (1580-1640).

Por estes documentos vemos como a nossa gente tremeu e gemeu em tempo de chuva e frio, em tempo de tempestade e quando o sol quente trazia o terror da seca e o espectro da fome para pessoas e animais. Nestas ocasiões nada mais havia a fazer do que recorrer ao Céu, onde o Senhor da Misericórdia tinha poder sem limites para abrir ou fechar a porta dos ventos, travar as tempestades de relâmpagos e trovões e lançar sobre a terra árida o sangue vital da água fertilizante.

Transcrevemos a seguir mais de duas dezenas de documentos que descobrimos nos Livros manuscritos ou melhor, nos códices do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro e nos livros do Arquivo da Confraria da Santa Vera Cruz, da mesma cidade.

DOCUMENTO N.º 1

ACORDO QUE SE FEZ AO PRIMEIRO DIA DE MAYO DE 1594 ANNOS sobre prosição p^a pedir q̃ Deus Noso Senhor fizesse bom tempo.

Ao prim.^o dia do mes de Mayo de mil quinhentos e noventa e quatro annos na Casa da Santa Misericordia desta cidade estando eu escrivão e os mais hirmãos da dita Casa abaixo asinados por todos juntos foi acordado q̃ porquanto oje prim.^o dia de Mayo se faria hũa prosição sollene pedindo diguo e p^a levarem o Santo Crusifisio grãnde desta Casa na dita prosição enlegerão as pessoas seguintes: Item a Jorge Mendes e a Francisco (fr.c^o) Mendes Boisa e a Gaspar de Boisa seo genro e a Fernão Pimentel e a Dom.os Pi.s e a Alvaro Gomes todos cidadãos desta cidade do que se fez este termo de acordo q̃ eu escrivão fiz e asinarão todos os irmãos abaixo asinados

Antonio de Azevedo.

Vários historiadores, entre os quais Fernand Braudel, J. Vicens Vives, C. Cipolla e E. Le Roy Ladurie, dão conta que, em algumas regiões da Europa, principalmente na França e em toda a Península Ibérica, a década de 1590 a 1600 e alguns anos posteriores, foi um período de chuva e gelos abundantes. Verificamos que neste período também a nossa região não deve ter escapado ao mau tempo para as culturas. O documento acima citado refere, de maneira bem clara, que em 1594, a procissão do Senhor da Misericórdia foi para pedir «que Deus Noso Senhor fizesse bom tempo».

As procissões foram sempre actos religiosos e festas públicas pelas quais se exprimia o desejo de um povo ou de uma comunidade. Celebraram-se nas civilizações antigas, principalmente entre os israelitas; os romanos tiveram procissões de purificação e preces e estes costumes passaram aos povos cristianizados, desde muito cedo.

As procissões de preces que nós estamos a referir, e dizem respeito ao século XVI, eram celebradas entre o mês de Março e o fim do mês de Julho, conforme as circunstâncias e a necessidade. Era nesta quadra do ano que se semeavam os renovos e se colhiam os cereais. Casos houve também de preces e procissões em outras épocas do ano para pedir o fim das pestes.

DOCUMENTO N.º 2

ACORDO sobre se fazer hũa procissão.

Aos vinte e oito dias do mes de Abril de mil seiscentos e sinco annos nesta sancta Casa da Vera Cruz e estando juntos em meza o juiz e mais officiais abaixo asinados acordarao q̃ porcoanto avia m.tos dias q̃ não chovia e q̃ em todos os arredores desta cidade se fazião muitas procissões e déprecações a Noso Senhor Jesus Christo q̃ quísisse aver misericordia com o povo cristão e mandarnos a chuva pera as novidades pella falta grande q̃ fazia menhã sexta feira a noite vinte nove deste presente mes se fizesse a procissão por esta cidad pellas ruas e passos por onde saiu Quinta feira demdoensas pera o q̃ sairao todas as ensinias q̃ costumam sair dia demdoemsasd esta mesa se falasse e pedisse aos S.res cappelâis e cantores da Se que quisessem acompanhar o Cristo com sua ledaynha e se lhe desse requado a todos os hirmãos q̃ as avemarias se juntassem todos nesta Casa descalços para della sayrem em procissão e o q̃ se quisesse declinar ou asoutar ho fizesse para mais apracar a Noso Senhor e aver misericordia com nos e q̃ nenhum dos ditos hirmãos nem irmãs faltassem nem fossem calçados na procissão nem am manguotes falando senão todos

rezando e com devoção pera q̃ Noso Senhor aja misericordia dos pecadores e os ouça. Do q̃ mandao fazer este termo q̃ asinarão e eu Bertolameu Ramos hescrivão desta Casa o escrevi.

Gonçalo Diogo; Domingos Gonçalves; Joam Roiz; Fr.cº Navajo

Pela sua antiguidade considero este documento um elemento de grande interesse para a história religiosa e para o conhecimento etnográfico da população do Planalto Mirandês.

Todos os historiadores são, hoje, unânimes em chamar ao século XVII um período de crise de longa duração. Se o final do século anterior foi de chuvas abundantes, já não aconteceu assim com a primeira década, ou mesmo com o primeiro quartel do século XVII, que se apresenta com uma abertura extraordinária de calor e luz e se mostra um período de seca ou com uma irregularidade de distribuição de chuvas. O que podemos deduzir das linhas deste documento é que realmente o ano de 1605 devia ter sido muito seco, principalmente no tempo de primavera. Estava-se no fim do mês de Abril e havia muitos dias que não chovia. Por isso a aflição das populações era grande e faziam-se muitas procissões e preces públicas para que «Noso Senhor Jesus Christo (...) quisesse aver misericórdia com o povo Cristão e mandar-nos chuva pera as novidades». Podemos ainda medir a aflição da gente destas terras mesmo pela solenidade e percurso da procissão, o qual segue o itinerário da procissão das endoenças (Quinta e Sexta-feira da Semana Santa) que era a procissão mais longa de todo o ano litúrgico, além da procissão do Corpo de Deus.

Além de tudo o que acabámos de dizer, a procissão teve a participação da Irmandade da Misericórdia da cidade e dos capelães da Sé, ou seja, do cabido catedralício. As ladaínhas para as quais são convidados estes capelães não eram mais do que as preces públicas em uso na Liturgia da Igreja Católica, já desde o século V, em épocas de calamidade — peste, fome e guerra.

Um aspecto nos chama a atenção neste documento: é o facto de a mesma Confraria da Santa Vera Cruz, por meio dos seus altos representantes da mesa, pedir aos irmãos que compareçam **descalços** na Santa Casa e que nem irmãos nem irmãs fossem calçados na procissão e, o que é para ter em muita conta, é o facto de, nesta procissão, aparecerem irmãos da Confraria da Vera Cruz que levam disciplinas apertadas nos rins e outros que se açoitam reciprocamente, prática que se vinha usando desde a Idade Média em períodos de fome e peste ou guerra para aplacar

a justiça divina, como nos refere o documento. Isto não é mais do que um reforço dos testemunhos ancestrais, encontrados em documentos escritos e em muitas pinturas e esculturas de igrejas e Catedrais da Idade Média, que representam cortejos de flagelantes recíprocos e autoflagelantes, em épocas de catástrofe, para que Nosso Senhor «haja misericórdia dos pecadores e os ouça».

Aqui bem perto, na vizinha Espanha — em Zamora, Salamanca, Valladolid — havia, na Semana Santa e em outras ocasiões, as procissões de penitência que ainda hoje se conservam. Nelas se exibiam os flagelantes recíprocos e outros penitentes os quais, para não serem conhecidos, levavam, como ainda hoje, o rosto coberto com os «capuchones» e as costas nuas para serem flageladas.

Segundo Le Roy Ladurie, em 1607 e em 1617, fizeram-se em Valladolid preces públicas para pedir a chuva, o mesmo acontecendo em 1627.

DOCUMENTO N.º 3

No ano de 1613, porque o tempo estava muito confundido que não se podia recolher o pão e por essa razão o Provedor e irmãos da Misericórdia tinham tratado de fazer hũa procissão com o cabido pedindo a Noso Senhor Jesu Cristto nos melhore o tempo para boa colheita desta novidade e amparo da gente. Acordarão que saise desta Casa a Confraria na dita procissão o Santo Crucifixo grande e q̃ o leve Antonio Fe.z Trovisco, juis desta Casa que foi o anno pasado diguo que sairá o Cristo piqueno q̃ levará Antonio Fernandes Trovisco e a Virgem Nosa Senhora do Pranto e levarão os tocheiros diguo levará a Virgem Belchior Alvares e tocheiros vestidos M.el Pi.s Francisco Mr.ins, Agostinho Ro.iz e Joao Alvares de varas Luis Hernandez e Amador Andre, Miguel Gonçalves outra. E asi acordarao e mandarao de tudo fazer este acordo e eu Fr.co Camello de Quiroga escrivão o escrevi.

Este documento foi escrito no mês de Julho de 1613. Nesse mês e ano a água deve ter sido muito abundante e muito prejudicial. Pelo que podemos deduzir do documento é provável que tenha havido trovoadas e tempestades fortes, como costumam vir muitas vezes sobre o Planalto. O que é certo é que não se podia recolher a novidade do pão e de outros frutos. Por isso, mais uma vez, a cidade de Miranda, com seu cabido catedralício e as suas confrarias principais saem com a solenidade possível, levando imagens e insígnias pelas ruas da cidade para pedir a Deus que

mande o bom tempo para recolher as «novidades» do ano agrícola e muito especialmente o pão, alimento fundamental da gente do Planalto.

Mas se o ano de 1613 foi abundante em água, embora mal regulada, já não se pode dizer o mesmo do ano seguinte — 1614 — como podemos ver pelo documento que a seguir transcrevemos:

DOCUMENTO N.º 4

Aos onze dias do mês de Junho de 1614 em esta cidade de Miranda na Casa da Santa Vera Cruz estando juntos em Mesa o juiz e mais oficiais da dita Casa por elles foi acordado q̃ porquanto o tempo estava m.tº perjudicial pº as novidades e os officiais e irmãos da Santa Misericórdia com o Rev.dº Cabido desta cidade tinhão acordado fazer hua procissão solemne pedindo a Noso Senhor nos mande agoa por sua infinita Misericordia, se acordou saisse desta casa o Santo Crucifixo piqueno o qual levará nesta procissão o L.dº Martin Prs escrivao da Casa e as duas tochas com elle levarão Pedro R.oiz e Fr.cº Raposo Qairos e para levar a Virgem das Angustias se elegeu a Fr.cº Prs Quairoga vestido com sua alva e as tochas para acompanhar levarão com suas alvas Fr.cº P.iz e Belchior Alvares todos juntos com muita devoção e toda a Irmandade q̃ a cera da Casa acompanhassem a ditta procissão pedindo a Noso Senhor nos mande agoa por ser tao necessaria aos frutos e pa mais devoção e penitencia fossem os irmãos acima nomeados descalços. De q̃ tudo se fez este termo q̃ asinarão e eu Martin Pi.z escrivão da casa o escrevi.

Gaspara Vaaz (G.ar Vaaz; Fr.cº Raposo; Pº Ro.is; Josee G.lez.

Antes de continuar, devo dizer que estes dois documentos estão lavrados nos livros dos acórdãos da Igreja, ou melhor dito, nos livros dos Acórdãos da Confraria da Santa Vera Cruz da Igreja do mesmo nome da cidade de Miranda do Douro e são reforçados, na sua veracidade, por outros do mesmo teor e dos mesmos anos de 1613 e 1614, também lavrados no livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia, da mesma cidade, anos de 1600-1700.

A Primavera do ano de 1617 deve ter sido muito chuvosa, porque mais uma vez as confrarias da cidade, por iniciativa do cabido catedralício, organizam preces públicas para pedir a Deus «que pare a chuva». Transcrevemos a seguir o documento.

DOCUMENTO N.º 5

Aos vinte e hum dias do mes de Junho de mil e seiscentos e dezesete annos nesta cidade de Miranda e Casas de Santa Vera Cruz estando hi presentes o juiz e (mais irmãos) officiais abaixo asinados por todos foi acordado q̃ por coanto o cabido da See desta cidade tem ordenado aver a vinte e dous deste mes de se fazer hũa procisão solemne per as ruas desta cidade pera (pedir) por ser tempo m.tº trabalhoso e cair m.tª chuva q̃ ha e pera levarem as insignias pera a dita procisão forao enleitos pera o Christo Grande a mim escrivão e pera o Christo Piqueno enlegerao a Belchior Alvares he pera as tochas do Christo Grande Fr.cº Mendes e Gaspar Canedo tochas do Christo Piqueno Castro e Joaó Afonso e pera reger a procisão Joao Afonso digo João Pires e Amaro do Campo pera levar as varas e que se desse recado aos sobreditos pera levarem as ditas insignias pera a dita procisão e que todos os irmãos esten presentes logo q̃ se tanger a missa do dia pera se fazer a dita procisão e q̃ os officiais da mesa deem recado aos ditos irmãos. E se fez este termo q̃ asinarao e eu escrevi.

Diego de Palacios; Fr.cº Camello Quiroga; Belchionar Alvares; Joao R.oiz; Pº Mar.is; Amaro do Campo.

O ano de 1619 foi igualmente húmido. Desta vez, e neste ano, é a Confraria da Misericórdia que toma a iniciativa das preces públicas. Assim,

DOCUMENTO N.º 6

Estando em Mesa o Provedor e irmãos ao diante asinados aos dezanove dias do mês de Maio de mil e seiscentos e dezanove annos.

Em esta mesa acordarão que por o tempo ser fortuito que por nosos pecados todo o mes de Abril e Maio presente chove com tempo mui trabalhoso pera as novidades de maneira q̃ totalmente se perdem com as muitas chuvas e pera pedir a Noso Senhor aplaque este tempo com fazer bom tempo que desta casa se fizesse amanhã primeira outava ou segunda feira procisão devota com todos os irmãos desta casa e por coanto se tem visto per experiencia e hos muitos e notaveis milagres que o Christo grande desta Casa tem feito assim pera não chover como pera chover acordarao que nesta procisão se tirasse o Christo e fosse nella com veneração com

toda a cera q̃ esta casa tem pera o levarem como he costume se enlegerao aos mais botos Dioguo Pimentel; Marcos d'Abreu; Antonio Fr.es Trovisco de mor condição e de menor condição Gas.ar Roiz; Miguel Alvares e Martim Fernandez irmãos da mesa pera levar o Christo; pera reger a procissão D.os Gon.es mordomo de fora pera as tochas da bandeira q̃ ade levar Pº Feo Joao de Moraes ee Vicente Rodrigues e pera tochas do Christo Pº de Lousada e Pedro Capico e Lazaro Pires e Fr.cº Pretto e pera os de fora se lhe daria recado desta mesa e asi o tratariao com o cabido. E Amaro do Campo mordomo da Casa levava hum estandarte diante da procissão.

Por este documento vemos a grande e entranhada devoção que a cidade de Miranda e sua Terra tiveram sempre ao Cristo da Misericórdia, devoção que se manteve até hoje.

A exaltação que o documento faz dos notáveis milagres do Divino Senhor da Misericórdia é disso uma prova e a experiência de que fala o mesmo documento vem reforçada quando refere que «em outras ocasiões o Divino Senhor da Misericórdia tinha atendido o povo quer em ocasiões de muita chuva quer em ocasiões de muita seca».

Não há dúvida que era neste Cristo, cuja imagem grande se venera ainda hoje na Igreja da Misericórdia da cidade de Miranda, que o povo da cidade e seu concelho se refugiava em tempos de crise.

DOCUMENTO N.º 7

A Primavera de 1629 apresentou-se muito seca. Há desse ano um documento que é um *acórdão que se fez sobre a procissão tirando o S.tº Cristo desta Santa Casa pera pedir a Noso Senhor Jesus Cristo nos mande agoa per ser m.tº necessaria.*

O acórdão é de vinte e dois de Maio de 1629.

Saíram, nesta procissão, pelas ruas da cidade, todas as insígnias da Confraria da Santa Casa da Misericórdia para acompanhar a imagem do Senhor. Dá impressão que o acto de «tirar» a imagem do Cristo da Misericórdia é algo de extraordinário e misterioso. É como se as pessoas pusessem o próprio Cristo em contacto com a Natureza a viver o drama da seca ou da tempestade com o povo suplicante, unido em multidão.

DOCUMENTO N.º 8

Dez anos depois, em 1639, a Primavera apresenta-se seca e o povo do Planalto volta a fazer preces públicas.

No livro de Acórdãos da Santa Confraria da Vera Cruz encontramos mais um testemunho documental segundo o qual se fez *um acordo sobre aver de acompanhar esta cofradia (sic) a da Misericordia na procissão q̃ se ade fazer para pedir a Noso Senhor nos mande agoa. Aos cinco dias do mes de Junho de seiscentos e trinta e nove annos em esta cid.e de Mir.dª e Casas da Sacristia da Santa Vera Cruz estando juntos em Mesa os irmãos abaixo asinados acordarao q̃ por coanto o Provedor e mais irmãos da Santa Misericordia tinhão asentado de fazer hũa procissão pedindo a Noso Senhor que por sua bendita mai e como Pai de Misericordia mande hua pouca de agoa por coanto esta o tempo e novidades muito esteril e tnhao dado recado e pedido a esta Santa Cofradia os quisesse acompanhar se asentou q̃ saisse Nosa senhora das Angustias e o Santo Cristo uiqueno com toda Irmandade e q̃ para isso se desse recado e q̃ iriano no lugar seguinte: q̃ o juiz fosse a mao esquerda do Provedor no cerne da procissão e q̃ Nosa Senhora das Angustias fosse diante junto ao Santo Cristo da Misericordia entregue a Irmandade e diante da bandeira esta Santa Cofradia e o Santo Cristo piqueno...*

O resto do documento está ilegível, mas pelo que se deduz de algumas frases e palavras que ainda se percebem, é a recomendação de toda a veneração como acontecia, geralmente, nestas ocasiões.

Esta imagem de Nossa Senhora das Angústias, ou Nossa Senhora do Pranto, ou Nossa Senhora de ao Pé da Cruz, ainda se venera na Igreja de Santa Cruz da cidade de Miranda do Douro e deve datar da segunda metade do século XVI. É uma interessante Pietá que tomou várias invocações. A designação de Nossa Senhora das Angústias parece-nos de influência espanhola, onde se designava a Virgem Dolorosa por «Virgen de las Angustias». Como é sabido, há em Valladolid uma imagem riquíssima, esculpida pelo grande mestre escultor Juan de Juni, de la Virgen de las Angustias, na Igreja do mesmo nome. Não podemos esquecer o intercâmbio artístico que sempre existiu entre Miranda, como Diocese e como cidade, e a região de Valladolid.

Ainda no Livro de Acórdãos da Confraria da Santa Vera Cruz de Miranda do Douro de 1650-1743 encontramos mais testemunhos de procissões e preces públicas para pedir a chuva.

DOCUMENTO N.º 9

Um desses documentos está no acórdão de 18 de Maio de 1664. Por ele se determinou que se fizesse procissão *juntamente com a Confraria da Santa Misericordia para pedir a Noso Senhor agoa para as novidades por estarem muito necessitadas della como se tem feito em outras procissões.*

Mas ainda nos Livros de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia encontrámos um documento de preces públicas em 1653.

DOCUMENTO N.º 10

Aos vinte e oito de Abril de 1653 (mil seiscentos e sincoenta e tres annos nesta cidade de Miranda estando juntos em mesa o Provedor e irmãos della acordarao se fizesse hua procissão oje abaixar o Santo Cristo desta Casa para q̃ elle fosse servido mandarmos agoa pera os frutos dos campos pela grande falta q̃ avia della e q̃ para esse efeito se desse parte ao Rev.º cabido e aviso ao mestre da capella e capellães p^a cantarem a missa q̃ se havia de dizer cantada depois do novenario na forma costumada ep^a a ditta procissão e levar o Santo Cristo e ensignias elegerao os irmãos da mesa e dos que faltarao e nao bastarao elegerao os mais irmãos que pareceo em mesa na forma seg.te. (Vêm a seguir os nomes dos eleitos).

O ano de 1654 volta a aparecer de seca na Primavera. Assim consta de um documento existente nos livros de Acórdãos da Confraria da Misericórdia, que tem a data de cinco de Abril de 1654. Por ele nos é dado a conhecer que *pela grande necessidade que havia de agoa pera os frutos dos campos se fizesse hua procissão com o Santo Cristo desta Santa Casa pelas ruas da cidade e se desse parte ao cabido da Se e capelães.*

DOCUMENTO N.º 11

Ainda no Livro de Acórdãos da Confraria da Santa Vera Cruz do ano de 1667, a dois de Maio, encontramos mais um documento que fala de procissão *para que Nosso Senhor nos acuda.* A procissão seria com as imagens de Cristo Crucificado, Nossa Senhora de Ao Pé da Cruz e Ecce Homo, também chamado o Senhor da Cana Verde. Todas estas imagens pertenciam à Igreja de Santa Cruz e ainda lá se conservam. A imagem do Ecce Homo ou Senhor da Cana Verde foi oferecida pelo licenciado Dr. Diego de Ordas de Anhojo pelo ano de 1662 ou 1663, como consta de um documento existente no mesmo livro.

DOCUMENTO N.º 12

No ano de 1670 veio uma estação de Primavera marcada por chuva abundante e, com certeza, prejudicial. Assim nos fala um documento da Confraria da Santa Vera Cruz:

DOCUMENTO N.º 13

Aos vinte e seis dias do mes de Abril de mil seiscentos e setenta annos nesta cidade de Miranda e Casas da S. Vera Chrus estando em mesa eu escrivão e os mais irmãos abaixo asinados acordamos q̃ p^a q̃ Noso Senhor fosse servido de nos levantar estas agoas p^a q̃ Deus nos goarde os frutos e acuda com sua Misericordia se fizesse procisão com as ensignias desta Santa Casa e Cristo Crucificado e a Virgem das Angustias e Ecce Homo sayndo a procisão pella cidade e deixando a Virgem em novenas no Santo Christo e para isto se fez eleição no livro das eleições para as ensignias e asinarão comigo escrivão. Eu Domingos Borges Malheiro desta Santa Casa o escrevi.

*Domingos Borges Malheiro; Ant.º Frz
Bernardo Go.ves Filho
Miguel Afonso*

O ano de 1675 mostra-se duro em tempestades durante o mês de Julho. Os lavradores mostram-se aflitos, porque não podem fazer a recolha do pão. Aparece neste ano um acórdão no Livro respectivo da Santa Vera Cruz p^a a procisão q̃ se faz na Santa Misericordia com o Santo Cristo pella cidade p^a q̃ Noso Senhor J. Cr.tº nos alevie as tempestades presentes e nos deixe fazer a colheita q̃ esta pello campo e ficar em novenas na Santa Casa.

DOCUMENTO N.º 14

Aos V.te dias do mes de Julho de mil seiscentos e setenta e sinco em esta cidade de Miranda e Casas da Sacristia da Santa Vera Cruz estando juntos em Mesa o juiz e mais irmãos abaixo asinados acordarao q̃ por coanto o Provedor e irmãos da Santa Misericordia tinhao asentado fazer hua procisão pedindo a Noso Senhor q̃ por sua compaixao e como Pai de Misericordia nos aplaque o tempo e nos deixe recolher as novidades q̃ nos mostra per coanto esta o tempo e novidades muito perigoso tinhao dado recado e pedirão a esta Santa Casa os quisessem acompanhar e asentarao em mesa q̃ saisse Nossa Senhora das Angustias e o Santo Christto piqueno com toda a Irmandade e para isso se desse recado e assim o fizerao e

*disto se mandou fazer este termo q̃ todos asinarao e eo Ant. do Rego
 escrevão desta Santa casa o subscrevi e asinei com o Presidente da mesa
 e na ausencia do juis Reverendo Conego Braz Ferreira dia mes e anno.*

Ant.º do Rego; Ant.º P.is Ferrador.

O último quartel do século XVII deve ter sido de meteorologia regular e as colheitas não devem ter sofrido grandes prejuízos, porque nada mais consta nos documentos dos Arquivos que vimos citando, pelo menos na região de Miranda do Douro. Por outro lado não há historiadores que falem em crises graves a nível europeu ou peninsular neste período no campo agrícola.

O século XVII foi, como tivemos ocasião de dizer acima, um período de crise de longa duração, como está de mais comprovado por documentos e estatísticas. Fome, peste e guerra foram calamidades naturais umas, e humanas outras, a que não escapou esta região do Planalto. A guerra da Independência, que durou vinte e oito longos anos (1640-1668), pôs a população do Planalto em contínuo alerta e sobressalto. A cidade de Miranda era das mais importantes do tempo sob o ponto de vista estratégico e militar e por isso era a mais temida pelos espanhóis aqui no Nordeste. O governador da praça tinha de estar em contínua comunicação com as populações.

Os dois mil homens da região estavam preparados para entrar em acção em caso de ataque, segundo cartas que temos em nosso poder e que foram escritas pelo Conde de Alba a Filipe IV nos anos de 1640-1642. Esta situação, aliada ao mau tempo, punha em estado de pânico a população para a qual não havia outras soluções senão o recurso ao Céu. É encantador ver como estas almas doridas, mas serenas, que são representadas pelo clérigo mais elevado ou pelo letrado mais ilustrado ou ainda pelo militar mais graduado; pelo escultor ou pintor, pelo homem de artes e ofícios, lavrador, geireiro, pobre, preso, sem desespero, recorriam em espírito humilde ao Senhor da Misericórdia ou à Senhora do Nazo ou ainda à Senhora do Monte. Como evoluíram os tempos e os homens!!!

A raiz da religiosidade cristã, ou mesmo pagã, das populações do Planalto havemos de a procurar na Terra Mãe sacudida ou acarinhada pelo tempo!

Será necessário recolher mais testemunhos e aprofundar mais este tema que me parece deveras importante para o conhecimento da psicologia e da mentalidade do povo Mirandês e de todo o Nordeste Transmontano.

Nos primeiros anos do século XVIII, até 1714, não há documentos que nos falem da irregularidade do tempo, aqui no Planalto.

DOCUMENTO N.º 15

Mas no ano de 1714 há seca e, por isso, esterilidade. Assim:

Aos trinta e hum dias do mes de Março de mil settecentos e catorze annos em esta cidade de Miranda e Casas da Santa Misericordia estando em mesa o Provedor e mais irmãos da mesa acordarao que por quoanto avia muita (m.tª) necessidade por rezão de aver falta de agoa e porque por todas as partes se estavam fazendo preses a Nosso Senhor Jesus Christo para que se digne de nos socorrer a tanta estirilidade acordarao que o Santissimo Christo que estaá na capella desta Santa casa todo este povo e mais lugares tem nelle .t.ª (tanta) confiança e tratão com m.tª veneração e pª estas necessidades e para outras semelhantes se costuma acudir a Sua divina Magestade mandarao e acordarao que se pusesse em novena ao prº de Abril deste presente anno.....

No dia 8 de Abril do mesmo ano convoca a mesa da Misericórdia uma outra procissão para agradecer ao Senhor da Misericórdia o ter mandado a chuva *pela grande merce e favor que nos fez de nos socorrer com agoa.*

O ano de 1715 é também um ano de seca. Por isso os irmãos da mesa *acordarao que pela muita necessidade que havia de agoa pª os temporais e para a saude se abaixase e fizesse novena com a imagem do S.tº Christo pª q̃ fosse servido acodirnos a esta necessidade.....*

DOCUMENTO N.º 16

Este documento é do dia 23 de Maio de 1715 e no dia pr.º (primeiro) de Junho faz-se a procissão de acção de graças pela chuva que o S.tº C.rtº foi servido mandar. Citando o documento: *por ser o S.X.rtº servido secorernos com agoa q̃ lhe pediamos.*

O ano de 1716 é também um ano de seca. Dele temos o seguinte testemunho:

DOCUMENTO N.º 17

Acordam que se fes sobre baixar o Santo Cristo:

Aos vinte e quatro dias do mes de Abril de mil seiscentos e dezaceis nesta casa da S.tª Mesericordia estando em mesa o presidente e mais irmãos della abaixo asinados acordarao que por coanto era grande a necessidade que se experimentava na falta da agoa pª colhimento dos frutos que

se baixasse o S.tº Cristo desta S.Tª casa e se puzese em novena pª que fosse servido uzar de mesericordia com os fieis chatolicos que tanto anelavam e suspiravam pelo despacho daquela petição e detreminarao principiase a novena no dia de manha que se contam vinte e cinco de que se fez este acordam e que asinarao eu Ant.º X.er de Sousa que o subscrevi (Seguem as assinaturas).

Aos dois dias do mes de Maio de 1716 detreminarao os irmaos de mesa fazer hua procisao solemne em acção de graças com o Santissimo X.rº pella agoa de que nos fes merce.....

Mais uma vez os fieis de Miranda foram atendidos pelo Senhor da Misericórdia, segundo rezam os documentos.

DOCUMENTO N.º 18

Aos seis dias do mes de Abril de mil setecentos e vinte annos nesta Casa da Misericordia estando em mesa o presidente e mais irmãos della abaixo asinados ahi detreminarão pela m.tª necessidade q̃ experimentavão as searas e clamores dos povos pella falta de agoa recorrer a Magestade Devina com reprecações para o q̃ se pusesse em novena a imagem do SS.mº X.rº q̃ desta em sua capella desta Santa Casa por reconheceram da sua piedade acudirnos sempre em outras necessidade e pª o levar em procissão nomearão as pessoas seguintes: (seguem os nomes).

Nesta procissão participaram as forças vivas da cidade e pessoas de fora, dos povos vizinhos. Neste documento, à margem, lê-se que participaram nesta procissão os «tocheiros da Senhora do Nazo». Provavelmente vieram a acompanhar a Senhora do Nazo, cuja imagem se teria incorporado na procissão, como aconteceu em algumas ocasiões, já no nosso século, segundo tradições orais.

Passados três anos, em 1723, volta um ano de Primavera seca. Por isso, no dia doze de Maio, sendo provedor da Misericórdia o próprio Bispo da Diocese de Miranda, D. João de Sousa Carvalho, assentaram que se expusesse a imagem do Santo Cristo em novena pela grande necessidade que os frutos tinham de água.

DOCUMENTO N.º 19

Passaram quase vinte anos, de tempo mais ou menos regular mas, no ano de 1748, as coisas mudaram.

DOCUMENTO N.º 20

Aos catorze de Março de 1748 estando em mesa o Provedor e mais irmãos de mesa da Santa Misericórdia por requerimentos que lhe fizeram os moradores do termo desta cidade a saber alguns de Duas Igrejas, Inff.es, Malhadas, Cassarelhos e outros mais acordaram que se expusesse o Santo Christo em novenas p^a q̃ fosse servido temperar o tempo e os rigores delle aplacalos por terem experimentado que com as demasiadas chuvas e frios que tem havido tem experimentado os pains muito debrimento e por causa do mesmo temporal estão os labores por fazer e que visto ponderado e atendido pelo provedor e irmãos de mesa e em atensão ao junto requerimento dos moradores do termo acordaram que no dia quinze do corrente se expusesse o S.º Cristo baxandose do camarim lugar onde costuma digno lugar ou sitio onde se costuma por em semelhantes ocasiões e que a novena findaria em o dia vinte e tres em que se faria procissão na forma costumada e p^a constar mandaram fazer este termo que assinou o provedor e mais irmãos e eu M.º el Falcão escrivão de mesa pelo impedimento de A. Alves escrevi. O provedor Fern.º Sarmiento Ordaz, etc..

Pelo documento exposto, o ano de 1748 foi ano de frio intenso e chuva torrencial e, com certeza, muita neve. J. Vicens Vives diz que este ano foi de fome na Península Ibérica, mas nem todos os anos de fome que afectaram a Península influenciaram necessariamente o Planalto Mirandês.

Este documento chama-nos a atenção para o facto de serem os lavradores das povoações do Planalto a requererem a procissão ao provedor da Misericórdia. É mais um reforço em favor da confiança única e universal dos povos do planalto na imagem do Cristo da Misericórdia. Os bispos de Miranda, já no século XVII e XVIII, falavam na grande devoção que o povo Mirandês dedicava ao Santo Cristo Crucificado. Várias vezes encontramos este depoimento, mesmo nas visitas «ad sacra Limina».

Também no ano de 1761 se fizeram preces ao Senhor da Misericórdia, com certeza para pedir chuva. O documento (n.º 21) é de 31 de Maio de 1761.

Mas nem só por chuva demasiada ou por seca esterilizante foram fustigados os povos do Planalto.

Em 1768 foi a peste.

DOCUMENTO N.º 22

Aos vinte e nove dias do mes de Janeiro de mil e setecentos e sessenta e oito nesta santa casa estando em mesa os officiais della acordaram que

no domingo trinta e hum do corrente se faz huma procissão com a imagem do senhor da Misericórdia por esta se achar em preces por causa da peste para o que se detremina nesta mesa que a Irmandade da santa Cruz para o que fizerao a eleição pela maneira seguinte:..... (seguem os nomes dos eleitos para insígnias e imagens).

Não encontrámos mais documentos que nos falem de pestes no Planalto, mas é provável que elas tenham aparecido neste período que estamos a tratar. Nas guerras com Castela, em 1640-1668; na invasão de Miranda levada a cabo pelos castelhanos, em 1709-1711 e, principalmente, na Guerra de 1762, que assolou Miranda e destruiu o seu castelo, deve ter havido peste, embora os documentos que encontrámos até agora nada declarem sobre o caso.

Mas, pelo que parece, o ano de 1768 foi de calamidade, no que toca à peste e à humidade.

DOCUMENTO N.º 23

No dia treze de Outubro de 1768 a Confraria da santa vera Cruz acordou acompanhar a procissão que se fazia com o Senhor da Misericórdia que «se achava em novena para serenar o tempo e copiosas agoas q̃ empediao as sementeiras».

Ainda no ano de 1773 as populações do Planalto Mirandês se viram aflitas com a falta de água. Desta vez é a Misericórdia de Mogadouro que promove preces públicas e procissão.

DOCUMENTO N.º 24

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e settenta e tres annos. Aos vinte e seis de Abril do ditto anno em esta santa casa da Misericordia desta villa de Mogadouro e casa do despacho della e onde se achavao os irmãos da mesa abaixo asinados se detreminou o seguinte:

Detreminarao que se fizessem presses p^a q̃ Deos Noso Senhor nos acuda com agoa a muita necessidade com que se acha a terra e que se lhe fara novena e procissão e sermão no dia nove de Mayo de penitencia e assistirao a novena os irmaos que para isso forao nomeados e que aprocisao e novena se faça com a imagem do Senhor Morto e que os irmãos que faltarem sejam condenados em cem reis que logo pagará pena de ser riscado de irmão. E nesta forma ouverao o acima e atras por detreminado

por bem e asinarao Manoel digo, declararao que viessem dous confessores cada dia para confesarem os irmãos e assistirem a novena. Manoel Thomas Caleijo que o escrevi. (seguem as assinaturas).

Este ano devia ser de aflição, como tantos outros no Planalto, não só na região de Miranda, mas também mais para o interior do Nordeste.

Não temos mais documentos que reforcem o testemunho desta situação no planalto neste ano de 1773, mas basta este documento para ver como ainda nos finais do século XVIII as populações conservam a mesma mentalidade religiosa e cultural da ancestralidade.

Os últimos anos ou as últimas décadas do século XVIII devem ter sido de meteorologia regular. Nada consta em contrário.

DOCUMENTO N.º 25

O ano de 1802, mal tinha nascido o século XIX, foi de esterilidade pela grande seca que assolou o Planalto. Por isso, mais uma vez a população recorre ao Senhor da Misericórdia. São, de novo, os lavradores que requerem as preces, novena e procissão ao Cristo da Misericórdia.

Foi esta acordada no dia 23 de Abril de 1802 e no *5º dia da novena foi o Senhor digo o Divino Senhor Jesus servido beneficiarnos com abundante chuva que continuou.* Assim declara uma nota à margem do acordo exarado no livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro de 1800.

DOCUMENTO N.º 26

Ano de esterilidade foi também o de 1803. A 18 de Maio desse mesmo ano acordaram os irmãos da mesa da Misericórdia que se fizessem mais preces para pedir água, mas são também os lavradores do termo de Miranda *que pedem ao provedor da Santa casa a celebração de novena e preces com procissão ao Senhor da Misericórdia.*

Mais se podia acrescentar de documentos do século XIX, mas não queremos ser exaustivos com um tema que é cansativo.

Os documentos falam por si. Resta tirar as conclusões que não podem ser dogmáticas. Cabe aos antropólogos dizer da sua opinião e justiça.

O período entre o princípio de Março e o fim de Julho é o tempo de sementeira dos renovos. É tempo de Primavera e parte de Verão, tempo de colheitas. Pode haver seca esterilizante, ou água em demasia, trazida

por tempestade, e estas duas situações põem em causa a vida de lavradores e gados, uma vez que podem ser afectados renovos, cereais e pastagens. Daqui o espectro das populações.

Como vimos pelos documentos, houve muitos anos em que as preces se celebravam para pedir o bom tempo que permitisse recolher os frutos, porque as tempestades e trovoadas, impediam as ceifas, trilhas e recolha do pão e, se é verdade que nem só de pão vive o homem, também é certo que sem pão não vive. No período em que nos situámos, a região do Planalto Mirandês vivia só do que a Terra Mãe lhe dava. A população estava ainda debaixo de uma pura economia de subsistência: semear centeio, trigo e algum serôdio para comer e para semear de novo. Colher o suficiente para viver e para alimentar o gado.

Quando Filipe II quis anexar Portugal à Coroa de Espanha, em 1580, pensou invadir o Nordeste com um corpo de exército, mas alguém o dissuadiu. Foi o Rei Imperador aconselhado a ameaçar as populações com o incêndio das searas e com a confiscação dos animais. Foi o suficiente. O terror tomou conta das populações que tiveram que ceder, apesar do seu patriotismo muito português, só atraído pelos altos senhores. A redução pela fome foi o espectro da nossa gente em todos os tempos. Nada nos surpreende, por isso mesmo, que os povos, em épocas de penúria e calamidade, recorressem ao poder do Senhor da Misericórdia. Para isso contribuíram também muito os sermões e pregações de Frades e padres que tendo recebido a mentalidade do Concílio de Trento, na época Moderna, não se cansaram de pregar, com terror, o fim dos tempos, os castigos neste e no outro mundo. Em Miranda pregaram padres espanhóis vindos de Alcañices, de Zamora e de Salamanca. Estes padres encarnaram as doutrinas tridentinas num tempo de missionarismo que tinha por fim converter e penitenciar. O que acontece em Miranda acontece em todo o Nordeste durante os séculos XVI, XVII, XVIII e parte do século XIX para não ir mais adiante, porque até mais adiante acontece. As populações viviam debaixo de um certo rigor. Em épocas de calamidade chegava-se a pensar no fim do mundo. O rigor das pregações criava o terror do espírito, causa da humildade e resignação que provocava o recurso ao Omnipotente e Invisível.

A História do clima e da sua influência no modo de ser das pessoas e povos de certas regiões está ainda no princípio. Há alguns pequenos estudos em França e em Espanha. Em Portugal quase nada se conhece e sobre a nossa região muito menos.

Muito pouco se tem avançado, também, na explicação das motivações psicológicas de indivíduos e multidões ao longo da História.

Uma coisa é certa: o temor interior é uma constante religiosa da alma popular.

Não é minha intenção ser dogmático nem exaustivo, mas tentar comunicar o conteúdo histórico inédito de documentos recentemente descobertos que falam da história do povo do Planalto Mirandês, no aspecto religioso e etnográfico. É um absurdo fazer história sem documentos e a historiografia nem sempre satisfaz.

Deixo aos mestres da Antropologia o direito e a obrigação de interpretar e desenvolver, à luz da ciência moderna, os documentos que aqui exponho.

À medida que vamos avançando na investigação sobre a vida ancestral da nossa região, vamos verificando quanto se perdeu (como em outras regiões) da riqueza cultural, religiosa e etnográfica. Há muitos elementos recuperáveis que a acção de párocos e autarquias podem conseguir. É da máxima importância e urgência lembrar aos povos as suas raízes culturais, origem da sua economia, da sua religião, da sua mentalidade e do seu modo de ser. Conserve-se o que é aproveitável e os dignifica, porque faz parte da sua própria alma como pessoas cujo sangue e princípios espirituais vêm de gentes tão remotas.

Miranda do Douro, Junho de 1987.

FONTES MANUSCRITAS INÉDITAS

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro.

Arquivo do Museu da Terra de Miranda-Miranda Douro.

Arquivo da Igreja da Santa Cruz-Confraria da Santa Vera Cruz de Miranda do Douro.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro.

RESUMO

O Planalto Mirandês, como toda a Província de Trás-os-Montes, sofreu, mais do que qualquer outra região do País, os rigores da irregularidade do tempo: frio intenso no Inverno; sol escaldante no Verão. Tem plena razão de ser o provérbio da gente transmontana: «Nove meses de Inverno e três de Inferno». Anos há em que as sementeiras se fazem tardiamente, quando a chuva se prolonga desde a última semana de Setembro até fins de Novembro, ou até bem perto do Natal, e a terra fica incapaz de ser lavrada para semear. Há anos em que a Primavera vem muito chuvosa, ou muito seca, de tal modo que impede a sementeira ou plantação dos renovos e chegam mesmo a apodrecer os cereais. Houve anos em que as ceifas se

fizeram com muita dificuldade e em que as trilhas e recolhas do pão se tornaram quase impossíveis, chegando o pão a nascer nas medas por motivo das chuvas e trovoadas que impediam as recolhas. São situações de extremos que a meteorologia traz «sem dó nem piedade».

Como toda a gente transmontana, a gente do Planalto mostrou sempre uma grande religiosidade quer na Idade Moderna ou contemporânea, quer na Idade Média ou, na Época Romana, quer, ainda, em épocas gentílicas da pré-história, das quais se conservam ainda nos povos desta região do Planalto ritos e festas de característica pagã e que podemos ver ainda nos períodos solsticiais.

Esta gente, que não tem outra fonte de economia que não seja a terra, fica aterrorizada, quando a seca ou a chuva prolongadas prejudicam as culturas. Face a estas situações de fome e calamidade, a única saída é o recurso ao poder sobrenatural. Vários santuários e imagens dão testemunho da devoção do povo do Planalto Mirandês nestas ocasiões, mas a documentação escrita mais abundante fala da devoção ao Santo Cristo da Misericórdia cuja imagem, que data do século XV, se venera ainda na Igreja do mesmo nome na cidade de Miranda do Douro.

Os documentos são muito claros e vão desde 1594 até ao princípio do século XIX. Poderíamos apresentar mais testemunhos, mas parece-nos que estes são suficientes para a história do clima e para o conhecimento da devoção ao Santo Cristo da Misericórdia, como centro principal de religiosidade, onde o povo do Planalto encontrou alívio para todos os males que afligiam a sua subsistência, principalmente durante os anos de penúria dos séculos XVII e XVIII.

SUMMARY

The «plateau» where Miranda do Douro stands (the «Planalto Mirandês») has been affected, as well as the whole province of Trás-os-Montes, by the typical sharp changes of weather in the region: freezing cold in winter and burning hot in summer. There are years when rain does not stop from mid September to the end of November, or perhaps December, preventing the sowing of the fields from being done in due time. In the same way, springtime can also be too wet, or too dry, with an adverse effect on the harvest of grain.

The inhabitants of the «plateau», as well as the people of the whole region, are known to have been religious all through the various eras known to us, i.e. from pre-historical to our times. Rituals and festivities of pagan origin are still being performed today by the locals.

As the economy of these people depends entirely from the proceeds of the land, they get into panic when faced with a severe year, that is to say: hunger and calamity. Thus, their only refuge during bad agricultural years is the believe in supernatural powers. The length of their believe is affirmed by the many shrines and images of Saints still existing in Miranda. There are also many documents, written from 1594 up to the beginning of the XIX century, which testify the devotion and worship of «Santo Cristo da Misericórdia». The image of this Saint, dating from the XV century, is still being worshipped today and can be seen at the parish church of Miranda do Douro.

BIBLIOGRAFIA

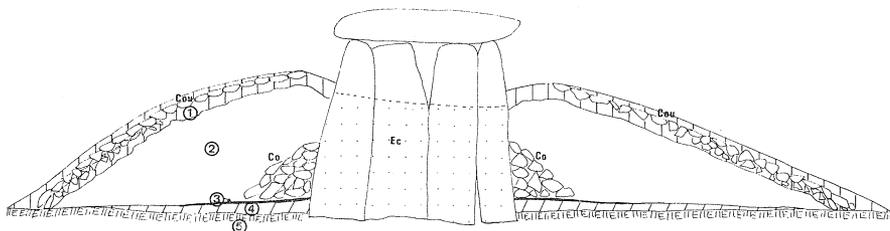
- BRAUDEL, Fernando — *El Mediterraneo y el Mundo Mediterraneo en la Epoca de Filipe II*, Madrid, Fondo de Cultura Economica, 1976.
- DELUMEAU, Jean — *El Catolicismo de Lutero a Voltaire*, Barcelona, Nueva Clio, 1973.
- DELUMEAU, Jean — *La Civilizacion del Renacimiento*, Barcelona, Editorial Juventud, 1977.
- VIVES, Vicens — *Historia Economica de Espanha*, Barcelona, Editorial Vicens Vives, Vol. 3.º e 4.º, segunda reedicion.
- VIVES, Vicens — *Historia de España Social e Economica*, Barcelona, Vicens bolsilo, tercera reedicion, 1979.

V Á R I A

Uma mamoa megalítica como fonte de informação arqueológica e paleoecológica: algumas reflexões

Uma mamoa, como estação arqueológica, comporta em geral um certo número de aspectos estruturais que convém distinguir muito claramente quando se pretende valorizar as informações que a sua escavação nos ministra. Desprezando por ora todo o contexto (relação com a paisagem e com outras estações arqueológicas) e concentrando-nos apenas no monumento em si, teremos basicamente que considerar o *tumulus*, a estrutura propriamente megalítica (chamemos-lhe dólmen para simplificar) e os eventuais vestígios de solo antigo subjacente. Qualquer elemento de espólio, ou recolha de outra natureza, feita em cada um dos âmbitos estruturais mencionados terá, obviamente, de ser valorizada de maneira específica. Em princípio, tudo quanto provenha do solo antigo será anterior à construção, tudo quanto venha das terras do *tumulus* poderá ser anterior, contemporâneo da mesma construção, ou posterior a ela, e aquilo que for recolhido no interior da estrutura dólmenica será coevo do monumento ou mais recente, podendo chegar até à actualidade. Termos estas verdades comezinhas bem presentes será especialmente importante no momento actual, em que as escavações deixaram de ter como único objectivo a recolha de artefactos ou de outras informações arqueológicas, para visar também a obtenção de carvões, ou em geral de elementos susceptíveis de fornecer datações ou dados sobre os paleo-ambientes. O custo ou a dificuldade em conseguir as análises daí decorrentes faz com que por vezes nos sintamos tentados a valorizar resultados isolados, tomando uma data C14, por exemplo, como válida para todo o monumento, independentemente da proveniência exacta dos materiais que lhe deram origem. Certos laboratórios ou especialistas podem limitar-se a fornecer os resultados das suas observações, mas compete ao arqueólogo utilizá-los de forma crítica, pesando o seu real significado no conjunto dos elementos revelados pela escavação. A este respeito deveremos declarar desde já que uma data isolada de radiocarbono terá de ser sempre encarada como um dado muito provisório, não só para o monumento no seu conjunto, mas para o nível arqueológico que pretende situar cronologicamente. Temos de trabalhar com séries de datas, mas, no caso de uma estação com vários níveis estratigráficos, mais valem, desde já, diversas datas para um só nível, susceptíveis de se contrastarem entre si, do que apenas uma para cada nível, por muitas que elas sejam. Convém pois nunca esquecer que a escavação é que é o momento decisivo da investigação arqueológica, e que é o responsável pela mesma que deve em última análise valorizar o significado de todos os resultados que lhe são proporcionados pelos especialistas que com ele colaboram. Por mais apêndices analíticos que se agreguem a um relatório de escavações, é a qualidade das observações feitas durante as

mesmas que determinará o interesse de todas as outras investigações. Por isso é que uma escavação não deve ver-se apenas como um acto puramente técnico — algo que poderia ser bem feito por um indivíduo que só escavasse, independentemente da época, contexto cultural, e problemática subjacente — mas como uma operação *intelectual*, em que um procedimento de tipo rotineiro conduzirá fatalmente à perda irremediável de informação, se não mesmo à destruição científica da estação intervencionada. Os «técnicos» têm lugar na escavação — mas sob a supervisão de um investigador, isto é, em última análise, de um pré-historiador ou, se quisermos, de um historiador, no sentido mais amplo desta palavra. Esta cautela convém não ser esquecida, no momento em que circunstâncias exteriores à pesquisa obrigam à realização de muitas escavações de emergência, por vezes entregues aos chamados «técnicos de campo», com os riscos que facilmente se adivinham. Por isso sempre defendemos que os arqueólogos que actuam nos Serviços do I.P.P.C., por exemplo, devem ser também, a seu modo, investigadores.



Esquema muito simplificado de uma mamoa megalítica (em corte).

1 — camada superficial, contendo a couraça de revestimento pétreo; 2 — terras que constituem o montículo; 3 — nível lenticular de areão saibrento depositado; 4 — restos do solo antigo; 5 — saibro da base.
Cou — couraça lítica; Co — contraforte da câmara; Ec — enchimento da câmara.

Voltando ao caso concreto de uma mamoa megalítica, e baseados na nossa experiência de dez anos de trabalho neste tipo de estações, gostaríamos de reflectir brevemente sobre algumas das situações que se nos podem deparar em cada um dos casos acima enunciados, isto é, no que se refere ao *tumulus*, ao dólmen, e ao «solo enterrado», ou seus vestígios. Reportamo-nos, obviamente, ao Norte do país, onde se têm processado as nossas investigações.

Uma mamoa construída em terra, e revestida por uma estrutura imbricada de pedras, que designamos couraça, pode conter no seu interior uma certa variedade de elementos não estruturais dignos de estudo. Porém, os carvões, sementes e restos de artefactos que nela se recolherem tanto podem ter sido carreados para o local do montículo na altura da sua construção (sendo assim anteriores a esta), como ter resultado de acções antrópicas (remeximentos, reutilizações) ou naturais, posteriores. As mamoas

são sítios óptimos para os animais escavadores construírem as suas tocas, transportando para o interior do montículo elementos alógenos; essas tocas, antigas ou recentes, distinguem-se normalmente bem na estratigrafia. Fogos de mato podem, em épocas diferentes, ter queimado a vegetação que cobria o *tumulus*, de forma mais ou menos profunda, possibilitando por exemplo a infiltração de elementos através de buracos de antigas raízes. A própria água das chuvas, ou a progressão de raízes em profundidade, alteraram sem dúvida a distribuição dos elementos no interior das mamoaas, que estão longe de se encontrarem intactos. Aliás, as mamoaas constituídas por terras húmidas, pouco consistentes, no momento da sua edificação, sofreram com o correr dos séculos um processo de compactação, que pode atingir várias dezenas de centímetros, o que certamente também afectou, de modo mais ou menos importante, os elementos arqueológicos ou paleoecológicos que continham. Estes, de acordo com o seu maior ou menor peso, podem ter «migrado» no interior do *tumulus*, apresentando-se hoje a uma cota diferente da original. Precisaríamos, aqui como em tantos outros casos, de dispor de uma nova ciência, a dos depósitos arqueológicos (e, em particular, daquilo que se designa por «micromorfologia»), que nos ajudasse, entre outros aspectos, a explicitar todas as alterações pós-deposicionais sofridas pelos testemunhos que exumamos. E não nos esqueçamos, ainda, de que durante a própria construção de uma mamoa — que não sabemos quanto tempo durou — os seus autores podem ter realizado, à superfície, diversas acções, como o acender de fogueiras, que evidentemente deixaram os seus vestígios, os quais precisam de ser distinguidos dos de outra origem. Ter em consideração todas estas possibilidades é estar atento à diversidade do que a escavação é susceptível de revelar, afinando a atenção e permitindo a interpretação correcta em cada caso. Longe de ser um «invólucro» de estruturas e de objectos, como para os autores antigos, o *tumulus* é o nosso próprio campo de pesquisa; a sua dissecação o nosso objectivo, não por uma questão de princípio rotineiro, mas com a intenção de averiguar como foi feito e que alterações ulteriores sofreu. Antes de saber que história se retira de um lugar, importa saber a história *desse lugar*. Uma micro-história, na verdade, mas é nela que se baseiam as «grandes» conclusões que no fim se obtêm. Esta a especificidade do trabalho do arqueólogo dos nossos dias, cuja atitude metodológica e epistemológica está próxima da do naturalista, para o qual não existem à partida «grandes» e «pequenos» temas, mas sistemas de fenómenos cujo encadeamento é nosso mister descrever tão objectivamente quanto possível, para depois os podermos interpretar.

Também a estrutura megalítica raramente chegou até nós intacta. Defrontamo-nos aqui com a análise de uma arquitectura, sendo essencial a sua reprodução gráfica tão fielmente quanto possível, ao longo das várias fases de exumação. A produção de um «croquis» de planta simplificado, tal como aparecia nas antigas publicações, não é hoje suficiente. Em rigor, os pontos delimitadores da estrutura têm que coincidir uns com os outros, tanto na sua projecção planimétrica (necessária, para lá da planta) como vertical. É um trabalho por vezes muito difícil, sobretudo em câmaras pequenas, em que temos de operar em espaços apertados, acrescentando que o contraforte e a própria massa do *tumulus* nos impedem frequentemente de visualizar por completo o dólmen, não sendo obviamente legítimo remover a mamoa para o poder observar completamente (como já se fez entre nós). Tudo quanto são linhas ou delimitações hipotéticas devem, assim, ser representadas a tracejado, não dando como certo aquilo que é meramente

provável. Aqui como noutros aspectos da arqueologia, a qualidade da informação gráfica é um dos barómetros do rigor aplicado nos trabalhos; mas não é o único, porque quem desenha pode sempre conferir falsa verosimilhança àquilo que representa («nos desenhos bate sempre tudo certo»... dizia alguém, com ironia). Eis porque, na nossa ciência, que se baseia em informações muitas vezes não comprováveis, a qualidade moral do investigador é condição *sine qua non* da fiabilidade do seu trabalho.

Mas uma câmara dolménica é também uma «caixa», um compartimento em que, desde a sua construção, se acumularam coisas. Tem portanto um enchimento que importa decapar cuidadosamente, peneirando todo o seu conteúdo (acção que pelo menos em princípio, ou idealmente, se deveria aplicar a todos os sedimentos removidos pela escavação). Nunca encontrámos, nas nossas escavações, uma câmara não violada, nem ao menos um nível completamente intacto no seu interior. Todo o respectivo enchimento se acha mais ou menos revolvido, o que não significa que, em alguns casos, se não encontrem parcialmente preservados certos dos seus elementos originais, como pode ser um resto de piso, por ex. Há que estar particularmente atento, pois, distinguindo cuidadosamente as estruturas, sedimentos, ou objectos que possam ainda ocorrer *in situ*. É claro que tais elementos podem estar ligados a uma das fases de utilização do sepulcro, nada nos garantindo, à partida, que ela seja coetânea culturalmente da construção daquele. Qualquer indício artefactual ou paleoecológico proveniente do interior da câmara deve assim passar pela malha da crítica antes de ser valorizado.

Sob o monumento, e sobretudo em torno da câmara, onde é mais espesso, surge-nos com frequência um nível de textura e cor diferentes das que as terras do montículo apresentam. Por vezes os dois estratos encontram-se mesmo separados por uma estreita lenticula de saibro, que tudo indica ter sido depositada pelos construtores. Se assim foi, eles contribuíram para distinguir dois sedimentos completamente diferenciados, pelo menos em termos arqueológicos: aquele que acumularam, para construir a mamoa, e um outro que já existia no local, e a que chamamos «solo enterrado», ou «solo antigo». De notar que normalmente o contraforte da câmara se lhe sobrepõe, ao contrário do que acontece com os esteios, que o «rompem» para atingir a rocha, em que se encontram assentes. Essa necessidade da câmara se implementar no *bed-rock* e o facto deste poder ter sido regularizado nessa área, deverão ter determinado a produção de uma certa quantidade de areão que, espalhado em torno do dólmen, daria precisamente lugar ao nível lenticular antes referido. Aqueles vestígios de solo antigo devem ser convenientemente valorizados, tanto nos dados arqueológicos que fornecem, como nos paleoecológicos (pólens, carvões, etc.). Por exemplo, no respectivo topo encontra-se frequentemente uma camada fina, escura, com abundantes carvões, que, dada a sua extensão em certos casos, se poderá dever a uma queimada da vegetação que, em determinado momento, cobria o local. Esse momento é um problema em aberto, mas poderia corresponder à fase da construção, quando foi preciso limpar o terreno da vegetação que o cobria. Se fosse possível comprovar tal asserção, então teríamos aí, não só uma imagem, embora parcial, da vegetação do sítio na «época» megalítica, como também a possibilidade de, pelo C14, a datar. Seja como for, tal data será sempre um *terminus post quem* para o monumento, sendo muitas vezes a baliza cronológica mais segura que podemos obter numa escavação deste género. É evidente que se podem encontrar carvões a várias cotas desse nível de base, devendo

portanto as recolhas das amostras indicar rigorosamente a sua proveniência; de acordo com esta, a significação do carvão variará, não sendo legítimo, em muitos casos, articular-se esses vestígios com a hipotética vegetação do local à altura da construção megalítica. Mas o solo antigo pode também revelar artefactos, ou outros testemunhos que, cuidadosamente posicionados, serão interpretados de forma quiçá diferente de caso para caso.

Finalmente, na própria rocha de base o arqueólogo poderá deparar com estruturas «em negativo» (fossas, buracos de poste, por ex.) que, de acordo com o respectivo enchimento, relacionado com a estratigrafia geral de monumento, terão uma ou outra interpretação. Poderá, por ex., tratar-se de acidentes abertos na rocha anteriormente à erecção do monumento (ou mesmo até mais antigos do que a deposição do «paleossolo») ou, pelo contrário, depressões resultantes de escavações praticadas na própria mamoa, atingindo o *bed-rock*. O registo de todos estes aspectos deverá fazer-se, estejam eles ou não articulados com espólio arqueológico. As acções propriamente humanas — ou melhor, o seu resultado material — deverão ser integradas num vasto campo de fenómenos que se poderão ter dado num certo sítio. Só com a sua observação descomprometida de apriorismos se poderá compreender os aspectos antrópicos em toda a sua extensão. E colocar no seu contexto próprio cada dado arqueológico ou paleoecológico fornecido pela escavação de um *tumulus*.

É certo que uma mamoa é um monumento, um depósito arqueológico (no sentido de Binford) especificamente constituído num dado momento com um fim religioso e funerário. Mas o sítio em que se implantou poderá ainda conservar vestígios da sua história anterior; e o mais normal é que os materiais com que o montículo foi feito ou que nele se incorporaram posteriormente sejam mais ou menos heterogéneos, tanto na sua natureza como na sua origem. Por outro lado, as câmaras dolménicas foram alvo de sucessivas reutilizações, remeximentos e violações, o que também torna o seu enchimento um depósito de fraca «integridade» e «resolução» (também no sentido de Binford — v., deste autor, o livro *Bones*, 1981, p. 19). Por isso, o significado de qualquer artefacto ou ecofacto detectado numa mamoa megalítica tem de ser pesado à luz da sua exacta proveniência e dos possíveis processos que determinaram a sua ocorrência naquele preciso local. A realidade arqueológica é uma parcela do meio *actual* que nos rodeia, e como tal encontra-se alterada, por múltiplos factores, em relação aos momentos do passado que visamos reconstituir; ela é o somatório de variadíssimas acções naturais e humanas, e por isso os dados empíricos que nela observamos têm de ser filtrados criticamente antes de serem por nós utilizados. «Necessitamos de saber mais — escreve por exemplo Binford (*Working at Archaeology*, 1983, p. 203) — sobre os processos que formaram o registo arqueológico».

É sobre estes problemas que o arqueólogo deve estabelecer constantemente diálogo com os cientistas da Natureza que com ele trabalham, e que normalmente têm, por uma questão de formação, esquemas diferentes de racicínio, que podem, num ou noutra caso, ser menos ajustados à realidade arqueológica.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto

A MAMOA DE « MONTE DA OLHEIRA »

(Serra da Aboboreira — Baião)

Estudos de Paleobotânica e datações de Carbono 14

1. O monumento

A Mamoa de «Monte da Olheira» faz parte do *Conjunto Megalítico da Serra da Aboboreira*. Situa-se a cerca de 250 metros, para NNE, da capela da Sr.^a da Guia, sobre pequena elevação conhecida localmente por «Monte da Olheira».

Trata-se de um *tumulus* com, aproximadamente, 13 metros de diâmetro e 0,80 m. de altura máxima, construído em terra, e pedras de pequena dimensão, formando, superficialmente, um revestimento pétreo de protecção.

Na sua área central implantava-se a câmara funerária, de que só restavam três esteios; tratar-se-ia de uma câmara simples, de planta poligonal, com cerca de 1,80 m. de diagonal, provavelmente fechada, sustentada exteriormente por um contraforte bem estruturado.

Apesar dos profundos remeximentos sofridos pelo monumento, particularmente na área da câmara, o *tumulus* encontrava-se bem conservado; o seu seccionamento, com a abertura de sondagens, permitiu verificar que as terras que o constituíam eram heterogéneas, traduzindo as suas diferentes origens e profundidades; sob estas terras foi identificado o antigo «solo» do local, preservado com a construção do monumento (1).

Os estudos pedológicos confirmaram a leitura estratigráfica e a existência de um «horizonte de solo antigo *in situ*, muito provavelmente um horizonte em posição então sub-superficial» (2) e valores muito elevados de fósforo «assimilável», quer neste horizonte, quer nas terras que constituíam a mamoa.

Na sanja Oeste, integrada nas terras do *tumulus* e sobre o «solo antigo enterrado», foi identificada uma «estrutura de combustão», formada por pedras de dimensão média, dispostas em semi-círculo, que mostravam vestígios da acção do fogo (3).

2. Os elementos vegetais

As amostras utilizadas nas análises radiocarbónicas provêm desta «estrutura de combustão», que corresponde a uma fogueira ocasional, feita, provavelmente, durante a construção do monumento, ou em momento pouco anterior (4) e do «solo antigo enterrado»; durante a escavação das terras da mamoa foram recolhidos outros ele-

(1) Sobre este monumento veja-se, para maior informação, CRUZ, D. J., Escavação da Mamoa do «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, Porto, 13, 1986, pp. 125-139.

(2) Cfr. RICARDO, R. P., MADEIRA, M. A. V., Informação pedológica acerca da Mamoa do «Monte da Olheira» (Serra da Aboboreira — Baião), *Arqueologia*, Porto, 13, 1986, pp. 140-143.

(3) Vd. artigo citado na nota 1 (Figs. 8 e 14).

(4) De facto, o bom estado de conservação desta «estrutura», que assenta sobre o antigo solo do sítio, só se compreende se, logo após a sua utilização, tivesse sido soterrada com a construção da mamoa.

mentos vegetais carbonizados, para posterior identificação da espécie por observação microscópica:

QUADRO I

Amostra n.º	Localização (5)	Estratigrafia
1	Quad. F7d x = 180; y = 080; z = 053.	Terras do <i>tumulus</i> ; carvões recolhidos na estrutura de combustão.
2	Quad. F7d x = 180; y = 076; z = 073.	<i>Id., idem</i> , mas recolhidos mais profundamente, ao nível do «solo antigo enterrado».
3	Quad. E5d x = 176; y = 035; z = 075.	«Solo antigo enterrado» (topo).
4	Quad. E5d x = 184; y = 035; z = 075.	<i>Idem.</i>
5	Quad. F5 x = 030; y = 170; z = 060.	Terras do <i>tumulus</i> .
6	Quad. F5 x = 113; y = 180; z = 054.	<i>Idem.</i>

3. Estudos paleoambientais

As análises realizadas, no âmbito da Antracologia, permitiram a identificação das seguintes espécies vegetais (6):

- amostras n.ºs
- 1—1 *Quercus pedunculata/sessiliflora*.
 - 2—1 *Quercus* (de folha caduca).
 - 3—2 *Quercus pedunculata/sessiliflora*.
1 *Quercus* (de folha caduca).
 - 4—3 *Quercus* (de folha caduca).
1 *Quercus pedunculata/sessiliflora*.
 - 6—1 *Quercus* (de folha caduca).

A amostragem é reduzida (7) e por isso, os resultados deste estudo — que apontam para a existência, nas chãs superiores da Serra da Aboboreira (>900 metros de altitude) de uma vegetação arbórea, constituída por carvalhos de diversas espécies, hoje acantonada nas vertentes — só poderão ser suficientemente valorizados no contexto de

(5) Em cada quadrado de 2 metros de lado, com o observador orientado a Norte, x corresponde ao eixo da ordenada e y ao da abcissa; o valor z traduz a profundidade dos achados, relativamente ao nível superior do monumento. Valores em centímetros.

(6) Os estudos antracológicos foram realizados pela Dr.ª Isabel Figueiral, bolsista do Governo Francês na Univ. de Montpellier, onde prepara uma tese de doutoramento neste domínio. Expressamos a esta investigadora os nossos agradecimentos.

(7) A recolha destes elementos vegetais foi realizada, em 1981, durante os trabalhos de escavação. São pontuais, o que necessariamente falseia os resultados, porquanto o arqueólogo actua como seleccionador. De facto, só a amostragem sistemática e por flutuação, perfeitamente estratigrafada, paralelamente à recolha eventual, poderá fornecer indicações mais seguras sobre o manto vegetal de uma região, em tempos pré-históricos, a partir do estudo de carvões, de sementes e de grãos.

múltiplas recolhas, sistemáticas e por flutuação, antracológicas e paleocarpológicas e, sobretudo, palinológicas.

A amostra n.º 5 foi analisada pelo Sr. Eng.º A. R. Pinto da Silva, da Estação Agronómica Nacional, e correspondia a «entrenós bolbiformes, basais, de colmos da gramínea *Arrhenatherum elatius* ssp. *bulbosum*, representada por:

1 pseudobolbo, ca. de 12 mm de diâmetro e 5 mm de altura, de circuito «equatorial» polígono-circular irregular. Quase inteiro. Cicatrizes do colmo bem evidentes. Superfície estriada radialmente, lustrosa;

1 fragmento de pseudobolbo, menor, com características semelhantes» (8).

Esta gramínea, ainda hoje existente na cobertura vegetal da região, foi identificada em numerosas outras estações arqueológicas, tumulares e habitacionais, e «é comum quer nos incultos, quer nas terras de sementeira» (9).

4. Datações por Carbono 14

As datações por Carbono 14 foram realizadas nos laboratórios das Universidades de Groningen (Holanda) e de Granada (Espanha) (10).

Os carvões utilizados pertencem às quatro primeiras amostras (11) (vd. Quadro I) e os resultados obtidos foram os seguintes:

QUADRO II

Amostra n.º	Laboratório	Datação BP	Conversão a.C.	Calibração (12) AC
1	UGRA — 287	5630 ± 90	3600 ± 90	4710 — 4155
2	GrN — 15330	5195 ± 25	3245 ± 25	4135 — 3795
3 + 4	GrN — 15331	5400 ± 40	3450 ± 40	4420 — 3915

A amostra n.º 1 compreende os carvões da «estrutura de combustão», recolhidos na fase inicial da sua escavação (53-60 cm). A data de 5630 ± 90 anos BP difere da obtida com os carvões da amostra n.º 2, realizada no Laboratório de Groningen, que, em princípio, corresponde ao mesmo conjunto de carvões, embora recolhidos a maior profundidade (60-73 cm).

As amostras n.ºs 3 + 4 datam o nível superior do «solo antigo enterrado» (5400 ± 40 anos BP).

(8) Informação pessoal. Reiteramos os nossos agradecimentos ao Sr. Eng.º A. R. Pinto da Silva, que desde há muito vem colaborando com os diversos investigadores que têm trabalhado nas estações arqueológicas da Serra da Aboboreira.

(9) PINTO DA SILVA, A. R., Achados de origem vegetal nas explorações arqueológicas realizadas em Baião de 1978 a 1981, *Arqueologia*, Porto, 5, 1982, pp. 71-75.

(10) Agradecemos aos Srs. Profs. W. G. Mook e Cecilio González Gómez o terem aceitado realizar nos seus laboratórios estas análises.

(11) As amostras n.ºs 3 e 4 foram reunidas numa única, no sentido de perfazerem a quantidade necessária para a realização de uma datação normal; a posição estratigráfica e proximidade destas amostras indicava tratar-se da mesma concentração de carvões.

(12) Seg. KLEIN, J., LERMANN, J. C., DAMON, P. E., RALPH, E. K., «Calibration» des dates «radiocarbène», *Revue d'Archéométrie* (supplément), Rennes, 1983, pp. 3-46.

Se considerarmos a contemporaneidade histórica dos momentos da utilização da fogueira e da construção do monumento (este é posterior àquele, mas não muito), as datas fornecidas pelas amostras n.ºs 2 («estrutura de combustão») e 3 + 4 (topo do «solo antigo enterrado»), obtidas no mesmo laboratório, mostram-se coerentes.

De facto, o período de tempo decorrido entre a construção do monumento e a carbonização dos materiais lenhosos recolhidos no «solo antigo», é relativamente curto (cerca de 200 anos).

Não é inverosímil este lapso de tempo, particularmente se tivermos presente que o «solo antigo enterrado» apresenta um elevado teor de fósforo «assimilável», justificável, talvez, por uma manifesta actividade humana no local, durante um certo período de tempo, em momento anterior ao da erecção do monumento (13).

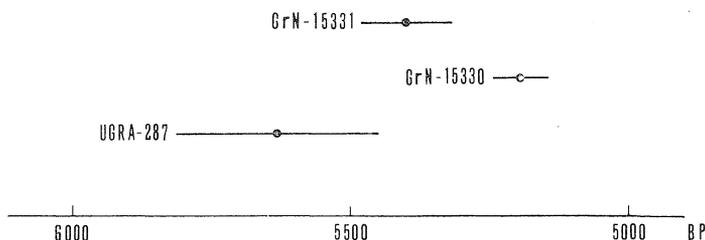


Fig. 1 — Datas convencionais de radiocarbono da Mamoa de «Monte da Olheira» (intervalo de confiança de ± 2 sigma).

A data UGRA-287 (5630 ± 90 anos BP) surge, neste contexto, aparentemente discrepante. Mas as variações sistemáticas registadas entre os diversos laboratórios de Carbono 14, particularmente ao nível da contagem das partículas beta, são conhecidas (14), encontrando-se, algumas delas, quantificadas (15).

Estas diferenças entre os laboratórios alertam-nos para a relatividade das datações e o cuidado com que devem ser utilizadas, em especial quando se trabalha com cronologias finas e se comparam resultados obtidos em laboratórios diferentes (16).

(13) Neste monumento o fósforo «assimilável» ocorre tanto no «solo antigo enterrado», como nas terras que constituíam o *tumulus*, particularmente nas manchas que apresentam características semelhantes às do solo soterrado; estas últimas foram deslocadas das imediações do monumento para a sua construção. Cremos que tais teores de fósforo terão uma origem antrópica, relacionada com um possível *habitat*, anterior à construção da mamoa. Embora em trabalho anterior, referido na nota 1, tenhamos aventado também a possibilidade de ser possível relacioná-los com as próprias práticas funerárias, a sua existência nas terras do *tumulus*, a diferentes níveis, associado à imobilidade no terreno destes nutrientes, permite-nos valorizar como mais verosímil a hipótese do *habitat*, tanto mais que o local oferece boas condições para a fixação de um grupo humano, ainda que temporariamente.

(14) WARD, G. K., WILSON, S. R., Procedures for comparing and combining radiocarbon age determinations: a critique, *Archaeometry*, Oxford, 20 (1), 1978, pp. 19-31; CABRAL, J. M. P., SOARES, A. M., Datação pelo radiocarbono. II — Sobre a estimação do verdadeiro valor das datas convencionais de radiocarbono e a comparação de duas datas, *Arqueologia*, Porto, 10, 1984, pp. 89-99.

(15) Vd. KLEIN, J., *et alii*, «Calibration des dates «radiocarbones», *Revue d'Archéométrie* (suppl.), Rennes, 1983, p. 22.

(16) As datas UGRA-287: 5630 ± 90 anos BP e GrN-15330: 5195 ± 25 anos BP apresentam maiores dificuldades de articulação, pois não são estatisticamente semelhantes. Partindo do pressuposto que os carvões provêm do mesmo objecto e datam o mesmo contexto, seria aqui aplicável o teste estatístico

Por outro lado, estatisticamente a data 5630 ± 90 anos BP, utilizando-se um intervalo de confiança de, aproximadamente, 95 % (± 2 sigma) mostra-nos que há a probabilidade, embora reduzida, de esta ser posterior à data obtida com as amostras n.ºs 3 + 4 (Fig. 1).

A calibração das três datas ⁽¹⁷⁾ permite-nos também verificar que a fogueira (UGRA-287:5630 ± 90 anos BP) poderia ter sido utilizada, probabilisticamente, em momento posterior à data fornecida pelos carvões recolhidos no «solo antigo enterrado» (GrN-15331:5400 ± 40 anos BP) (Fig. 2).

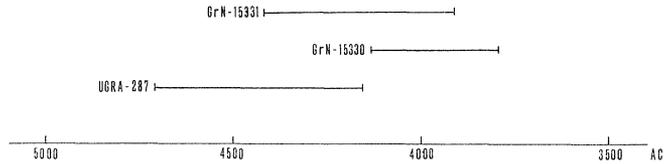


Fig. 2 — Representação gráfica das datas radiocarbônicas calibradas (período convencional de 5568 anos e um intervalo de confiança de ± 2 sigma) da Mamoa de «Monte da Olheira» (seg. Klein *et alii*, 1983).

Apesar das limitações inerentes ao próprio método de datação ⁽¹⁸⁾ e à problemática arqueológica, que é vasta, ligada à especificidade dos monumentos megalíticos, podemos considerar que a Mamoa de «Monte da Olheira» terá sido erigida na 2.ª metade do 4.º milénio a.C. (datas convencionais), o que não está em desacordo com a cronologia de um conjunto de monumentos situados nas chãs superiores da Serra, destacando-se a Mamoa 2 de «Meninas do Crasto» ⁽¹⁹⁾, situada a c. de 200 metros para NE do monumento a que este texto se refere, e a Mamoa da «Mina do Simão» ⁽²⁰⁾.

DOMINGOS DE JESUS DA CRUZ

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra

preconizado por WARD & WILSON (*op. cit.*, nota 14 e, dos mesmos autores, Evaluation and clustering of radiocarbon age determinations: procedures and paradigms, *Archaeometry*, Oxford, 23 (1), 1981, pp. 19-39). Contudo, situações semelhantes registam-se noutros monumentos da mesma região e tal trabalho seria útil se aplicado ao conjunto, já vasto, de datações de Carbono 14 da Serra da Aboboreira.

⁽¹⁷⁾ A utilização de datas calibradas não é recomendada por muitos autores, porque estas trazem uma acumulação de erros: por um lado os do próprio método de datação, por outro, os inerentes à determinação da curva de calibração. Fazemo-lo neste texto apenas com o intuito de tentar esclarecer a problemática exposta.

⁽¹⁸⁾ POLACH, H. A., Radiocarbon dating as a research tool in archaeology: hopes and limitations, in *Scientific methods of research in the study of ancient Chinese and Southeast Asian metal artefacts: a symposium*, Melbourne, National Gallery of Victoria, 1976, pp. 255-298.

⁽¹⁹⁾ Este monumento foi datado de 5260 ± 50 anos BP (três determinações que forneceram o mesmo valor, CSIC-656 a 658). Vd. JORGE, V. O., Novas datações de radiocarbão para mamoas do concelho de Baião, *Arqueologia*, Porto, 11, 1985, pp. 182-185.

⁽²⁰⁾ CSIC-715:5010 ± 70 anos BP; CSIC-716:5050 ± 70 anos BP; CSIC-717:5130 ± 90 anos BP. Vd. JORGE, V. O., ALONSO, F., Datas de Carbono 14 para a Mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira, N. de Portugal), *Arqueologia*, Porto, 15, 1987, pp. 92-93.

Povoado e necrópole de Outeiro

(Santiago de Subarrifana, Penafiel)

O conjunto arqueológico de Outeiro, em Santiago de Subarrifana, foi descoberto e sumariamente noticiado em 1965 (1), tendo-se então procedido a um reconhecimento do local e à remoção do espólio, com destino ao Museu Municipal, onde hoje se conserva.

O lugar de Outeiro está instalado em uma pequena elevação da margem direita do rio Sousa, perto da confluência do Mezio. Domina os campos circundantes que, à semelhança do restante vale médio do Sousa, são de boa aptidão agrícola (2).

Longitude: 8° 18' 8" W. Gr.

Latitude : 41° 13' 10" N.

Altitude : 191 m.

Segundo o citado relatório de 1965 os achados deram-se casualmente, ao remover terras para plantação de vinhas, no quintal de José Teixeira. O espólio surgido neste primeiro momento dispersou-se, ficando a notícia de que se tratava de vasos cerâmicos e fragmentos, de entre os quais se menciona um prato, paredes de um dólio e exemplares com aguada ou engobe vermelho no interior.

Na área da escavação surgiu ainda uma moeda em bronze, de Constantino I, cunhada em Roma, fins de 312-313 dC (RIC 317).

Depois de alertada para a importância dos achados e perante o aparecimento de uma nova sepultura, tomou a Comissão Municipal de Cultura a seu cargo a exumação do espólio desta e a abertura de três valas de sondagem.

A primeira vala, com 4 × 1,5 m, é a que enquadra a sepultura cujo espólio conhecemos. Trata-se de um enterramento com paredes de pedra miúda, de 25 cm de espessura, desenhando um rectângulo de 1,94 × 0,76 m, com orientação Nascente-Poente.

A fotografia da página 89 mostra seis vasos, que a legenda atribui a este enterramento. São eles:

- almotolia, em pasta bege, fina e alisada, sem fuligem, muito semelhante no seu fabrico ao púcaro maior, com deformação anterior a cozedura (Fig. 2-1);
- vaso fechado, em pasta arenosa bege, superfície pouco alisada e com fuligem na pança (Fig. 2-2);
- púcaro grande, em pasta bege, fina, com superfície alisada. A passagem do colo à pança é marcada por três sulcos. Não apresenta fuligem (Fig. 3-1);

(1) *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura de Penafiel*, Penafiel, 2.^a sér., 3, 1965, pp. 87-89; A Comissão Municipal de Cultura informa, *O Penafidelense*, Penafiel, 88 (17), 1965 (Ag. 17); Comissão Municipal de Cultura, *O Tempo*, Penafiel, 36 (17), 1965 (Ag. 22).

(2) Carta Militar de Portugal. Folha 112, Penafiel.

—púcaro, em pasta bege acastanhada, muito granulosa, com a superfície pouco alisada (Fig. 3-2).

Na fotografia vê-se ainda parte de um vaso fechado, muito fragmentado, e um prato, também partido, que não identificamos no Museu.

Junto destes vasos guarda o Museu Municipal uma tigela, imitação de Drag. 35, em pasta castanha clara, com núcleo cinza escuro, dura, superfície áspera que teria estado coberta por aguada vermelha (Fig. 3-3), e um prato em pasta acastanhada grosseira, com as superfícies pouco alisadas e manchadas de fuligem (Fig. 3-4). Perencerão talvez ao grupo de materiais mencionados em primeiro lugar.

A segunda vala, 30 m a SE da casa de José Teixeira, com $1 \times 1,5$ m, escavada até ao solo natural (1,4 m) não deu espólio.

A terceira, próxima do quintal do referido proprietário, com oito metros de longo, pôs a descoberto um muro com 45 cm de largura, prolongado em arco. A construção conservava 25 a 40 cm de altura. Neste terreno pode, ainda hoje, ser recolhido espólio.

Quisemos recordar este conjunto arqueológico que, provisoriamente, classificamos como povoado aberto e necrópole, provavelmente de inumação, para o associarmos aos múltiplos achados idênticos que, de uma e outra margem ladeiam o vale do Sousa ⁽³⁾. A presença de uma moeda de Constantino, embora fora de contexto, e as características do espólio e da sepultura permitem admitir, como indicativo, uma cronologia dentro do século IV dC. para esta estação, mais uma a preencher a já densa ocupação tardo-romana deste vale ⁽⁴⁾.

TERESA SOEIRO

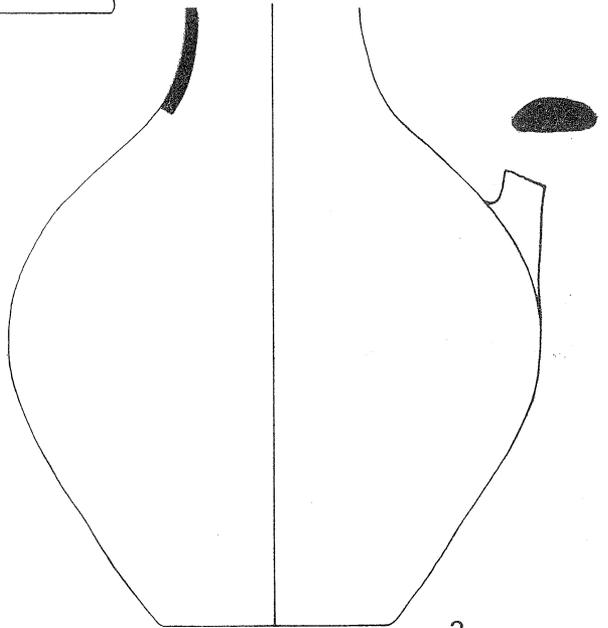
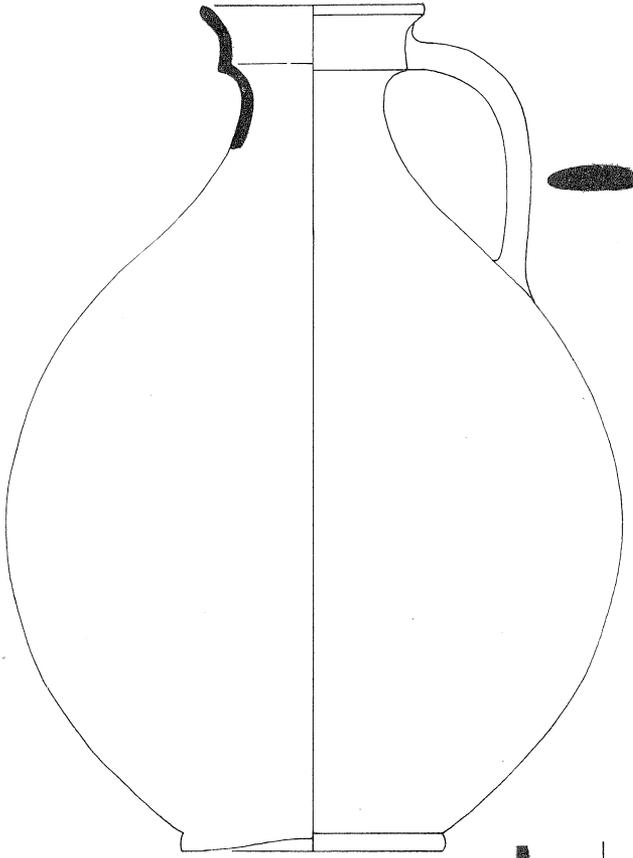
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto
Museu Municipal de Penafiel

⁽³⁾ Teresa Soeiro, Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, Penafiel, 3.^a sér., 1, 1984; *idem*, Contribuição para o inventário arqueológico do concelho de Paredes (Porto), *Portugália*, Porto, 6/7, 1985/1986, pp. 110 e segs.

⁽⁴⁾ Com a notícia sobre o espólio desta estação conclui-se a publicação de todos os materiais arqueológicos identificados existentes no Museu Municipal, até 1985.



Fig. 1 — Localização da estação (Carta Militar de Portugal, esc.: 1:25.000, folha 112 — Penafiel).



2

Fig. 2 (Esc. 1:2).

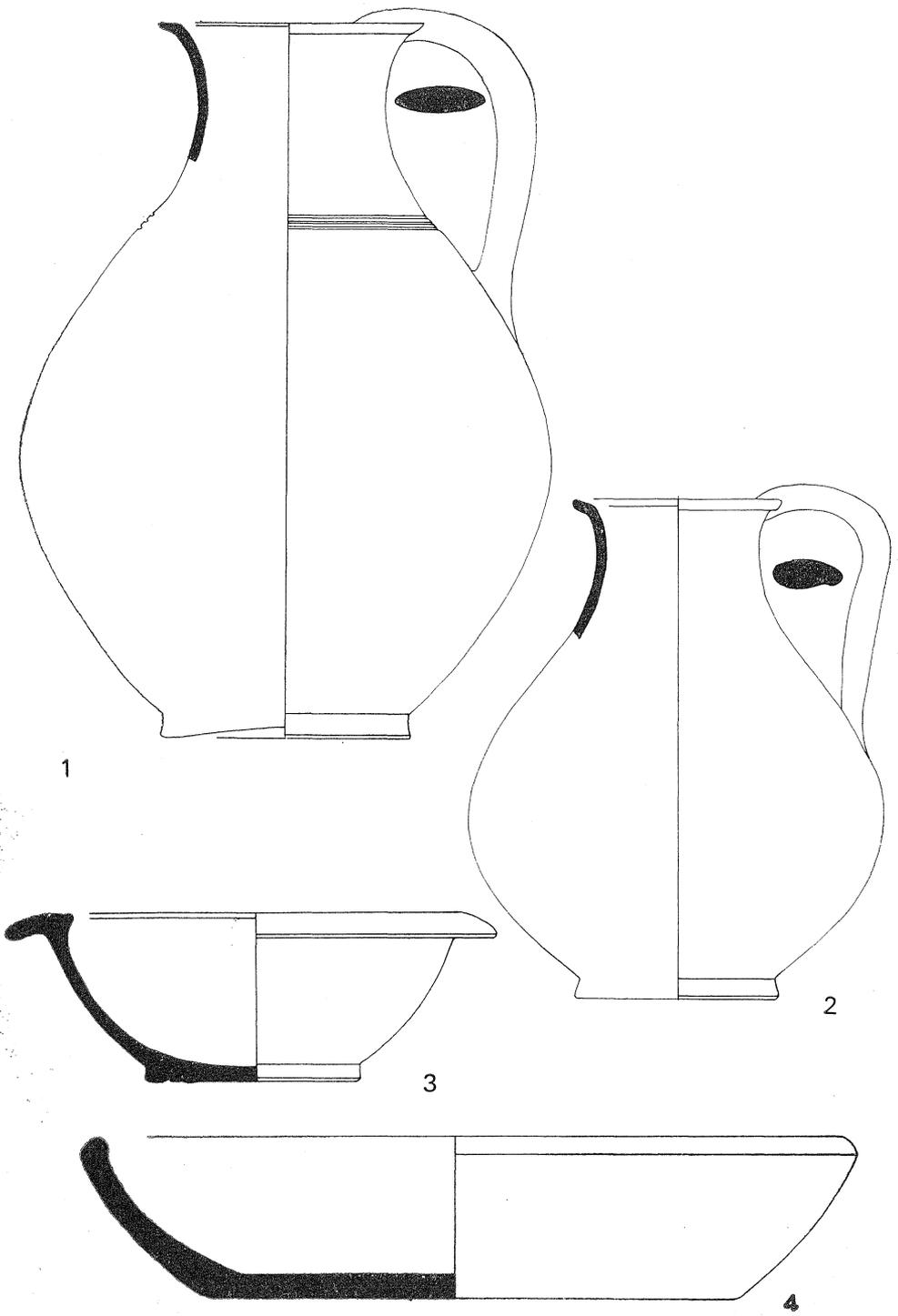


Fig. 3 (Esc. 1:2).

Achados pré e proto-históricos no Concelho de Mangualde

Quando, em 1985, demos por terminada a primeira parte da «Carta Arqueológica do Concelho de Mangualde» (1), distrito de Viseu, tínhamos então detectado na freguesia de Santiago de Cassurrães alguns achados pré e proto-históricos inéditos, dos quais iremos dar uma breve notícia. Trata-se de dois machados de pedra polida, uma ponta de seta em sílex e uma cabeça humana esculpurada.

— Nos princípios da década de 80, ao proceder-se à abertura de alicerces, por baixo do actual terraço que liga a cozinha da abadia ao corredor lateral da Igreja

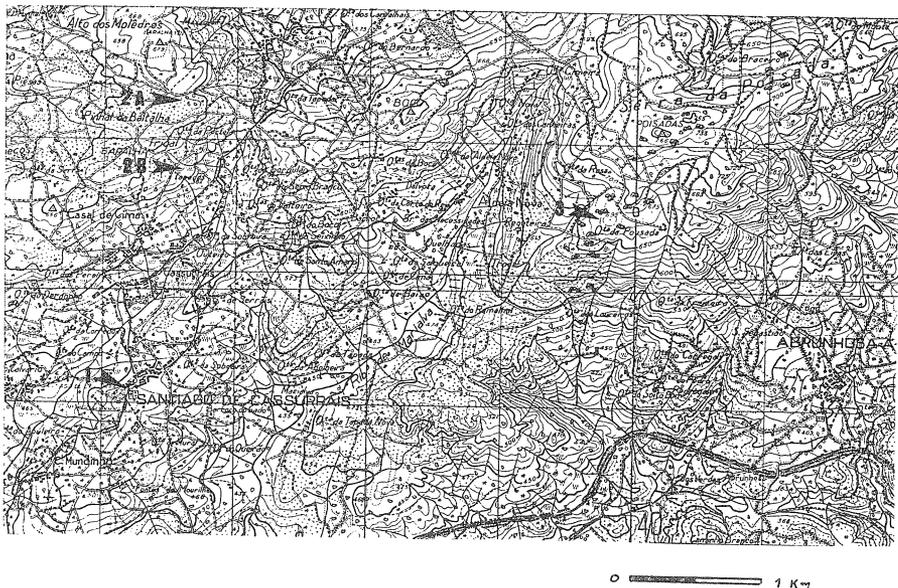


Fig. 1 — Localização dos achados pré e proto-históricos (Carta Militar de Portugal, esc.: 1:25.000, fl. 190). 1 — Machados de pedra polida; 2 A — Penedo dos Mouros; 2 B — Ponta de seta em sílex; 3 — A «Cerca».

Paroquial de Santiago de Cassurrães, foram encontrados dois machados polidos (Fig. 2) de anfíbrito, juntamente com três mós manuárias romanas. Como não assistimos ao achado, ignoramos se terá aparecido algum tipo de cerâmica. É de crer que sim, pelo menos a de origem romana, pois não seria mais que o prolongamento da que aparece à superfície nos terrenos em redor. Estamos numa área onde provavelmente terá existido uma *villa*.

(1) *Levantamento Arqueológico do Concelho de Mangualde*, 1985 (dactilografado), apresentado ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Que se trate de um achado avulso ou tenham sido recolhidos pelos romanos, são hipóteses a ter em consideração.

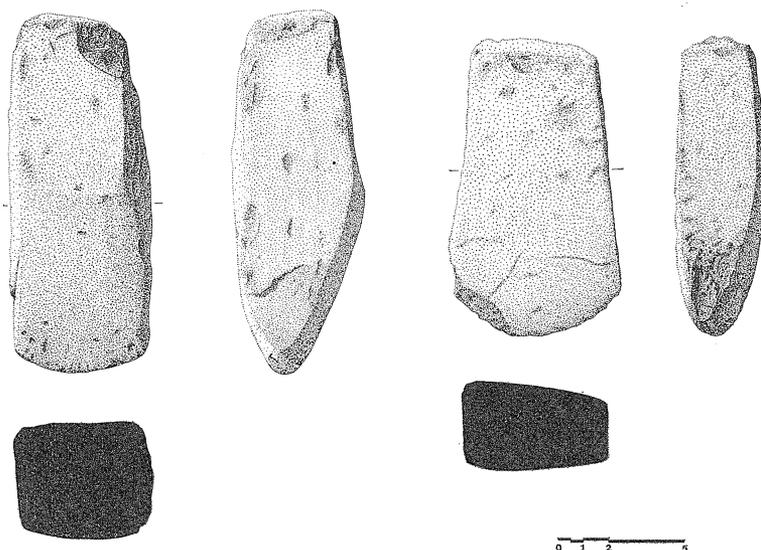


Fig. 2 — Machados de pedra polida (des. de Paulo Félix).

Actualmente encontram-se recolhidos numa sala anexa à igreja supra citada.

Localização: (coordenadas quilométricas segundo a Carta Militar de Portugal, 1:25.000 (1945), folha 190) (Fig. 1-1): M: 236,30; P: 401,10.

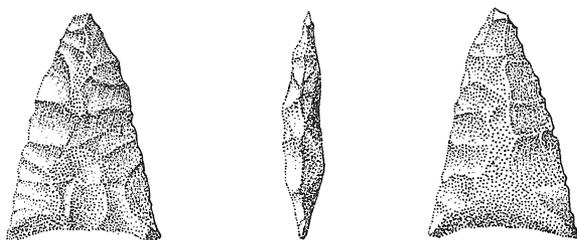


Fig. 3 — Ponta de seta encontrada no sítio dos «Tapados»
(des. de A. Nunes Pinto). Esc. 1:1.

— Aquando de uma das nossas deslocações ao sítio dos «Tapados» (zona agricultada implantada a meio da serra da Baralha, sensivelmente a 500 m a NE da aldeia de Casal de Cima), onde vínhamos verificando a existência de cerâmica romana, foi recolhida uma ponta de seta em sílex, triangular, de base côncava, corpo curto, espessa, com retoque sub-paralelo, cobridor no anverso e invasor no reverso (Fig. 3).

Talvez estejamos perante um achado isolado que terá sido recolhido pelos romanos ou então vindo por arrastamento de uma parte mais alta da serra. Precisamente a uns 200 m mais acima surge-nos o chamado «Penedo dos Mouros», como que delimitando a extensa chã que constitui o cimo da serra do resto da encosta.

O «Penedo dos Mouros» é um afloramento natural, em granito de grão grosso, bastante alto (6 a 7 m) e volumoso, que sobressai na paisagem. Está disposto quase em forma de ferradura, deixando livre o seu espaço central e um dos lados. A avaliar pelas marcas erosivas actuais e pelos blocos caídos no interior, é provável que outrora todo este espaço central estivesse coberto pelo prolongamento da rocha granítica.

Pela sua disposição natural o «Penedo dos Mouros» constitui um óptimo local de abrigo, ainda hoje bastante utilizado pelos pastores locais.

Apesar de completamente tapeado por um espesso amontoado de pequenas e grandes pedras, umas para aí atiradas, outras resultantes da acção erosiva, pode-se observar que o solo-base é constituído por terra.

Será bastante prematuro tentarmos dizer que o «Penedo dos Mouros» foi um abrigo pré-histórico e que a ponta de seta terá sido arrastada daqui. Só uma escavação do local poderá adiantar algo mais.

Actualmente a peça lítica encontra-se na Associação Cultural «Azurara da Beira» (Mangualde).

Localização do «Penedo dos Mouros» (Fig. 1-2A-2B): M: 236,65; P: 403,30.



Fig. 4

— Achado curioso, durante a nossa prospecção de campo, foi o de uma cabeça humana talhada na parte superior de uma rocha granítica (Figs. 4 e 5).

O local é conhecido por a «Cerca» em plena serra da Poisada (seg. C.M.P.) ou das «Bochinhas» (designação popular) (Fig. 1-3).

Localização: M: 239,80; P: 402,43.

É uma zona montanhosa, quase completamente juncada de afloramentos graníticos e com boas condições hidrológicas (são patentes diversas linhas de água).

A «Cerca» surge inserida numa das partes mais altas da serra (695 m) dominando uma extensa paisagem.

Restos de muros e casas relativamente recentes, compostos de pedra solta e numerosos amontoados de pedras, procedentes, sem dúvida, de antigos edifícios que foram concentrados em certos pontos pelos camponeses para facilitar o cultivo, são aqui uma constante.

Se estamos perante um castro pré-romano será prematuro dizê-lo. Nenhum material conseguimos detectar embora a vegetação rasteira também não o facilitasse.

Considerando o meio ambiente, com as suas boas condições de defesa, as suas plataformas, ideais para a construção de estruturas habitacionais e o cultivo de cereais, a água em abundância, o topónimo e a escultura antropomórfica, talvez possamos pressupor uma ocupação castreja.

É neste contexto que nos surge uma cabeça humana, por vezes até lembrando mais uma caveira, esculpida no monólito granítico. De forma oval, mede 19,4 cm



Fig. 5

de comprimento e 28,8 cm de altura. Os olhos são duas concavidades circulares; o nariz um ressalto vertical e a boca uma concavidade longitudinal. Não há o menor sinal da tentativa de representação das sobranceiras, pálpebras ou outro pormenor.

Sem pretendermos fazer aqui um exaustivo e completo estudo comparativo, diremos apenas que a cabeça de a «Cerca» é semelhante às três do castro de Yecla de Yeltes, Salamanca (2) a propósito das quais diz Martín Valls (3) o seguinte: «A cronologia das cabeças de pedra, procedentes dos castros ocidentais e sobretudo do Noroeste, é muito difícil de fixar, porque até agora aparecem fora de um contexto arqueológico preciso. O mesmo ocorre com as esculturas zoomórficas da Meseta e do Noroeste — estas mais tardias no seu começo — cujo horizonte cronológico é muito amplo, abarcando desde a segunda Idade do Ferro até à época romana» (p. 90).

LUÍS FILIPE C. GOMES

Soc. Portuguesa de Antropologia e Etnologia

(2) Blásquez, J. M. — «Cabezas célticas inéditas del castro de Yecla, Salamanca», *VII CNArq.*, Barcelona, 1960, Zaragoza, 1962, pp. 217-226

(3) Martín Valls, R. — «Insculturas del castro salmantino de Yecla de Yeltes: Nuevos hallazgos y problemas cronológicos», *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, vol. XXXIX, Valladolid, 1973, pp. 81-103.

Ficheiro Epigráfico — Uma experiência em curso em Portugal (*)

Ficheiro Epigráfico (=FE) nasce, em 1982, por um imperativo científico e com uma finalidade pedagógica.

Do ponto de vista científico: sente-se, um pouco por toda a parte, a necessidade de pôr à disposição do mundo científico, o mais rápida e correctamente possível, os novos documentos aparecidos. E se isso é importante em todos os domínios da ciência histórica, é-o muito mais no âmbito da Epigrafia, onde o achamento de novas epígrafes se torna cada vez mais frequente, vindo complementar, esclarecer e — quantas vezes! — alterar por completo os conhecimentos dados como definitivamente adquiridos até esse momento.

Importava, pois, que, numa zona como a Península Ibérica onde novos monumentos epigráficos se descobrem praticamente todas as semanas — que o diga a equipa que está a preparar o novo CIL II! —, se diminuísse muito o tempo que habitualmente medeia entre o achamento de uma peça e o seu estudo e publicação.

O FE surge, efectivamente, para colmatar essa lacuna, sendo dedicado exclusivamente à publicação de inscrições romanas e paleocristãs da Península Ibérica.

(*) Comunicação apresentada, em Setembro de 1987, ao IX Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina, realizado em Sófia. A sua versão definitiva e actualizada data de Março de 1988.

Do ponto de vista pedagógico: o estudante de Epigrafia é normalmente convidado a fazer, de imediato, alguma investigação. Não raro, os nossos estudantes encontram monumentos inéditos, que estudam. De um modo geral, esses trabalhos de pesquisa — alguns deles com muito mérito — perdem-se após o exame final ou ficam a jazer nas prateleiras da biblioteca da Faculdade. Pensámos que urgia recuperar esses trabalhos e dar-lhes a divulgação merecida. Daí que, de entre os autores dos 117 artigos publicados até ao fascículo 25 (princípios de 1988), contemos com nada menos do que 69 estudantes ou recém-licenciados, a maior parte dos quais viu aqui publicado pela primeira vez um seu trabalho de índole científica.

Adoptámos, por conseguinte, um esquema de ficha muito prático, de numeração contínua, em que se privilegiou a indicação rigorosa do contexto arqueológico em que a peça foi encontrada; a descrição exaustiva, a leitura cautelosa, o comentário paleográfico desenvolvido. Tudo isto acompanhado por uma boa fotografia do monumento.

O comentário histórico deverá cingir-se a breve apontamento que assinale os dados mais importantes da epígrafe e aponte as pistas de investigação histórica que o novo monumento sugere. Preconiza-se que um comentário histórico mais alargado se reserve para artigos de maior fôlego a inserir em revistas com outras características.

De facto — e respondemos, assim, a uma objecção feita — a função do FE é dar a conhecer rapidamente um monumento epigráfico e a sua importância. Tal não impede, porém, que o seu autor prepare simultaneamente esse outro trabalho mais desenvolvido em que aborde amplamente os aspectos de integração histórica do monumento estudado.

Esse foi, aliás, o critério por nós adoptado em relação a dois casos que reputávamos de interesse:

Um foi o monumento de Porto de Mós (*conventus Scallabitanus*) — *Cabur/ae . Pu/ci . FIO . I* — dado a conhecer por José Beza Moreira (FE 81) menos de um ano após a sua descoberta e cujas invulgares características (tipológicas, decorativas e textuais) justificaram que sobre ele fizéssemos, no Congresso Peninsular de História Antiga (Santiago de Compostela, Espanha, Julho 1986), uma comunicação conjunta a pôr justamente em relevo esses aspectos fora do comum (cf. *Actas III* 1988 5-10).

Outro foi a estela de Castro Verde (*conventus Pacensis*) — *L. Sagaius / Maxumi . f. / h. s. e. s. t. t. l.* — publicada por nós em 1986 (FE 82), poucos meses após ter sido recolhida pelo Serviço Regional de Arqueologia do Sul, e cujo comentário histórico alargado, designadamente no que concerne ao antropónimo *Sagaius*, um *hapax* epigráfico, fizemos (em Janeiro de 1986) na comunicação ao I Encontro de Arqueologia da Região de Beja (cf. «Arquivo de Beja» II s. 3 1986 133-140).

Para nós, porém, a prova mais sintomática do interesse da iniciativa fica ilustrada com o caso da epígrafe *Augus . et / Hermes . deae / magistri / donum* (FE 24 = AE 1983 470).

Achada a 23 de Janeiro de 1983, em Talaíde (freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais), foi dada a conhecer no primeiro semestre desse mesmo ano (fascículo 6), o que permitiu a J. Alvar discutir de imediato (in AEA 56 1983 123-130 = AE 1984 476) a possibilidade de estarmos perante o «possível testemunho de culto a Cíbele», hipótese que acabámos por rebater no IV Colóquio de Linguas

y Culturas Paleohispánicas, realizado em Vitória (Espanha), em Maio de 1985, onde apresentámos, a este propósito, a comunicação *Omissão dos teónimos em inscrições votivas* («Veleia» 2-3 1985-1986 305-310).

Se acrescentarmos a estes casos a circunstância de, neste curto espaço de cinco anos, termos dado a conhecer inúmeros antropónimos novos, sobretudo pré-romanos — *Statulicus, Coilicus, Burrillus, Langon, Melamanus...* —, diversos teónimos indígenas desconhecidos (*Laepus, Cuseus Paetaicus, Triborunnis...*) e novos epítetos de outros já conhecidos (*Arentia Equotallaicensis...*); bem como o facto de, após cada série de dez fascículos, se inserirem índices epigráficos exaustivos — teremos uma ideia mais cabal do interesse científico da iniciativa.

*
* *
*

Quando pensámos na publicação do FE, indicámos que a sua periodicidade dependeria do número de inscrições inéditas que chegassem ao nosso conhecimento. Críamos que, na melhor das hipóteses, teríamos um ou dois fascículos por ano, ou seja, um total de cinco a doze inscrições inéditas descobertas anualmente. Esta expectativa ficou completamente lograda: logo em 1982, publicámos quatro fascículos; em 1983, dois; em 1984, quatro; em 1985, cinco; e em 1986, cinco também. O que significa que já perfizemos duas séries, com os respectivos índices, num total de cem inscrições estudadas. E, em 1987, publicaram-se quatro fascículos num total de vinte textos inéditos; e temos já em preparação dez inscrições para os fascículos de 1988, de que o primeiro fascículo (n.º 25) saiu logo em Março.

O problema fundamental, neste momento, reside — como é óbvio — na possibilidade de os editores — Manuela Alves Dias, da Faculdade de Letras de Lisboa, e eu próprio, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra — obterem o oportuno financiamento para prosseguir. Até agora, as entidades culturais portuguesas (Instituto Nacional de Investigação Científica, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica), a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Português do Património Cultural (através dos seus Serviços Regionais), algumas Câmaras Municipais e a própria Faculdade não nos têm regateado o apoio.

FE mantém-se como suplemento da revista «Conimbriga» (editada pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra) e tem sido enviado — sem mais encargos — a todas as revistas com que «Conimbriga» detém actualmente um regime de permuta. Pensamos que é este um serviço importante que prestamos e que queremos continuar a prestar à ciência epigráfica internacional. Estamos certos também que, atendendo a esse facto, as entidades e os epigrafistas continuem a enviar-nos, em permuta, as suas publicações: o enriquecimento da biblioteca do Instituto de Arqueologia será uma forma de compensar o trabalho que estamos a desenvolver.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra

Dois vasos de cerâmica comum de uma necrópole do concelho de Nisa

1 — Localização geográfica e circunstâncias do achado

Na sua edição de 1 de Outubro de 1930, publicou o jornal albacastrense «Terras da Beira», um artigo de Manuel Paiva Pessoa, então responsável pelo Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, mediante o qual se noticiava a entrada de duas peças de cerâmica comum romanas, provenientes de Nisa, na colecção arqueológica daquela instituição.

Segundo o autor, «os dois vasos de barro» (1) tinham sido encontrados numa sepultura «pequena e com paredes de pedra de schisto» (2), na propriedade designada por Tapada de D. Mariana (Fig. 1), situada na freguesia e concelho de vila de Nisa (3).

Apesar de distanciada no tempo, e sem a devida confirmação arqueológica, parece-nos ser a notícia de particular interesse, por um lado, porque constitui informação importante para a localização de mais uma necrópole romana no Nordeste Alentejano, por outro, porque procede à primeira descrição do teor do espólio exumado, o qual se integra na tipologia recentemente estabelecida para este tipo de materiais, recolhidos igualmente em necrópoles do Alto Alentejo (4).

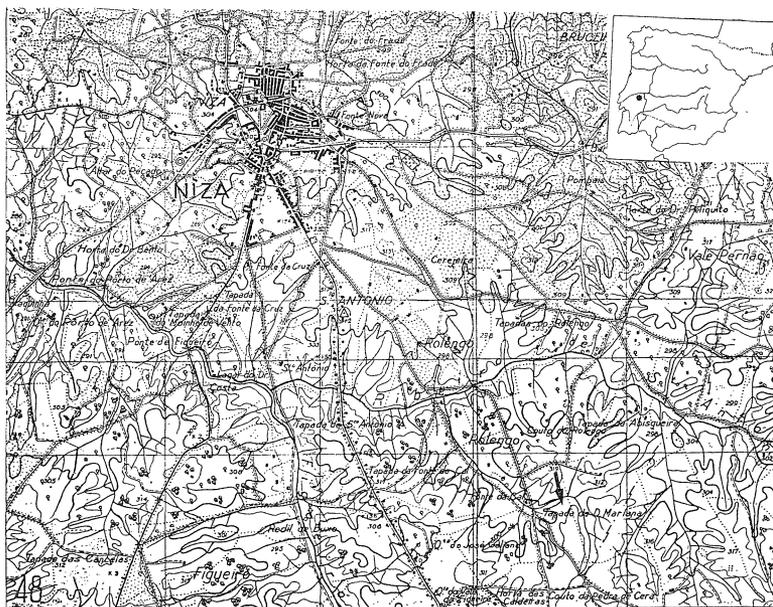


Fig. 1 — Localização da Tapada de D. Mariana segundo a Carta Militar de Portugal, folha 324 (NIZA), esc.: 1:25.000 (Red.).

(1) Manuel de Paiva Pessoa (1930), *Arqueologia*, «Terras da Beira», Castelo Branco, ano I, n.º 22, pág. 2.

(2) *Idem*, *ibidem*.

(3) As coordenadas Gauss sobre a Carta Militar de Portugal, folha 324, esc. 1:25.000, são as seguintes: M — 243,5; P — 280,6.

(4) Jeanette U. Smit Nolen — *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, 1985.

2 — Descrição dos materiais

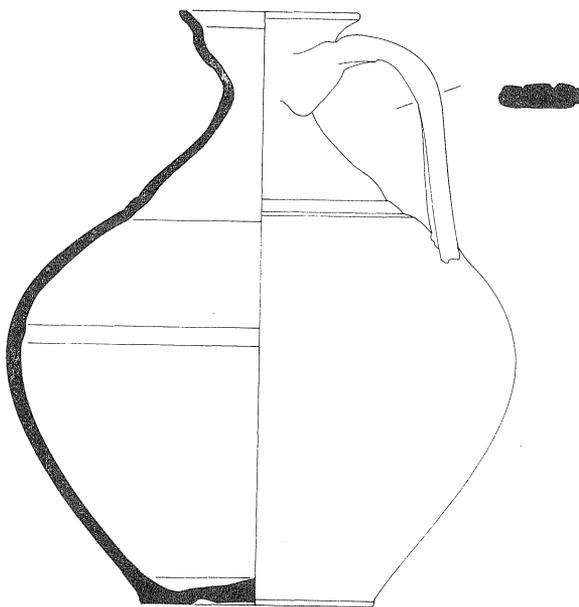
A descrição das peças não inclui uma pormenorizada análise das pastas cerâmicas, devido ao facto de os materiais observados se encontrarem intactos, facto que não permite a observação e a análise da sua estrutura (5). Assim, referiremos apenas a existência de desengordurantes e sua natureza, bem assim como a qualidade da pasta, tomada pelo seu aspecto superficial.

2.1 — Bilha (Fig. 2)

Podemos considerar este vaso como uma variante da forma 1-C (NOLEN, 1985: 38-39), caracterizado pelo bojo ovóide, gargalo moldurado e bordo evasado (6).

Apresenta uma pasta fina, de cor rosada com desengordurantes micáceos. A limpeza de que foi objecto procedeu à remoção do engobe, restando deste apenas alguns vestígios em pequenas porções da sua superfície.

O gargalo é curto, com moldura e esvasamento acentuado do bordo; o bojo, ovóide, evidencia duas caneluras pouco acima do arranque da asa, que é de fita. O pé é baixo, de fundo externo em ressaltado, com uma ligeira concavidade.



0 ————— 5 cm.

Fig. 2 — Bilha de bojo ovóide.

(5) Nolen, *op. cit.*, pág. 26.

(6) Nolen, *op. cit.*, Estampa II, n.º 16.

Altura — 157 mm
 Diâmetro máximo — 135 mm
 Número de inventário — 29.22

2.2 — Garrafa (Fig. 3)

Este vaso integra-se na classe das garrafas de bojo cilíndrico, embora se deva considerá-lo com uma variante de sub-tipo 4-a (NOLEN, 1985: 50-51).

Na pasta, de cor bege, é visível o desengordurante micáceo; do engobe, de tom alaranjado, restam escassos vestígios.

De bordo ligeiramente esvasado, com moldura exterior, possui gargalo curto, sublinhado por canelura dupla.

A asa, de fita, insere-se superiormente ao nível do bordo.

Ombro em carena, bojo cilíndrico e base facetada são as características formais dominantes (7). O fundo externo é raso.

Altura — 189 mm
 Diâmetro máximo — 158 mm
 Número de inventário — 29.21

A cronologia deste conjunto, recolhido em circunstâncias para sempre tornadas desconhecidas, e sem associação aparente com outros tipos de materiais datáveis, só poderá ser estabelecida futuramente, e por recurso a paralelos cuja datação não ofereça margens de dúvida.

Dado o facto de serem formas variantes de tipos cuja datação oscila entre finais do séc. I e inícios do séc. III (NOLEN, 1985: 144-186), julgamos pertinente, e tendo em consideração a precariedade dos conhecimentos actuais, integrá-los dentro destas balizas cronológicas.

3 — Considerações finais

Estruturas e formas funerárias estão inevitavelmente condicionadas às diferentes (e complexas) relações sociais tomadas no seu devir histórico.

Se, sobre a estrutura tumular, apenas nos é fornecida a informação relativa ao material utilizado na sua organização, outro tanto não acontece com o seu mobiliário, ou parte dele.

Este, pela sua natureza, pode ser questionado de diferentes formas. Tendo presente o essencial do trabalho de Jeanette Nolen, procurámos ater-nos às questões que nos surgem como fundamentais: que circuitos de distribuição se teriam organizado para possibilitar o aparecimento do mesmo tipo de materiais em necrópoles tão afastadas dos locais de produção propostos por esta autora?

A segunda questão, é a de saber até onde progrediram estas formas, no espaço, dada a circunstância de estas ultrapassarem, em muito, os limites da zona alentejana.

Tomando como exemplo a actual Beira Interior, e apesar do insuficiente conhecimento relativo ao estudo das cerâmicas comuns romanas desta região a norte do rio Tejo, foram já referenciados alguns materiais enquadráveis nos quadros tipológicos propostos. D. Fernando de Almeida e O. V. Ferreira (8) publicaram o espólio de uma

(7) Nolen, *op. cit.*, Estampa XII, n.º 80, 81.

(8) D. Fernando de Almeida. O. V. Ferreira: *Antiguidades de Monsanto da Beira*, «Revista de Guimarães», vol. LXVI, 1956, Estampa II, figs. 16-17.

necrópole localizada em S. Lourenço — Monsanto, no concelho de Idanha-a-Nova, onde este tipo de materiais se encontra presente.



Fig. 3 — Garrafa de bojo cilíndrico.

Ter-se-á, então, estendido até ao território de *Civitas Igaeditanorum* a esfera de comercialização destes produtos de um quotidiano perdurado?

ROGÉRIO CARVALHO & PEDRO SALVADO

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. V. (1956), *Antiguidades de Monsanto da Beira*, «Revista de Guimarães», vol. LXVI, n.ºs 3-4, págs. 407-425.
- NOLEN, J. U. S. (1985), *Cerâmica Comum da necrópole do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- PESSOA, M. P. (1930), *Arqueologia*, «Terras da Beira», ano I, n.º 22, pág. 2.

NOTAS DE LEITURA

Ana Laborde Marqueze, *Conservación y restauración en yacimientos prehistoricos. Restos óseos, madera y piedra*. Cahier Noir, n.º 3. Gerona, 1986, 150 págs.

Si bien podemos reconocer la existencia de algunos precedentes, la conservación-restauración es una disciplina de reciente aplicación en nuestro país. Desde sus inicios en la década de los sesenta, la conservación ha ido desarrollándose lentamente aunque, siempre —dejando en un segundo plano el aspecto científico de la materia,— la investigación y las publicaciones, escasas y en muchos casos con problemas de difusión.

Por todo ello, nos resulta doblemente agradable comentar la aparición de una obra sobre conservación y restauración, que además es una monografía. Desgraciadamente, es este un fenómeno poco frecuente para nosotros, máxime si nos referimos a un autor (autora en este caso) español.

A. Laborde nos sorprende con un buen manual de conservación. Aunque el contenido fundamental esté referido a la piedra, hueso y madera arqueológicos, introduce primeramente una serie de apartados explicativos y de definición de los ecosistemas, muy interesantes. Aparece así un análisis del suelo (composición, clima, microbiología...) y el aire (humedad, temperatura y luz), tan determinantes en el estado de conservación de cualquier tipo de material arqueológico. También resulta interesante, el planteamiento de métodos y análisis de los materiales a emplear en el proceso de realización de moldeados y reproducciones, a nivel general.

Introduciéndonos ya de lleno en el objetivo fundamental del trabajo, vemos un análisis pormenorizado tanto de los materiales orgánicos (hueso, marfil y madera) como de los inorgánicos (piedra en general), con un estudio distribuido por apartados.

En un primer punto se analizan los procesos de alteración de los materiales orgánicos, para pasar inmediatamente después a los inorgánicos; tras realizar una clasificación de estos últimos, analiza los procesos de alteración de los mismos (alveolización, efectos del aire-agua, arenización...), así como los efectos climatológicos y microbiológicos que afectan a estos materiales cuando se encuentran en cuevas.

Dentro de otro apartado se hace un estudio exhaustivo de la metodología del trabajo «in situ», desde la desecación de los objetos en el yacimiento, limpieza, consolidación... hasta su levantamiento, embalaje y transporte hasta el laboratorio, englobando tanto los materiales orgánicos como los inorgánicos que trata el estudio. Siguiendo por esta misma línea y ya hasta el final, la autora detalla la metodología —de examen e intervención sobre el material (limpeza, desalación, consolidación...) ya dentro del ámbito del laboratorio. Tras analizar los materiales y productos a emplear a tal efecto, A. Laborde introduce una serie de consejos, siempre necesarios, sobre las condiciones de luz, temperatura y humedad relativa que debe tener el material en el ambiente del museo, meta final de cualquier Bien Cultural de tipo mueble e —incluso a veces inmueble.

Finaliza la autora con una muy extensa bibliografía sobre el tema, quizá con pocas referencias en el texto que, en ocasiones puede resultar desconcertante en su estructura expositiva, algo confusa a nuestro entender. Tan solo nos resta felicitar a la autora por el gran esfuerzo realizado, resaltando la importancia de publicaciones como esta, que llegan en un momento en que nuestro país necesita textos que, alén de realizar una exposición del estado de la cuestión y suponer un volumen de consulte, sirvan además para la formación de nuestros estudiantes de conservación y una mejor preparación de los postgraduados.

CARMELO FERNÁNDEZ IBÁÑEZ

NOTÍCIAS

I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELIGIÕES PRÉ-HISTÓRICAS NA PENÍNSULA IBÉRICA

Salamanca - Cáceres, 4 a 8 de Maio de 1987

Organizado pelas Universidades de Salamanca e da Extremadura realizou-se, entre os dias 4 e 8 de Maio deste ano, o «I Colóquio Internacional sobre as religiões pré-históricas na Península Ibérica».

As sessões científicas, que decorreram em Salamanca, nos dias 4 e 5, e em Cáceres, nos dias 7 e 8, foram preenchidas com uma comunicação de abertura, apresentada por um investigador convidado, seguidas das comunicações dos participantes inscritos. O dia 6 foi destinado à viagem para Cáceres, com uma passagem pelo parque de Montfragüe, onde foi visitado um abrigo com pinturas, e ainda para a visita à Gruta de Maltravieso, já em Cáceres.

Embora se tivessem registado comunicações do mais elevado interesse, que abriram novos caminhos à investigação de um tema tão apaixonante como o das religiões pré-históricas, foi notória também a deficiente organização deste Colóquio.

ENCONTRO DE PALEOECOLOGIA E ARQUEOLOGIA

V. N. de Famalicão, 20 a 25 de Junho de 1987

Organizado pelo Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, realizou-se naquela cidade, entre 20 e 25 de Junho deste ano, um Encontro entre especialistas das ciências ambientais e arqueólogos, subordinado ao tema «Paleoecologia e Arqueologia». Esta reunião científica tinha por objectivos promover contactos e a troca de experiências, numa perspectiva interdisciplinar, entre arqueólogos e outros investigadores da área das ciências naturais, nomeadamente de Sedimentologia, Palinologia, Antracologia, Paleontologia de Vertebrados, etc.

COLÓQUIO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL

Porto, 14 de Maio de 1988

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia tem em organização um Colóquio sobre Antropologia Social, que decorrerá no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, no dia 14 de Maio de 1988.

Com esta reunião científica pretende-se, por um lado, comemorar o 70.º Aniversário da S.P.A.E. e, por outro, proporcionar o encontro de especialistas e o público em geral.

Este Colóquio, que é coordenado pelo Dr. Augusto Santos Silva, da Faculdade de Economia do Porto, desenvolver-se-á em torno de três temas: «A análise antropológica de colectividades rurais» (Dr. José Manuel Sobral, do Instituto de Ciências Sociais,

Lisboa), «O estudo da cultura material numa perspectiva antropológica» (Dr. Jorge Freitas Branco, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa) e «As monografias locais na perspectiva da Antropologia» (Dr. Joaquim Pais de Brito, do I.S.C.T.E., Lisboa).

Preve-se a edição das comunicações e conclusões, em livro de Actas, no decorrer de 1989.

COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA DO NOROESTE PENINSULAR

Porto - Baião, 22 a 24 de Setembro de 1988

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto vão realizar, em Setembro de 1988, um Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, que decorrerá no Auditório da Reitoria da Univ. do Porto, com conclusão em Baião, comemorando-se, assim, o 70.º Aniv.º da S.P.A.E., e os 10 anos de funcionamento do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira.

O Colóquio será aberto a comunicações que versem os seguintes temas: Megalitismo, Idade do Bronze, Arqueologia Castreja e Arqueologia Medieval. Sobre cada um destes temas serão apresentadas comunicações de abertura por investigadores convidados.

A revista *Arqueologia*, editada pelo G.E.A.P., publicará, neste contexto, um número especial (n.º 17, de Junho de 1988), dedicado aos trabalhos do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, que será distribuído a todos os participantes. As Actas do Colóquio, bem como os textos das comunicações de abertura, serão dadas à estampa, em dois volumes, nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*.

CURSO DE INICIAÇÃO À GEOARQUEOLOGIA

Lérida, 25 a 28 de Outubro de 1988

O Serviço de Arqueologia do Instituto de Estudos Ilerdenses tem em organização um curso de iniciação à Geoarqueologia, com aulas teóricas e práticas, que funcionará, em Outubro do próximo ano, em Lérida.

Este curso, destinado, preferencialmente, a licenciados, pretende proporcionar aos participantes uma «iniciação elementar no conhecimento das diferentes formas de interpretação da informação geoarqueológica, susceptível de aparecer no âmbito de uma jazida arqueológica».

Programa: dia 25 — Introdução à Geoarqueologia. A utilização da Geoarqueologia no estudo do Pleistocénico: aspectos gerais; aplicação na depressão do rio Ebro; dia 26 — A Geoarqueologia do Holocénico: metodologia geral e modelos de aplicação em diferentes tipos de estações; dia 27 — Visita aos depósitos pleistocénicos e holocénicos dos vales do Segre e Cinca, situados na depressão Central; dia 28 — Saída de campo. Visita aos depósitos quaternários de Noguera Ribagorzana e do vale do Serge, em contacto com as Serras Exteriores Pirenaicas.

Endereço: Servei d'Arqueologia. Institut d'Estudis Ilerdenses — Pça. Catedral, s/n.º — 25002 LLEIDA (Espanha).

ACTIVIDADES DA SPAE

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Relatório de Actividades e Contas de 1987

1 — Eleições dos Corpos Gerentes para o triénio 1987-89

Em consequência do pedido de demissão de vários elementos dos Corpos Gerentes da anterior Direcção da S.P.A.E., nos inícios de Fevereiro de 1987, constituiu-se uma lista candidata, a qual se apresentou isolada às eleições dos Corpos Gerentes, no dia 26 de Março do mesmo ano. Nesse dia, em Assembleia Geral Ordinária, a referida lista (lista A) foi eleita por 94 % dos votos expressos.

A tomada de posse foi conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral em 9/4/87.

2 — Reconhecimento da Utilidade Pública da S.P.A.E.

Por declaração do Sr. Primeiro Ministro, foi reconhecida a utilidade pública da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a qual foi publicada no *Diário da República*, N.º 89, 2.ª Série, de 16/4/87.

3 — Sessões Científicas e Conferências

Foram realizadas as seguintes sessões científicas e conferências, que tiveram lugar nos Anfiteatros de Zoologia e de Química da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e nos Auditórios da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, da Fundação Eng.º António de Almeida e da Reitoria da Universidade do Porto:

Sessões Científicas

19 de Março de 1987 — «A «Terra Sigillata» clara e outras cerâmicas mais tardias», pela Dr.ª Manuela Delgado, Directora do Museu D. Diogo de Sousa, Braga, na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 18 horas (ainda durante a vigência da anterior direcção da S.P.A.E.).

9 de Abril de 1987 — «Arte Rupestre do Concelho de Chaves», pelo Dr. António Martinho Baptista, Arqueólogo do Parque Nacional da Peneda Gerês, no Anfiteatro de Zoologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, às 18 horas.

29 de Abril de 1987 — «A «Terra Sigillata» clara e outras cerâmicas romanas tardias de importação (2.ª parte)», pela Dr.ª Manuela Delgado, Directora do Museu

D. Diogo de Sousa, Braga, na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 18 horas.

26 de Maio de 1987 — «A Arqueozoologia: sua aplicação no estudo da fauna dos concheiros de Muge», pela Dr.^a An Lentacker, Investigadora do Laboratório de Paleontologia do Instituto de Geologia da Universidade de Gent, Bélgica, no Anfiteatro de Química da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, às 18 horas.

Conferências

29 de Maio de 1987 — «Aspectos da evolução cultural no III milénio a.C. do Sul de Portugal», pelo Dr. Rui Parreira, Arqueólogo do Serviço Regional de Arqueologia (Zona Sul), na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, às 21,30 horas.

1 de Junho de 1987 — «Situação actual da arte rupestre e da pré-história da Austrália», pela Doutora Josephine Flood, da Direcção da «Australian Heritage Commission», no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, às 15 horas.

12 de Junho de 1987 — «Geologia e sedimentologia de estações pré-históricas», pelo Dr. Fernando Real, Técnico Superior do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, no Auditório da Fundação Eng.º António de Almeida, às 18,30 horas.

22 de Outubro de 1987 — «Algumas influências da Europa Central no Sudoeste Peninsular (800-500 a.C.)», pela Doutora Teresa Júdice Gamito, Professora da Universidade do Algarve, no Auditório da Fundação Eng.º António de Almeida, às 21,30 horas.

23 de Outubro de 1987 — «Investigações recentes sobre o Mesolítico no Sul de Portugal», pelo Dr. José Morais Arnaud, Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, no Auditório da Fundação Eng.º António de Almeida, às 21,30 horas.

26 de Outubro de 1987 — «Les Cultures et les hommes paléolithiques du Maroc», pelo Doutor Jean-Pierre Texier, Chargé de Recherche do C.N.R.S., no Auditório da Fundação Eng.º António de Almeida, às 21,30 horas.

Realizou-se ainda uma *Sessão Convívio* de apresentação do Vol. XXV da Revista «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», no Auditório da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, no dia 27 de Janeiro de 1987, pelas 18 horas (ainda durante a vigência da anterior direcção).

4 — Visitas de Estudo

A S.P.A.E. organizou no dia 6 de Dezembro de 1987, uma visita de estudo, aberta a todos os sócios que nela quiseram participar, tendo como objectivo principal o reconhecimento da «Villa» Romana do Rabaçal, perto de Condeixa. A visita incluiu também uma passagem pelo Museu e ruínas de Conimbriga e a possibilidade de se assistir a uma palestra proferida, no Rabaçal, pelo Dr. Miguel Pessoa, sobre as recentes investigações levadas a cabo na «Villa» do Rabaçal.

5 — «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

No ano de 1987 foi distribuído o volume XXV (fasc. 2-4) dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» e editado o vol. XXVI (fasc. 1-4).

Encontra-se em preparação o vol. XXVII (fasc. 1-4) da mesma revista, relativo ao ano de 1987, cuja publicação deverá realizar-se até Abril/Maio de 1988.

6 — Intercâmbio Científico com investigadores estrangeiros

A S.P.A.E. convidou, no âmbito do intercâmbio com especialistas estrangeiros, um investigador francês de reconhecido mérito nos domínios da Geologia do Quaternário e do Paleolítico, o Doutor Jean-Pierre Texier, do C.N.R.S., para realizar, durante o mês de Outubro de 1987, investigações arqueológicas em Portugal. No final da sua estadia, de que resultou um circunstanciado relatório sobre os trabalhos efectuados, aquele investigador porferiu uma Conferência — já acima mencionada — sobre a sua já longa experiência arqueológica em Marrocos. A referida missão científica foi subsidiada pela J.N.I.C.T.

7 — Programação de actividades científicas a realizar em 1988

A Direcção da S.P.A.E. desencadeou uma série de acções, durante o ano de 1987, com vista a programar a comemoração dos 70 anos da fundação desta Sociedade, em 1988. Neste sentido, tem estabelecido contactos de vária ordem de forma a poder realizar, no Porto, durante o mês de Maio de 1988, uma *Mesa-Redonda sobre Antropologia Cultural*.

Também no âmbito das comemorações do 70.º aniversário da S.P.A.E., esta Instituição, de colaboração com o «Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto» (G.E.A.P.), prevê realizar, nesta cidade, durante o mês de Setembro de 1988, um *Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, em cujo programa estão previstas comunicações de autores nacionais e galegos.

8 — Biblioteca e Serviço de Intercâmbio

Adentro do âmbito da reorganização da Biblioteca, procedeu-se à fichagem completa de todos os periódicos e seriados (c. de 3.000 títulos) e à elaboração do catálogo de periódicos portugueses para eventual futura publicação (c. de 300 títulos). Encontra-se em execução o ficheiro bibliográfico. Desenvolveram-se ainda diversas acções com vista ao intercâmbio exaustivo da Revista «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» com obras actualizadas provenientes de várias entidades nacionais e estrangeiras. Em todas estas acções foram utilizados os serviços de tarefeiros contratados, em regime de tempo parcial, pela S.P.A.E.

9 — Equipamento

Foram adquiridos ficheiros (horizontais e verticais) para apetrechamento da Biblioteca. Procedeu-se à impressão de fichas bibliográficas e de periódicos. Comprou-se ainda diverso material de secretaria e de desenho.

10 — Entidades que apoiaram a S.P.A.E.

Foram várias as entidades que apoiaram a S.P.A.E., quer na atribuição de verbas, quer na cedência de espaços:

- Instituto Nacional de Investigação Científica;
- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica;
- Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto;
- Fundação Eng.º António de Almeida;
- Reitoria da Universidade do Porto;
- Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»;
- Direcção-Geral do Ensino Superior;
- Governo Civil do Porto.

11 — Entrada de Sócios

Até 31 de Dezembro de 1987, verificou-se a entrada de 30 sócios efectivos e de 1 sócio colectivo.

12 — Relatório financeiro

A análise do Balanço do Exercício de 1987 permite concluir que, durante o ano económico de 1987, se verificou, de uma forma clara, o incremento das actividades da S.P.A.E.: o património da Sociedade foi enriquecido com a aquisição de diverso material audiovisual e mobiliário, destinado às actividades científico-culturais e ao funcionamento da Biblioteca, no valor de cerca de 300 mil escudos; registou-se um aumento generalizado das receitas ordinárias, que cobriram uma parte significativa das despesas de administração; a concretização do Plano de Actividades de 1987 obrigou ao dispêndio de todas as receitas do ano económico de 1987 e de grande parte do saldo de 1986.

A falta de liquidez que o presente Balanço evidencia é superada pelo subsídio concedido pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, de Esc.: 300.000\$00, recebido nos primeiros dias do mês de Janeiro de 1988 que, com as disponibilidades existentes em 31/12/1987, permitiu fazer face aos compromissos mais imediatos.

Porto, 11 de Janeiro de 1988.

A Presidente,
Susana Oliveira Jorge

O Tesoureiro,
A. Huet de Bacelar Gonçalves

CONTAS DE GERÊNCIA

Despesas	Receitas
1. <i>Administração</i>	1. <i>Saldo do exercício anterior</i> 684.674\$70
1.1 Expediente 63.271\$00	
1.2 Portes de Correio 48.663\$00	2. <i>Quotas</i>
1.3 Emolumentos notariais 10.656\$00	2.1 Em atraso 32.320\$00
1.4 Gratificações 5.000\$00	2.1 Ano de 1987 50.365\$00
1.5 Deslocações 9.192\$50 136.782\$50	2.3 Antecipação 6.900\$00 89.585\$00
2. <i>Actividade Científica e Cultural</i>	3. <i>Jóias de inscrição</i> 13.500\$00
2.1 Edição de «programas» 23.236\$00	4. <i>Venda de publicações</i> 39.830\$00
2.2 Expedição 25.777\$00	5. <i>Visitas de estudo</i> 31.900\$00
2.3 Encargos com deslocações e honorários 77.450\$00	6. <i>Programa O.T.J./87</i> 239.400\$00
2.4 Visitas de estudo 26.870\$00	
2.5 Missão científica 150.000\$00 303.333\$00	7. <i>Subsídios</i>
3. <i>Trabalhos de Antropologia</i>	7.1 I.N.I.C. 300.000\$00
3.1 Publicação 1.496.968\$50	7.2 Governo Civil do Porto 250.000\$00
3.2 Expedição 65.722\$50 1.562.691\$00	7.3 J.N.I.C.T. 670.000\$00
4. <i>Biblioteca</i>	7.4 D.-G. do Ensino Superior 192.500\$00
4.1 Assinaturas/Aquisições 38.919\$20	7.5 Fundação Gulbenkian 150.000\$00 1.562.500\$00
4.2 Encadernações 9.730\$50	
4.3 Intercâmbio 89.305\$00	8. <i>Juros bancários</i>
4.4 Remunerações 376.268\$00 514.222\$70	8.1 Banco Borges & Irmão 17.724\$80
	8.2 Caixa Geral de Depósitos 5.566\$00 23.290\$80
SALDO	
	<u>2.684.680\$50</u>
	<u>2.684.680\$50</u>

BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 1987

Activo			Passivo		
1. Dinheiro em caixa		1.483\$80	1. Dívidas a terceiros		761.933\$00
2. Depósitos à ordem:					
2.1 Banco Borges & Irmão	347.442\$60				
2.2 Caixa Geral de Depósitos	<u>15.543\$90</u>	362.986\$50	2. Situação líquida:		
3. Móveis e utensílios		540.094\$00	2.1 Adquirida	684.647\$70	
4. Crédito sobre terceiros		<u>25.020\$00</u>	2.2 Do exercício	(-) <u>517.023\$40</u>	<u>167.651\$30</u>
		<u>929.584\$30</u>			<u>929.584\$30</u>

Porto, 31 de Dezembro de 1987.

A Presidente,
Susana Maria Soares Lopes Oliveira Jorge

O Tesoureiro,
António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, reunido, nos termos estatutários, para examinar e dar parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas referentes ao exercício de 1987, depois de apreciado e discutido o referido documento, concluiu, com agrado, que a Direcção geriu os reduzidos meios financeiros postos ao seu dispor com eficiência e dando cumprimento às finalidades estatutárias da Instituição, prestigiando-a e difundindo-a, pelo que propõe à Assembleia Geral que aprove um voto de louvor à Direcção e, em particular, ao Tesoureiro, pelo modo eficiente e claro como, não sendo profissional, organizou as contas da Sociedade.

Porto, 26 de Janeiro de 1988.

O Conselho Fiscal,

José João Mateus Rigaud de Sousa
João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro
Mário Armando Nogueira Pereira de Brito

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Vol. XXVI (1-4), 1986

Sumário: A ocupação do Bronze final da Citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia, por *Manuela Martins*; Nuevos datos palinológicos sobre la agricultura prehistorica en Galicia (España), por *M.^a Aira Rodriguez e J. M. Vázquez Varela*; Aproximacion a la Prehistoria de Vigo (España), por *José Manuel Hidalgo Cuñarro*; Las divindades indígenas de la Hispania Prerromana. En pos de una metodologia, por *Blanca Garcia y Fernández-Albalát*; Bruxas e bruxos no Nordeste algarvio. Algumas representações da doença e da cura, por *Cristiana Bastos*; Ganado porcino: modalidad de existencia y papel en el seno de una comunidade rural de Galicia (España), por *J. Antonio Fidalgo Santamariña*; En torno a la cachupa: una comida tipica caboverdeana, por *Héctor Blas Lahitte e Marta Maffia de Poteca*; Livros de devassa e etnotextos, por *Belarmino Afonso*; Inéditos de Trindade Coelho com interesse etnográfico, por *Viale Moutinho*; Vária; etc. 1.200\$00

Pedidos a: Livraria Sousa & Almeida, Lda.
Rua da Fábrica, 42
4000 PORTO (Portugal)

Plano de Actividades para 1988 e Orçamento

1. <i>Despesas de administração</i>	150.000\$00
2. <i>Sessões Científicas</i> : 10 a 12 comunicações de investigadores portugueses, apresentadas em sessões de trabalho, fundamentalmente nas cidades do Porto, Coimbra e Braga, embora esteja prevista a possibilidade destas se realizarem noutros locais do país. Impressão e expedição de programas, deslocações e estadia	80.000\$00
3. <i>Conferências</i>	
3.1. De investigadores nacionais: 8 a 10 Conferências proferidas por investigadores de reconhecido mérito. Impressão de convites, deslocações e estadia	120.000\$00
3.2. De investigadores estrangeiros: 1 ou 2 Conferências, a proferir por investigadores estrangeiros convidados para o efeito. Impressão e expedição de convites e programas de trabalho, documentação informativa, deslocações e estadia	400.000\$00
4. <i>Actividade Editorial</i>	
4.1. Revista «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»	
4.1.1. Expedição do vol. XXV; impressão e expedição do vol. XXVII (no prelo)	900.000\$00
4.2. Edição do catálogo de periódicos e publicações em série existentes na Biblioteca da S.P.A.E.	300.000\$00
5. <i>Visitas de Estudo</i>	50.000\$00
6. <i>Colóquio de Antropologia Social</i>	
6.1. Organização dum Colóquio sobre Antropologia Social, integrado nas comemorações do 70.º Aniversário da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a realizar no Porto, em Maio de 1988. Impressão e expedição do programa, deslocações e estadia	100.000\$00
6.2. Impressão e expedição das Actas	200.000\$00

7. *Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*

7.1. Organização dum Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, de colaboração com o «Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto», integrado nas comemorações do 70.º Aniversário da S.P.A.E., a realizar no Porto, em Setembro de 1988. Impressão e expedição do programa; despesas de organização; impressão e expedição das Actas (2 vols. dos «T.A.E.») (as verbas específicas para a concretização deste Colóquio serão solicitadas pela Comissão organizadora).

8. *Curso Livre de Antropologia*

Da responsabilidade do Prof. Blas Lahitte, da Universidade de La Plata (Argentina), a realizar no Porto, durante o mês de Outubro de 1988. Despesas de organização; impressão e expedição do programa; deslocação e estadia

400.000\$00

9. *Biblioteca*

Actualização e reorganização da Biblioteca (trabalho em curso)

9.1. Pagamento a um técnico de catalogação, contratado em regime de tempo parcial	150.000\$00
9.2. Encadernação de revistas	120.000\$00
9.3. Aquisição de equipamento	200.000\$00

10. *Sede* Continuação do desenvolvimento de diligências para a sua obtenção.

11. *Equipamento Geral*

Aquisição de material de secretaria e de desenho

200.000\$00

TOTAL 3.370.000\$00

Porto, 11 de Janeiro de 1988.

A Presidente,
Susana de Oliveira Jorge

Sessão-convívio de apresentação da revista « Trabalhos de Antropologia e Etnologia »

No dia 27 de Janeiro de 1987, a Direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia promoveu a realização de uma sessão-convívio, que decorreu na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, para apresentação aos sócios, Comunicação Social, e público em geral, do vol. 25 (fasc. 2-4) da revista «Trabalhos de Antropologia e Etnologia».

De facto, as últimas direcções da S.P.A.E. têm pugnado pela renovação, e actualização, gráfica e de conteúdo, dos *T.A. & E.*, tornando-os numa revista actuante, graficamente mais agradável, e rentabilizando-se o espaço impresso. Essas alterações foram sendo introduzidas, gradualmente, concluindo-se, através do novo arranjo gráfico da capa, com o presente volume.



(Foto do Centro de Doc. do «Jornal de Notícias»)

Pretendia-se, também, além do convívio, sensibilizar as entidades da Cidade e do País, da Ciência e da Cultura, para as múltiplas carências da Instituição que, ao longo de quase 70 anos de existência, vem produzindo obra significativa.

Na oportunidade, o Presidente da Direcção, Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva, proferiu o discurso seguinte:

Minhas Senhoras e meus Senhores:

O tema para estas palavras, voluntariamente breves, poderia ser A JUSTIFICAÇÃO DE UMA ATITUDE. A atitude é esta, a de nos termos reunido aqui, sob um pretexto cultural e científico. Mas, mais do que o convívio, mais do que o diálogo informal, mais do que a apreensão de uma realidade, está uma verdade outra, pujante de afirmação e drama, mesclada de matizes, mas imperativa e resultante de um devir histórico que é o percurso já longo de uma Instituição que é hoje um marco, uma referência, mais também uma amplitude, uma asa aberta planando em direcção ao futuro.

A verdade outra que aqui nos congregou é a própria vida da S.P.A.E. e a problemática do seu futuro.

Esta Instituição, que completa, em 1988, 70 anos de existência (foi fundada em Dez. de 1918), é um monumento ao espírito humano, porque congregou no seu projecto a dedicação e o saber de muitos e muitos cientistas, nacionais e estrangeiros, que no mundo da antropologia física e cultural se distinguiram pelo seu labor, pela sua investigação especializada, pela divulgação dos seus profundos conhecimentos.

A S.P.A.E. tem um passado que honra não só a cidade, a região, mas também o País. Nomes como Orlando Ribeiro, Mendes Corrêa, J. Leite de Vasconcelos, Rui de Serpa Pinto, Florentino Cuevillas, Hugo Obermaier, Martins Sarmento, Mário Cardozo, Raymond Dart, Luís Chaves, George e Vera Leisner, Álvaro Rodrigues, Aurélio da Costa Ferreira, Henri Breuil, Fernando Galhano, Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e tantos, tantos mais deixaram a sua marca vivamente impressa nos anais desta Sociedade, quer através da sua presença física, nas múltiplas sessões científicas efectuadas, quer através dos textos que encheram os muitos milhares de páginas que consubstanciam os 100 fasc. dos 25 volumes dos seus «Trabalhos de Antropologia e Etnologia». Nas suas páginas se desenvolveram temas tão variados e importantes como a Antropologia Física e Cultural, a Paleoantropologia, a Arqueologia, a Fisiologia, a Anatomia Descritiva, a Etnografia, a Antropologia Citológica, a Antropometria, etc., etc.

Esta obra ganhou justa fama. E, de permuta em permuta, os «Trabalhos» passaram a atingir os 5 continentes, através do intercâmbio com Universidades estrangeiras, Centros Culturais e investigadores. Em consequência deste diálogo cultural e científico, a S.P.A.E. passou, também, a receber obras especializadas, das mais diversas origens geográficas. Daí que, hoje, o acervo bibliográfico da S.P.A.E. se aproxime dos 30 mil volumes, tornando-se uma das principais bibliotecas do País na sua área específica, possuindo, mesmo, alguns espécimes bibliográficos únicos em Portugal.

Minhas Senhoras e meus Senhores: As Instituições, por vezes, reagem como organismos vivos, isto é, depois de momentos de apogeu, também se deixam invadir pelo cansaço. Sentiu-o o seu antigo Presidente, Prof. Santos Júnior. E confessou-o publicamente. Era, pois, chegada a altura da mudança do testemunho. Juntaram-se, então, algumas boas-vontades no sentido de insuflarem um novo fôlego nesta vetusta Instituição. E, de entre os seus sócios, alguns responderam à chamada. Com evidente sacrifício das suas carreiras profissionais, convergiram esforços, tendo em mente a ideia de servir. Era a reassunção de um Projecto, retomado sob uma nova dinâmica, mantendo-se, contudo, a directriz de sempre.

Uma plêiade de problemas urgia, então, resolver. Do ponto de vista burocrático, muito havia que reajustar, disso dando conta o Relatório agora publicado no Vol. XXV dos «Trabalhos». Em curso está, finalmente, a declaração da Utilidade Pública da S.P.A.E., o que não deixa de ser mais do que um imperioso acto de justiça,

face ao seu riquíssimo historial. Retomaram-se, em bom ritmo, as sessões científicas e as conferências. Imprimiu-se uma já notória revitalização à série dos «Trabalhos», segundo parâmetros de que dará conta o Director desta publicação. Adquiriu-se material diverso, administrativo e audiovisual. Começou-se a reorganizar a Biblioteca, preparando-se já o seu ficheiro com vista à informatização, a curto prazo. Procurou-se promover a Sociedade junto das novas camadas universitárias, sendo notável o acréscimo de novos sócios entrados nos dois últimos anos. Solicitaram-se os apoios financeiros imprescindíveis à prossecução dos objectivos fundamentais da S.P.A.E.

Mas, não obstante todas estas pequenas conquistas, o grande desiderato, o objectivo primeiro, porque basilar, já que dele dependerá o trilhar confiante de todas as vias, abertas, com todo o esforço, durante as duas últimas direcções, essa meta não foi ainda atingida. Também nesta área vários foram os contactos efectuados. Mas a sede social autónoma, o espaço capaz e apto a uma administração condigna, não surgiu, até hoje. A S.P.A.E. que, desde a sua fundação, se encontra coabitando as já de si exíguas instalações do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», na Faculdade de Ciências, não dispõe do espaço minimamente suficiente para desenvolver, pelo menos, a sua actividade administrativa, coarctando, de igual modo, outras funções. E porque gostaria, em homenagem a um passado histórico, de se manter ligada àquela Faculdade, tentou-se, através de entrevistas com o anterior Reitor da Universidade do Porto e com o Presidente da Comissão Directiva do Instituto de Antropologia, demonstrar as carências em que vive a S.P.A.E. Porém, nenhum espaço, mesmo diminuto, foi possível conseguir-se. Recentemente, a mesma situação foi exposta à Câmara Municipal do Porto, na pessoa do seu Vereador do Pelouro da Cultura. Também esta diligência foi negativa, aduzindo-se falta de espaços disponíveis.

Assim, vive-se, neste momento, uma situação de ruptura iminente no seio da própria Sociedade. A situação é aflitiva, frustrante e, até, caricata. Por várias vezes a Direcção teve de reunir-se à mesa de cafés da cidade! Adquiriu-se, há pouco, vário material audiovisual e alguns ficheiros, mas, entretanto, não há espaço para a sua colocação! Pretende-se propiciar aos sócios e investigadores em geral uma melhor utilização do espólio bibliográfico da S.P.A.E. Mas até essa regalia dos sócios está condicionada ao espaço disponível na sala de leitura do próprio Instituto de Antropologia.

Vivendo numa situação de favor, de dependência, sem espaço para se gerir, a S.P.A.E., que tem programada toda uma séria de iniciativas, vê-se impedida de crescer, de desenvolver os seus projectos, de melhor servir a cidade, a região, o País, nas principais vertentes culturais que são a investigação e a divulgação.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

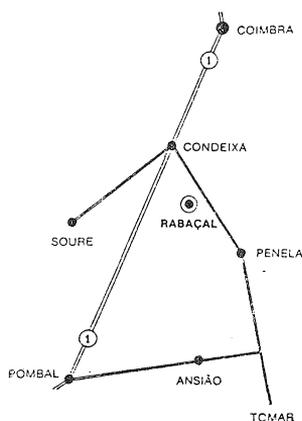
Era esta a verdade que deseávamos apresentar a todos os presentes, e aguardamos precisamente este momento — o da saída de um novo e repensado Volume dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» — para, ao darmos conta da mudança, mostrarmos, também, a nudez fria desta verdade que nos incomoda, que nos dói, e que nos deixa às portas do abandono. Assim, não será possível cumprir projectos, nem sequer valerá a pena tratá-los. Por isso, além dos sócios, quisemos reunir aqui as individualidades, os intelectuais e os órgãos de informação. A todos, e muito especialmente a estes últimos, pelo seu especial papel na defesa dos interesses mais gerais, impõe-se uma palavra, uma tomada de posição. A actual Direcção da S.P.A.E. não pode, não quer fazer de conta. Não deseja pactuar com imobilismos, nem se sente jadada para gerir crises. À cidade devia um esclarecimento. E à Cultura. E à Ciência.

Deixámos, já, testemunho do que queremos (e podemos) fazer. Esta Direcção quer, realmente, servir. E, para tal, só reclama os meios adequados.

Que o nosso apelo não se confine às paredes desta sala. E que o eco do nosso querer e do nosso desespero atinja as montanhas da razão, que ele tenha a ressonância necessária nos espíritos de quem tem capacidade para decidir. É tempo de se fazer da Cultura a verdadeira bandeira de um Povo!

Visita de estudo à villa romana do Rabaçal

No dia 6 de Dezembro de 1987, integrada no projecto de descentralização das actividades da Sociedade, e tendo por objectivo proporcionar aos seus sócios um conhecimento directo de estações significativas do nosso património arqueológico, nas suas múltiplas dimensões (investigação/conservação/valorização), realizou-se uma visita de estudo ao Museu Monográfico de Conimbriga e à villa romana do Rabaçal.



Situada no concelho de Penela, freg. do Rabaçal, no antigo município de Conimbriga, esta estação tem sido alvo de trabalhos arqueológicos recentes, dirigidos pelos Drs. Miguel Pessoa e Salette da Ponte.

O itinerário seguido tinha por objectivos, seg. o Dr. Miguel Pessoa, que orientou a visita:

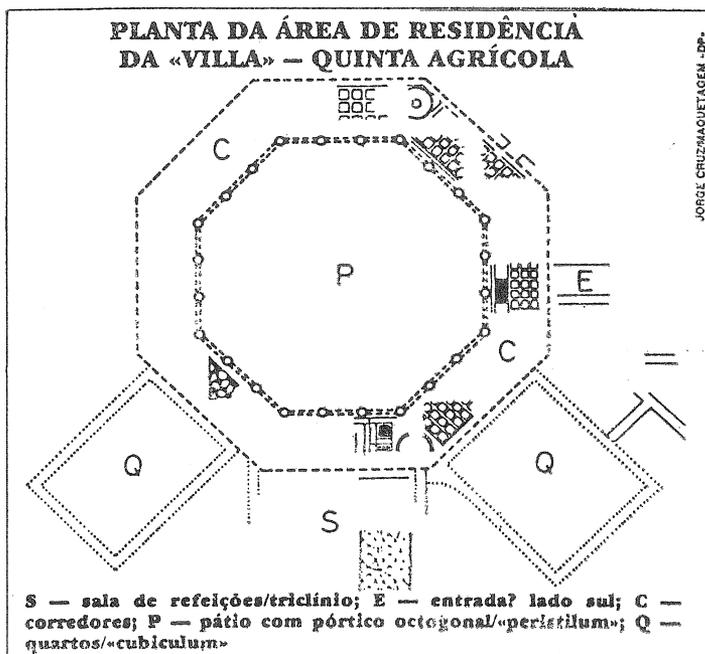
«... partindo de Conimbriga, testar um percurso pela área sudeste do antigo município romano (zona alta de fracos recursos — Serra do Sicó), por onde passava a via de Olisipo a Bracara Augusta.

Tomava-se depois contacto directo com a fase de descoberta da «pars urbana»/residência da villa/quinta agrícola de grandes dimensões, cuja arquitectura de peristilo/jardim central, de planta octogonal e mosaicos polícromos, geométricos e figurativos, se poderão enquadrar no vasto movimento de «urbanização» e desenvolvimento dos campos que, desde meados do século III antecedem a Renascença constantiniana. Alguns objectos datáveis (moedas, cerâmica) provenientes da camada de destruição da casa são da 1.^a e 2.^a metades do século IV».

A visita a esta importante estação romana terminou com o convívio estabelecido entre os visitantes e a população local, sendo de destacar o interesse e a colaboração prestada pela Autarquia.



Aspecto dos trabalhos de escavação (campanha de 1985) (Foto de Miguel Pessoa).



Assembleias Gerais

Assembleia Geral Ordinária de 26 de Fevereiro de 1987

Decorreu, no dia 26 de Fevereiro de 1987, em 2.^a convocação, pelas 21 horas, a Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, reunida em sessão ordinária para discutir e votar o Relatório de Actividades e Contas da Direcção, relativo ao ano de 1986.

Tal documento, bem como o parecer do Conselho Fiscal, que se publicam noutra local deste volume, foram aprovados por unanimidade.

Assembleia Geral Ordinária de 26 de Março de 1987

Face ao pedido de demissão de alguns dos membros da Direcção da S.P.A.E., eleitos em 10 de Janeiro de 1986, tornou-se necessária a realização de novo acto eleitoral.

A Assembleia Geral foi convocada a reunir, para este efeito, no dia 26 de Março de 1987, pelas 21 horas, na sede da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Ao acto eleitoral concorreu apenas uma lista, cujo programa, nas suas linhas essenciais, se transcreve:

- *promoção regular de sessões científicas e conferências, nas quais participarão investigadores, nacionais e estrangeiros, dando especial relevo aos domínios da Arqueologia e Antropologia Cultural;*
- *promoção, em 1988, de um Colóquio e de uma Mesa-Redonda, respectivamente, no âmbito da Arqueologia e da Etnologia, integrados nas comemorações do «70.º Aniversário da S.P.A.E.»;*
- *promoção, em 1988, de um Curso Livre de Antropologia;*
- *publicação regular da revista da S.P.A.E., «Trabalhos de Antropologia e Etnologia»;*
- *prosseguimento do inventário, actualização e reorganização da Biblioteca;*
- *prosseguimento das diligências já anteriormente encetadas, no sentido de se adquirir, a médio prazo, uma sede ampla e condigna, onde possam funcionar autonomamente todas as actividades científicas e administrativas da S.P.A.E.;*
- *descentralização da S.P.A.E., no sentido de algumas das principais actividades científico-culturais projectadas poderem realizar-se regionalmente, em locais a acordar pelos elementos da Direcção, em consonância com as pretensões dos sócios.*

O escrutínio da votação forneceu os seguintes resultados: número de eleitores—187; número de votantes—51; votos a favor da lista «A»—48; votos contra—0; votos nulos—1; votos em branco—2.

Deste modo, os órgãos sociais da S.P.A.E., para o triénio de 1987-1989, ficaram assim constituídos;

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente — *Vitor Manuel de Oliveira Jorge*, prof. da Faculdade de Letras do Porto.
- 1.º Secretário — *Manuel Ferreira Coelho*, etnógrafo e Chefe dos Serviços Administrativos da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel.
- 2.º Secretário — *Orlando Castro Ferreira de Sousa*, técnico superior do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte.

Direcção

- Presidente — *Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge*, prof.^a da Faculdade de Letras do Porto.
- Vice-Presidente — *Domingos de Jesus da Cruz*, assistente da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Secretária — *Crisada Tavares Urbano Unsworth*.
- Tesoureiro — *António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves*, técnico superior do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto.
- 1.º Vogal — *Maria Manuela dos Reis Martins*, assistente da Universidade do Porto.
- 2.º Vogal — *Augusto Ernesto dos Santos Silva*, assistente da Faculdade de Economia do Porto.
- 3.º Vogal — *Raquel Maria da Rosa Vilaça*, assistente da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Vogais suplentes — *Ana Maria Cameirão Leite da Cunha*, técnica superior do Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências do Porto; *Maria de Jesus Sanches*, assistente da Faculdade de Letras do Porto.

Conselho Fiscal

- Presidente — *José João Mateus Rigaud de Sousa*, arqueólogo e Director do Centro de Estudos Humanísticos.
- 1.º Secretário — *Mário Armando Nogueira Pereira de Brito*, técnico superior do Museu Regional de Arqueologia «D. Diogo de Sousa».
- 2.º Secretário — *João Pedro Paiva Gomes da Cunha Ribeiro*, assistente da Faculdade de Letras do Porto.

Biblioteca

Registo de entradas — 1987

- Açoreana*, vol. VI, f. 4 (1984), Ponta Delgada (Portugal).
Adeha, n.º 5 (1984), Buenos Aires (Argentina).
Algar, n.º 1 (1987), Lisboa (Portugal).
Almonsor, n.º 4 (1986), Montemor-o-Novo (Portugal).
American School of Prehistoric Research, n.º 64, f. 2-3 (1972-1973), Cambridge (EUA).
Ampurias, n.º 45 (1982), Barcelona (Espanha).
Anales de Antropologia, vol. XXI (1984), México (México).
Anales de Arqueologia y Etnologia, n.º 36-37 (1981-1982), Mendoza (Argentina).
Anales de Edafologia y Agrobiologia, tomo XLI, n.º 1-4 (1982), Madrid (Espanha).
Anales de la Sociedad Científica Argentina, série 1, n.º 46-47 (1986), Buenos Aires (Argentina).
Annali di Riciccherche e Studi de Geografia, ano XL, f. 1-4 (1984); ano XLI, f. 3-4 (1985); ano XLII, f. 1-2 (1986), Génova (Itália).
Anthropos, vol. 23 (1986), Brno (Checoslováquia).
Antropologia Portuguesa, vol. 3 (1985), Coimbra (Portugal).
Antropologie, vol. XXIV, f. 1-3 (1986); vol. XXV, f. 2-3 (1987), Brno (Checoslováquia).
Anthropology, vol. 14-17, Califórnia (EUA).
Anthropology — International Journal of Science of Man, vol. XXII, n.º 3 (1984), Brno (Checoslováquia).
Anthropology Today, vol. III, n.º 1-5 (1987), Londres (Inglaterra).
Antiquités Nationales, n.º 18-19 (1986-1987), Saint-Germain-en-Laye (França).
Archéologie en Languedoc, n.º 3 (1980), Sete (França).
Archéologie Suisse, vol. 9, n.º 4 (1986); vol. 10, n.º 1-4 (1987), Bâle (Suíça).
Archeologické Vyskumy, 1985, Nitra (Checoslováquia).
Archeologické Rozhledy, vol. 39, f. 1-6 (1986), Praga (Checoslováquia).
Archaeologische Nachrichten aus Baden, n.º 37-39 (1986-1987), Freiburg (RFA).
Arqueologia, n.º 15-16 (1987), Porto (Portugal).
Arqueologia/Investigacion, n.º 2-3 (1987), Santiago de Compostela (Espanha).
Arqueologia/Memorias, n.º 5-10 (1983), Santiago de Compostela (Espanha).
Arquivos do Museu do Bocage, série A, vol. III, n.º 8-10 (1986), Lisboa (Portugal).
Arquivos do Museu do Bocage, série B, vol. II, n.º 19-21 (1986-1987), Lisboa (Portugal).
Arquivos do Museu do Bocage, série D, vol. II, n.º 3 (1986), Lisboa (Portugal).
Arquivo de Cascais, n.º 1-6 (1980-1984), Cascais (Portugal).
Arrahona, n.º 17 (1985), Sabadell (Espanha).
Ausgrabungen und Funde, vol. 24, f. 1-6 (1979); vol. 25, f. 1-6 (1980), Berlim (RDA).

- Aveiro e o Seu Distrito*, n.º 36 (1986), Aveiro (Portugal).
- Barcelos-Revista*, vol. II, n.º 2 (1985), Barcelos (Portugal).
- Berkshire Archaeological Journal (The)*, n.º 72 (1983/85), Berkshire (Inglaterra).
- Biblioteka Archeologiczna*, tomo 29 (1986), Warszawa (Polónia).
- Boletim da ABA*, ano 1, n.º 2 (1986); ano 2, n.º 3 (1986), S. Paulo (Brasil).
- Boletim Cultural — Biblioteca Municipal de Famalicão*, n.º 1-6 (1980-1985), V. N. Famalicão (Portugal).
- Boletim Cultural — Centro de Estudos Regionais*, 1984-1986, Viana do Castelo, (Portugal).
- Boletim Cultural de Esposende*, n.º 9-10 (1986), Esposende (Portugal).
- Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LVIII (1982); vol. LX (1984), Coimbra (Portugal).
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 103, n.º 1-6 (1985), Lisboa (Portugal).
- Boletim de Arqueologia*, ano 1, n.º 2-3 Bogotá (Colômbia).
- Boletim de Antropologia*, vol. 6, n.º 20 (1986), Medellín (Colômbia).
- Boletim del Museo Provincial de Lugo*, tomo II (1984), Lugo (Espanha).
- Boletim de la Real Sociedad Española de Historia Natural*, tomo 82, f. 1-4 (1987), geologia; tomo 83, f. 1-4 (1987), biologia, Madrid (Espanha).
- Boletim del Museo del Oro*, n.º 16 (1986), Bogotá (Colômbia).
- Boletim del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia*, vol. LII-LIII (1986-1987), Vigo (Espanha).
- Bolletí de la Societat Arqueològica Luliana*, n.º 840 (1986), Palma de Maiorca (Espanha).
- Bonner Jahrbuch*, vol. 185 (1986), Bona (RFA).
- Brigantium*, vol. 5 (1984/85), Coruña (Espanha).
- Budkaulen*, n.º 65 (1986), Abo (Finlândia).
- Bulletin de l'Institut d'Archéologie*, vol. 37 (1987), Sofia (Bulgária).
- Bulletino del Centro di Studi Preistorici*, n.º 23 (1986), Capo di Ponte (Itália).
- Bulletin Annuel — Musée d'Éthnographie de la Ville Genève*, n.º 28 (1985), Genève (Suíça).
- Bulletin d'Archéologie Marocaine*, n.º 15-16 (1983-1986), Rabat (Marrocos).
- Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo 84, n.º 1-7 (1987), Paris (França).
- Bulletin de la Société Royale Belge d'Anthropologie et de Préhistoire*, tomo 96 (1985), Liège (Bélgica).
- Bulletin des Séances*, n.º 31, f. 2-3 (1985); n.º 32, f. 1-3 (1986), Bruxelas (Bélgica).
- Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research* n.º 27 (1985), Viena (Austria).
- Cadernos de Arqueologia*, série II, vol. 2 (1985), Braga (Portugal).
- Cadernos do IEP*, n.º 1 (1987), Lisboa (Portugal).
- Caesaraugusta*, n.º 59-62 (1984-1985), Zaragoza (Espanha).
- Cahiers d'Anthropologie et Biométrie Humaine*, vol. II, f. 2-3 (1984); vol. II, f. 1-2 (1985), Paris (França).
- Caminiana*, ano VIII, n.º 13 (1986), Caminha (Portugal).
- Carta Arqueologica de Alava*, n.º 1 (1987), Vitória (Espanha).
- Castrelos*, n.º 0 (1987), Vigo (Espanha).
- Ce Fastu?*, vol. LXII, n.º 2 (1986), Udine (Itália).
- Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, vol. 5 (1986), Paramá (Brasil).

- Concelho de Paredes (O)*, n.º 1-6 (1978-1983), Paredes (Portugal).
Conimbriga, vol. 22-24 (1983-1985), Coimbra (Portugal).
CTS — Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade, n.º 2-3 (1987), Lisboa (Portugal).
Cuadernos de Arqueología de Deusto, n.º 10 (1987), Bilbao (Espanha).
Cuadernos de Humanistas, n.º 17 (1963); n.º 28 (1968); n.º 30 (1968); n.º 41 (1972), Tucuman (Argentina).
Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses, n.º 9-10 (1982-1984), Castellon de la Plata (Espanha).
Daccia, vol. 30, n.º 1-2 (1986), Bucareste (Roménia).
Dédal, n.º 0 (1987), Barcelona (Espanha).
Dédalo, n.º 25 (1987), S. Paulo (Brasil).
Documentos — Instituto Anchietano de Pesquisas, n.º 1 (1987), São Leopoldo (Brasil).
Ethnologia, n.º 3-4 (1986), Lisboa (Portugal).
Ethnologica, vol. 11-13 (1987), Colónia (RFA).
Ethnologie Française, tomo 14, n.º 1; tomo 15, n.º 2-4; tomo 16, n.º 1-4; tomo 17, n.º 1 (1987), Paris (França).
Educación Superior Contemporanea (La), n.º 2-4 (1983-1984), La Habana (Cuba).
El Museo de Pontevedra, vol. XXX-XXXVIII (1976-1984), Pontevedra (Espanha).
Enquêtes du Musée de la Ville Wallone, vol. XV, n.º 117-180 (1984-1985), (Suíça).
Epigrafic Society (The), vol. 1-15, 1987 (guia), San Diego (EUA).
Estúdios de Arqueología Alavesa, n.º 13-14 (1986), Vitória (Espanha).
Estudo da História (O), 2.ª série, n.º 1-2 (1986-1987), Lisboa (Portugal).
Estúdios Italianos em Portugal, n.º 45-47 (1982-1984), Lisboa (Portugal).
Estudos, Notas e Trabalhos, vol. XXVIII (1986). S. Mamede Infesta (Portugal).
Estudos Transmontanos, n.º 3 (1985), Vila Real (Portugal).
Études Préhistoriques — Revue du Sud-est Rhodanien et Méditerranéen, n.º 17 (1986), Thorins (França).
Euphrosine, vol. X-XV (1980-1987), Lisboa (Portugal).
Excavaciones Arqueológicas en España, n.º 143-148 (1985-1986), Madrid (Espanha).
F. F. Communications, vol. CII, n.º 237 (1986); vol. CIII, n.º 239 (1987), Helsinquia (Finlândia).
Factos e Ideias, ano 1, n.º 1-2 (1985); ano 2, n.º 3 (1986), Braga (Portugal).
Filosofia, vol. XXIII, n.º 57-58 (1985), San José (Costa Rica).
Folklore, vol. 39, n.º 201-204 (1986), Carcassone (França).
Fontes Documentais Portuguesas, vol. XXII (1987), Coimbra (Portugal).
Gaya, n.º 4 (1986), Vila Nova de Gaia (Portugal).
Genus, vol. XLII, n.º 3-4 (1986), Roma (Itália).
Germania, vol. 64, n.º 2 (1986); vol. 65, n.º 1-2 (1987), Frankfurt (RFA).
Historicas, n.º 20 (1986), Coyocán (México).
Human Evolution, vol. I, n.º 1 (1986), Firenze (Itália).
Humanística e Teologia, tomo VII, f. 3 (1986); tomo VIII, f. (1987), Porto (Portugal).
Il Cuore, vol. IV, n.º 2 (1987), Roma (Itália).
Ilerda, n.º XLIV-XLV (1983-1984); n.º XLVII (1986), Lérida (Espanha).
Informação Arqueológica, n.º 1-6 (1979-1986), Lisboa (Portugal).
Insulana, vol. XL (1984), S. Miguel (Açores).
Káñina, vol. X, n.º 2, São José (Costa Rica).
Kleine Beitrage, n.º 42 (1986), Dresden (RDA).

- Ler História*, n.º 1 (1983); n.º 3 (1984); n.º 10 (1987), Lisboa (Portugal).
Lucentum, n.º 4 (1985), Alicante (Espanha).
Madrider Mitteilungen, vol. 27 (1986), Madrid (Espanha).
Mélanges de la Casa Velasquez, tomo XXII (1986), Madrid (Espanha).
Manual de Prehistoria y Arqueología, tomo I-II (1983), Tucuman (Argentina).
Mercury Series—National Museum of Man—Archaeological Survey of Canada, n.º 134-136 (1987), Ontário (Canadá).
Mercury Series—National Museum of Man—Canadian Ethnology Service, n.º 107-111 (1987), Ontário (Canadá).
Mitteilungen der Anthropologischen Gesellschaft in Wien, vol. 116 (1986), Viena (Áustria).
Monografias, n.º 12; n.º 14-15 (1987), Madrid (Espanha).
Monografies Arqueològiques, n.º 1-3 (1982), Barcelona (Espanha).
Monografias del Instituto Pirenaico de Ecología, n.º 2 (1987), Jaca (Espanha).
Monografies Emporitanes, n.º 7 (1985), Barcelona (Espanha).
Montalban, n.º 17-19 (1986-1987), Caracas (Venezuela).
Munda, n.º 12 (1986), Coimbra (Portugal).
Munibe, vol. 39 (1987), San Sebastian (Espanha).
Museo del Oro, n.º 15 (1986), Bogotá (Colômbia).
Narodopisné Aktuálicity, vol. 23, n.º 3-4 (1986); vol. 24, n.º 1-3 (1987), Straznice (Checoslováquia).
Národopisny Casopis, n.º 1-4 (1986), Praga (Checoslováquia).
Narria, n.º 37-40 (1987), Madrid (Espanha).
New-Mexico—Historical Review, vol. 62, n.º 2-3 (1987), Albuquerque (EUA).
Newsletter, vol. 14, n.º 4 (1986); vol. 15, n.º 1-3 (1987), Turku (Finlândia).
Noticuario Arqueológico Hispanico, n.º 27 (1985-1986), Madrid (Espanha).
Paideuma, n.º 32-33 (1986-1987), Frankfurt (RFA).
Pesquisas, n.º 39-40 (1985), São Leopoldo (Brasil).
Póvoa de Varzim, vol. XXIV, f. 2 (1986), Póvoa de Varzim (Portugal).
Préhistoire Ariègeoise, tomo 41 (1986), Foix (França).
Publicaciones, vol. XL-XLIV (1983-1985), Cordoba (Argentina).
Pyrenae, n.º 21 (1985), Barcelona (Espanha).
RAE—Repertorio de Arqueología Española, 1979-1982, Madrid (Espanha).
Referencias, n.º 2 (1987), Madrid (Espanha).
Revista de Antropologia, vol. 29 (1986), S. Paulo (Brasil).
Revista Atrium, ano 1, n.º 1 (1987), Porto (Portugal).
Revista de Ciências Sociais, vol. 14-15, n.º 1-2 (1983-1984), Ceará (Brasil).
Revista de Ciência Política, n.º 1-4 (1985-1986), Lisboa (Portugal).
Revista Cubana de Ciências Sociais, n.º 10-13 (1986), Habana (Cuba).
Revista de Estudios Extremeños, tomo XLII, n.º 3 (1986); tomo XLIII, n.º 1-2 (1987), Badajoz (Espanha).
Revista da Faculdade de Letras, 5.ª série, n.º 6 (1986), Lisboa (Portugal).
Revista Portuguesa de Filologia, vol. XVIII (1980-1986), Coimbra (Portugal).
Revista Española de Antropología Americana, n.º 15-16 (1985-1986), Madrid (Espanha).
Rock Art Research, vol. I-IV (1984-1987), Caulfield (Austrália).
Slovensky Narodopis, vol. 35, f. 1-3 (1987), Bratislava (Checoslováquia).
Schweizerisches, n.º 26 (1987), Basel (Suíça).

- Série Prehistoria y Arqueologia*, n.º 21 (1987), Salamanca (Espanha).
Sicolorum Gymnasium, vol. XXXVI-XXXVII (1983-1984), Catarina (Itália).
Storia e Medicina Popolare, vol. IV, n.º 2-3 (1986); vol. V, n.º 1 (1987), Roma (Itália).
Studia Archaeologica, tomo L-LI (1984-1985), Valladolid (Espanha).
Studia Instituti Anthropos, n.º 3-32 (1978), Augustin (RDA).
Trabajos de Antropologia, vol. 20, n.º 2 (1986), Barcelona (Espanha).
Trabalhos de Arqueologia, n.º 1-3 (1984-1986), Lisboa (Portugal).
Travaux du Musée d'Histoire Naturelle Gr. Antiga, vol. XXV-XXVIII (1984-1986),
 Bucareste (Roménia).
Tésis Doctorales, n.º 59 (1986), Zaragosa (Espanha).
Trebarvna, vol. II (1986), Castelo Branco (Portugal).
Universitas Humanistica, ano XIV, n.º 23 (1985); ano XVI, n.º 27 (1987), Bogotá
 (Colômbia).
Varbergs Museum, 1986, Varbergs (Suécia).
Verde (O), n.º 9-13 (1986-1987), Lisboa (Portugal).
Zbornik, vol. 80-81 (1986-1987), Martin (Checoslováquia).

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Vol. XXV (2-4), 1985

Sumário: Preliminary results of the fauna of «Cabeço de Amoreira» and «Cabeço de Arruda» (Muge, Portugal), por *An Lentacker*; Arte rupestre em Portugal, por *Vitor Oliveira Jorge*; Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca): ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos, por *Fernando Pereira da Silva*; Escavação da Mamoa 3 de Meninas do Castro (Serra da Aboboreira — Baião), por *Vitor Oliveira Jorge et alii*; A Mamoa da «Mama do Furo» (Figueira da Foz), por *Raquel Vilaça*; O abrigo pintado com arte esquemática da Solhapa (Duas Igrejas — Miranda do Douro), por *Maria de Jesus Sanches e Anabela Gomes Lebre*; Contribution à l'étude des faïences poitevines, por *Charles Merle e José António Falcão*; La migracion caboverdeana hacia la Argentina. Análisis de una alternativa, por *Marta Maffia*; Os inéditos de Rui Serpa Pinto sobre as escavações arqueológicas de Muge, por *António A. Huet Bacelar Gonçalves*; Vária; etc. 1.200\$00

Pedidos a: Livraria Sousa & Almeida, Lda.
 Rua da Fábrica, 42
 4000 PORTO (Portugal)

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Lista de Sócios

Sócios Efectivos (*)

- 3 — Alexandre Alberto Sarmiento — Lisboa.
- 4 — Orlando da Cunha Ribeiro — Lisboa.
- 5 — João Manuel Coteló Neiva — Coimbra.
- 6 — Guilherme Felgueiras — Oeiras.
- 7 — Joaquim Norberto dos Santos — Ermesinde.
- 8 — Laura Augusta Peters de Lacerda Arriscado de Oliveira — Porto.
- 9 — Abel José Sampaio da Costa Tavares — Porto.
- 10 — António Maria Mourinho — Miranda do Douro.
- 11 — Ernesto Veiga de Oliveira — Oeiras.
- 13 — Maria Emília de Castro de Almeida — Lisboa.
- 14 — Maria Helena Seródio Galhano — Porto.
- 15 — Eduardo da Cunha Serrão — Lisboa.
- 16 — João Maria Amorim Machado Cruz — Porto.
- 17 — Octávio Lixa Filgueiras — Porto.
- 18 — Manuel de Almeida Tavares — Viseu.
- 19 — Agostinho Farinha Isidoro — Matosinhos.
- 20 — Benjamim Enes Pereira — Oeiras.
- 21 — Manuel João Lemos de Sousa — Porto.
- 22 — Domingos de Pinho Brandão — Porto.
- 23 — Joaquim Correia da Silva — Porto.
- 24 — António Joaquim da Eira e Costa — Póvoa de Varzim.
- 25 — Levi Eugénio Ribeiro Guerra — Porto.
- 26 — Nuno Lídio Pinto Rodrigues Grande — Porto.
- 27 — Eugénio Lapa Carneiro — Lisboa.
- 28 — Manuel de Paiva Boléo — Coimbra.
- 29 — José João Mateus Rigaud de Sousa — Porto.
- 30 — António Augusto Ferreira da Cruz — Porto.
- 31 — Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva — Coimbra.
- 32 — Adília Moutinho de Alarcão — Coimbra.
- 33 — António Alfaiate Marvão — Beringel.
- 34 — Manuel Magalhães dos Santos — Póvoa de Lanhoso.
- 35 — Fernando Ferrand de Almeida — Coimbra.

(*) Em 31 de Dezembro de 1987.

- 37 — Luciano dos Santos — Braga.
- 38 — Fernando Resende da Silva Magalhães Lanhas — Porto.
- 39 — Elviro de Sousa Brito — Lisboa.
- 40 — Adélio Bernardino Marinho Macedo Correia — Lisboa.
- 41 — Gaspar Soares de Carvalho — Braga.
- 42 — Manuel Vieira Dinis — Paços de Ferreira.
- 43 — José Fernando Castro Correia — Porto.
- 44 — Georges Edouard Marchand — Porto.
- 45 — Manuel Luís Campos Sousa Real — Porto.
- 47 — Joaquim Manuel Rebelo — Torre de Moncorvo.
- 49 — Carlos Alberto Ferreira de Almeida — Vila Nova de Gaia.
- 50 — Maria Cristina Santos Neto — Lisboa.
- 52 — João Barroso da Fonte — Guimarães.
- 53 — Manuel Alfredo de Castro Marques — Sabrosa.
- 54 — António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves — Porto.
- 55 — José Carlos Bernardo — Porto.
- 56 — Virgílio de Oliveira Carneiro — Vila Nova de Famalicão.
- 57 — José Guedes Rodrigues — Porto.
- 58 — Adérito Medeiros Freitas — Guimarães.
- 59 — Armando Coelho Ferreira da Silva — Vila Nova de Gaia.
- 60 — José Eduardo Morais Arnaud — Lisboa.
- 61 — Joaquim Fernandes Ribeiro dos Santos — Riba de Ave.
- 62 — Rui Jorge Zacarias Parreira — Póvoa de Santa Iria.
- 63 — Martin Höck — Lisboa.
- 64 — Philine Kalb — Lisboa.
- 65 — Armindo de Sousa — Porto.
- 66 — Rui Manuel Sobral Centeno — Porto.
- 67 — Maria Adelaide Recarey C. Frias — Porto.
- 68 — Maria Alzira de Brito Agathão Lança — Porto.
- 69 — António Samuel Mirrado Farraia — Oeiras.
- 70 — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge — Porto.
- 71 — Vítor Manuel de Oliveira Jorge — Porto.
- 73 — José Luís Meireles Batista — Porto.
- 74 — Ana Maria Cameirão Leite da Cunha — Vila Nova de Gaia.
- 76 — Pedro Clementino Vilas Boas Tavares — Porto.
- 78 — Nuno Costa Borges de Araújo Machado — Braga.
- 79 — Francisco J. Soares Alves — Lisboa.
- 80 — José António Viale Moutinho — Porto.
- 81 — Maria Teresa C. de Moura Soeiro — Vila Nova de Gaia.
- 82 — Eduardo Jorge Lopes da Silva — Senhora da Hora.
- 83 — Carlos Alberto Brochado de Almeida — Vila do Conde.
- 84 — Anselmo Caridade Vieira — Rio Tinto.
- 85 — Manuel José Carvalho Martins — Chaves.
- 86 — Lino Augusto Tavares Dias — Porto.
- 87 — Agostinho Campos Ferreira — Santo Tirso.
- 88 — José António Nunes de Vilhena Falcão — Santiago do Cacém.
- 89 — Luís Manuel Mateus — Braga.
- 90 — Alberto Correia — Viseu.

- 91 — Manuel Leitão — Castelo Branco.
- 92 — Maria Antónia Soares da Silva — Porto.
- 93 — Manuel Ferreira Coelho — Paredes.
- 94 — António Cardoso Morais — Porto.
- 95 — Domingos de Jesus da Cruz — Porto.
- 96 — Mário Jorge Lopes Neto Barroca — Porto.
- 97 — Nelson Henrique Campos Rebanda — Moncorvo.
- 98 — Ana Paula Pombinho Moutinho — Rio Tinto.
- 99 — Fernando Augusto Pereira da Silva — Oliveira de Azeméis.
- 100 — Arminda Pascoal Coutinho da Silva — Lisboa.
- 101 — Michel-Marie Giacometti — Cascais.
- 102 — Silvestre de Almeida Lacerda — Coimbrões.
- 103 — Francisco Manuel V. Reimão Queiroga — V. Nova de Famalicão.
- 104 — Avelino Miranda Júnior — Boticas.
- 106 — Waldemar dos Santos Roca — Bragança.
- 107 — João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro — Porto.
- 108 — Isabel Maria de Almeida Carvalho da Rocha Figueiral — Vila Nova de Gaia.
- 109 — José Manuel Lopes da Silva — Matosinhos.
- 110 — Maria Eduarda Mirão Alves Moreira — Porto.
- 111 — Joel Silva Ferreira Mata — Ermesinde.
- 112 — Miguel Pedro Silva Costa — S. João da Madeira.
- 113 — Maria Isabel dos Prazeres Soares de Luna — Porto.
- 114 — Deolinda Natália Martins de Brito — Porto.
- 115 — Francisco Vicente Teixeira Barbedo — Porto.
- 116 — Joel Alves Cerqueira Cleto — Porto.
- 117 — Maria Cláudia Carvalho Milhazes — Porto.
- 118 — Armandino Baptista da Cunha — Porto.
- 119 — Filipe Emanuel de Mira Godinho Freitas Camilo — Porto.
- 120 — Augusto Duarte de Sousa Lemos — Porto.
- 121 — Fernanda Maria Pires Leite Ribeiro — Vila Nova de Gaia.
- 122 — António da Silva Pereira — Penafiel.
- 123 — Maria Suzana Faro da Costa — Vila Nova de Gaia.
- 124 — Iolanda Maria de Fátima Mangerição Leite Gonçalves — Porto.
- 125 — Albertina da Conceição Machado Silva — Braga.
- 126 — Ana Paula dos Santos Sousa — Carvalhos.
- 127 — Paula Cristina Alves da Rocha — Paredes.
- 128 — Flávio Manuel Marques Ribeiro — Trofa.
- 129 — Maria Helena Cruz de Castro — Porto.
- 130 — Maria Antónia Dias Silva — Paredes.
- 131 — Eduarda Maria Martins Moreira da Silva — Póvoa de Varzim.
- 132 — Mário Armando Nogueira Pereira de Brito — Porto.
- 133 — Celsa Rosa Magalhães Gonzalez — Penafiel.
- 134 — Maria de Jesus Sanches — Vila Nova de Gaia.
- 137 — Ana Maria Duarte Santos Gonçalves — Condeixa-a-Nova.
- 138 — Rafael António Ezequiel Alfenim — Braga.
- 139 — Paulo Alexandre de Seabra Tavares — S. João do Estoril.
- 140 — Raquel Maria da Rosa Vilaça — Coimbra.

- 141 — João Carlos Redol Lourenço da Silva — Coimbra.
- 142 — João António Ferreira Marques — Sacavém.
- 144 — Lídia Maria Marques Fernandes — Lisboa.
- 145 — Regina Célia de Carvalho Pereira Silva — S. João da Madeira.
- 146 — José da Silva Ferreira — Porto.
- 147 — Fernanda Maria Pereira de Sampaio — Porto.
- 148 — Maria Isabel Ribeiro de Castro — Porto.
- 150 — António Cruz Afonso do Paço — Viana do Castelo.
- 151 — Mário José Ribeiro da Fonseca — Coimbra.
- 152 — Rui Manuel Xavier Fernandes Matias — Coimbra.
- 154 — Maria de Fátima Lopes Garcia de Matos Órfão — Porto.
- 155 — António Lourenço Teixeira Carneiro — Porto.
- 157 — Sérgio Ferreira Duarte — Ovar.
- 158 — Rui Fernando de Jesus Bastos Tavares — Aveiro.
- 159 — Alfredo Luís Diogo Mendes — Leça da Palmeira.
- 161 — Joaquim da Conceição da Silva Machado Henriques — Porto.
- 162 — António Joaquim Monteiro da Cunha Leal — Penafiel.
- 163 — Ricardo Jorge Coelho Marques Teixeira — Lamego.
- 164 — António Manuel de Carvalho Lima — Carvalhos.
- 165 — Maria Manuela Martins — Braga.
- 166 — Augusto de Miranda Pinho — Gondomar.
- 167 — Maria Salomé Vasconcelos Pina — Matosinhos.
- 168 — Luís Miguel Carvalho de Sousa Pinto — Porto.
- 169 — Maria José da Silva Cardoso Pereira — Porto.
- 170 — Manuela Maria Ferreira Pedrosa de Araújo — Porto.
- 171 — Francisco Manuel Salgueiro de Sande Lemos — Braga.
- 172 — Álvaro de Sousa Simões Pereira de Brito — Porto.
- 173 — João Carlos Martins de Oliveira Dias Costa — Vila Nova de Famalicão.
- 174 — Estela Maria Paredes Stuart-Torrie — Porto.
- 175 — Jorge Gonçalves Guimarães — Porto.
- 177 — Orlando Castro Ferreira de Sousa — Vila Nova de Famalicão.
- 178 — José Henrique da Silva Correia — Matosinhos.
- 179 — João Baptista Martins — Chaves.
- 180 — Firmino Aires — Chaves.
- 181 — António Pereira Dinis — Amarante.
- 182 — Maria de Fátima Matos da Silva — Rio Tinto.
- 183 — Joaquim Manuel da Silva Grácio — Alijó.
- 184 — Alípio Martins Afonso — Chaves.
- 185 — Belarmino Augusto Afonso — Bragança.
- 186 — Maria Cristina Amorim Guimarães — Porto.
- 187 — Aníbal Fernando Rodrigues de Almeida — Leça do Balio.
- 188 — Maria Margarida da Silva Alves Moreira — Porto.
- 189 — António Manuel Dias Diogo — Lisboa.
- 190 — João Luís Teixeira Fernandes — Mirandela.
- 191 — José Duarte Correia Arez — Lisboa.
- 192 — Paula Júlia da Mota Santos — Porto.
- 193 — Luís Manuel Alves Lopes — Cascais.

- 194 — Fátima Cacilda Duarte da Rocha — Porto.
- 195 — Isabel Alexandra Gradim Rocha Casais de Oliveira — Porto.
- 196 — Isabel Maria dos Santos Silva — Faro.
- 197 — Maria José Cardoso Bento — Entroncamento.
- 198 — António Augusto Cunha Marques — Lisboa.
- 199 — Idalina Vidinha Ferreira Granada — Coimbra.
- 200 — Sérgio Manuel Bernardo Pereira — Viseu.
- 201 — Maria Helena Mourato Coelho Moura — Coimbra.
- 202 — Maria Miguel Marques da Silva Ferrão Lucas — Coimbra.
- 203 — Jorge Adolfo de Meneses Marques — Viseu.
- 204 — Virgílio António Martins Lopes — Porto.
- 205 — Maria João Nunes Oliveira — Coimbra.
- 206 — Ana Isabel Nunes de Moura e Silva — Lisboa.
- 207 — Maria Fernanda Moreno Lapa — Coimbra.
- 208 — Paula Sofia Duarte Barros da Costa — Porto.
- 209 — Maria Adelaide de Aguiar Bernardo — Barcelos.
- 210 — Maria Margarida Monteiro da Silva Salvador — Oeiras.
- 211 — Manuel Joaquim Silva Pinto — S. Mamede de Infesta.
- 212 — Ilda Baptista Gonçalves Germano — Matosinhos.
- 213 — António Manuel dos Santos Pinto da Silva — Vila Nova de Gaia.
- 214 — João Paulo Nogueira de Sousa — Vila Nova de Gaia.
- 215 — Rogério Pires Carvalho — Castelo Branco.
- 216 — António Pedro de Albuquerque Peixoto Guimarães — Porto.
- 217 — Arnaldo Pedro de Azevedo Martins — Matosinhos.
- 218 — Carlos Manuel Oliveira Mesquita — Vila Nova de Famalicão.
- 219 — Luís Miguel Belo Bento da Silva Pinto — S. João da Madeira.
- 220 — Rui Filipe Monteiro Rocha — Vila Nova de Gaia.
- 221 — Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva — Paços de Brandão.
- 222 — Crisanda Tavares Urbano Unsworth — Matosinhos.
- 223 — Romero Manuel Bandeira Gandra — Gondomar.
- 224 — Ricardo Manuel Lafaia Machado Abranches — Maia.
- 225 — Teresa Maria Pereira Guedes da Fonseca — Porto.
- 226 — Olímpia Maria da Cunha Loureiro — Porto.
- 227 — Maria Luísa Vieira Rocha — Nogueira.
- 228 — Fernando Augusto Rodrigues Coimbra — Porto.
- 229 — Maria Manuela Marques Baptista — Lisboa.
- 230 — Manuel Cadafaz de Matos Marques Baptista — Lisboa.
- 231 — Manuel Augusto Saleiro de Barros — Porto.
- 232 — Paulo Alexandre do Nascimento Castro Seixas — Porto.
- 233 — José Carlos de Almeida Oliveira — Beja.
- 234 — Rodrigo de Araújo Martins Banha da Silva — Lisboa.
- 235 — Evaristo Vicente Fernandes — Porto.
- 236 — Luís Manuel Coutinho Gomes Amaral — Porto.
- 237 — José Daniel Araújo Ribeiro — Porto.
- 238 — Manuel Joaquim Moreira da Rocha — Porto.
- 239 — Carla Isabel da Silva Nunes Monteiro — Matosinhos.
- 240 — António Domingos Leitão Mackay de Freitas — Lisboa.

- 241 — Susana Maria Taborda Andrade de Passos — Gondomar.
 242 — Maria Isabel Cunha e Silva — Braga.
 243 — Aurélio Fernando Bandeira Carneiro Aires — Baltar.
 244 — Domingos dos Santos Marcos — Mogadouro.
 245 — Augusto Santos Silva — Porto.
 246 — Sérgio Emanuel Monteiro Rodrigues — Valadares.
 247 — João Heitor Rigaud — Porto.
 248 — Anabela Gomes Lebre — Coimbra.
 249 — António Manuel de Castro — Mogadouro.
 250 — José Manuel dos Santos Encarnação — Cascais.
 251 — Carla Maria da Cunha Souto Laranjeira — S. Mamede de Infesta.
 252 — Susana Helena Bastos Correia da Fonseca — Lisboa.
 253 — João Luís da Inês Vaz — Viseu.
 254 — Maria da Graça dos Santos Peixoto — Porto.
 255 — Ana Margarida Saraiva Lima Cordeiro de Melo — Porto.
 256 — António Manuel Caetano Mães Colaço — Tanzânia.
 257 — Ana Maria dos Santos Bettencourt — Coimbra.
 258 — Ana Maria Dias Mascarenhas — Porto.
 259 — Francisco Barbosa da Costa — Valadares.
 260 — Martinho José Comércio Dimas — Portalegre.
 261 — Maria Sofia Dias Rodrigues — Porto.
 262 — Maria das Dores Girão Cruz — Pereira do Campo.
 263 — António João Nunes Monteiro — Coimbra.
 264 — Maria Manuel Proença Ferreira de Almeida — Coimbra.

Sócios Honorários

- Raymond Dart — Joanesburgo (África do Sul).
 George Olivier — Paris (França).
 Joaquim Lourenzo Fernandez — Orense (Espanha).
 Antonio Blanco Freijeiro — Madrid (Espanha).
 José Filgueira Valverde — Pontevedra (Espanha).
 Alain Tranoy — Poitiers (França).
 Barry Fell — San Diego (E.U.A.).
 Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior — Ermesinde (Portugal).

Sócios Correspondentes

- 1 — Maria Covadonga Carreiro Gascú — Orense (Espanha).
 2 — Antonio Rodriguez Colmenero — Orense (Espanha).
 3 — Francisco Calo Lourido — Pontevedra (Espanha).

Sócios Colectivos

- 1 — Conjunto Etnográfico de Moldes de Danças e Corais Arouquenses — Arouca.

Regulamento da Revista

1. A revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* é uma publicação anual, em fascículos ou não, editada pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Publica artigos de fundo, pequenos apontamentos, notas e outros trabalhos de Antropologia, nas suas diferentes áreas e especialidades.

2. Os artigos de fundo podem ser de carácter teórico e metodológico, sínteses temáticas, e apresentação de resultados de pesquisas recentes. Os textos curtos, de cariz noticioso, serão incluídos na rubrica *Vária*.

3. Só serão publicados artigos e ilustrações originais; os textos, de que deverão ser enviados original e cópia, poderão ser redigidos em português, francês, inglês ou espanhol, acompanhados de um breve resumo (15 a 20 linhas) na língua do próprio trabalho, traduzido em duas das seguintes línguas: francês, inglês, espanhol e alemão. Os textos destinados à rubrica *Vária* não incluirão resumos.

4. Os originais serão submetidos à *Comissão de Leitura* da revista (ou, na sua falta, ao *Conselho Científico* da SPAE), que julgará do seu interesse e oportunidade de publicação. A sua decisão é soberana.

5. Os artigos que não sejam apresentados segundo as presentes normas serão devolvidos para a necessária revisão antes de serem publicados.

6. Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo e opiniões expressas nos respectivos trabalhos.

7. Os artigos de fundo não deverão, em princípio, ultrapassar as 25 páginas, dactilografadas a dois espaços, em papel A4, com uma margem de 4 cm, no lado esquerdo; nesta margem lateral o autor indicará, aproximadamente, o local onde devem ser introduzidas as ilustrações e quadros.

8. As fotografias, desenhos e quadros deverão ser apresentados separadamente em formato passível de redução para a mancha da revista (185 x 117 mm). Recomenda-se a limitação do número de ilustrações, sobretudo fotografias, ao essencial e absolutamente necessário.

9. Os textos destinados à impressão, bem como as ilustrações, devem ser definitivos, não sendo, de modo algum, admitidas alterações profundas quando da revisão das primeiras provas.

10. As referências bibliográficas incluídas no texto resumir-se-ão ao nome do autor, em maiúsculas, seguido do ano de publicação e, eventualmente, da página, entre parêntesis (BORDES, 1973: 105).

11. No cabeçalho do artigo mencionar-se-á o nome do autor (ou autores) e o da instituição onde trabalha ou a que se encontre ligado. O nome e endereço da instituição onde foram elaborados os trabalhos, ou o endereço pessoal do autor, para possíveis contactos, será indicado no fim do texto.

12. As legendas, bem como as notas de roda-pé, numeradas sequencialmente, deverão ser remetidas em folha separada, e as ilustrações, identificadas, no verso, com

o respectivo número (numeração árabe, tratando-se de figuras a inserir no corpo do texto, e romana, sendo estampas) e o título do respectivo trabalho.

13. A lista de referências bibliográficas deve ser organizada por ordem alfabética dos nomes dos autores, e cronológica, para cada autor, segundo a *Norma Portuguesa 405*:

a) *Livros*: sobrenome do autor e iniciais do nome, entre vírgulas, ano de publicação, entre parêntesis, seguido de *a, b, ...*, no caso de haver vários trabalhos publicados no mesmo ano, título da obra, número da edição, do volume e editor.

Ex.: COLES, J. M., HARDING, A. F. (1979), *The Bronze Age in Europe*, London, Methuen.

b) *Artigos em periódicos*: autor, ano de publicação, título do artigo, título do periódico, lugar de publicação, número do volume e do fascículo, primeira e última página do artigo.

Ex.: DIAS, A. J. (1959), *Ambiente natural e história*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 17 (1-4), pp. 103-116.

Obs.: os nomes dos autores deverão ser apresentados em maiúsculas e o título dos livros e artigos, sublinhados. O nome dos periódicos, trabalhos colectivos, miscelâneas, etc., aparecerão entre aspas.

14. Os autores terão direito a fazer até ao máximo de duas revisões para correcção de provas.

15. Os autores dos artigos de fundo recebem gratuitamente 50 separatas e 1 exemplar da revista, podendo encomendar, a título pessoal, separatas suplementares (com ou sem capa) na altura da primeira revisão; os autores de notas e pequenos apontamentos, incluídos na rubrica *Vária*, receberão 2 exemplares da revista podendo também, se o desejarem, encomendar separatas.

16. Toda a correspondência relativa à redacção dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* deve ser enviada para:

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
 Faculdade de Ciências do Porto
 Praça Gomes Teixeira
 4000 PORTO

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

Faculdade de Letras de Coimbra

PUBLICAÇÕES

- *Conimbriga* — Vol. 18 (1979) a 25 (1986), cada 1.000\$00
- Idem*, estrangeiro 1.500\$00
- *Cadernos de Arqueologia e Arte*
 1. J. d'Encarnação, *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina* 350\$00
 2. Jorge de Alarcão, *Introdução ao Estudo da História e Património Locais* 350\$00
 3. J. M. Cordeiro de Sousa, *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa* 350\$00
 4. Jorge de Alarcão, *Introdução ao Estudo da Casa Romana* 500\$00
- *Ficheiro Epigráfico*
 - Fasc. 1 (1982) a 29 (1988), cada 150\$00
 - Idem*, estrangeiro 250\$00
- J. d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* 4.000\$00

Pedidos a: Instituto de Arqueologia

R. de Sub-Ripas

3000 COIMBRA

«Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Errata do vol. XXVI

<i>pág.:</i>	<i>linha:</i>	<i>onde se lê:</i>	<i>deve ler-se:</i>
11	4	labeled	labelled
12	8	labeled	labelled
19	17	unlabeled	unlabelled
26	12	chasseur	chasseurs
62	6	subrectangular	sub-rectangular
62	27	tumulus	<i>tumulus</i>
66	37	supericial	superficial
71	2	selimanite	silimanite
73	3	simólico-decorativos	simbólico-decorativos
73	6	sub-recangulares	sub-rectangulares
74	4	simbólicos-decorativos	simbólico-decorativos
79	15	dalménica	dolménica
96	7	preocupações	preocupações
100	26	senivelmente	sensivelmente
109	24	testemunhado	testemunhando
113	3	fora	forma
113	15	Sendim	Sandim
116	14	arrows heads	arrowheads
117	6	1983	1893
136	32	«pégada»	«pegada»
139	38	desenvolvimento	desenvolvimentos
155	34	mentionées	mentionnées
157	28	anées	années
157	31	mátayer	métayer
165	12	1971	1791
176	12	colections	collections
198	32	precisameinte	precisamente
201	35	mediode	medio de
204	2	towardmental	toward mental
214	24	tricheira	trancheira
221	22	négoïdes	négroïdes
223	23	<i>Scoobicularia</i>	<i>Scrobicularia</i>
224	19	bodrs	bords
229	7	deste	destes
239	48	transformações	transformações
240	27 e 33	Shubart	Schubart
240	43	Gilman	Guilman
249	43	Santicci	Santucci
280	21	Muinicipal	Municipal
285	39	da	das

«Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Preçário

Vol. XI (1-2), 1947	1.800\$00
Vol. XI (3-4), 1948	1.800\$00
Vol. XII (1-2), 1949	2.000\$00
Vol. XII (3-4), 1950	2.000\$00
Vol. XIII (1-2), 1951	1.800\$00
Vol. XIII (3-4), 1952	1.500\$00
Vol. XIV (1-4), 1953-54	1.800\$00
Vol. XV (1-2), 1955	1.500\$00
Vol. XV (3-4), 1955-57	2.000\$00
Vol. XVI (1-4), 1958	1.800\$00
Vol. XVII (1-4), 1959	2.500\$00
Vol. XVIII (1-2), 1960-61	600\$00
Vol. XVIII (3-4), 1961-62	600\$00
Vol. XIX (1), 1963	500\$00
Vol. XIX (2), 1963	500\$00
Vol. XIX (3-4), 1964	600\$00
Vol. XX (1-2), 1965-66	1.000\$00
Vol. XX (3-4), 1967-68	800\$00
Vol. XXI (1-4), 1969	1.500\$00
Vol. XXII (1), 1971	500\$00
Vol. XXII (2), 1973	Esgotado
Vol. XXII (3), 1973	»
Vol. XXII (4), 1975	1.200\$00
Vol. XXIII (1), 1977	800\$00
Vol. XXIII (2-3), 1978	600\$00
Vol. XXIII (4), 1980	1.200\$00
Vol. XXIV (1), 1981	600\$00
Vol. XXIV (2), 1982	600\$00
Vol. XXIV (3), 1983	600\$00
Vol. XXIV (4), 1984	500\$00
Vol. XXV (1), 1985	500\$00
Vol. XXV (2-4), 1985	600\$00
Vol. XXVI (1-4), 1986	1.200\$00
Índice geral dos vols. I a X	300\$00

Depositário: Livraria Sousa & Almeida, Ld.^a
 Rua da Fábrica, 42
 4000 PORTO — Portugal



Preço: 1.600\$00

ISBN: 972 - 560 - 013 - 4